



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 13 n. 2 p. 141-275 jul./dez. 2012



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima

Revisão

Maria Helena Silva Cruz

Traduções

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Negros carregadores de cangalhas. Jean Baptiste Debret. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 83. (Tomo II, prancha 36).

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 13, n. 2 (jul./dez. 2012). Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

- Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University - Florida - USA)
Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Québec - Canadá)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)
Cezar Augusto Carneiro Benevides (Univers. Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande - Brasil)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Denis Maillat (IRER - Université de Neuchâtel - Suisse - Berna - Suíça)
Doris Morales Alarcón (Pontifícia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguai)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - Sorbone - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP - Campinas, SP - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte, MG - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidad do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

- Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

No ano em curso, a **INTERAÇÕES** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local - parabeniza a Universidade Católica Dom Bosco, pela comemoração dos **50 anos de Educação Salesiana** em Mato Grosso do Sul, com o propósito dos salesianos em se fazerem presentes com a Universidade em meio à juventude sul-mato-grossense e brasileira. Objetiva assim conviver cada vez mais com a riqueza sociocultural, política e religiosa, à luz das orientações da Igreja Católica e da doutrina do educador Dom Bosco, para contribuir no desenvolvimento pleno do homem, em todas suas potencialidades, como sujeito e objeto da história e sua persecução futura, em atendimento à missão institucional de promover, por meio de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam no desenvolvimento sustentável.

A **Revista Interações** conta neste número com o auxílio financeiro do CNPq¹ e comunica aos seus leitores que os exemplares serão distribuídos gratuitamente e por meio de permutas.

As temáticas abordadas no presente exemplar contemplam as especificidades do desenvolvimento local, enquanto processo interativo no contexto dos territórios e territorialidades por meio da promoção contínua de gerenciamento e soluções criativas e sustentáveis na localidade.

¹ Processo 402500/2011-3 Linha de Fomento/Chamada - Programa Editorial / Chamada MCTI/CNPq/ MEC/CAPES N. 15/2011 - Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros.

O artigo de Renata dos Santos Mota e Henrique Machado Dias, intitulado *Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil*, busca interpretar o conhecimento tradicional de uma comunidade quilombola acerca do uso de espécies vegetais com fins terapêuticos, o que é realizado por via de entrevistas e análise de discurso na própria comunidade tradicional local; os autores Adriana Zanirato Contini, Maria Augusta de Castilho e Reginaldo Brito da Costa, no artigo *A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local*, estabelecem uma relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani e a erva-mate nativa, com alternativas para a promoção do desenvolvimento local, por meio do conhecimento tradicional indígena; Gabriel Stecher e Sebastián Valverde, oferecem o artigo *Os projetos de desenvolvimento rural e florestal em contexto da pluriculturalidade. As comunidades indígenas na jurisdição da Corporación Interestadual Pulmarí - Provincia de Neuquén, Argentina*, visando analisar os efeitos das políticas sociais e dos projetos de desenvolvimento rural, particularmente aqueles que incorporam a atividade florestal comercial, em comunidades do povo indígena Mapuche, no sul da Argentina (Provincia de Neuquén).

O artigo de Heloísa Rodrigues Nascimento e Yolanda Vieira de Abreu, com o título *Geração de informações sobre a agricultura de energia por meio das geotecnologias*, apresenta a importância de se utilizar as ferramentas desenvolvidas pelas geotecnologias voltadas ao monitoramento e planejamento das culturas agrícolas. O artigo objetiva ainda mostrar como as geotecnologias podem ser úteis via instrumentos para ações de planejamento, gestão e controle da agricultura de energia e do uso da terra.

O artigo de Artêmio Ferreira Picanço Filho e Joel Orlando Bevilaqua Marin, intitulado *Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes*, analisa os contratos firmados entre as agroindústrias canavieiras e agricultores fornecedores de cana para a obtenção de matéria-prima, a partir de um estudo de caso realizado em Goiás; Daniel Jeffery Contini, Dario de Oliveira Lima-Filho e Leonardo de Oliveira Dresch, no artigo nominado *Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul*, objetivam relacionar o impacto dessa produção com a Segurança Alimentar e Nutricional nas comunidades locais; Bruna Ranção Conti e Diogo de Carvalho Antunes, no artigo denominado *Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na Vila de Trindade (Paraty, RJ)*, assinalam o objetivo do estudo em evidenciar os conflitos socioambientais presentes na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina, na área da Trindade, e destacar as contradições entre as lógicas de desenvolvimento implícitas nesse processo.

Os autores Lohan Cláudio Abreu Valadares e Maria Corette Pasa, no artigo *O uso das plantas e animais pela população ribeirinha da comunidade Rio Vermelho – Centro-Oeste brasileiro*, abordam a comunidade do Rio Vermelho, no estado de Mato Grosso, mostrando que os recursos naturais utilizados estão mais relacionados à fonte de renda do que ao consumo próprio e que a percepção da natureza está em um sentido de admiração e beleza,

não considerando importantes organismos que indiretamente afetam suas plantações ou criações; Adriane Vieira Ferrarini, em seu artigo *Desenvolvimento local integrado e sustentável*, destaca que as ações dispersas e tuteladas ainda predominam nos programas de superação da pobreza. O desenvolvimento local integrado e sustentável, segundo a autora, é utilizado na política pública como fundamento e metodologia, oportunizando o fortalecimento da participação da população como cogestora das articulações na localidade; Mário Vasconcellos e Ana Maria Vasconcellos, no artigo *Movimento social, mudanças na política pública e construção de parcerias para o desenvolvimento local*, assinalam a influência do movimento social rural sobre as mudanças na política de apoio ao pequeno produtor rural e para a criação de parcerias entre o Governo e as Organizações Locais para o desenvolvimento local na Amazônia, em particular no estado do Pará.

Na seção **Teoria e Prática**, as autoras Daiana Panciera Casagrande, Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Dimas de Oliveira Estevan apresentam *Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC*, buscando descrever a situação real dos jovens universitários que residem em meio rural, e buscam conhecimento para a concretização de suas atividades profissionais.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

- Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil151**
Quilombolas group and medicinal forest resources in southern Bahia, Brazil..... 151
Quilombolas et les ressources forestières médicinales dans le sud de Bahia, Brésil151
Los Quilombolas y recursos forestales medicinal en el sur de Bahía, Brasil..... 151
Renata dos Santos Mota
Henrique Machado Dias
- A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local161**
The native tea plant (paraguayan tea) and the Kaiowá and Guarani: from an ethnobotanic approach to the promotion of local development 161
Le maté et les Kaiowá et Guarani: abordage ethno-botanique et la promotion du développement local...161
La yerba mate y los Kaiowá y Guarani: del enfoque etnobotánica a la promoción del desarrollo local 161
Adriana Zanirato Contini
Maria Augusta de Castilho
Reginaldo Brito da Costa
- Los proyectos de desarrollo rural y forestal en contextos de pluriculturalidad. Las comunidades indígenas en la jurisdicción de la “Corporación Interestadual Pulmarí”, Provincia de Neuquén, Argentina169**
Os projetos de desenvolvimento rural e florestal em contexto de pluriculturalidade. As comunidades indígenas na jurisdição da “Corporación Interestadual Pulmarí”, Província de Neuquén, Argentina..... 169
Projects of rural and forest development in pluricultural contexts. Native communities in the jurisdiction of “Corporación Interestadual Pulmarí”, Province of Neuquén, Argentina.....169
Les projets de développement rural et forestier dans les contextes de pluri-culturalité. Les communautés indigènes dans la juridiction de la “Corporación Interestadual Pulmarí”, Province de Neuquén, Argentine... 169
Gabriel Stecher
Sebastián Valverde
- Geração de informações sobre a agricultura de energia por meio das geotecnologias181**
Generation of agriculture energy information through of geotechnologies 181
Generación de la información para la agricultura de energia a través de geotecnología181
Génération d’informations par le pouvoir du agriculture de l’énergie géotechnique..... 181
Heloisa Rodrigues Nascimento
Yolanda Vieira de Abreu
- Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes191**
Sugar-cane supply agreement: the power asymmetry between agents 191
Contratos de suministro de azúcar de caña: la asimetría de poder entre los agentes191
Les contrats des fournisseurs de cane à sucre: les inégalités du pouvoir entre les agents..... 191
Artêmio Ferreira Picanço Filho
Joel Orlando Bevilaqua Marin

Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul	203
Profile of agricultural production in rural for self-consumption of Mato Grosso do Sul	203
<i>Perfil de la producción agrícola para consumo propio en las zonas rurales del estado de Mato Grosso do Sul ..</i>	<i>203</i>
<i>Profil de la production agricole pour leur propre consommation dans les zones rurales du Mato Grosso do Sul ..</i>	<i>203</i>

Daniel Jeffery Contini
Dario de Oliveira Lima-Filho
Leonardo de Oliveira Dresch

Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na Vila de Trindade (Paraty, RJ)	213
Conflicts in the management of the National Park Serra da Bocaina: obstacles to local development in the village of Trindade (Paraty, Rio de Janeiro).....	213
<i>Les conflits dans la gestion du Parc National de Serra da Bocaina: les obstacles au développement local dans le village de Trindade (Paraty, Rio de Janeiro)</i>	<i>213</i>
<i>Conflictos en la gestión del Parque Nacional Serra da Bocaina: obstáculos para el desarrollo local en el pueblo de Trindade (Paraty, Río de Janeiro)</i>	<i>213</i>

Bruna Ração Conti
Diogo de Carvalho Antunes

Use of plants and animals by the riverine population from Rio Vermelho Community, central western Brazil	225
O uso das plantas e animais pela população ribeirinha da comunidade Rio Vermelho, centro-oeste brasileiro.....	225
<i>L'utilisation de plantes et d'animaux par la population riveraine du Rio Vermelho communautaire, dans le centre ouest du Brésil.....</i>	<i>225</i>
<i>El uso de plantas y animales por la población local de la comunidad de Rio Vermelho, en el centro-oeste de Brasil.....</i>	<i>225</i>

Lohan Claudio Abreu Valadares
Maria Corette Pasa

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza.....	233
Integrated and Sustainable Local Development: a methodology for policies and programs designed to overcome poverty	233
<i>Développement local intégré et durable: une méthodologie pour des politiques et des programmes de dépassement de la pauvreté.....</i>	<i>233</i>
<i>Desarrollo Local, Integrado y Sostenible: una metodología para las políticas y programas de superación de la pobreza</i>	<i>233</i>

Adriane Vieira Ferrarini

Social movement, public policy changes and partnerships building for local development	243
Movimento social, mudanças na política pública e construção de parcerias para o desenvolvimento local	243
<i>Movimiento social, cambios en las políticas públicas y construcción de asociaciones para el desarrollo local</i>	<i>243</i>
<i>Mouvement social, changements dans les politiques publiques et création de partenariats pour le développement local.....</i>	<i>243</i>

Mário Vasconcellos
Ana Maria Vasconcellos

Teoria e Prática

Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC	261
Projects for young professionals university students residing in rural areas: a case study of the youth of the city of Meleiro, SC	261
<i>Projets pour les professionnels du collège jeunes résidant dans les zones rurales: étude de cas du/de la jeunesse de la ville de Meleiro, SC</i>	<i>261</i>
<i>Proyectos para el colegio de profesionales de la joven que residen en las zonas rurales: un estudio de caso de/la juventud de la ciudad de Meleiro, SC</i>	<i>261</i>

Daiana Panciera Casagrande
Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Dimas de Oliveira Estevam

Artigos



Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil
Quilombolas group and medicinal forest resources in southern Bahia, Brazil
Quilombolas et les ressources forestières médicinales dans le sud de Bahia, Brésil
Los Quilombolas y recursos forestales medicinal en el sur de Bahía, Brasil

Renata dos Santos Mota*
Henrique Machado Dias**

Recebido em 28/7/2011; revisado e aprovado em 2/11/2011; aceito em 28/1/2012

Resumo: Buscou-se interpretar o conhecimento tradicional de uma comunidade quilombola acerca do uso de espécies vegetais com fins terapêuticos. Adotaram-se entrevistas semiestruturadas e análise de discurso para sua interpretação. Identificaram-se no herbário 57 espécies com fins medicinais. Conclui-se que o conhecimento é imprescindível para manutenção sociocultural dessa comunidade vulnerável e como forma de geração de trabalho e renda à luz do desenvolvimento sustentável local.

Palavras-chave: Etnobotânica. Comunidades tradicionais. Interdisciplinaridade.

Abstract: We interpreted the traditional knowledge of a Quilombola group about the use of plant species for therapeutic purposes (medicinal). Were adopted semi-structured interviews and discourse analysis to its interpretation. We identified 57 species in the herbarium for medicinal purposes. It is concluded that knowledge is essential for maintenance of socio-cultural vulnerable community and as a way of generating jobs and income the light of local sustainable development

Key words: Ethnobotanical. Traditional group. Interdisciplinary.

Résumé: Nous avons essayé d'interpréter les connaissances traditionnelles d'une communauté Quilombola sur l'utilisation d'espèces végétales à des fins thérapeutiques. Ont été adoptées entretiens semi-structurés et de l'analyse du discours à son interprétation. Nous avons identifié 57 espèces de l'herbier à des fins médicinales. Il est conclu que la connaissance est essentielle pour le maintien de communautés vulnérables socioculturelles et comme un moyen de générer des emplois et des revenus de la lumière du développement durable local.

Mots-clés: Ethnobotanique. Communautés traditionnelles. Interdisciplinaire.

Resumen: Tratamos de interpretar los conocimientos tradicionales de una comunidad Quilombola sobre el uso de especies de plantas con fines terapéuticos. Se adoptaron entrevistas semiestruturadas y análisis del discurso para su interpretación. Se identificaron 57 especies en el herbario con fines medicinales. Se concluye que el conocimiento es esencial para el mantenimiento de las comunidades vulnerables socio-cultural y como una forma de generar empleos e ingresos a la luz del desarrollo sostenible local.

Palabras clave: Etnobotánica. Comunidades tradicionales. Interdisciplinario.

Introdução

Ao longo de sua existência, o ser humano acumulou informações (etnoconhecimento) sobre o ambiente a partir das constantes observações dos episódios característicos da natureza e na experimentação empírica no uso dos recursos naturais disponíveis (JORGE; MORAIS, 2003). Nesse sentido, o etnoconhecimento destaca-se por ter essa estreita cumplidade e interdisciplinaridade com todas as áreas da ciência, destacando-se a antropologia, biologia, química, farmacologia e física (DISTASI, 1996). Rodrigues e Carvalho (2001) afirmam que a etnobotânica, como subárea do etnoconhecimento, é o primeiro passo para a interdisciplinaridade envolvendo botânicos, agrônomos, antropólogos, médicos, químicos

e físicos, a fim de estabelecer quais são as espécies vegetais promissoras para pesquisas agrícolas, florestais e medicinais.

Albuquerque (2005) afirma que a etnobotânica torna possível o reconhecimento da distribuição, origem e diversidade das plantas cultivadas ao longo do tempo no espaço. Fonseca-Kruel e Peixoto, (2004), Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007) e Alves *et al.* (2007) enfatizam que a etnobotânica diz respeito ao estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas. Cotton (1996) afirma que ela apresenta, como característica básica de estudo, o contato direto com as populações tradicionais, cuja confiança permita conquistar com aproximação e vivência, resgatando

* Bióloga. Universidade do Estado da Bahia/Teixeira de Freitas. E-mail: nannamotta23@hotmail.com

** Doutor em Meio Ambiente. Professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: henrique.m.dias@ufes.br

o conhecimento possível sobre a relação de afinidades entre o ser humano com as plantas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que aproximadamente 80% da população mundial dependem de remédios tradicionais e caseiros através do uso direto de plantas (BUENO *et al.*, 2005). Zuchiwschi *et al.* (2010) e Pinto *et al.* (2006) afirmam que a continuidade nesse uso pode ser ameaçada devido à interferência dos fatores externos à dinâmica social do grupo, como a exposição das comunidades às pressões econômicas e culturais externas. No Brasil, a ciência fitoterápica é uma prática terapêutica incentivada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), e tem obtido um progresso considerável devido a sua comprovada eficiência. Almeida (2003) afirma que a utilização de plantas medicinais no país é uma prática comum, resultante da forte influência cultural dos indígenas miscigenados com as tradições africanas, oriundas de três séculos de tráfico de escravos negros e da cultura europeia trazida pelos colonizadores.

Em relação ao uso dos recursos florestais associados a populações tradicionais, Amorozo (1996) afirma ser este a forma desenvolvida pelas sociedades a respeito do uso no mundo vegetal, englobando a cultura do grupo social e a classificação sistemática no uso das plantas. Gottlieb *et al.* (1996) enfatizam que isso é importante no Brasil, uma vez que seu território abriga uma das floras mais ricas do mundo, da qual 99% são desconhecidas fitoquimicamente. Francischi *et al.* (2005) enfatizam que a população brasileira utiliza um arsenal terapêutico instituído por pelo menos trezentas plantas medicinais, sendo consumidas *in natura* ou em diferentes forma de preparação, movimentando um mercado de mais de US\$ 400 milhões/ano.

Rodrigues e Carlini (2003) afirmam que o país deveria ser um foco de descobertas de novos produtos fitoterápicos em virtude das altas taxas de biodiversidade e endemismo presentes nos seus biomas, associadas à diversidade cultural revelada em mais de 220 etnias indígenas e inúmeros grupos quilombolas distribuídos ao longo do território nacional, do que resulta em alta riqueza no conhecimento da flora brasileira quanto aos bens e serviços associados e seu potencial fitoterapêutico. Abreu (2007) afirma que a vinda de negros ao Brasil propiciou a troca de

elementos culturais relacionados às plantas, além disso, muitas são utilizadas nos rituais e sempre estiveram associadas aos velhos costumes africanos, e por isso, foram introduzidas aos seus hábitos cotidianos no país.

Nesse sentido, Barroso *et al.* (2010), Monteles e Pinheiro (2007), Pereira *et al.* (2007) e Rodrigues e Carlini (2003) abordaram a importância de se realizar levantamentos etnobotânicos das plantas medicinais em comunidades quilombolas, pois estas possuem amplo conhecimento no uso desses recursos vegetais medicinais. Esse fator está ainda mais relacionado, principalmente, com sua origem étnica (AMOROZO, 2002). No entanto, à medida que a relação com o território se transforma pela modernização no campo, a rede de transmissão do conhecimento sobre as plantas passa a sofrer alterações (ZUCHIWSCHI *et al.*, 2010). Amorozo (1996) afirma que a degradação ambiental e a intrusão de novos elementos culturais, nos sistemas de vida tradicionais, ameaçam o amplo acervo de conhecimento empírico assimilado por essa população ao longo das centenas de anos. Diante disso, Zuchiwschi *et al.* (2010) e Pilla *et al.* (2006) ressaltam que, ao resgatar o conhecimento popular das técnicas terapêuticas, também de certa forma se resgata o modo de aprendizado que contribuiu para a valorização da medicina popular local, subsidiando de informações os programas de saúde pública e conservação da biodiversidade.

Christo *et al.* (2006) afirmam que uma das ações prioritárias para os programas de conservação da biodiversidade é a inclusão de comunidades tradicionais no processo de proteção e manejo sustentável da biodiversidade. Esse fato pode ser observado com o estabelecimento da categoria de uso sustentável no processo de criação de unidades de conservação da natureza (LEI n. 9985/00), que estabeleceu um conjunto de áreas protegidas que permitem a permanência de populações tradicionais em seu interior (Exemplo - Florestas Nacionais; Reserva Extrativista; Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RYLANDS; BRANDON, 2005).

Nesse sentido, o presente estudo objetivou realizar um levantamento etnobotânico em quintais florestais de uma comunidade remanescente de quilombolas, avaliando sua importância como fonte de conhecimento

tradicional agregado à biodiversidade local, junto das plantas medicinais, verificando suas indicações terapêuticas, posologia e procedência, bem como subsidiando programas que fortaleçam a proteção cultural dessas comunidades perante a sua susceptibilidade às atividades de degradação sociocultural e ambiental do entorno.

1 Área de estudo e breve histórico

Este estudo foi realizado no distrito de Helvécia (17°48'S; 39°39'W), município de Nova Viçosa, extremo sul da Bahia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), a população do município é de 38.256 e a do distrito de Helvécia, de 3.500 habitantes. A economia é fundamentalmente baseada na pequena agricultura (subsistência), pecuária e indústria madeireira para fins de carvão e celulose. O distrito traz sinais de um lugar que foi referência na concentração de negros escravos no interior do estado da Bahia, em todos os períodos em que se deu o processo da escravidão (ABREU, 2007).

A comunidade de Helvécia era uma colônia suíço-alemã estabelecida em 1818 e dependeu da mão de obra escrava para o cultivo do café até a Abolição, em 1888. Em meados de 1880, grande parte dos colonos já havia deixado a região, muitos dos quais retornando à Europa. Porém, após a Abolição, muitos dos ex-cativos permaneceram nas terras vizinhas das antigas plantações, praticando uma cultura de subsistência. A partir de 1897, a vila de Helvécia passaria a viver em função da estação ferroviária Bahia-Minas, que foi desativada em 1966. No entanto a implantação de monocultura de eucalipto alterou a fisionomia e a cultura da região, desalojando muitas famílias que viviam do cultivo e da produção familiar, em pequenas propriedades, para as grandes cidades. Atualmente, os remanescentes de quilombolas trabalham como empregados em grandes propriedades agrícolas, muitos sem direitos trabalhistas, ou sobrevivem da clandestinidade no roubo de eucaliptos e produção de lenha ilegal (ABREU, 2007). Porém alguns descendentes de quilombolas buscaram superar essa transformação cultural a partir da possibilidade de sobreviver respeitando

os costumes do passado e os valores dos ancestrais, procurando estratégias de desenvolvimento sociocultural. Foi quando, em 01 de março de 2004, a comunidade foi reconhecida como um remanescente de quilombola (ABREU, 2007).

2 Delineamento experimental

Foram realizadas seis idas ao campo para coleta das informações, sendo duas para levantamento dos informantes e quatro para as entrevistas semiestruturadas junto aos selecionados e para a coleta do material botânico. As entrevistas constaram de questionário individual, com perguntas referentes às plantas utilizadas por eles (MORAIS *et al.*, 2005 e RODRIGUES; CARVALHO, 2001). Os dados obtidos foram registrados em uma caderneta de campo. Para preservação da identidade dos entrevistados foram utilizados letras de A a D para a divulgação dos resultados e discussão ao longo deste trabalho. Tal questionário possibilitou aos entrevistados explicar suas opiniões e argumentos (ALENCAR; GOMES, 1998).

Os dados foram coletados a partir de uma amostragem intencional não-probabilística (ALENCAR; GOMES, 1998), por meio da qual os informantes foram selecionados de acordo com indicações de membros da própria comunidade. Os dados florísticos da etnobotânica foram coletados nos quintais dos entrevistados, conforme Pereira *et al.* (2007) e Pasa *et al.* (2005). Os quintais florestais estão localizados próximos às residências, mais precisamente nos fundos dos terrenos, e apresentam área média de 0,26ha, variando entre 0,08 e 1,0ha. De modo geral, as espécies vegetais encontram-se distribuídas aleatoriamente nas proximidades da casa não seguindo um arranjo espacial pré-definido.

Dos entrevistados, duas são mulheres e dois homens, com idade entre 45 e 65 anos, sendo os remanescentes diretos de 3ª geração de africanos. Estes compõem a amostra da entrevista recolhida junto da comunidade. Cabe ressaltar que a quantidade de entrevistados é baixa devido à escassez de informantes que foram selecionadas pela própria comunidade, junto dos critérios pré-estabelecidos por eles, *i.e.* amplo conhecimento tradicional sobre as plantas e parentescos mais próximo de ascendentes africanos.

Dos entrevistados, todos trabalham com pequenas propriedades agrícolas, dedicando-se à cultura de subsistência. Dessa produção, o eventual excedente é comercializado nas feiras livres no próprio distrito ou em outras localidades próximas, como Posto da Mata e Teixeira de Freitas, Bahia. Esse excedente provém normalmente da produção artesanal da farinha de mandioca ou de outras culturas agrícolas em menor proporção, como o feijão, milho, arroz, abóbora, batata e outros legumes.

Para o uso dessa metodologia, foi utilizada a pesquisa participante ou observação participante (BORGES, 2009; CARVALHO; SOUZA, 2000), como técnica da pesquisa qualitativa de levantamento de dados primários, propiciando uma aproximação melhor com o sujeito e com a realidade socioespacial da qual este faz parte, uma vez que inclui pessoas representativas. Portanto isso possibilita que o pesquisador tenha acesso ao cotidiano do sujeito pesquisado por meio do seu discurso e de sua prática social. Segundo Borges (2009), ela exige do pesquisador suas impressões pessoais e subjetivas sobre o que vai ser pesquisado e, portanto, requer uma relação estreita com seus objetos de pesquisas. Por isso é uma técnica em que o processo de observação é feito de maneira direta, analisando suas convivências cotidianas, e tem sido empregada em pesquisas que envolvem formas de interpretar e compreender o coletivo. Além do levantamento de dados e informações sobre o grupo pesquisado, Carvalho e Souza (2000) afirmam que essa técnica envolve a ação direta sobre a realidade do grupo pesquisado. Por isso esses autores ressaltam que a observação participante é uma proposta concreta

de procedimento metodológico.

Em relação à identificação dos espécimes vegetais, foram realizadas coletas do material botânico no momento das entrevistas. Todo o material foi herborizado conforme metodologia convencional aplicada em taxonomia vegetal no laboratório de Botânica da Universidade do Estado da Bahia – campus Teixeira de Freitas – e identificados por taxonomista do herbário da Universidade Estadual de Santa Cruz (HUESC), em Itabuna, Bahia, por meio de chaves analíticas de classificação botânica e por comparação com exsicatas depositadas naquele herbário.

Com base nas informações obtidas, foi elaborada uma listagem de espécies organizada por ordem alfabética das famílias botânicas, seguidas pelo nome científico, nomes populares, parte vegetativa utilizada e categoria de uso popular. Todas as plantas citadas foram coletadas na presença dos informantes, pois eles têm a tendência de coletar somente a parte usada da planta, dificultando a identificação, por isso foi dado um tratamento botânico mais amplo. A forma de tabulação e ordenação foi baseada por Alexiades (1996).

3 Plantas medicinais e etnoconhecimento

Através desta pesquisa, foram identificadas 57 espécies, as quais estão distribuídas em 32 famílias botânicas. As famílias com maior riqueza florística foram Asteraceae, Fabaceae e Lamiaceae (5 espécies cada), seguidas de Amaranthaceae, Myrtaceae, Poaceae, Rubiaceae e Verbenaceae (3 espécies cada). As demais famílias apresentaram uma ou duas espécies (Tabela 1).

Tabela 1 – Plantas em quintais florestais na comunidade de Helvécia, Nova Viçosa, Bahia.

Família/Táxon	Nome popular	Parte utilizada	Indicação (expressões populares dos informantes)
AMARANTHACEAE			
<i>Alternanthera cf. ficoidea</i> R.Br.	Anador	folha	Dor de cabeça e febre
<i>Alternanthera</i> sp.	Terramicina	folha	Antiinflamatório e disenteria
<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze.	Imburana de rama	toda a planta	Antiofídico e dores
ANARCADIACEAE			
<i>Mangifera indica</i> L.	Manga	folha	Antecipa o parto
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira	folha	Diabetes, colesterol e próstata
APIACEAE			
<i>Pimpinella anisum</i> L.	Erva-doce	folha	Gastrite e gases
ARECACEAE			

Família/Táxon	Nome popular	Parte utilizada	Indicação (expressões populares dos informantes)
<i>Cocos nucifera</i> L. ASTERACEAE	Coco-anã	fruto	Diarreia
<i>Vernonia condensata</i> Baker	Alumã	folha	Gastrite e fígado
<i>Verbesina</i> cf. <i>macrophylla</i> (Cass.) Blake	Rabo-de-raposa	folha	Pano branco
<i>Bidens pilosa</i> L.	Pico preto	toda a planta	Hepatite, hemorragia e dores
<i>Tagetes minuta</i> L.	Inchota	folha	Machucados
<i>Chromolaena odorata</i> (L.) Robinson BIXACEAE	Arnica verdadeira	folha	Machucado da carne
<i>Bixa orellana</i> L. CAPPARACEAE	Corante	semente/fruto	Colesterol e asma
<i>Cleome aculeata</i> L. CARICACEAE	Xixi-de-galinha	toda a planta	Rins e uretra
<i>Carica papaya</i> L. CHENOPODIACEAE	Mamão	folha/flor	Afta e gastrite
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L. COSTACEAE	Erva-santa	folha	Emenda osso e vermes
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.) Roscoe CRASSULACEAE	Cana-de-macaco	folha/flor	Rins e bexiga
<i>Kalanchoe</i> sp. CURCUBITACEAE	Saião	folha	Gastrite
<i>Momordica charantia</i> L. CYPERACEAE	Melão-São-Caetano	folha	Diarreia e diabetes
<i>Cyperus articulatus</i> L. EUPHORBIACEAE	Junça	raiz	Dor de cabeça e sinusite
<i>Jatropha carcas</i> L. FABACEAE	Metiolate	látex	Fechamento de cortes
<i>Cajanus cajan</i> (L.Millsp.)	Andu	folha/semente	Antibiótico, gengiva
<i>Desmodium barbatum</i> (L.) Benth.	Beijo-de-boi	toda a planta	Rins e uretra
<i>Senna</i> sp.	Fedegosinho	flor/raiz	Conjuntivite e diarreia
<i>Tephrosia purpurea</i> (L.) Pers.	Sena	folha	Purgante e febre
<i>Senna multijuga</i> (L.C.Rich.) H.S.Irwin LAMIACEAE	Angico	casca do caule	Tosse, asma, infecção útero e rins
<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) Ait.f.	Cordão-de-frade	toda a planta	Pressão alta
<i>Ocimum campechianum</i> Mill.	Alfavaquinha	semente	Gripe, tosse, cisco do olho
<i>Mentha arvensis</i> L.	Vick	folha	Dor de cabeça, picada de inseto
<i>Ocimum seloi</i> Benth.	Manjerina	folha	Dores
<i>Ocimum gratissimum</i> L. LAURACEAE	Alfavaca Tiôô	folha/raiz	Desinflamação interna
<i>Persea americana</i> Mill. LORANTHACEAE	Abacate	folha/semente	Rins
<i>Struthanthus springifolius</i> Mart. MALPIGHIACEAE	Erva de bem-te-vi	folha	Desinflamação interna
<i>Malpighia emarginata</i> D.C. MALVACEAE	Acerola	folha	Gripe
<i>Gossypium barbadense</i> L.	Algodão	folha/semente	Dor de ouvido e antibiótico
<i>Sida canifolia</i> Cav. MENISPERMACEAE	Lingua-de-teiú	toda a planta	Disenteria
<i>Chondodendron microphyllum</i> Mold MORACEAE	Buta	raiz	Fígado e gastrite
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lamark	Jaca	raiz	Asma e tosse
<i>Morus nigra</i> L. MYRTACEAE	Amora	folha	Pressão alta

Família/Táxon	Nome popular	Parte utilizada	Indicação (expressões populares dos informantes)
<i>Eugenia jambolana</i> Lam.	Jamelão	folha	Diabetes e colesterol
<i>Psidium guajava</i> L.	Goiaba	folha/caule	Diarreia e diabetes
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitanga	folha	Tosse e rouquidão
PHYTOLACACEAE			
<i>Petiveria tetrandra</i> Gomez.	Guiné	raiz	Sinusite e reumatismo
POACEAE			
<i>Dactyloctenium aegyptium</i> (L.) Willd.	Pé-de-galinha	folha	Gastrite e soltar urina
<i>Cymbopogon</i> sp.	Milagre	folha	Visão, pressão alta e coluna
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.	Capim-santo	folha	Dor de cabeça
PUNICACEAE			
<i>Punica granatum</i> L.	Romã	fruto	Gastrite
RUBIACEAE			
<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitch.	Trussisco	raiz	Reumatismo e resguardo
<i>Borreria capitata</i> DC.	Emenda-nervo	folha	Emenda osso
<i>Coffe arabica</i> L.	Café	semente	Diabetes
SROPHULARIACEAE			
<i>Scoparia dulcis</i> L.	Vassourinha	toda a planta	Para crianças nascendo
URTICACEAE			
<i>Pilea cf. microphylla</i> (L.) L.	Brilhantina	toda a planta	Para vômitos e enjôos
VERBENACEAE			
<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Brown.	Erva-cidreira	folha	Regular pressão e calmante
<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Ric) Herter	Gervão	toda a planta	Purgante e febre
<i>Lantana camara</i> L.	Camará	folha	Gripe
VITACEAE			
<i>Cissus verticillata</i> (L.) Nicol. & Jarvis	Insulina	folha	Diabetes
ZINGIBERACEAE			
<i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) Burt & Smith.	Açucena	raiz/flor/folha	Coração e pressão

Em relação ao perfil dos informantes, eles possuem uma linguagem terapêutica popular quase que própria no que se refere às enfermidades e aplicações das plantas, com algumas expressões bem particulares, como por exemplo: “esta planta serve pra quem tá com intestino zangado” (informante A), o que significa em uma linguagem popular: “prisão-de-ventre”. Todos os informantes salientaram que a dosagem utilizada é fundamental para a cura das enfermidades, e que o excesso dessas plantas ou o seu uso prolongado pode provocar “intoxicação”. Essa informação, à luz da observação participante (CARVALHO; SOUZA, 2000), demonstra certa precaução no uso dos recursos medicinais populares.

Similarmente aos resultados obtidos em outras localidades (FRANCO; BARROS, 2006; MONTELES; PINHEIRO, 2007), verificou-se que o maior número de espécies indicadas para esse estudo foi para o tratamento de doenças associadas ao aparelho respiratório, como por exemplo: “tosse, gripe, resfriado, asma,

rouquidão”, somando 13% do total (Tabela 1). Espécies indicadas para gastrite somaram 11% e, para o tratamento de diabetes e atividades renais, 10% cada uma. Para controle de pressão arterial e dores de cabeça, 8% cada uma. Sendo o restante distribuído em menor percentual para combate de dor de ouvido, afta, antecipação de parto, sinusite, picada de inseto, veneno de cobra, coração, doenças da mucosa, problemas que somados representam 36% dos casos a que se aplicam as espécies citadas neste estudo.

O modo de administrar o tratamento tradicional é por via oral, principalmente em forma de chá (70%), seguido do sumo (10%) e da “garrafada” (5%), este último sendo o processo no qual a planta fica imergida na água ou no álcool por um tempo determinado, comumente chamado pelos erveiros de “vinhar na água ou no álcool”. As espécies de Guiné (*Petiveria tetrandra*), Junco (*Cyperus articulatus*) e Aroeira (*Schinus terebinthifolius*) são exemplos de plantas preparadas como

“garrafadas”. O “banho” também é uma forma de preparo utilizada com algumas espécies, destacando-se a manga (*Mangifera indica*), utilizada pelas mulheres para antecipar o “parto da mulher”.

Algumas espécies são utilizadas misturadas com outros alimentos, a exemplo do mel de abelhas associado à Jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), do sal com o “emenda-nervo” (*Borreria capitata*) e outras espécies vegetais, como o “saião” (*Kalanchoe sp.*) indicados para tratamento de gastrite. De acordo com informante B, existem receitas que tornam mais eficaz a ação do tratamento, como exemplo: “não comer farinha, fritura e nem ingerir álcool”. No entanto, Alves *et al.* (2007) alertam que essa prática da mistura pode ser perigosa, pois nem sempre o processo de preparação é o mais indicado, mesmo para plantas diferentes, gerando combinações que resultam em efeitos imprevisíveis a saúde da pessoa que a ingeriu. Pilla *et al.* (2006) afirmam que um bom critério para justificar o uso de plantas medicinais é verificar a concordância no uso delas pela comunidade, ou seja, quanto maior for a concordância entre os membros, mais passível ela é para ser utilizada.

Neste estudo, a parte da planta mais utilizada foi a folha (56%), seguida do ramo foliar (20%) e da raiz (16%). Amoroso (2002) obteve resultados semelhantes estudando o uso e a diversidade de plantas medicinais em outras comunidades, principalmente no uso da estrutura vegetativa não fértil. Gonçalves e Martins (1998) afirmam que a explicação mais plausível para o uso das folhas na preparação de remédios deve-se ao fato de sua maior disponibilidade durante todo o ano e pela concentração da maior parte dos princípios ativos para o tratamento. Pilla *et al.* (2006) afirmam que o uso das folhas apresenta um caráter de conservação do recurso vegetal, a partir do extrativismo de produtos florestais não-madeiráveis, pois ela não impede o desenvolvimento vegetativo e, principalmente, não degrada o sistema reprodutivo da planta.

As comunidades extrativistas que habitam essa comunidade quilombola, assim como de outras regiões do país, necessitam direta e indiretamente dos produtos e serviços disponibilizados pelo ecossistema no qual residem, principalmente em regiões em que a população é vulnerável aos impactos promovidos pelo entorno (ABREU, 2007). Bastos

(1995) observou o mesmo paradigma para o litoral paraense, em que vários produtos, de origem vegetal, são utilizados na alimentação, na medicina caseira, na confecção de currais e barcos, e na obtenção de carvão, tintas e resinas para calafetagem de embarcações e como forma de geração de trabalho e renda.

Nenhum dos entrevistados transmitiu seus conhecimentos sobre a utilização, dosagem e preparo das plantas medicinais aos seus filhos. Dentre os motivos apresentados, destaca-se a falta de tempo ocasionada pelo trabalho dos filhos para ajudar na renda familiar e, principalmente, a falta de interesse por parte dos próprios familiares. Franco e Barros (2006) afirmam que vários são os fatores que contribuem para que o conhecimento da população tradicional sobre o uso das plantas medicinais fique armazenado junto às pessoas mais idosas da comunidade, não permitindo a transmissão desse conhecimento. Forey e Lindsay (1997) afirmam que os medicamentos tradicionais (alopáticos) fizeram com que os tratamentos à base de ervas ficassem em desuso, demonstrando assim a perda de uma cultura ao longo dos anos.

Para estimular o reconhecimento dessas práticas pela população mais jovem da comunidade estudada, discute-se à luz de Fonseca-Kruel e Peixoto (2004), os quais afirmam que se deve estimular o conhecimento tradicional do meio ambiente a partir da criação de espaços que possibilitem o compartilhamento do saber entre os jovens da comunidade, bem como do estabelecimento de hortos que contribuam para a manutenção e valorização das tradições no uso de plantas.

Fonseca-Kruel e Peixoto (2004) também destacam o importante papel de seus estudos sobre o uso sustentável da biodiversidade a partir da valorização e aproveitamento do conhecimento empírico das sociedades humanas, bem como na definição de sistemas de manejo e incentivo à geração de conhecimento científico e tecnológico voltados para o uso sustentável dos recursos naturais. De forma similar, é imprescindível a geração de conhecimento como subsídio à implantação de propostas de geração de trabalho e renda e inclusão social em áreas carentes de políticas públicas de inserção comunitária, utilizando o conhecimento empírico das populações tradicionais locais. Nessa perspectiva, que o manejo dos recursos naturais torna-se um dos

instrumentos pelos quais se pode chegar a um processo de desenvolvimento sustentável à luz de sociedades sustentáveis (DIEGUES, 2001), pois qualquer sistema de gestão deve levar em consideração não só a diversidade de cenários ambientais, como também os cenários econômicos, políticos, sociais e culturais (SOARES, 2002).

Nesse enfoque, Sauer (2004) integra todos esses fatores abordados (usos diretos e indiretos dos recursos florestais) como dois elementos de paisagens interligadas, um no sentido de área física, como o somatório de todos os recursos naturais que o ser humano tem a sua disposição na área, e outro como a sua expressão cultural, de saber, “a marca da ação do ser humano sobre a área”. Ou seja, as pessoas associadas dentro e com a área, tendo grupos associados por descendência ou tradição.

Considerações finais

Durante o levantamento etnobotânico, verificamos que esse conhecimento mostra-se como uma ferramenta sócio-ambiental-cultural eficiente para prática de manejo sustentável e conservação de espécies florestais de uso local. No entanto também verificamos que esse conhecimento tradicional junto a esta comunidade quilombola em Helvécia está sendo perdido, principalmente devido à baixa assimilação desse conhecimento pelos descendentes diretos. Nesse sentido, uma revisão das políticas de valorização cultural dessa comunidade, associada com o desenvolvimento educacional e científico, torna-se perspicaz para um melhor engajamento desse remanescente cultural no extremo sul da Bahia.

Referências

- ABREU, E. L. B. Políticas Públicas culturais nas Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão. *Segmentos*, Teixeira de Freitas, v. 1, n. 1, p. 15-27, 2007.
- ALBUQUERQUE, U. P. *Introdução a Etnobotânica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. *Metodologia de pesquisa social e diagnóstico rápido participativo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.
- ALEXIADES, M. N. *Selected guidelines for Ethnobotanical research: a field manual*. New York: The New York Botanical Garden, 1996.
- ALMEIDA, M. Z. *Plantas medicinais*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003. 150 p.
- ALVES, R. N. *et al.* Utilização e comércio de plantas medicinais em Campina Grande, PB, Brasil. *Revista Eletrônica de Farmácia*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 175-198, 2007.
- AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio de Leveger, MT, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 189-203, 2002.
- AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência - um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 47-68.
- BASTOS, M. N. C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, ser. Antropologia, Belém, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.
- BORGES, M. C. Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 183-198.
- BUENO, A. R. *et al.* Medicinal Plants used by the Kaiowá and Guarani indigenous populations in the Caarapó Reserve, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-44, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Proposta de política nacional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos*. Brasília, DF, 2001.
- BARROSO, R. M.; REIS, A.; HANAZAKI, N. etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 518-528, 2010.
- CARVALHO, N. D.; SOUZA, M. M. O. A pesquisa participante no contexto da geografia agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2000. p. 139-161.
- CHRISTO, A. G.; GUEDES-BRUNI, R. R.; FONSECA-KRUEL, V. S. Uso de recursos vegetais em comunidades rurais limítrofes à reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: estudo de caso na Gleba Aldeia Velha. *Rodriguesia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 519-542, 2006.
- COTTON, C. M. *Etnobotany: principles and applications*. New York: J. Wiley, 1996. 320 p.
- DI STASI, L. C. *Plantas medicinais: arte e ciência*. Um guia de estudo Interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996. 31p.
- DIEGUES, A. C. *Ecologia humana e planejamento costeiro*. 2. ed. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.
- FONSECA-KRUEL, V. S.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica da reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 177-190, 2004.
- FOREY, P.; LINDSAY, R. *Plantas medicinais*. Lisboa: Atlantis Publications, 1997.

- FRANCISCHI, J. N. *et al.* *A farmacologia em nossa vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FRANCO, E. A. P.; BARROS, R. F. M. Uso e diversidade de plantas medicinais no quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. *Revista Brasileira Plantas Medicinais*, Botucatu, v. 8, n. 3, p. 78-88, 2006.
- GONÇALVES, M. I. A.; MARTINS, D. T. O. Plantas medicinais usadas pela população do município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira Farmacognosia*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 3/4, p. 56-61, 1998.
- GOTTILIEB, O. R.; KAPLAN, M. A. C.; BORIM, M. R. M. B. *Biodiversidade*. Um enfoque químico-biológico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *IBGE cidades*. Nova Viçosa, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- JORGE, S. S. A.; MORAIS, R. G. Etnobotânica de plantas medicinais. In: COELHO, M. F. B. *et al.* (Org.). *Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais*. *Anais do Seminário de Etnobiologia, Etnoecologia, Cuiabá*: Unicem, 2003. p. 89-98.
- MAIOLI-AZEVEDO, V.; FONSECA-KRUEL, V. S. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 263-275, 2007.
- MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, João Pessoa, v. 7, n. 2, 2007.
- MORAIS, S. L. *et al.* Plantas medicinais usadas pelos índios Tapebas do Ceará. *Revista Brasileira Farmacognosia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 169-177, 2005.
- PASA, M. C.; SOARES, J. J.; NETO, G. G. Estudo Etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá Açu, MT, Brasil). *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 195-207, 2005.
- PEREIRA, L. A. *et al.* Plantas Medicinais de uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental: Aspectos utilitários de espécies das famílias Piperaceae e Solanaceae. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2007.
- PILLA, M. A. C.; AMOROZO, M. C. L.; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 789-802, 2006.
- PINTO, E. P. P.; AMOROSO, M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica - Itacaré, BA, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 751-762, 2006.
- RODRIGUES, E.; CARLINI, E. A. Possíveis efeitos sobre o sistema nervoso central de plantas utilizadas por duas Culturas brasileiras (quilombolas e índios). *Arquivos Brasileiros de Fitomedicina Científica*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 147-154, 2003.
- RODRIGUES, V. E. G., CARVALHO, D. A. Levantamento Etnobotânico de plantas medicinais no domínio do cerrado na região alto rio grande - Minas Gerais. *Ciências Agrotecnicas*, Lavras, v. 25, n. 1, p. 102-123, 2001.
- RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. *Megadiversidade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.
- SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 12-74.
- SOARES, M. L. G. Ética e conservação da diversidade biológica. In: BARTHOLO, R.; RIBEIRO, H.; BITTENCOURT, J. N. (Orgs.). *Ética e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Engenho & Arte, 2002. p. 99-132.
- ZUCHIWSCHI, E.; FANTINI, A. C.; ALVES, A. C.; PERONI, N. Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. *Acta Botanica Brasilica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 270-282, 2010.

A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local

The native tea plant (paraguayan tea) and the Kaiowá and Guarani: from an ethnobotanic approach to the promotion of local development

Le maté et les Kaiowá et Guarani: abordage ethno-botanique et la promotion du développement local

La yerba mate y los Kaiowá y Guarani: del enfoque etnobotánica a la promoción del desarrollo local

Adriana Zanirato Contini*
Maria Augusta de Castilho**
Reginaldo Brito da Costa***

Recebido em 10/10/2011; revisado e aprovado em 2/2/2012; aceito em 16/4/2012

Resumo: O presente estudo objetivou estabelecer uma relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani e a erva-mate nativa, com alternativas para a promoção do desenvolvimento local. O texto trata de entender os reflexos das relações de uso do gênero *Ilex* pelas comunidades indígenas e colonizadoras, com a exploração econômica do material vegetal e o fortalecimento do conhecimento tradicional. Ao longo do trabalho, buscou-se reunir informações que esclarecessem o papel da erva-mate na história regional, enfatizando a adequação dos papéis dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento onde hoje é o Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a participação dos jesuítas, os Kaiowá e Guarani e os reflexos socioambientais decorrentes da colonização, bem como a importância de políticas que fortaleçam o cultivo da espécie em áreas de ocorrência natural.

Palavras-chave: *Ilex paraguariensis*. Povos indígenas. Saberes tradicionais.

Abstract: The present study aims at establishing a historical-cultural relationship between the Kaiowá and the Guarani and the native tea plant (Paraguayan tea), with alternatives for the promotion of local development. The text seeks to understand the repercussions in the use of the plant *Ilex* by the indigenous communities and the colonizers, with the economic exploitation of the plant and the strengthening of traditional knowledge. Throughout the study, effort has been made to bring together information which clarifies the role of the native tea plant in regional history, emphasizing and adequating the roles of the agents responsible for the development of what today is the State of Mato Grosso do Sul, with special emphasis on the participation of the Jesuits, the Kaiowá and Guarani and the social-environmental repercussions as a result of colonization, as well as the importance of policies that strengthen the cultivation of the plant in areas where it grows wild.

Key words: *Ilex paraguariensis*. Indigenous peoples. Traditional knowledge.

Résumé: Cette étude a pour objectif d'établir une relation historique-culturelle entre les Kaiowá et Guarani et le maté natif, comme alternative pour promouvoir le développement local. Le texte cherche à comprendre les réflexes des relations de l'usage du genre *Ilex* par les communautés indigènes et colonisatrices, avec l'exploitation économique de cette matière végétale et le renforcement de la connaissance traditionnelle. Tout au long du travail, il a été recherché et réuni les informations qui peuvent aider à éclairer le rôle du maté dans l'histoire régionale, en mettant l'accent sur la pertinence du rôle des agents responsables du développement de la région qui est aujourd'hui l'État du Mato Grosso do Sul, en détachant la participation des Jésuites, les Kaiowá et Guarani et les réflexes socio-environnementaux en raison de la colonisation, ainsi que l'importance des politiques visant à renforcer la culture de l'espèce dans les zones de présence naturelle.

Mots-clés: *Ilex paraguariensis*. Peuples indigènes. Savoirs traditionnels.

Resumen: El presente estudio buscó establecer una relación cultural histórica entre guaraní y Kaiowá y la yerba mate nativa, con alternativas para la promoción del desarrollo local. El texto trata de entender los reflejos de las relaciones de uso del género *Ilex* por comunidades indígenas y colonizadoras, con la explotación económica del material vegetal y el fortalecimiento del conocimiento tradicional. A lo largo del trabajo se intentó reunir informaciones que dilucidase el papel de la yerba mate en la historia regional, enfatizando la adecuación de los papeles de agentes responsables por el desarrollo de lo que es hoy el Estado de Mato Grosso del Sur, con énfasis a la participación de los jesuitas, los Kaiowá y guaraní y los reflejos socio-ambientales debido a la colonización, así como la importancia de políticas que fortalezcan el cultivo de la especie en las áreas de ocurrencia natural.

Palabras clave: *Ilex paraguariensis*. Pueblos indígenas. Conocimientos tradicionales.

* Mestre em Desenvolvimento Local e Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Biologia, ambos pela Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: dricazc@hotmail.com

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local e do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. Email: m.a.castilho@terra.com.br; maugusta@ucdb.br

*** Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: reg.brito.costa@gmail.com

Introdução

A *Ilex paraguariensis* St.-Hil é a espécie mais comum e utilizada do gênero na produção do chá-mate, chimarrão ou tereré, bem como na extração de pigmentos. Ficou conhecida, então, por erva-mate, em guarani - caá ou, ainda, chá-de-Paraguai, chá-dos-jesuítas, erva-do-diabo, yerba-santa para os uruguaios. Pertencente à família Aquifoliaceae, são conhecidas cerca de 600 espécies, das quais 220 são nativas da América do Sul e 68 ocorrem no Brasil (SCHERER, 1997; STURION; RESENDE, 1997).

A erva floresce durante os meses de outubro a dezembro, e seus frutos que amadurecem entre janeiro e março são consumidos por pássaros de várias espécies. As sementes, em ambiente natural, germinam em meio às fezes das aves dispersoras, chegando a formar capões homogêneos. A árvore pode alcançar 15 metros de altura, permanecendo, porém, em torno de 7 metros quando submetida à poda; é ornamental e pode ser usada tanto para fins paisagísticos, como no plantio de áreas degradadas, destinadas à recomposição da vegetação (LORENZI, 2002).

A área de ocorrência natural da espécie faz do Brasil, da Argentina e do Paraguai os únicos países produtores de *I. paraguariensis* no mundo. Nesses países, seu cultivo tem grande importância socioeconômica, envolvendo nessa atividade um grande número de pequenos produtores e ervateiras.

As comunidades indígenas do centro-sul brasileiro mantêm estreita relação com as espécies do gênero *Ilex* desde épocas imemoriais e, nesse contexto, o estabelecimento da relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani e a erva-mate nativa torna-se fundamental como alternativa de desenvolvimento local, visando à recomposição da vegetação nativa, com a recuperação ambiental e resgate de um elemento cultural, de modo a possibilitar a interlocução com a comunidade para a melhoria da sua qualidade de vida.

Nesse contexto, o presente estudo objetivou estabelecer uma relação histórico-cultural entre os Kaiowá e Guarani e a erva-mate nativa, com alternativas para a promoção do desenvolvimento local.

1 Os Guarani e a erva-mate

Embora a naturalidade com que humanos e plantas se relacionam desde sempre, é a partir de 1895 que surge, formalmente, o termo etnobotânica para representar estudos referentes a essas relações (ALBUQUERQUE, 2002).

Segundo esse autor, a etnobotânica era inicialmente entendida como o estudo das inter-relações entre povos primitivos e plantas, considerando-as como componente cultural. Os povos indígenas mantêm profundos conhecimentos sobre os recursos naturais localizados em seus territórios, pois deles dependia (e depende) sua alimentação, sua saúde, sua moradia e abrigo. Brand (2001, p. 60) acrescenta que “a ciência ocidental, tardiamente, vem se dando conta da sabedoria acumulada por esses povos sobre o meio em que estão inseridos há milhares de anos”.

Os Kaiowá e Guarani possuem, como os outros povos indígenas, um profundo conhecimento sobre os recursos naturais existentes em seu território, sobre a sua produção e sobre as muitas formas de utilização desses recursos (BRAND, 2001, p. 61).

Dessa forma, considera-se que a dicotomia de humanos e ambiente, estabelecida pela ciência ocidental, seja de difícil sustentação, pois são dois elementos que se inter-relacionam. Os seres humanos, como espécie única, dependem, amplamente, do ambiente pelos fatores já mencionados. O ambiente, por sua vez, comporta a espécie humana, dependendo dela para a manutenção do dinamismo de determinados ecossistemas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Na região do Chaco, a união do conhecimento tradicional à ciência ocidental aconteceu, oficialmente, por volta do séc. XVII, e foi marcada pelo grande interesse dos jesuítas nas espécies de uso tradicional indígena, bem como pelo emprego de técnicas agrícolas europeias na produção de alimentos e medicamentos, principalmente. Contudo as relações entre seres humanos e vegetais são bem mais antigas.

Segundo os relatos do jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, registrados por Arróspide (1997), a erva-mate, assim como o tabaco, era repudiada pelos Guarani no início do séc. XVI. Não se bebia o chá, nem se utilizava a

erva de forma alguma, a não ser pelos xamãs, quando queriam consultar os maus espíritos (demônios, na visão cristã, vindo daí a denominação de erva-do-diabo). No entanto ela era oferecida, moderadamente, aos velhos índios, com a intenção de lhes restituir as forças.

Segundo Montoya (ARRÓSPIDE, 1997), passaram a usá-la os índios de idade avançada, mas era com moderação. Os efeitos que, em geral, contam a propósito dessa erva vêm a ser que ela os alenta (estimula) ao trabalho e lhes serve de sustento. De fato, era assim que se vivia cada dia, sendo que um índio havia de remar o dia todo, sem outro alimento qualquer que o de beber a infusão da erva, de tempos em tempos.

O consumo da erva não era, portanto, visto com bons olhos pela sociedade não índia, sendo permitido apenas seu uso terapêutico, por recomendação médica. Com o tempo e em decorrência do convívio com os nativos, essa visão mudou, pois estes se utilizavam da erva com crescente frequência, consumindo sempre antes do amanhecer ou todas as vezes que, durante o trabalho, não tinham alimento (ARRÓSPIDE, 1997). Assim, somente o chá do mate os sustentava, conferindo-lhes a força necessária para as tarefas mais árduas.

A erva-mate foi, então, incorporada ao cotidiano de índios e não índios, de forma gradativa e em tempo não tão longo, considerando-se as dimensões históricas. Desde os primeiros relatos de seu uso pelos indígenas nos rituais, feitos pelo Pe. Montoya, até a sua incorporação aos hábitos espanhóis, decorreram não mais que cem anos. Contudo a extrapolação do consumo da erva para além das fronteiras da Coroa Espanhola aconteceu com maior rapidez. De 1610, ano de chegada dos jesuítas a esta região do continente Americano (Chaco), a 1628, a erva-mate tornou-se um agente importante na expansão de suas próprias fronteiras, alcançando Assunção, no Paraguai, as províncias de Rio da Prata, Tucumán, Chile e Peru (ARRÓSPIDE, 1997).

Os Guarani, até onde se conhece, estabeleciam suas relações com a erva a partir de elementos imateriais, sendo esta utilizada como um 'elo' entre o mundo material e o espiritual, ou como um elemento que facilitava a comunicação com o sobrenatural. O não índio influenciou e introduziu a utilização da espécie sob outros pretextos e para outros fins.

Os guarani pré-coloniais dependiam dos recursos naturais para sua sobrevivência, hábito que se mantém nos dias atuais. Com a chegada dos padres jesuítas, formaram-se as Missões, esboço de vilarejos, compostos por casas, uma capela, um alojamento para abrigar os religiosos e uma pequena escola usada na evangelização dos 'naturais', como eram chamados os nativos da terra.

O parentesco e as relações criadas a partir dele, até então, eram elementos fundamentais na organização da produção e redistribuição dos recursos alimentares, para a construção de abrigos e rituais de cura, incluindo o uso de remédios. A prioridade em sua economia tradicional era a obtenção de alimentos através de coleta que, ao contrário das sociedades ocidentais, tinha por objetivos o consumo e o exercício da reciprocidade (BRAND, 2001).

A reciprocidade, mantida até hoje, implica a permuta ou troca entre pessoas ou grupos (especialmente entre os grupos macrofamiliares) e constitui a base da formação do capital social (DURSTON, 1999). Entende-se, assim, por capital social, o elemento de valor não financeiro, que não pode ser medido ou calculado em espécie. A esse respeito, Kliksberg (1999) acrescenta que o capital social é mais produtivo que outras formas de capital, como o humano e o financeiro; tendo a família como componente central desse capital, quanto maior a solidez do capital social, melhores são os resultados refletidos no desenvolvimento como um todo.

Nesse contexto, o capital social das populações Guarani fundamenta e é mantenedor da identidade cultural desses povos, diante de tantos percalços. Os elementos da cultura tradicional são observados em função de sua força mesmo quando se inviabilizam as possibilidades de migração dentro de um território amplo, em consequência do processo de colonização e do consequente confinamento dos grupos macrofamiliares (como eram organizados esses povos) nas reduções, provocando a substituição da coleta pelo cultivo de alimentos (LUGON, 1977).

O Pe. Montoya, segundo Arróspide (1997), registrou os efeitos que podiam ser observados nas pessoas a partir do uso da erva. Com sua visão marcada pelo 'pensamento missionário', relatou seu efeito purgativo e

estimulante, enfatizando que lhes afugentava o sono. Talvez tenha sido esse estado de eufórica vigília que espantou, inicialmente, os religiosos fazendo com que condenassem o uso da erva-mate, sem ao menos prová-la. Alguns anos mais tarde e após análises mais criteriosas, o próprio Montoya declarou que muitas eram as virtudes que se atribuíam à erva, além de afugentar o sono, estimulava e favorecia a digestão, reparava as forças, influenciava positivamente no humor e curava várias enfermidades.

O consumo da infusão foi aumentando na Coroa Espanhola a partir de pessoas que ocupavam altos postos de governo, como o Tenente Geral do Governador. A influência desses militares era tal que, rapidamente, o “vício do consumo da erva” tomou conta de toda a sociedade (MONTROYA, 1986 *apud* ARRÓSPIDE, 1997).

2 Os jesuítas e a erva

Na Idade Média, os europeus dividiam o mundo em duas partes. A primeira compreendia os homens civilizados; a segunda, desorganizada, era povoada por selvagens pagãos. E, de acordo com Colchester (2000), os colonizadores cristãos trouxeram essa mesma visão de natureza para o Novo Mundo, reforçando-a à medida que se viam cercados por nativos nus, de cabelos longos, que nada sabiam de Cristo ou dos pudores da sociedade europeia. Um povo cuja fronteira do mundo precário dependia da domesticação da natureza, já que procuravam criar um modo de vida a partir de uma natureza selvagem.

Segundo Avé-Lallemant (1980), no início do séc. XVII, as missões jesuítas se fortaleceram com as ‘reduções’ (evangelização) dos índios capturados pelos desbravadores, pela ampliação do território missioneiro e pelo crescimento do comércio dos produtos dessas áreas.

Em suas vastas propriedades criavam grandes rebanhos; de uma só estância vendiam 1.500 muaras por ano. Produziam ademais algodão, fumo e açúcar, sendo o mate o que mais levavam ao mercado [...]. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 279).

August Saint-Hilaire, botânico francês, em 1822, foi quem descreveu a espécie, sendo os estudos da erva-mate iniciados pelos

jesuítas, a partir da observação de seus ciclos vegetativos (SAINT-HILAIRE, 1974).

No âmbito das Missões, os alimentos e demais produtos eram distribuídos conforme o número de pessoas na família e de acordo com a assiduidade desta ao trabalho. Não havia a circulação de moeda de qualquer espécie, mas uma redistribuição de víveres pelos trabalhos prestados, fortalecendo a reciprocidade entre índios e jesuítas.

O singular estado teocrático dessa época, no entanto, não outorgava validade a nenhum direito civil, e a propriedade das terras era exclusiva dos ‘santos padres’. A maior parte da produção excedente, em volume considerável, era vendida à Argentina, afetando os outros pequenos produtores. Assim, a sua exportação para Santa Fé e Corrientes subia a 30-40 mil arrobas por ano, de modo que os particulares absolutamente não podiam concorrer com eles, e o poder temporal teve que moderar o poder eclesiástico (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 280).

O aumento do volume de erva, comercializado pelos jesuítas, gerou divisa suficiente para o aumento de seu poder bélico, quando, em 1649, foi-lhes concedido o direito de manter uma força armada de formato militar, o que os tornou mais arrogantes.

Assim, à medida que os jesuítas progrediram em organização, cresciam em poder. Diante do exposto, o desenvolvimento da produção de erva-mate, a organização da pecuária, e estabelecimento de um sistema de transporte da produção em barcas ou em mulas, a criação dos Ofícios das Missões, a introdução de técnicas novas, tudo levou ao progresso material das Missões, que denotava a eficiência da tutela exercida pelos jesuítas na vida econômica missioneira.

Na tentativa de amenizar a situação, a Coroa Espanhola emitiu um alvará, em 1679, que limitava as vendas de mate pelos jesuítas, a não mais que 12.000 arrobas por ano. Apesar dessa restrição, houve quem alegasse que os missionários chegavam a exportar, extraoficialmente, 120.000 e até 300.000 arrobas, mas essas acusações nunca puderam ser confirmadas. Se havia esse excedente, tomaram o cuidado de registrar somente as 12.000 arrobas permitidas.

O contexto da época demonstra o quanto a extração e a comercialização da erva-mate

contribuíram para o fortalecimento da presença e expansão do domínio jesuítico na região.

Lugon (1977) demonstra haver, à época, certa competição entre encomendeiros escravistas e jesuítas pela produção, principalmente de erva. Nesse contexto, os encomendeiros sobrepujaram os jesuítas, contribuindo para a retirada destes do território sul-americano, em meados do séc. XVIII.

3 Os saberes tradicionais e o desenvolvimento local

A discussão sobre o que é tradicional vai além das conjecturas sociológicas, exigindo análise das articulações socioambientais, ou melhor, da cosmovisão indígena para seu bom entendimento e adequado uso do termo. Tradicional, nos dicionários da língua portuguesa, é o conhecimento resultante da prática da transmissão oral de hábitos muito antigos, profundamente radicados. Ao termo tradicional refere-se todo o conhecimento e saber desenvolvidos a partir de observações e experiências, transmitidos ao longo de gerações, por um povo, considerando seu contexto socioambiental e, portanto, suas práticas específicas. Assim, o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, reprodução e migração, influência da lua e das variações climáticas nas atividades de corte da madeira, pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as restrições de atividades em certas áreas ou períodos do ano compõem o saber tradicional, tendo em vista a conservação das espécies (DIEGUES, 1996).

Castro (2000), associando o espaço físico à sua utilização, acrescenta que o ser humano tem a capacidade de provocar a “transformação da natureza e [...] sua subjugação”, à medida que depende dos recursos naturais para sua subsistência. Para a autora, é o território, “o espaço no qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 2000, p. 167).

Para Roué (2000), as relações entre populações e ambiente incluem análises de duas percepções: uma a partir da “visão externa” e outra na perspectiva “interna”, de forma que os conhecimentos e a visão do mundo indígena, no âmbito de uma dada sociedade

e, por conseguinte, de certa organização social, demonstram como natureza e cultura se articulam.

Nas interações entre meio-ambiente e populações, passado e presente se misturam e só não se confundem graças às dimensões sociotemporais, ou seja, cada relação assim se deu em função de um contexto onde estava inserida, em determinado tempo. Por exemplo, as relações dos Kaiowá e Guarani com a erva-mate foram, a princípio, de ordem puramente imaterial e esporádica, à medida que todas as atividades produtivas continham e combinavam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agiam sobre o território. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agroextrativistas, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o imaterial (CASTRO, 2000).

Nesse contexto, analisa-se o uso da erva-mate que, rapidamente, se estendeu aos espanhóis e outros colonizadores de culturas diferentes da cultura dos nativos. Até o séc. XVII, a erva já era consumida por índios e não índios, não com o mesmo objetivo original, tampouco com a mesma frequência, mas influenciando os padrões culturais desses povos de modo irreversível.

A partir da utilização de um conhecimento tradicional relacionado ao uso de um recurso vegetal, índios, jesuítas e colonizadores experimentaram mudanças em seu cotidiano, no papel exercido por seus elementos culturais e na maneira de se relacionar entre si e com o ambiente.

Aconteceram mudanças, portanto, no patrimônio cultural desses personagens. A inclusão da erva-mate no uso diário pressupõe que todo um elenco de elementos culturais, imateriais e materiais tiveram que ser rearranjados. Essa concepção de patrimônio que, segundo Fonseca (2003) é entendida como uma composição de elementos (materiais) cujo valor de uso é reforçado por seu significado imaterial (o oposto também é verdadeiro), vem se juntar às proposições de Laraia (2002) para explicar a dinamicidade das culturas.

Da mesma forma, Resende e Mauro (2003) observam que, por exemplo, a fragmentação das florestas e as alterações nas populações de animais são decorrentes das influências dos processos de desenvolvimento

agropecuário. O equilíbrio dinâmico observado nos ambientes naturais se reflete, salvo as proporções antropológicas, nas áreas tradicionais.

No caso dos Kaiowá e Guarani contemporâneos, o mesmo desenvolvimento agropecuário, iniciado com a chegada dos missionários às suas terras, proporcionou, segundo Brand (2003), a apropriação dos territórios indígenas e a correspondente exploração das riquezas naturais e humanas caracterizando, dessa forma, um processo de crescente comprometimento da diversidade ambiental e da homogeneização cultural (BRAND, 2003).

Dessa forma, nota-se que com a atividade missionária ocorreu o crescente uso da erva-mate, assim como a projeção que se fazia da extensão da área com ervais nativos. Esses fatos desencadearam mudanças de ordem social e política, interferindo nas relações entre índios e recursos naturais e na valorização destes pelos colonizadores.

O conceito de desenvolvimento tem sido discutido em muitas áreas do conhecimento. A maioria das referências se restringe ao ponto de vista econômico. Buarque (1999) trata do desenvolvimento como um dinamismo econômico que resultará na melhora da qualidade de vida; pode ainda ser interpretado como aumento, ganho, ou acréscimo, simplesmente; do ponto de vista ambiental, também tem sido interpretado sob o aspecto da regeneração ou da recuperação (COSTA, 2003). Contudo, é sob a luz do social que adquire sentido mais amplo.

A dimensão humana do desenvolvimento está ligada à valorização do indivíduo em sua totalidade, tendo o desenvolvimento econômico não como fim, mas como meio de progresso e melhora na qualidade de vida, afirma Martins (2002), reforçando o discurso de Buarque (1999).

A existência humana é norteada pela "trilogia": necessidades, *satisfatores* e bens. As necessidades são inatas e comuns a todos da mesma espécie; os *satisfatores* são elementos do imaginário, ou da experiência própria de cada sociedade, sua organização social e valores, muito mais ligado, portanto, ao sentido do que pensamos ser necessário para atendê-las; e os bens, mediando os *satisfatores*, representam aquilo que de concreto temos para satisfazê-las (ELIZALDE, 2000).

Cabe relacionar as mudanças observadas a partir das ações dos jesuítas à ideia de desenvolvimento local, tão usado como tema de debates contemporâneos.

Em termos conceituais, o desenvolvimento local tem sido associado ao progresso material, à melhora da qualidade de vida e à eliminação da pobreza (MARTINS, 2002). Por outro lado, o mesmo autor ressalta que esse desenvolvimento não está centrado somente nesses objetivos, mas atribui à comunidade um papel ativo, e não apenas de beneficiária dele.

O envolvimento da comunidade, de maneira ativa, como agente responsável pelo seu próprio progresso, tem sido o modo mais acertado para tornar esse desenvolvimento um processo endógeno e, portanto, com maiores perspectivas de sustentabilidade, o que não foi constatado nas dinâmicas da ocupação missionária.

Esse contexto de desenvolvimento, conforme depreendido da história das populações Kaiowá e Guarani, pode ser relacionado ao que afirma Ávila (2003), quando se refere a aspectos socioeconômicos do desenvolvimento.

Segundo o autor, desenvolvimento no local tem este como sede física, diferindo do desenvolvimento local (DL), por não configurar um processo endógeno. O desenvolvimento no local se mantém em uma comunidade/localidade enquanto estiver gerando divisas para seus agentes. Enfatiza ainda, que o desenvolvimento no local, enquanto processo, deixa graves sequelas ambientais e sociais. A caracterização desse tipo de "desenvolvimento" pode ser observada durante e após as incursões missionárias pelos territórios indígenas.

Considerações finais

As áreas de ocupação tradicional Kaiowá e Guarani foram drasticamente fragmentadas pelas reduções jesuíticas a partir do modelo extrativista ocidental, com a exploração dos recursos naturais até quase a exaustão. A esse processo, atribui-se a desestruturação da economia, das relações de reciprocidade e da estrutura social tradicional desses povos.

Assim, ao longo do tempo, perdeu-se grande parte da percepção da comunidade,

da necessidade de se organizar, identificar deficiências e autogerenciar suas conquistas, bem como manter maior perspectiva de continuidade.

Considerando que o processo histórico de exploração da erva-mate nativa em todo o território indígena gerou, em determinados momentos, muita riqueza, esta não proporcionou desenvolvimento para as populações autóctones, pois, ao final, os ervais foram esgotados, os Guarani e Kaiowá estavam muito mais pobres e em condições mais precárias de sustentabilidade do que antes.

Ao que se tem registrado, é atribuído certo desenvolvimento puramente econômico para os jesuítas e até para os argentinos envolvidos com o comércio da erva-mate no período colonial. Para as populações indígenas nativas e para os ecossistemas da região, o cenário que ficou está degradado, em face das mudanças tanto nos aspectos ambientais quanto nos grupamentos humanos.

Para os Kaiowá e Guarani, houve grande perda. Sua estrutura social foi afetada pelas investidas da complexa e estranha cultura ocidental. O ambiente que lhes era tão familiar, generoso de víveres e abrigo, se transformou num território hostil, vazio de recursos, insuficiente para a sustentabilidade familiar, o que segundo Le Bourlegat (2000, p. 17) desfaz as características do "lugar", suporte material para a existência [...].

Em contrapartida, observa-se, atualmente, um crescente interesse das comunidades indígenas do sul de Mato Grosso do Sul, em empreender o cultivo da erva-mate. Sob a proposta inicial de pequenos plantios consorciados com outras cultivares tradicionais, objetiva-se explorar novamente as condições favoráveis da região, para o desenvolvimento dessa espécie.

Nesse contexto, pesquisas cujos resultados possam ser empregados na valorização e na releitura dos conhecimentos tradicionais relativos à erva-mate, subsidiarão o fortalecimento do cultivo da espécie, a recuperação da vegetação nativa, a recuperação ambiental, o aumento da oferta de alimentos através dos consórcios, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos Kaiowá e Guarani.

Referências

- ALBUQUERQUE, U. P. de. *Introdução à etnobotânica*. Recife: Bagço. 2002.
- ARRÓSPIDE, J. L. R. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay*. Assunción, Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", 1997.
- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Trad. de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- ÁVILA, V. F. de. Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1. Campo Grande: UCDB, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/mdl/coloquio/...>>. Acesso em: 15 maio 2004, às 21h30.
- BRAND, A. J. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 59-68, mar. 2001.
- _____. Biodiversidade, sócio-diversidade e desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 175-204.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Cooperação para a Agricultura - IICA, 1999.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 165-182.
- COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.
- COSTA, R. B. A fragmentação florestal e os recursos genéticos. In: COSTA, R. B. da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DURSTON, J. Constuyendo capital social comunitario. *Revista de La Cepal*, Chile, n. 69, p. 103-118, Diciembre 1999.
- ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. *Interações*, Campo Grande, v. 1, n. 1, set. 2000.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de La Cepal*, Chile, n. 69, p. 85-102, Diciembre 1999.

- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- LE BOURLEGAT, C. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *Interações*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 13-20, set. 2000.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 4. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. v. 1.
- LUGON, C. *A república "comunista" cristã dos Guaranis: 1610-1768*. Trad. De Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações*, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Vida, 2001. 327p.
- RESENDE, M. D. V.; MAURO, R. de A. Genética de populações e conservação de animais silvestres. In: COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 75-112.
- ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- SCHERER, R. A. *Early selection of yerba mate (Ilex paraguariensis St. Hil.) in Argentina*. Bonn: Rheinischen Friedrich-Wilhelms-Universität, 1997. 58p.
- STURION, J. A.; RESENDE, M. D. V. Programa de melhoramento genético da erva-mate no Centro Nacional de Pesquisa de Florestas da Embrapa. In: CONGRESSO SUL AMERICANO DA ERVA-MATE, 1.; REUNIÃO TÉCNICA DO CONE SUL SOBRE A CULTURA DA ERVA-MATE, 2., 1997, Curitiba. *Anais...* Colombo: EMBRAPA-CNPQ, 1997. 467p. (EMBRAPA-CNPQ, Documentos, 33).

**Los proyectos de desarrollo rural y forestal en contextos de pluriculturalidad.
Las comunidades indígenas en la jurisdicción de la “Corporación Interestadual
Pulmarí”, Provincia de Neuquén, Argentina¹**

Os projetos de desenvolvimento rural e florestal em contexto de pluriculturalidade.
As comunidades indígenas na jurisdição da “Corporación Interestadual Pulmarí”,
Província de Neuquén, Argentina

*Projects of rural and forest development in pluricultural contexts. Native
communities in the jurisdiction of “Corporación Interestadual Pulmarí”, Province of
Neuquén, Argentina*

*Les projets de développement rural et forestier dans les contextes de pluri-
culturalité. Les communautés indigènes dans la juridiction de la “Corporación Interestadual Pulmarí”,
Province de Neuquén, Argentine*

Gabriel Stecher*
Sebastián Valverde**

Recebido em 28/8/2011; revisado e aprovado em 20/1/2012; aceito em 17/3/2012

Resumen: El objetivo del presente artículo es analizar los efectos de las políticas sociales y los proyectos de desarrollo rural, en especial aquellos que incorporan la actividad forestal comercial, en comunidades del pueblo indígena Mapuche, en el sur de la Argentina (Prov. de Neuquén). La región analizada es sumamente particular, ya que se trata de un territorio administrado bajo jurisdicción de la “Corporación Interestadual Pulmarí” - ente conformado por tierras de la Nación (Estado Federal) y la Provincia- donde se asientan además de las poblaciones originarias, productores ganaderos y concesionarios privados, configurando un contexto de suma diversidad y a la vez conflictividad.

Palabras clave: Proyectos de desarrollo rural. Actividad forestal. Pueblo indígena Mapuche.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os efeitos das políticas sociais e dos projetos de desenvolvimento rural, particularmente aqueles que incorporam a atividade florestal comercial, em comunidades do povo indígena Mapuche, no sul da Argentina (Província de Neuquén). A região analisada é sumamente especial, já que esse território é administrado sob a jurisdição da “Corporación Interestadual Pulmarí”, um órgão conformado por terras do Estado Federal e da Província, onde convergem os povos originários, produtores de gado e concessionários particulares, conformando um contexto de muita diversidade e conflitividade.

Palavras-chave: Projetos de desenvolvimento rural. Atividade florestal. Povo indígena Mapuche.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the effects of social policies and rural development projects, especially those including commercial forest activities in communities of the Mapuche native people, in the South of Argentina (Province of Neuquén). The region analyzed is highly special, since it is a territory administered under the jurisdiction of “Corporación Interestadual Pulmarí”, an entity formed by land belonging to the Federal State and to the Province, where native peoples, stockbreeders and private concessionaires converge, making a highly diverse and conflictive context.

Key words: Rural development projects. Forest activity. Mapuche native people.

Résumé: L’objectif du présent article est d’analyser les effets des politiques sociales et des projets de développement rural, notamment ceux qui impliquent l’activité forestière commerciale dans les communautés du peuple indigène Mapuche, dans le sud de l’Argentine (Prov. de Neuquén). La région analysée est extrêmement particulière, car il s’agit d’un territoire administré par la juridiction de la “Corporación Interestadual Pulmarí” - organisme formé par des terres de la Nation (État Fédéral) et de la Province- où, en plus des populations originaires, sont établis des producteurs de bétail, et des concessionnaires privés, formant un contexte d’une grande diversité et en même temps à caractère conflictuel.

Mots-clés: Projets de développement rural. Activité forestière. Peuple indigène Mapuche.

*Asentamiento Universitario San Martín de los Andes - Universidad Nacional del Comahue (AUSMA-UNCo). E-mail: gabrielstecher@gmail.com

** Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (FFyL-UBA/ CONICET). E-mail: sebaivalverde@yahoo.com.ar

¹ Este trabajo se enmarca en el proyecto de investigación de la Programación UBACyT 2010-2012: “Conflictividad y trayectorias organizativas de indígenas y pequeños productores criollos en los últimos remanentes de tierras forestales: una perspectiva comparativa entre el norte y sur de la Argentina”, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

Introducción

El denominado “conflicto de Pulmarí”¹ que tuvo lugar a mediados de los años '90 – en el Departamento Aluminé, Provincia de Neuquén², Argentina – protagonizado por las comunidades y organizaciones del Pueblo indígena Mapuche³, ha hecho que esta región resulte emblemática en relación a las movilizaciones de los pueblos originarios en las últimas décadas. Estas son el resultado de las políticas llevadas a cabo por la Corporación Interestadual Pulmarí (en adelante CIP), organismo creado en el año 1988 por los Estados Nacional y Provincial -mediante la Ley Nacional n. 23.612 y la Ley Provincial n. 1758 (CORPORACIÓN INTERESTADUAL PULMARÍ, 2012), cuyo espíritu fue promover el desarrollo económico y social de la región. A partir de la puesta en funciones de la CIP,

y en un sentido completamente opuesto a los propósitos explícitos que motivaron su creación – supuestamente, contribuir a la mejora en las condiciones de vida de las poblaciones indígenas – las políticas de este Ente tendieron a desmejorar cada vez más la situación general de las familias Mapuche. Esto se debió a la falta de tierras, a la escalada de medidas restrictivas, así como a la escasa participación indígena en el directorio de la CIP y la ausencia de reconocimiento de comunidades que por aquellos años se estaban reorganizando. En contraposición, la CIP otorgó generosas concesiones a particulares para emprendimientos (principalmente forestales, ganaderos y turísticos). Esto devino en las fuertes movilizaciones de los años 1995-1996, con profundas consecuencias que perduran hasta nuestros días. En efecto, desde aquellos años la región de Pulmarí se caracteriza por elevados niveles de conflictividad aún irresueltos, la judicialización de la movilización indígena, así como por la persistencia de diversas irregularidades y fuertes controversias en cuanto a las concesiones otorgadas.

Otro aspecto que aquí nos interesa enfatizar tiene que ver con la creciente instrumentación de diferentes políticas sociales, así como proyectos de desarrollo que tienen como destinataria a la población indígena, con variados niveles de participación de la misma en su diseño e implementación. Cabe señalar que la conflictividad que caracteriza a la región desde hace más de una década, tiene como consecuencia la “visibilización” de esta población como destinataria de diversas políticas públicas y planes de desarrollo.

Las principales actividades económicas de la región son la ganadería, la forestación y el turismo. La primera de ellas es la de mayor tradición social, practicada por grandes, medianos y pequeños productores (entre estos últimos los integrantes de las comunidades indígenas) siendo muy grande la heterogeneidad dentro de cada uno de estos grupos y entre sí (STECHEER, 2011). Los pobladores de estas comunidades son pequeños crianceros, principalmente de ovinos y caprinos, y en segundo lugar de bovinos. En los últimos años esta actividad presenta serias dificultades dado el avanzado grado de erosión de las tierras que ocupan. Por ello, como las comunidades tienen limitaciones para acceder

¹ El nombre “Pulmarí” es una derivación de “Punmay”, palabra mapuche cuyo significado es “se hizo la noche” (NAWEL *et al.*, 2004).

² La Provincia del Neuquén se localiza en el noroeste de la región Patagónica, recostada sobre la Cordillera de los Andes. Posee una superficie de 94.078 km² y está dividida administrativamente en 16 Departamentos (subdivisiones) (INDEC, 2001). Limita al Norte con la provincia de Mendoza, al Sur con la provincia de Río Negro, al oeste con la cordillera de los Andes (límite natural que la separa de la República de Chile) y al Este con la provincia de Río Negro y la provincia de La Pampa. Cuenta con 550.344 habitantes de acuerdo al último censo del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, realizado en el año 2010 (INDEC, 2010). Constituye una rica provincia en cuanto a recursos energéticos provenientes de la extracción gasífera y petrolífera, y posee un destacado desarrollo en las industrias mineras, manufactureras y derivados de las diversas fuentes energéticas.

³ El pueblo originario Mapuche (“Gente de la tierra” en su lengua originaria, el “*mapuzungún*”) constituye uno de los grupos indígenas asentados en Chile y Argentina – antes de la conformación de ambos Estados-Nacionales que sobrevivieron a los ataques genocidas y etnocidas llevados a cabo en ambos casos a fines del Siglo XIX; vale decir, a las campañas militares eufemísticamente denominadas “Conquista del Desierto” en Argentina y “Pacificación de la Araucanía” en Chile. En la actualidad, este pueblo se asienta en localidades del sur argentino, como las provincias de Chubut, Río Negro, Neuquén, La Pampa y Buenos Aires sumando más de 100.000 habitantes (RADOVICH; BALAZOTE, 2009). En Chile, residen en la Octava, Novena y Décima Región del sur chileno, superando los 600.000 integrantes (OBSERVATORIO ECONÓMICO-SOCIAL DE LA ARAUCANÍA – UNIVERSIDAD DE LA FRONTERA, 2002).

al territorio ancestral, se produce el desequilibrio que provoca este sobrepastoreo en los suelos (STECHER, 2011).

La segunda – la actividad forestal – desde sus inicios en el Departamento Aluminé se basó en la explotación del bosque nativo (principalmente las especies lenga (*Nothofagus pumilio*) y araucaria (*Araucaria araucana*). A principios de los '90, se empezaron a instrumentar medidas de protección que prohibieron la extracción y la comercialización de productos maderables provenientes de estas especies nativas, iniciándose la forestación comercial con especies exóticas de rápido crecimiento del género *Pinus* (pino ponderosa y murrayana), a partir de políticas activas de la empresa mixta CORFONE S.A. (Corporación Forestal Neuquina S.A.), donde la participación oficial es mayoritaria y que fuera creada en 1974, en el momento de expansión y consolidación del modelo neuquino de desarrollo. A la vez, empresas privadas agropecuarias y pequeños productores se fueron incorporando a la actividad forestal, siendo actualmente el Departamento Aluminé el de mayor superficie forestada de la Provincia.

Por último, la tercera actividad que mencionamos – la turística – se ha incrementado fuertemente en los últimos años en la región, consolidándose las dos localidades del distrito – Aluminé y Villa Pehuenia – como centros turísticos integrados al denominado "Corredor de los Lagos". Esta fuente de ingresos, que involucra a una heterogeneidad de sectores sociales, es uno de los factores que explica parte del crecimiento demográfico y las inversiones en mejoras de infraestructura que se ejecutan en la región.

Ahora bien, de estos tres tipos de explotación económica que hemos descripto, la que posee mayor nivel de impacto a nivel territorial que involucra a las comunidades Mapuche es la forestal.

En efecto, la región no cuenta con una "frontera agropecuaria" con una clara divisoria entre territorios basados en relaciones sociales centradas en la unidad doméstica (como ámbito de producción y consumo) respecto de los territorios ligados al agronegocio (tal como lo define MANÇANO FERNANDES, 2008), como la que es factible verificar en otras regiones del país. Pero sí la actividad forestal

asume las características de "frente expansivo", o de "frontera", comparable en algunos aspectos a la agraria, con crecientes niveles de conflictividad asociados a su explotación.

Otra de las características que posee la región es una situación de gran complejidad social, fruto precisamente de la superposición de diferentes jurisdicciones sobre los territorios, con diversas normas, relaciones político-administrativas, y múltiples disputas entre sí. A las características que de por sí posee la CIP – único Ente Interestadual de este tipo en el país – se le suman sectores lindantes bajo la competencia del sistema Nacional de Áreas Protegidas (sección norte del Parque Nacional Lanín), la Provincia de Neuquén o los dos Municipios antes mencionados. A esto debemos sumar una diversidad de actores sociales como las Comunidades Mapuche, pequeños y grandes productores rurales, emprendimientos turísticos e inmobiliarios, empresas neo rurales⁴, y otras de gran impacto local (como CORFONE).

Finalmente, deseamos señalar la instrumentación de una multiplicidad de políticas sociales que tienen como destinatarias a las poblaciones rurales e indígenas – a través de diferentes dependencias y empresas estatales –, acorde con las prácticas intervencionistas en materia socioeconómica, política y cultural históricamente desarrolladas por la Provincia de Neuquén (VALVERDE; STECHER, 2011). En especial se destacan diferentes proyectos de desarrollo rural de tipo productivo aplicados por organismos gubernamentales y no gubernamentales. La importancia que podríamos denominar "cualitativa" – a partir del conflicto de los '90 – y la relevancia "cuantitativa" de la población rural e indígena de la región, contribuyen a explicar las crecientes intervenciones que una multiplicidad de actores vienen desplegando en la zona.

Así, el objetivo central que nos proponemos abordar en el presente artículo, es analizar los efectos de los proyectos de desarrollo rural en un contexto sumamente particular como el de esta zona, con elevados niveles de conflictividad social vinculados a las deman-

⁴ Se entiende por "neo rurales" a empresas inversoras no tradiciones del sector agrario (Ej. empresas energéticas) que en los últimos años se encuentran efectuando inversiones en diversas actividades agrícolas-ganaderas.

das del pueblo originario Mapuche. A la vez es necesario considerar la complejidad que implica la presencia de diversas jurisdicciones superpuestas, con acciones diferenciadas, incluso litigios entre sí.

Nos proponemos dar cuenta de los efectos de las políticas sociales y de desarrollo rural entre los integrantes de las comunidades Mapuche, en especial atendiendo a la actividad forestal, dada la trascendencia que posee y al ser la de mayor impacto territorial. Un segundo objetivo se basa en abordar los crecientes niveles de conflictividad asociados a este tipo de desarrollo.

En la primera parte del artículo presentaremos las características ambientales y sociales de esta región y de las comunidades indígenas asentadas en esta. Seguidamente, analizaremos las políticas sociales y los proyectos de desarrollo, centrándonos en los de tipo forestal, abordando sus efectos sociales, tensiones y particularidades locales. Por último, haremos lo propio en relación a la creciente conflictividad vinculada a este tipo de explotación, sus causas y paralelismos con regiones cercanas.

Para el desarrollo de este ensayo hemos empleado diferentes fuentes documentales, tales como material periodístico de diarios locales y regionales, artículos que han abordado la problemática e informes de proyectos de desarrollo y de políticas sociales. Hemos realizado entrevistas entre los años 2007 y 2011, entre integrantes de las comunidades Mapuche de la región y en diferentes sectores involucrados. Uno de los autores de este artículo – Dr. Gabriel Stecher – viene trabajando en diferentes proyectos forestales en la región desde hace años, por lo que parte de lo aquí abordado surge de estas experiencias. El otro autor – Dr. Sebastián Valverde – investiga desde hace años la conflictividad territorial del pueblo Mapuche, en relación a los procesos de actualización étnico-identitaria, las transformaciones socioeconómicas regionales y sus impactos particulares.

1 Las características del Departamento Aluminé

El Departamento Aluminé se encuentra localizado en el centro-oeste de la provincia de Neuquén y limita con el vecino país de

Chile a lo largo de la Cordillera de los Andes, ocupando una superficie de 4.660 km² (lo que equivale al 5% del total provincial). La localidad cabecera lleva el mismo nombre que el distrito, asentándose a 317 km de la Capital provincial, la ciudad de Neuquén (que reúne a casi la mitad de la población de la Provincia) (INDEC, 2001).

En el Departamento se destacan dos ambientes bien diferenciados. Por un lado el montañoso, con formaciones que van desde los 700 m.s.n.m. (metros sobre el nivel del mar), hasta cumbres que alcanzan los 2.300 m.s.n.m. Allí, se asientan lagos de origen glaciario, en los cuales se encuentran las nacientes de la cuenca hidrográfica del río Limay, uno de los cursos de agua más importantes de la Patagonia, de alto valor económico en tanto allí se encuentran las nacientes de los principales afluentes que abastecen las represas hidroeléctricas de Norpatagonia, que generan una parte importante de la energía hidroeléctrica del país.

La vegetación que predomina en esta zona montañosa es la del bosque alto correspondiente a la región andino patagónica – por lo que es muy propicio para la actividad forestal.

El segundo ambiente (ubicado al este del Departamento) es la zona de precordillera o meseta, con una vegetación de tipo sub arbustivo. Predominan los suelos derivados de cenizas volcánicas (Bran et al., 2002), que los hacen aptos para el desarrollo forestal. La acción resultante del sobrepastoreo de la actividad ganadera, ha sido un proceso de erosión y desertificación que afecta especialmente a los productores pequeños más vulnerables (STECHEER, 2011).

De acuerdo a datos del censo del año 2001, Aluminé contaba por aquel entonces con una población de 6.308 habitantes, siendo un 54,9% de población urbana y 45,1% rural, distribución que contrastaba marcadamente con el total provincial (88,6% para el primer caso y 11,4% para el segundo) (INDEC, 2001). Los datos del último censo (del año 2010) dan cuenta de 8.306 habitantes, lo que implica un crecimiento del 31,7% respecto del año 2001, siendo este incremento prácticamente el doble comparado con la media provincial (16,3%).

La situación socioeconómica de este distrito presenta características signadas por

la importancia demográfica de la población rural e indígena (STECHEER, 2011). En base a datos del año 2001, los hogares urbanos con Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) para la localidad de Aluminé es de 13,7%, levemente inferior al total provincial que llega al 15,4%. Este indicador no parece – en sí – ser crítico, pero si lo consideramos exclusivamente para el área rural, asciende a un 35,5%. Pero al considerar la población indígena rural, la proporción de hogares que poseen este indicador de privación, alcanza a un alarmante 47,1%⁵.

2 El surgimiento de la CIP y sus efectos en el área Pulmarí

En el año 1984 – a pocos meses de reinstaurarse la democracia – durante una visita a la Provincia de Neuquén el entonces Presidente Raúl Alfonsín, afirmó: "Ahora, Pulmarí es para los Mapuches" (ÑANCUCHEO, 1998, p. 20). Dentro de sus proclamas, el primer mandatario destacaba la necesidad de

[...] abordar de raíz la problemática indígena, para que la raza aborigen que habita en Neuquén pueda tener en los campos de Pulmarí la posibilidad de construir su destino. (DIARIO "RÍO NEGRO", 13/9/84).

Así es como se originó la CIP, organismo que surge de la fusión de tierras fiscales provinciales (45.000 hectáreas) y nacionales (antigua estancia Pulmarí, que fue expropiada a la familia Miles de capitales ingleses a fines de los años '40 y cedida al Ejército Argentino, con un total de 67.900 hectáreas), asentándose por aquel entonces, en su jurisdicción, seis comunidades Mapuche: Aigo, Puel, Catalán, Currumil, Salazar y Ñorquinco (del cual la CIP, sólo reconocía a las cuatro primeras, no así a las dos últimas de más reciente reorganización).

No se equivocó el por entonces primer mandatario, al proclamar que con la puesta en funciones de la CIP (en el año 1988⁶) los cambios no se harían esperar. No obstante, como hemos señalado precedentemente, los

mismos fueron en sentido opuesto a lo prometido. Con el correr del tiempo, se fue dando un deterioro aún mayor en las condiciones de vida de las familias Mapuche, a causa de la falta de tierras y de la escalada de medidas restrictivas relacionadas con sus actividades productivas. En términos económicos, la imposición de tasas abusivas de pastaje (cobradas en animales o especies), la prohibición de recolectar y vender piñones (fruto del árbol "pehuén" o "araucaria", que posee un importante valor cultural para el pueblo Mapuche) y las limitaciones a la recolección de leña, fueron afectando la supervivencia de las familias (RADOVICH, 2000; CARRASCO; BRIONES, 1996; VALVERDE, 2009; DELRIO; LENTON; PAPAIZIAN, 2010). A la vez, fue sumamente restringida la entrega de tierras a indígenas, contrastando con las generosas concesiones efectuadas a particulares. También generaba importantes conflictos la presencia de un sólo representante indígena (en un directorio compuesto por un total de ocho miembros) al que, además, la Provincia de Neuquén se adjudicó el derecho a designar, lo que acrecentó la tensión. Finalmente, persistía como reclamo el reconocimiento de las comunidades Ñorquinco y Hiengheihual (Salazar) de reciente reorganización) como comunidades hacia adentro de la CIP, que este Ente se negaba a reconocer como interlocutores válidos.

Este malestar, finalmente derivó en una intensa movilización que tuvo lugar en el año 1995 con la ocupación de la sede de la CIP, la toma de campos en litigio, diversas declaraciones públicas y acciones de solidaridad de diferentes sectores sociales. La respuesta del gobierno no se hizo esperar, ya que acusó a los dirigentes Mapuche del delito de "usurpación de tierras", a partir de la apertura de diversas causas. Esta judicialización de la protesta indígena fue acompañada por una campaña mediática – reflejada en diferentes discursos y notas periodísticas – que enfatizaba las "dudosas" motivaciones (y vinculaciones) que estarían detrás de estos reclamos⁷.

Ante la inusitada repercusión de estos hechos, el "conflicto de Pulmarí" se transformaría en emblemático de la lucha del

⁵ Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001, Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). Reprocesamiento propio de la Base de datos "Redatam+SP" disponible en www.indec.gov.ar

⁶ Decreto n. 1.410 del 25/8/1987, ratificado por Ley n. 23.612 de 1988 (RADOVICH, 2000).

⁷ Analizamos en detalle en el tratamiento efectuado por los medios en relación a este conflicto en otro trabajo (VALVERDE, 2010).

pueblo Mapuche y del conjunto de los grupos originarios de la Argentina.

Desde aquellos años la región se caracteriza por elevados niveles de conflictividad (con diferentes recuperaciones de campos reclamados por las comunidades, desalojos, etc.), la judicialización de la movilización indígena, así como por la persistencia de diversas irregularidades y fuertes controversias en cuanto a las concesiones otorgadas. Es en este contexto, donde se instrumentarían crecientemente diferentes proyectos de desarrollo que tienen como destinataria a la población indígena, que se suman a las políticas sociales que de por sí aplica la Provincia de Neuquén - y en menor medida la Nación - con estas poblaciones.

3 Las comunidades Mapuche de Pulmarí, y sus fuentes de ingreso

Un aspecto que es necesario mencionar, para comprender el fuerte intervencionismo en materia socioeconómica, política y cultural tiene que ver con ciertas particularidades del Estado Neuquino en su génesis y desarrollo histórico (VALVERDE; STECHER, 2011). Neuquén obtuvo el status de provincia en el año 1955 y las primeras elecciones de autoridades se efectuaron en 1958. Fue en 1963 que se conformó el partido provincial - el Movimiento Popular Neuquino (MPN)- a partir de figuras locales de amplio reconocimiento provenientes del peronismo. Durante las décadas subsiguientes, la economía provincial se basó en la expansión del gasto público y en las rentas provistas por las empresas del Estado nacional, principalmente YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), Gas del Estado, etc. Así es como se fue delineando el perfil productivo actual, basado en los recursos energéticos provenientes de la extracción gasífera⁸, petrolífera e hidroeléctrica. En este contexto, el MPN (que ganó todas las elecciones desde aquel entonces) consolidó su hegemonía política en estrecha relación con el desarrollo del Estado

⁸ La provincia de Neuquén produce, en base a valores del año 2009, 8,3 millones de m³ de petróleo (que representan el 23% de la producción de la Argentina), 23,3 miles de millones de m³ de gas (48,1% del total del país) (ANUARIO ESTADÍSTICO DE LA PROVINCIA DEL NEUQUÉN, 2010). En estos indicadores es la primera provincia de la Argentina en producción.

Provincial y el crecimiento de la economía regional, muy superior a la nacional.

Desde el momento de la provincialización, el Estado neuquino ha sido sumamente proactivo en la promoción de las áreas rurales. Así, fueron efectuadas importantes obras de infraestructura como el tendido de rutas y caminos en sitios aislados, la creación de escuelas rurales con albergues, la implementación de un sistema de salud - con fuerte énfasis en la prevención y control sanitario - y diferentes planes de vivienda rural (STECHEER/LACALU, 2010a). Esta presencia estatal se tradujo en la temprana creación de "reservas" indígenas en el territorio provincial. En el año 1964, durante la primera gestión del gobernador Felipe Sapag⁹ (1963-1966), se llevó adelante el reconocimiento de diversas "reservas indígenas" en territorios ocupados por familias Mapuche¹⁰, por lo cual en la actualidad ascienden a 38 las formalizadas (STECHEER, 2011). No obstante, asciende a 57 el número de agrupaciones reconocidas por la Confederación Mapuche Neuquina - organización indígena supracomunitaria - y que reclaman su institucionalización (ODHPI, 2009-2010).

Las comunidades que actualmente se encuentran asentadas en el Departamento Aluminé, están organizadas a partir de diferentes familias sobrevivientes de la denominada "Campaña del Desierto", que tuvo lugar a fines del Siglo XIX. Tomando como referencia los datos de hace una década (los del 2010 no se encuentran aún desagregados en estos indicadores), Aluminé es uno de los Departamentos de la Provincia de Neuquén con mayor proporción de población indígena (27,8%)¹¹, muy superior al de la provincia

⁹ Felipe Sapag fundador e histórico líder del Movimiento Popular Neuquino (MPN), y cuatro veces gobernador de la provincia.

¹⁰ Para poder materializar la entrega de títulos de propiedad resultaba indispensable darle a las comunidades alguna forma de organización. Por ello desde el gobierno provincial se promovió la figura de la Asociación de Fomento Rural (AFR) y la asociación civil como de efectivizar dicha regularización.

¹¹ Estos datos deben ser considerados a modo de señales ya que no discriminan los diversos grupos indígenas, y a la vez están incluidos aquí quienes se reconocen indígenas que son migrantes de otras regiones o países. No obstante, es plenamente utilizable como indicador a modo de tendencia, ya que la gran mayoría se trata de los integrantes del pueblo Mapuche oriundos de esta zona.

en su conjunto (9,8%) (INDEC, 2001). En la actualidad, producto de nuevas reorganizaciones territoriales y adscripciones étnicas, son nueve las comunidades de este distrito, cinco de ellas en jurisdicción de la CIP. En total, conforman un núcleo poblacional de aproximadamente 400 familias, que superan las 2000 personas (STECHEER; BERENGER, 2009), lo que representa un porcentaje muy significativo del total de la población del Departamento. A esto se le debe adicionar los pobladores indígenas que residen, -como resultado de los procesos migratorios- en la localidad de Aluminé.

En lo que respecta a las diferentes fuentes de ingreso de las familias indígenas, se encuentran tanto las de tipo extraprediales (aquellas generadas fuera del predio de la unidad doméstica) como aquellas prediales (dentro del mismo), siendo necesario comprenderlas de forma diferenciada y al mismo tiempo interrelacionadas.

Entre las primeras, en los casos menos frecuentes, los pobladores indígenas se desempeñan como trabajadores de planta permanente, mayormente en reparticiones del Estado nacional o provincial como instituciones escolares (auxiliares de servicios, maestros de huerta, de lengua Mapuche; etc.) y en servicios de salud (agentes sanitarios, etc.) y como empleados de Parquesw Nacionales.

Sin embargo, los trabajos asalariados más extendidos son los temporarios en ámbitos rurales próximos a las comunidades,

que requieren de una baja calificación y por ende, suelen ser menos remunerados, como la actividad forestal al igual que diversas tareas en las estancias. Dada la importancia regional del turismo como fuente de ingresos, los integrantes de las comunidades se desempeñan en diversos empleos de este rubro, que implican movimientos migratorios estacionales hacia las localidades de Aluminé y Villa Pehuenia, principalmente en la construcción en el caso de los hombres y servicio doméstico entre las mujeres. Además de los trabajos asalariados, la principal fuente de ingresos surge directamente del Estado, a través de diferentes beneficios sociales. Si bien estos aportes son legítimos desde la óptica de las necesidades de las comunidades, también es posible analizarlos desde las prácticas del clientelismo político, ya que generan un espiral de dependencia permanente.

Estos beneficios, que abarcan prácticamente al total de las familias, están integrados por un componente monetario que promedia los \$300 mensuales (a valores del año 2009 para las comunidades Currumil y Salazar), por el cual debe efectuarse una tarea comunitaria como contraprestación. A este ingreso se le suman los beneficios "no monetarios" que reciben de la provincia, que consisten en la entrega de leña, garrafas de gas y caja alimentaria, que también resultan - al efectuar su conversión a valores monetarios - aproximadamente otros \$300 mensuales (STECHEER, 2011).

Datos de las comunidades Mapuche del Departamento Aluminé - Neuquén

Comunidad	Superficie (Hectáreas) (1)	Jurisdicción	Superficie forestada (Hectáreas) (2)	Sup. Forestado / sup. Total/ comunidad (2) (%)	Población 1966/67 (3)	Población 2008 (4)
Currumil	2.187	CIP	33	1,5	92	2490
Catalán	14.809	CIP	91	0,61	175	3559
Puel	11.959	CIP	713	5,96	185	14877
Aigo	14.547	CIP	17	0,32	529	2678
Salazar	5.200	CIP	30	0,57	s/d	s/d
Norquinco	1.900	CIP/APN	33	1,5	87	85 ⁽⁵⁾
Lefiman	S/D	APN	-	-	s/d	s/d
Placido Puel	S/D	Provincia	-	-	s/d	s/d
Wiñoy Tayin Rakizuam	S/D	Provincia	-	-	s/d	s/d

Fuente:

(1) López Espinosa, 2007

(2) Provincia del Neuquén, 2010

(3) Falaschi, 1994

(4) Censo Indígena Nacional, 1966-1968

(5) Datos propios, Valverde, 2009

En lo que respecta a las actividades prediales desarrolladas por las familias indígenas, se encuentran la ganadería a nivel de subsistencia y/o para la comercialización de ciertos excedentes, representando un ingreso algo inferior (en base a valores del año 2009) a \$300 mensuales. También se desarrollan otras actividades en el ámbito familiar o comunitario – algunas estrechamente relacionadas con prácticas culturales del Pueblo Mapuche – posibilitando así desplegar una pluriactividad y, por lo tanto, diversificar sus ingresos. Tal es el caso de la capitalización en ganado mayor (vacunos y equinos) que efectúan algunas familias, la confección y comercialización de artesanías (en lana y madera), la recolección de productos no maderables del bosque (piñones de araucaria, plantas medicinales, especies tintóreas, etc.), como así también la prestación de diversos servicios turísticos y la elaboración de ciertos productos para la venta ligados a esta actividad (pan casero, dulces, etc.) (STECHEER, 2011).

Las políticas estatales de beneficios sociales, junto con la creciente escasez de trabajos asalariados en el medio urbano que se da desde los años '90 – como resultado de la aplicación de las políticas neoliberales, con el consiguiente incremento en el desempleo y la precarización laboral – constituyen factores centrales a la hora de explicar la retención de esta población en el medio rural, en contraste con otras regiones y provincias. Esto se puede observar tanto en la variación intercensal de la población rural para el Departamento Aluminé¹² – considerando que una porción muy significativa corresponde a los integrantes de estas comunidades – como al visualizar la evolución poblacional a nivel de cada comunidad, donde resulta notorio el crecimiento demográfico de las agrupaciones formalizadas (ver Tabla). Este crecimiento poblacional trae aparejada una creciente presión por el recurso territorial que es clave para dar cuenta de los conflictos que caracterizan a la región desde hace casi dos décadas.

¹² Mientras en el total provincial en el período 1980-1991 la población rural disminuyó en el conjunto de la Provincia un 9,60%, en Aluminé se dio la tendencia opuesta: creció un 9,40%. En la siguiente comparación intercensal (1991-2001), mientras en el total provincial se advirtió una suba sólo del 1,67%, en este Departamento fue del 18,18% (INDEC, 2001).

4 El desarrollo de la actividad forestal y los conflictos resultantes

La actividad forestal en el Departamento Aluminé se asocia en sus inicios a la explotación en tierras fiscales, de bosques nativos compuestos por lenga (*Nothofagus pumilio*) y araucaria (*Araucaria araucana*) (STECHEER, 2011). La actividad de plantación se inició con la conformación de CORFONE (a mediados de los '70), y la adquisición de campos fiscales por parte de esta empresa (campo Abra Ancha, Lote 39) – que eran utilizados como área de pastoreo por campesinos criollos e indígenas – o bien forestó en tierras fiscales mediante acuerdos con la CIP. En el año 1991 se promulgó la Ley n. 1890 de “Aprovechamiento de la Riqueza Forestal”, que establece la protección de la araucaria (o pehuén) prohibiendo la extracción y comercialización de productos maderables provenientes de esta especie. Con la lenga, se estableció que su extracción debía estar sujeta a planes de manejo forestal, perdurando hasta nuestros días el manejo y venta en volúmenes acotados (STECHEER, 2011).

En el año 1992 la CIP y CORFONE acuerdan forestar una superficie de 14.800 hectáreas (de las cuales sólo se efectivizaron 4.200 has). Luego se incorporaron, a partir del acceso a regímenes de promoción forestal – tanto del orden provincial como nacional – nuevas superficies forestadas por empresas privadas agropecuarias no tradicionales del sector, vinculadas principalmente al ámbito energético (a las que luego nos referiremos). También se sumaron a la actividad pequeños productores de las comunidades Mapuche. Así es como el Departamento Aluminé alcanza actualmente una superficie de aproximadamente 14.000 hectáreas forestadas, lo que equivale al 33% del total plantado en la provincia.

Uno de los objetivos del fomento de la actividad forestal, fue la diversificación y captación de empleo rural que se traduciría en una importante demanda de mano de obra industrial en las futuras plantas de aserrío, a partir de la cosecha de las primeras forestaciones.

Efectivamente estos propósitos en parte se han cumplido, ya que en la actualidad CORFONE es un importante demandante de

empleo asalariado directo e indirecto en la región, en especial para los integrantes de las comunidades de la zona, que son convocados – ya sea por intermedio de contratistas o en forma directa por la empresa. Las tareas realizadas son aquellas relacionadas con el manejo silvícola: plantación, poda y raleo. De acuerdo a la información recabada en las comunidades, el empleo temporario en estas labores resultaba ser el más significativo entre los integrantes masculinos, junto con las actividades relacionadas con el turismo y la construcción.

Cabe señalar que estas experiencias de empleo de población rural en esta actividad (instrumentadas por el Estado), se retrotraen al año 1975, en el que se incorporaron como asalariados de planta miembros de las comunidades Puel, y en menor medida Catalán. En el primer caso (Puel), los productores ingresaron capacitándose como operarios del vivero, además de la contratación de un técnico desde la Dirección de Bosques, de manera permanente, desde los inicios mismos del proyecto. Es decir, tanto el vivero como el empleo público como política forestal, resultaron los factores centrales para explicar el desarrollo forestal en esta comunidad. Esta metodología no se repitió de igual manera en otras experiencias de la zona (comunidades Catalán y Currumil), lo que contribuye a explicar los distintos niveles de adopción o rechazo de las diferentes actividades de forestación. En estos últimos dos casos, los integrantes no fueron contratados como forestadores, y a pesar de los mecanismos de fomento aplicados, la adopción forestal resultó de muy bajo impacto (ver superficies forestadas en la Tabla). La metodología aplicada en las comunidades consistió en el aporte de materiales por parte de la provincia para los cerramientos perimetrales, las plantas y el pago temporario durante la ejecución de las tareas. En cambio – a diferencia de otros casos – no se incorporó a forestadores como asalariados de la planta del Estado Provincial (STECHEER, 2011). Estas experiencias, no lograron un manejo adecuado, una continuidad en la instrumentación de los proyectos y no contaron con una real participación de los integrantes de las comunidades Mapuche. Por ello fueron, en alguna medida, frustrantes generándose así – entre los destinatarios – una imagen negativa de ese tipo de emprendimientos.

La clave de estos fracasos radica en que fueron propuestas puramente exógenas basadas en decisiones tomadas casi exclusivamente por los técnicos en función de las condiciones ecológicas del sitio. Pero uno de los aspectos relegados en los análisis efectuados, ha sido el abordaje de la compleja interrelación entre la actividad forestal y las tradicionales desde las representaciones y las prácticas de los pobladores indígenas. En este sentido, desde las lecturas críticas que se han venido formulando en relación al desarrollo rural, se ha señalado la relación entre los pequeños productores y los técnicos, donde éstos últimos “[...] a menudo desconocen el marco ecológico y cultural en el que van a trabajar y tienden a infravalorar la experiencia de los campesinos” (VIOLA, 2000, p. 50).

El programa, que debía consolidarse mediante la implantación de montes forestales durante varios años – con el fin de conformar una unidad económica aprovechable – sufrió la inestabilidad de las políticas públicas, produciéndose múltiples discontinuidades, tal como lo expresa un dirigente de una de las comunidades afectadas:

Llegaron los ingenieros de la Dirección de Bosques y nos dijeron que busquemos un lugar bueno para el pino que así tendríamos trabajo seguro, leña. Que a futuro podríamos tener un aserradero y carpintería, y que además el pasto mejoraría. Plantamos dos años en dos cuadros y después nos comentaron que este año no había fondos y así los técnicos desaparecieron, no vinieron más. Con el tiempo los alambrados se fueron cayendo y los animales entraron a los cuadros y así esta hoy como abandonado.

A estos inconvenientes, debemos agregar la conflictividad agravada en los últimos años, a partir de la entrega de tierras fiscales por parte del Estado provincial a grandes empresas para forestar territorios que eran utilizados por pequeños productores ganaderos trashumantes¹³ quienes sufren la fragmentación de su territorio. En este caso, la propia empresa provincial CORFONE actúa

¹³ Se denomina “trashumancia” al movimiento del ganado entre las tierras bajas (áridas y semi-áridas) utilizadas para el pastoreo de los animales en invierno, y las tierras altas de la Cordillera de Los Andes empleadas para el mismo fin en el verano (GRUPO DE ESTUDIOS SOCIALES AGRARIOS, 1993).

como agente forestador por cuenta de estas empresas. En palabras de un entrevistado, autoridad de una de estas comunidades: “Con la pura plantación de esos pinos nos alambran los campos y dónde vamos a pastorear? si encima hasta a las petroleras el gobierno les da tierras fiscales para que CORFONE plante así nos dejan, nos van sacando lo poco que hay”.

Al descontento que manifestaban las comunidades frente las intervenciones de plantación con pinos en sus territorios, se le sumó un nuevo contexto de conflictividad asociado a las demandas territoriales, en el que la actividad forestal en su conjunto comienza a ser percibida como una amenaza. Esto nos lleva a plantear explicaciones que trasciendan una lectura simplista en términos de “adopción” o “rechazo”, considerando una complejidad mucho mayor en cuanto a las múltiples implicancias de los procesos de intervención.

Dentro de la cosmovisión que el pueblo Mapuche posee y recrea, se refleja una identidad indivisible entre la gente (che) y la tierra (mapu), por la cual este pueblo originario asocia cognitivamente sucesos de alteración en el ambiente con procesos relacionados a su vida cotidiana. Así, son comprensibles los registros que hemos recabado de los efectos de la actividad forestal, donde se entremezcla la percepción de la misma como “externa” y cómo entra en contradicción con otros aspectos tangibles e intangibles de su identidad:

Desde que empezaron a forestar las vertientes y aguadas se están secando, nos quedamos sin agua. (Poblador de una de las comunidades).

Los pinos en primavera echan un polvo amarillo que va matando las plantas que tocan, deja el agua polvoriento. (Dirigente indígena de la zona).¹⁴

Con las plantas plantadas tan juntas ya no crece el pasto, no se puede tener animales y las plantitas nativas que usamos de lahuenes¹⁵ se mueren y están desapareciendo. (Dirigente de una comunidad).

No tuvieron respeto por el bosque nativo,

plantaron todas esas plantas extranjeras¹⁶ debajo de los pehuenes [el “pehuén” es la denominación genérica de la araucaria] y ahora se están muriendo los pehuenes. (Dirigente de una comunidad de la zona).

Observamos en estos testimonios, cómo la forestación es también percibida como una limitante a las diversas actividades tradicionales de subsistencia – como la ganadería – debido a la competencia por los recursos y los espacios territoriales.

5 A modo de cierre

Uno de los aspectos sumamente paradójicos de la dinámica abordada a lo largo de estas páginas, es que las propias políticas sociales instrumentadas en las últimas décadas por el Estado provincial neuquino, tienden a “territorializar” a la población indígena a través de los diversos programas. Este hecho, se ha venido acentuando desde hace algo más de una década por el creciente desempleo y/o precariedad laboral en trabajos asalariados, que motivaron en décadas anteriores un importante flujo de la población indígena en sentido rural-urbano.

Este proceso de territorialización y de revalorización de las identidades y etnicidades, con crecientes reivindicaciones por parte de esta población indígena, tienden a generar un creciente enfrentamiento con la actividad forestal, lo que redefine el conjunto de las relaciones frente a esta explotación (de gran trascendencia en la región analizada).

En este sentido, debemos considerar el concepto de territorio definido desde las organizaciones indígenas de América Latina. Esta noción, parafraseando a Álvaro Bello (2004, p. 96) “[...] se ha convertido en un emblema de identidad”. Según lo señalado por este autor, “[...] en el territorio ancestral se encuentran las redes de parentesco, los vínculos básicos y definitorios que el grupo organizado cree no poder encontrar en otros espacios” (BELLO, 2004, p. 96). Por ello, al ponerse en peligro el territorio “[...] los indígenas ven amenazadas sus formas de vida y la reproducción de sus identidades”.

¹⁴ Se refiere al momento de la polinización que se produce en el mes de septiembre-octubre muy observable en las coníferas del género *pinus* en las plantaciones adultas.

¹⁵ El *lahuen* es una planta nativa (muy valorada por el pueblo Mapuche) utilizada medicinalmente.

¹⁶ Es común en las comunidades denominar en forma despectiva a las especies exóticas como “extranjeras” asociándolas con su origen geográfico y no con su área de dispersión natural.

En la implementación de la forestación observamos una impronta de tipo "transferencista" que – tanto en el diseño general como en la aplicación en los contextos específicos – tiende a desconocer las representaciones y dinámicas propias de las poblaciones indígenas. Estas lógicas parecieran encuadrarse, de esta manera, en los preceptos largamente remarcados desde los estudios del desarrollo rural, que han señalado cómo una larga tradición dentro de la teoría económica:

[...] ha venido privilegiando la innovación tecnológica como variable independiente por excelencia para explicar el crecimiento económico, [...], a costa de ocultar o minimizar otras variables no menos relevantes, como el marco ecológico, el funcionamiento de los mercados locales, la organización de la producción, la estructura social o el contexto cultural. (VIOLA, 2000, p. 48).

No podemos dejar de observar aquí, algunos puntos comparables a la dinámica en el vecino país de Chile – precisamente en la región lindante con Pulmarí – donde la actividad forestal viene generando un destacado nivel de conflicto con las comunidades Mapuche. No obstante, existen importantes diferencias en cuanto a la importancia que adquiere este tipo de explotación (considerando las superficies forestadas y los volúmenes económicos), así como los niveles que adquiere el enfrentamiento (mucho más visible en Chile a partir de la criminalización de la protesta). Otra diferencia radica en que en el vecino país las forestaciones son desarrolladas por empresas privadas de características transnacionales, mientras en el área de Pulmarí son a partir del fomento del propio Estado a partir de la empresa CORFONE.

En este sentido, las transformaciones socioeconómicas, políticas, identitarias y ambientales que viene generando esta actividad en el Departamento Aluminé, son comparables a lo que acontece en otras regiones del país (Noroeste, Nordeste, Mesopotamia o la misma de Patagonia) con diferentes actividades vinculadas a la expansión de la frontera agraria y a otras explotaciones (minera, hidrocarbúrica, etc.).

La problemática del desarrollo – en particular el forestal – nos ubica en el debate mismo que como sociedad nos involucra, en especial a quienes desde diferentes ámbitos

abordamos la problemática de los pueblos originarios, en relación a la diversidad cultural y a las agudas desigualdades asociadas a la misma que es factible establecer.

Bartolomé (2009, p. 14) al repasar las diferentes acepciones de los conceptos de Multiculturalismo y Pluralismo, señala que mientras el primero se refiere a las "[...] configuraciones multiculturales considerándolas un problema a enfrentar o resolver", la segunda noción entiende a estas diferencias "[...] como un punto de partida necesario para pensar esa misma realidad". Concebido en estos términos, el pluralismo implica – dado que es consciente de la historia y crítico del presente – "[...] un constante proceso de negociaciones que contribuyan a garantizar la existencia y la reproducción cultural de los grupos y pueblos hasta ahora subordinados" (BARTOLOMÉ, 2009, p. 14).

Para la problemática que aquí hemos trabajado, deben contemplarse las propias representaciones y valoraciones de los pueblos indígenas en la totalidad de los aspectos que están involucrados en su vida, sus fuentes de ingreso y su cotidianeidad. Entre éstos, los recursos forestales son uno más junto a muchos otros, pero a la vez – como hemos visto – poseen una gran trascendencia en la región de Pulmarí.

Referências

ANUARIO ESTADÍSTICO DE LA PROVINCIA DEL NEUQUÉN. 2010. Disponible en: <http://www2.neuquen.gov.ar/dgecyd/Publicaciones/Anuario/Anuario_2010/Anuario2010%20tapa.pdf>.

BARTOLOMÉ, Miguel. Prologo. Pluralismo y Multiculturalismo. En: TAMAGNO, Lilianna (Ed.). *Territorios y Memoria*. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 9-15

BELLO, Álvaro. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina*. La acción colectiva de los pueblos indígenas. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2004.

BRAN, Donald; AYESA Jorge; LÓPEZ Carlos. *Áreas ecológicas de Neuquén*. Bariloche: INTA, EEA, 2002.

CARRASCO, Morita; BRIONES, Claudia. Pulmarí. La esperanza mapuche bajo acoso judicial. En: *La tierra que nos quitaron*. Reclamos indígenas en Argentina. Copenhague: Documento IWGIA, n. 18, p. 149-181, 1996.

CENSO INDÍGENA NACIONAL. *Tomo I. Provincia de Buenos Aires y Zona Sur*, 1966-1968.

CONSEJO FEDERAL DE INVERSIONES. *Inventario del Bosque Implantado de la Provincia del Neuquén*. Provincia de Neuquén, Argentina, 2009.

- CORPORACIÓN INTERESTADUAL PULMARÍ. *Sitio web Pulmarí*, 2012. Disponible en: <http://www.pulmarí.org/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=59>.
- DELRIO, Walter; LENTON, Diana; PAPAIZIAN, Alexis. Agencia y política en tres conflictos sobre territorio Mapuche: Pulmarí / Santa Rosa-Leleque / Lonko Purrán. In: *Sociedades de Paisajes áridos y semi-áridos. Revista Científica del Laboratorio de Arqueología y Etnohistoria de la Facultad de Ciencias Humanas*, v. II, p. 125-146, 2010.
- DIARIO "RÍO NEGRO", 13 de Septiembre de 1984, "Alfonsín presidirá actos por la capitalidad de Neuquén", 1984.
- FALASCHI, Carlos. *La Confederación Indígena Neuquina*. Serie La tierra Indígena Americana. Neuquén? I.R.E.P.S./A.P.D.H., 1994.
- GRUPO DE ESTUDIOS SOCIALES AGRARIOS. *Campesinado y Ganadería Trashumante en Neuquén*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Comahue/Editorial la Colmena, 1993.
- INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas*, 2001. Buenos Aires, Argentina. En: <http://www.indec.gov.ar/>
- _____. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas*, 2010. Buenos Aires, Argentina. Disponible en: <<http://www.indec.gov.ar/>>.
- LOPEZ ESPINOSA F. *Aptitud forrajera y estimación de la capacidad de pastoreo de la Corporación Interestadual Pulmarí y comunidades mapuche aledañas*. Informe interno CIP. Neuquén: Aluminé, 2008.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo. La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica. En: MOYO, Sam; YEROS, Paris (Coord.). *Recuperando la tierra*. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, abril 2008.
- NAWEL, Xalkan Wenu; HUERCO, Luisa; LONCON, Lorenzo; VILLARREAL, Jorgelina. Pulmarí: recuperación de espacios territoriales y marco jurídico: desafíos mapuches a la política indigenista del Estado. Informe de caso Proyecto "Desarrollo Comunitario en Perspectiva Comparada", *Centro de Política Social para América Latina (CLASPO)*, Universidad de Texas, 2004.
- ÑANCUCHEO, Jorge. "Pulmarí en la lucha del pueblo mapuche". *Nosotros los otros*, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, año 2, n. 3, p. 20-22, 1998.
- OBSERVATORIO ECONÓMICO-SOCIAL DE LA ARAUCANÍA-UNIVERSIDAD DE LA FRONTERA. *Población mapuche total en la Araucanía: región, provincias y comunas*, 2002. Disponible en: <http://fica.ufro.cl/oes/documentos/social/20080626_pobmapucheregionprovinciascomunas.pdf>.
- ODHPI - Observatorio de Derechos Humanos de Pueblos Indígenas. *Informe de Situación de los Derechos Humanos del Pueblo Mapuche en la Provincia del Neuquén*, 2009-2010.
- PROVINCIA DEL NEUQUÉN, Ministerio de Hacienda y Finanzas. *Anuario Estadístico de la Provincia del Neuquén*, Provincia del Neuquén, 2010.
- RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Alejandro. El pueblo mapuche contra la discriminación y el etnocidio. En: GHIOLDI, Gerardo (Comp.). *Historia de las familias mapuche Lof Paichil Antriao y Lof Quintriqueo de la margen Norte del lago Nahuel Huapi*. Villa la Angostura, Argentina: Archivos del Sur, 2009. p. 35-51.
- RADOVICH, Juan Carlos. *Identidad y conflicto en territorio mapuche: el caso Pulmarí*. Ponencia presentada en el 50º Congreso Internacional de Americanistas. Varsovia, 2000. (Mimeo).
- STECHEER, Gabriel; BERENGER, Paula. Estudio de impacto socioeconómico en territorios de las comunidades mapuche Currumil, Aigo y Catalan. *Proyecto de Fortalecimiento del MDL (F/R) en la República Argentina*. Documento técnico. JICA-MRI, 2009.
- STECHEER Gabriel; LACALU, Pablo. Desarrollo forestal y conflictos inter-étnicos en Aluminé, Neuquén, Argentina. CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8. Porto de Galinhas, Brasil, 2010a.
- _____. Inter fases fronterizas y disputas inter-étnicas. La conflictividad recurrente en Aluminé, Neuquén. CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA, 7., 25-29 de Octubre de 2010, 2010b.
- STECHEER, Gabriel. *Territorio, Desarrollo e intervenciones institucionales en comunidades mapuche Los casos del Área Pulmarí (Departamento Aluminé), Linares (Departamento Huiliches) y Vera (Departamento Lacar) Provincia de Neuquén*. 2011. Tesis (Doctorado en Estudios Sociales Agrarios Centro de Estudios Avanzados) - Facultad de Ciencias Agropecuarias Universidad Nacional de Córdoba, 2011.
- VALVERDE, Sebastián. O invisibles o ilegales. Etnicidad, fronteras y procesos de estigmatización hacia el pueblo indígena mapuche". En: *Signos en el Tiempo y Rastros en la Tierra - Programa de Arqueología Histórica y Estudios Pluridisciplinarios (PROARHEP)*, Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Luján (UNLu), Argentina, v. 4, p. 193-221, 2009.
- _____. Identidad étnica, etnicidad y reorganización comunitaria: el caso de la agrupación Mapuche Ñorquinco (provincia de Neuquén). *Pap. trab. - Cent. Estud. Interdiscip. Etnolingüíst. Antropol. Sociocult.*, n. 17, 2009.
- VALVERDE, Sebastián; STECHER, Gabriel: Políticas estatales en relación al acceso al territorio del pueblo mapuche en el corredor de los lagos de Norpatagonia: análisis histórico, comparativo y regional. En: VALVERDE, Sebastián; MARAGLIANO, Graciela; IMPEMBA, Marcelo; TRENTINI, Florencia (Coord.). *Procesos históricos, transformaciones sociales y construcciones de fronteras*. Aproximaciones a las relaciones interétnicas (Estudios sobre Norpatagonia, Argentina y Labrador, Canadá). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011, p. 129-160.
- VIOLA, Andreu (Compilador). *Antropología del desarrollo*. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000.

Geração de informações sobre a agricultura de energia por meio das geotecnologias
Generation of agriculture energy information through of geotechnologies
Generación de la información para la agricultura de energía a través de geotecnología
Génération d'informations par le pouvoir du agriculture de l'énergie géotechnique

Heloisa Rodrigues Nascimento*
Yolanda Vieira de Abreu**

Recebido em 10/10/2011; revisado e aprovado em 19/12/2011; aceito em 25/3/2012

Resumo: Este estudo apresenta a importância de se utilizar as ferramentas desenvolvidas pelas geotecnologias voltadas ao monitoramento e planejamento das culturas agrícolas. O estudo de caso foi realizado no município de Pedro Afonso (TO) e teve como objetivo mostrar como as geotecnologias podem ser úteis como instrumento para ações de planejamento, gestão e controle da agricultura de energia e do uso da terra.

Palavras-chave: Agroenergia. Soja. Cana-de-Açúcar.

Abstract: This study presented the importance of using the tools developed by geotechnologies aimed at monitoring and planning of agricultural crops. The case study was conducted in the municipality of Pedro Afonso (TO) and aimed to show how geotechnologies can be useful as a tool for planning, management and control of energy farming and land use.

Key words: Agro-Energy. Soybeans. Sugar Cane.

Résumé: Cette étude a présenté l'importance d'utiliser les outils développés par géotechnologies visant à surveiller et la planification des cultures agricoles. L'étude de cas a été menée dans la municipalité de Pedro Afonso (TO) et vise à montrer comment géotechnologies peut être utile comme outil de planification, de gestion et de contrôle de l'agriculture pour la production d'énergie et d'utilisation des terres.

Mots-clés: L'agro-énergie. Le soja. La canne à sucre.

Resumen: Este estudio presenta la importancia de utilizar las herramientas desarrolladas por geotecnología destinadas a controlar y la planificación de los cultivos agrícolas. El estudio de caso se llevó a cabo en el municipio de Pedro Afonso (TO) y tenía como objetivo mostrar cómo las geotecnologías puede ser útil como una herramienta para la planificación, gestión y control de la agricultura de la energía y el uso de la tierra.

Palabras clave: Agroenergía. Soja. Caña de azúcar.

Introdução

A partir das crises de petróleo ocorridas na década de 1970, dos constantes conflitos e guerras na principal região produtora de petróleo, iniciou-se uma busca incessante por novas fontes de energia. O novo paradigma, sobre sustentabilidade e meio ambiente, contribuiu para disseminar uma visão crítica sobre a utilização da energia proveniente dos combustíveis fósseis. Devido a esse novo posicionamento mundial, a utilização de fontes renováveis de energia despontou, neste cenário, como uma opção e caminho a ser seguido (MELO; POPPE, 2010).

Dentre as fontes de energia renovável, destaca-se a biomassa, que pode ser definida como a matéria vegetal gerada pela fotossíntese e seus diversos produtos e subprodutos derivados, tais como florestas, culturas e resíduos agrícolas, dejetos animais, e matéria

orgânica contida nos rejeitos industriais e urbanos (EPE, 2008). A agroenergia utiliza-se da biomassa para a geração de energia, merecendo destaque o etanol, o biodiesel, as florestas energéticas plantadas e o aproveitamento de resíduos agrossilvipastoris (BRASIL, 2006).

O grande desafio em relação ao desenvolvimento do uso da biomassa como fonte de energia é conciliar as áreas de produção da cana-de-açúcar, oleaginosas e outras que servem de insumo para produção do bioetanol e do biodiesel com uma ocupação ordenada e sustentável. Segundo Roscoe (2006), é importante que o desenvolvimento da agroenergia contemple os princípios de preservação do solo, da água, do ar, da biodiversidade e das diferenças culturais, assim como a inserção das populações locais, através da geração de emprego e renda.

A utilização e a aplicação das ferramentas desenvolvidas pelas geotecnologias vêm

* Profa. Me. Área de Geomática – Instituto Federal do Tocantins (IFTO). E-mail: heloisa@ifto.edu.br

** Profa. Dra. Mestrado em Agroenergia – Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: yolanda@uft.edu.br

do fato de que, tanto no espaço urbano quanto no rural, estas podem ser utilizadas como um meio de controle, conhecimento e coerência em relação ao uso e ocupação da terra. Os dados obtidos por tais tecnologias podem ser um importante instrumento para compor o planejamento rural por parte do poder municipal, regional, estadual e federal. O uso das geotecnologias torna-se atrativo devido aos custos relativamente baixos de implantação, facilidade no desenvolvimento e agilidade na aquisição de resultados (CASTANHO; TEODORO, 2010).

As geotecnologias podem ser descritas como o conjunto de tecnologias que envolvem a coleta, processamento, análise e disponibilização de informação com uma posição definida no espaço, ou seja, com referência geográfica. Dentre as geotecnologias estão o Sistema de Informação Geográfica (SIG), Cartografia Digital, Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global (GPS), Aerofotogrametria, dentre outros. Estas se tornaram indispensáveis no desenvolvimento de estudos espacial e temporal das feições terrestres globais, regionais e locais, e ainda na organização de dados e informações para o ordenamento do espaço (FAVRIN, 2009; LIMA; FLORENZANO, 2009; CAMPOS *et al.*, 2009).

O uso das geotecnologias para realização do planejamento também se justifica porque, segundo Novo (1992), na área da agricultura,

as aplicações de sensoriamento remoto podem relacionar-se às atividades de levantamento e caracterização dos solos, identificação e mapeamento de culturas e estimativa de safras agrícolas. Para este último, pelo menos dois tipos de dados podem ser fornecidos pelos produtos de sensoriamento remoto: 1) tipo de cultura e 2) a área ocupada pela cultura. Pode-se acrescentar, ainda, que uma das fontes de dados do sensoriamento remoto são as imagens de satélite, as quais podem ser processadas e resultar em diversos produtos tais como: carta-imagem, mapas temáticos e outros.

Portanto este trabalho teve por objetivo apresentar a importância da utilização de ferramentas de geotecnologias, para gerar informações para o monitoramento e planejamento da agricultura de energia, tendo como estudo de caso o município de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

1 Material e métodos

A área de estudo deste trabalho é o município de Pedro Afonso, localizado na região nordeste do Estado do Tocantins, de acordo com a figura 1. Sua sede municipal está localizada na Latitude (ϕ): 08°58'03" S e Longitude (λ): 48°10'29" W, a uma altitude média de 201 metros, distante aproximadamente 173 km da capital do Estado do Tocantins, possuindo uma extensão territorial de 2.050,30 Km².

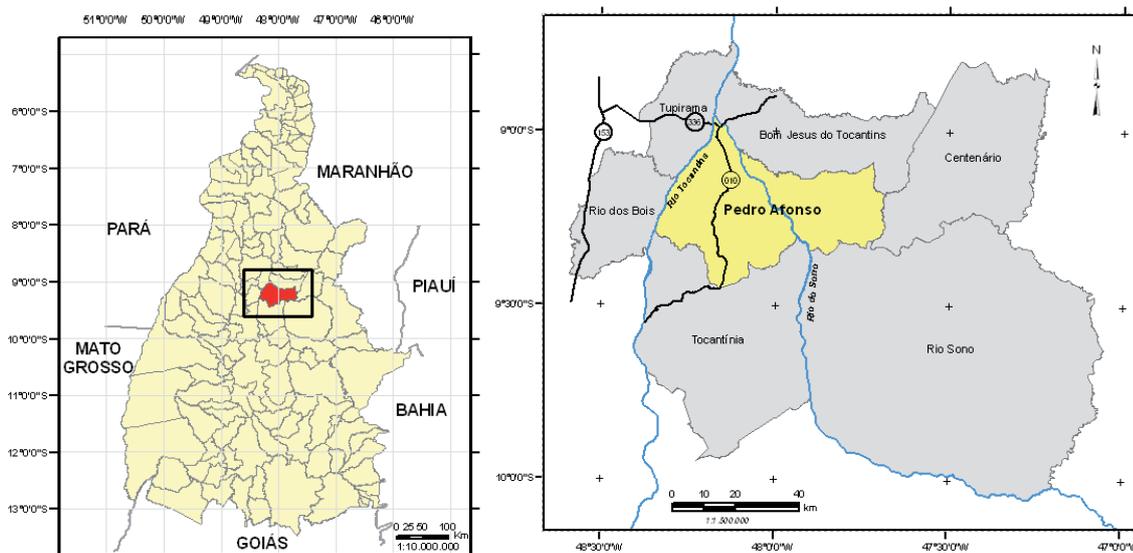


Figura 1 – Localização do município de Pedro Afonso, TO

A economia do município está baseada nas atividades do setor primário, isto é, na agricultura e pecuária. Neste município, desenvolve-se a produção de duas culturas que podem ser destinadas à agroenergia: a soja e a cana-de-açúcar. A plantação em grande escala de cana-de-açúcar iniciou-se com a implantação da empresa Bunge, que irá produzir açúcar, bioetanol e bionergia. Este também se destaca, por ocupar atualmente a posição de segundo município com maior produção de soja no Estado do Tocantins.

Neste estudo, a metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, em que foram identificados, analisados e descritos os dados referentes à agricultura de energia e à aplicação de geotecnologias voltadas para essa atividade no município de Pedro Afonso.

A segunda etapa da pesquisa consistiu no processamento e classificação das imagens digitais Landsat 5/TM órbita/ponto 222/66 e 222/67, bandas 3, 4 e 5, datadas de 17 de janeiro de 2010, para a confecção do mapa de uso e cobertura do solo, mapa de culturas e carta-imagem no software SPRING (Sistema para Processamento de Informações Georreferenciadas) versão 5.1.6. Para tanto, as imagens foram georreferenciadas com o método imagem-imagem, utilizando quinze pontos de controle, sendo estes obtidos a partir de uma imagem Landsat Geocover, polinômio de primeiro grau para correção espacial e o método de interpolação por vizinho mais próximo.

Para a produção do mapa temático de uso e cobertura do solo e das culturas de soja e cana-de-açúcar, as imagens Landsat 5/TM, bandas 3, 4 e 5 foram classificadas pelo método de classificação supervisionada por pixels com o classificador Máxima Verossimilhança ou MaxVer. Para a realização do tipo supervisionada, foram executadas as seguintes etapas: treinamento, análise das amostras, classificação e mapeamento das classes.

As classes selecionadas para a elaboração do mapa de uso e cobertura do solo do município de Pedro Afonso foram: água, vegetação e pastagem, solo exposto, agricultura e área urbana. E a segunda classificação foi realizada utilizando os mesmos métodos, para apresentar a distribuição da agricultura de energia, sendo criadas as seguintes classes: soja, cana-de-açúcar e outras.

Após gerar a imagem classificada, aplicou-se a pós-classificação, com o objetivo de uniformizar os temas, ou seja, de eliminar os pontos isolados, classificados diferentemente de sua vizinhança; com isso obteve-se uma imagem classificada com aparência menos ruidosa. A próxima etapa referiu-se ao mapeamento das classes temáticas para a imagem pós-classificada, gerando assim uma imagem na categoria temática com o plano de informação imagem classificada.

Realizou-se também uma etapa de campo com o objetivo de tirar dúvidas sobre a ocupação do solo e coletar informações adicionais para as etapas relacionadas à classificação das imagens, com o auxílio de um receptor GPS para validar as informações obtidas nos mapas elaborados.

A partir das imagens de satélite, foi possível realizar a estimativa das áreas de agricultura referente a soja e cana-de-açúcar visto que estas ocupam extensas áreas, com o auxílio da ferramenta operações métricas do software SPRING.

A terceira etapa consistiu na importação dos mapas citados acima para o software ArcGis, e possibilitou gerar o mapa cadastral de imóveis produtores de soja através da lista desses imóveis, com suas respectivas coordenadas geográficas (latitude e longitude), e a área plantada em cada propriedade na safra de 2008/09 e 2009/10 disponibilizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (ADAPEC, 2010) e Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (COAPA, 2010).

Para tanto foi criado o shape denominado "pontos" e, a partir das coordenadas geográficas, os pontos representando os imóveis foram lançados representando-lhes a localização. Após encerrar o lançamento dos pontos, foram criados os campos da tabela que apresentam as informações sobre o cadastramento deles, que são: prop - denominação da propriedade; área soja_1 - área plantada de soja na safra 2008/09; área soja_2 - área plantada de soja na safra 2009/10, latitude e longitude e fotografia, este último para alguns pontos em que foi possível obtê-las.

2 Resultados e discussão

O resultado obtido desta etapa de processamento foram as imagens do satélite Landsat 5/TM georreferenciadas da órbita

222 e pontos 66 e 67. A partir das imagens Landsat 5/TM, elaborou-se a carta-imagem, referente ao município de Pedro Afonso, a qual auxilia na visão espacial da situação da área e de suas características, apresentada na figura 2. A carta-imagem apresenta como vantagem o aspecto multitemporal, ou seja, pode

ser atualizada periodicamente, permitindo realizar novos estudos referentes à análise das modificações ocorridas na área, bem como identificar o avanço das culturas sobre áreas destinadas à preservação ambiental, possibilitando assim um monitoramento contínuo a custos relativamente baixos.

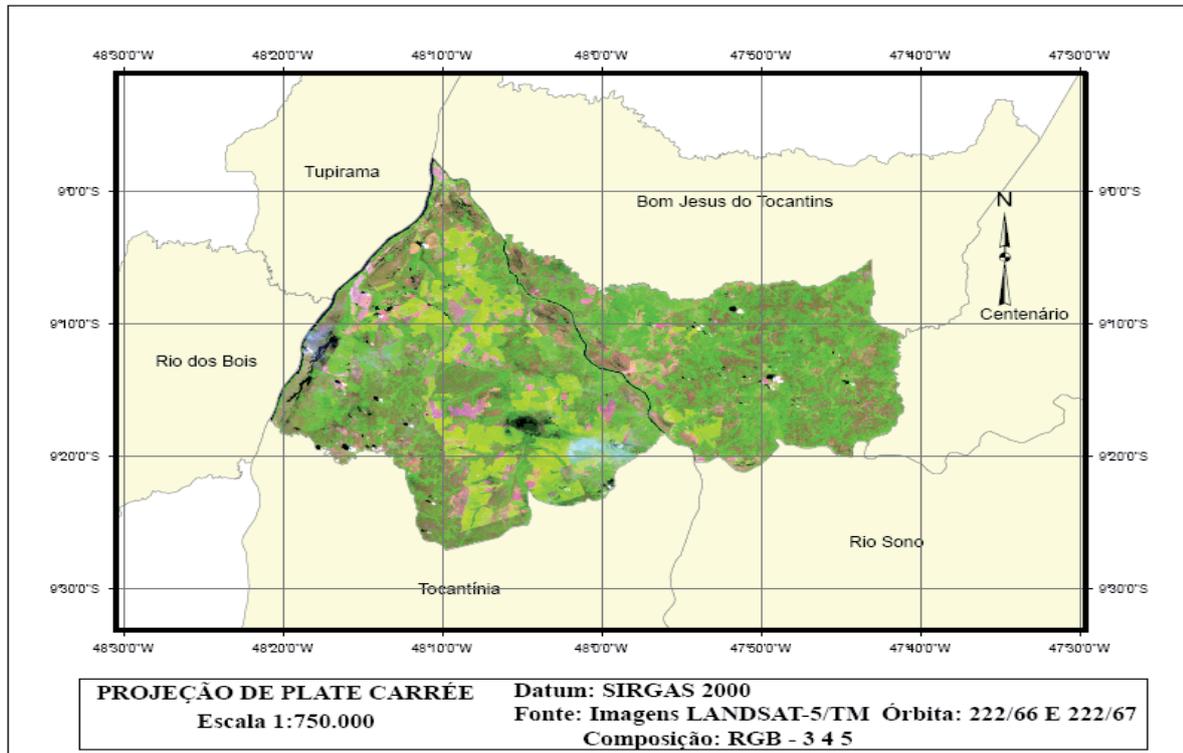


Figura 2 – Carta-imagem do município de Pedro Afonso, TO

A classificação das imagens desta pesquisa teve como objetivo apresentar o uso e cobertura do solo conforme a figura 3 referente ao município de Pedro Afonso, identificando, mapeando e quantificando as

áreas ocupadas pela produção agrícola, que pode ser destinada à produção de energia, por isso a classificação se restringiu às culturas de soja e de cana-de-açúcar.

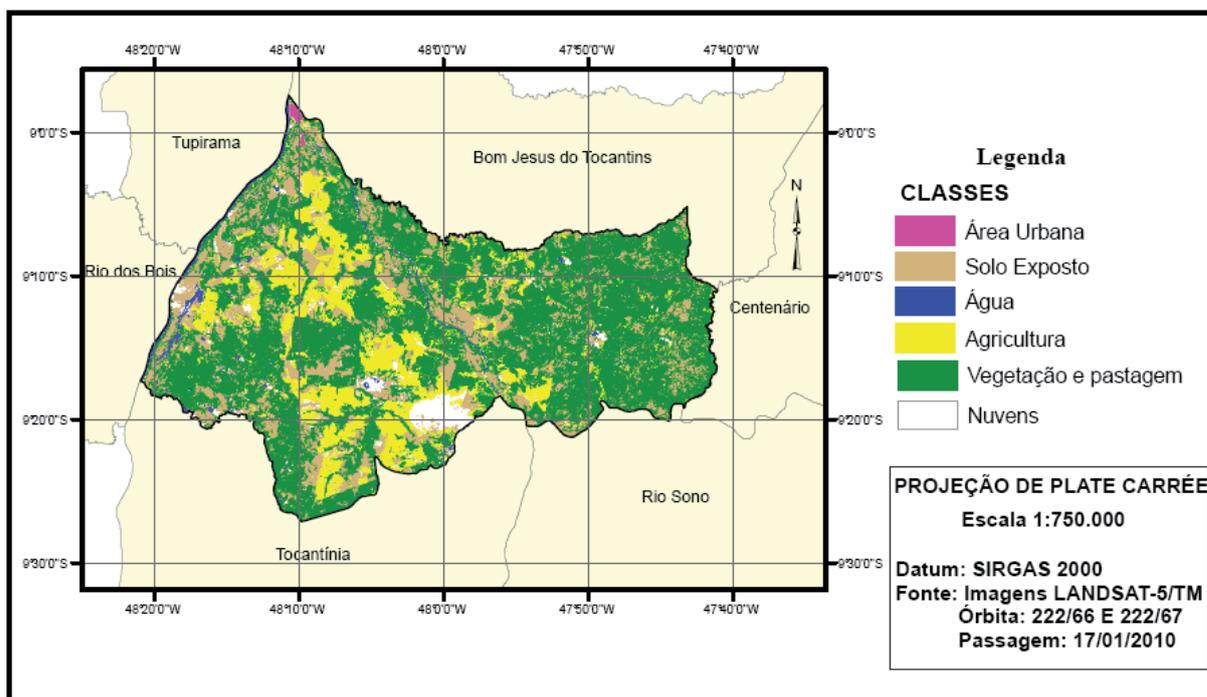


Figura 3 – Mapa de uso e cobertura do solo do município de Pedro Afonso, TO

Através da classificação das imagens digitais de sensoriamento remoto, é possível a identificação e a quantificação da área ocupada, proporcionando a localização espacial de áreas cultivadas. Sendo assim, facilita-se uma aferição diretamente no campo, bem como a estimativa/previsão em anos subsequentes. Entretanto somente certas culturas poderiam ser monitoradas com imagens de média resolução espacial, são aquelas que ocupam maiores áreas, em talhões cujas dimensões mínimas geralmente superam uma dezena de hectares.

No caso do município de Pedro Afonso, a identificação e mapeamento tanto da cultura

da soja quanto da cana-de-açúcar foram realizados devido à vocação agrícola da produção da oleaginosa na região e à instalação da Usina Bunge, que produzirá açúcar, bioetanol e bioenergia, bem como às extensas áreas ocupadas pelas culturas. Assim, a pequena área coberta pelas nuvens na imagem diminuiu a precisão dos valores estimados referentes às classes criadas, visto que estas não foram quantificadas, nem classificadas. Além dos mapas, foi possível obter os valores de área ocupada pelas classes criadas na etapa de classificação de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 – Área ocupada pelas classes do mapa de uso e cobertura do solo

Uso e Cobertura do Solo	Área Total (ha)	Porcentagem (%)
Vegetação e pastagem	119.989,13	58,50
Área urbana	233,69	0,11
Rios e lagos	3.329,01	1,62
Agricultura	32.301,63	15,76
Solo exposto	44.098,66	21,50
Área não-classificada	5.147,88	2,51
Total	205.100,00	100

Fonte: Dados obtidos através das imagens Landsat 5/TM utilizada na pesquisa (2011).

Observando-se os dados expostos na tabela 1, é possível determinar a quantidade de área ocupada pelas classes do Mapa de uso e cobertura do solo, em porcentagem: 1) vegetação e pastagem ocupam 58,50%; 2) solo exposto, 21,50%; 3) agricultura, 15,76%. Uma consideração a ser feita em relação à existência da classe “solo exposto” é que esta está aumentando devido ao desmatamento ou terra preparada para plantio. Porém percebe-se que a maior parte da área do município ainda está coberta por vegetação.

Nessa área, está ocorrendo o avanço da cana-de-açúcar sobre a área da soja, e, por meio de pesquisas realizadas em campo,

verificou-se que alguns produtores estão arrendando suas terras para a Usina Bunge, ou seja, a produção de soja no município aos poucos perderá espaço para a produção de cana-de-açúcar, sendo que esta última está crescendo nos últimos tempos devido ao aumento da demanda por bioetanol.

No mapa de culturas apresentado na figura 4, pode-se observar a distribuição espacial destas dentro da área de estudo, destacando-se a cultura da soja (64,85%), e a expansão da cana-de-açúcar (18,91%) no município, sendo este importante ferramenta para identificar e localizar as áreas de produção.

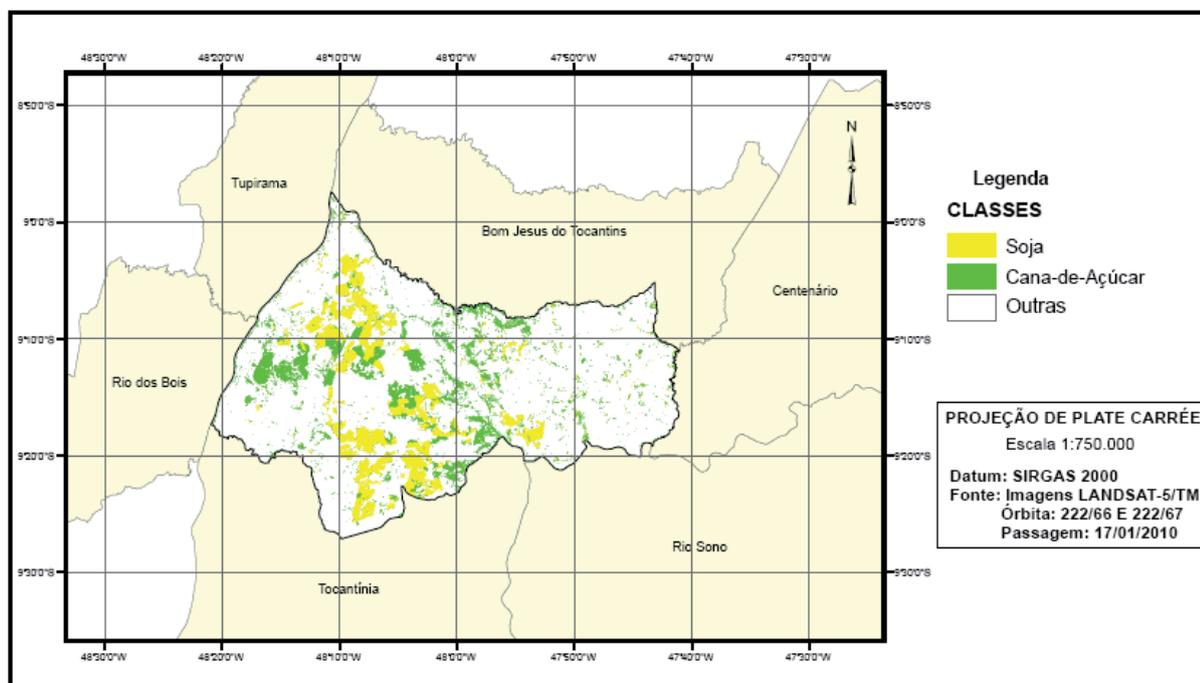


Figura 4 – Mapa de culturas: soja e cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso, TO

Uma das possibilidades na região de estudo para a produção da cana-de-açúcar é que esta poderá ser produzida o ano todo, enquanto que a soja produz-se apenas durante os meses de outubro a março. Porém é necessário considerar que a cultura da cana-de-açúcar apresenta uma particularidade na região, pois, durante o período da seca (aproximadamente cinco a seis meses ao ano), essa cultura precisa ser irrigada, no entanto nota-se que essa região é cortada por vários rios amenizando o problema de custos e de insumo destinado à irrigação.

A cana-de-açúcar é uma das principais fontes de energia renovável no país, uma vez que é a principal matéria-prima destinada à produção de bioetanol e bioenergia. Entretanto a sua expansão indiscriminada, no presente e no futuro, pode provocar efeitos diretos e indiretos ao meio ambiente e aos ecossistemas da região. Uma das pré-condições para a sua produção é ter acesso fácil à água para sua irrigação, em que na maioria das vezes são utilizadas as águas provenientes das chuvas, porém, em uma região como Pedro Afonso, TO, provavelmente esta deve vir dos rios que

cortam a região. JANUZZI (2010) observa que o uso da irrigação está crescendo com o aumento da demanda pelo produto e a incorporação de novas áreas para plantio nas regiões Centro-Sul e Norte do país.

A construção e desenvolvimento do mapa de uso e cobertura do solo são importantes ferramentas de gerenciamento e planejamento para a nível municipal, estadual ou federal. Tal afirmação vem do fato de que por meio deste podem ser identificadas as paisagens geográficas, a ampliação das áreas agrícolas, visualizar os problemas e buscar soluções. Permite, ainda, avaliação das modificações provocadas pelo homem, tornando-se um pré-requisito básico para o planejamento físico-rural da região. As informações do estudo e uso do solo podem revelar o grau de conservação, preservação ou artificialização de uma dada parte da superfície (VIERA; ROVANI, 2009).

A etapa de trabalho de campo possibilitou melhorar a qualidade da classificação da imagem, pois as coordenadas dos pontos adquiridos em campo com o receptor GPS facilitaram a identificação e diferenciação das classes, principalmente entre as culturas de soja e cana-de-açúcar.

A partir de imagens de satélite, foi possível a digitalização das amostras das áreas

cultivadas com soja, cana-de-açúcar e área preparada para plantio referente à data de 17/1/2010. Entretanto a cobertura de nuvens em uma parte da área cultivada pode comprometer a precisão desses resultados, de modo que se obteve um valor estimado para a área da ocupação das culturas e áreas preparadas para o plantio, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 - Estimativa das áreas ocupadas pelas culturas no município de Pedro Afonso

Culturas	Área ocupada (ha)	%
Soja	21.302,007	64,85
Cana-de-açúcar	6.210,987	18,91
Área preparada para plantio	5.332,808	16,24
Total	32.845,802	100,00

Fonte: Dados obtidos através das imagens Landsat 5/TM utilizada na pesquisa.

Utilizando os dados acima, foi possível realizar uma comparação entre o valor de área plantada estimada através das imagens Landsat, e o valor fornecido pela ADAPEC/COAPA de área plantada de soja no município de Pedro Afonso apresentado na tabela 3.

Tabela 3 - Comparação entre a área plantada com a cultura da soja fornecida pela ADAPEC/COAPA e a obtida através imagem Landsat para o ano safra 2009/10.

Município	Área plantada (ha)			Diferença relativa (%) (b * 100)/a
	ADAPEC/COAPA	Landsat (a)	ADAPEC/COAPA - Landsat (b)	
Pedro Afonso (TO)	23.225	21302,007	1.922, 993	9,03

Observando os dados da tabela 3, verifica-se que, em Pedro Afonso, a diferença entre a área plantada estimada sobre a imagem Landsat (21.302 ha) e a área estimada pela ADAPEC/COAPA (23.225 ha) foi de 1.922,993 ha, representando uma diferença relativa de 9,03%. É possível que uma pequena parte responsável pela diferença encontrada referente à área de soja no município seja decorrente de uma parcial cobertura de nuvens.

A elaboração do mapa cadastral teve como base as informações obtidas na ADAPEC (2010) e COAPA (2010), referentes aos imóveis produtores de soja no município de Pedro Afonso, os armazéns da COAPA e Bunge, e a Usina Bunge de Açúcar, Álcool e Bioenergia com suas respectivas localizações (latitude e longitude), e área plantada nas safras 2008/09 e 2009/10, e sua consulta pode ser realizada conforme o exemplo apresentado na figura 5.

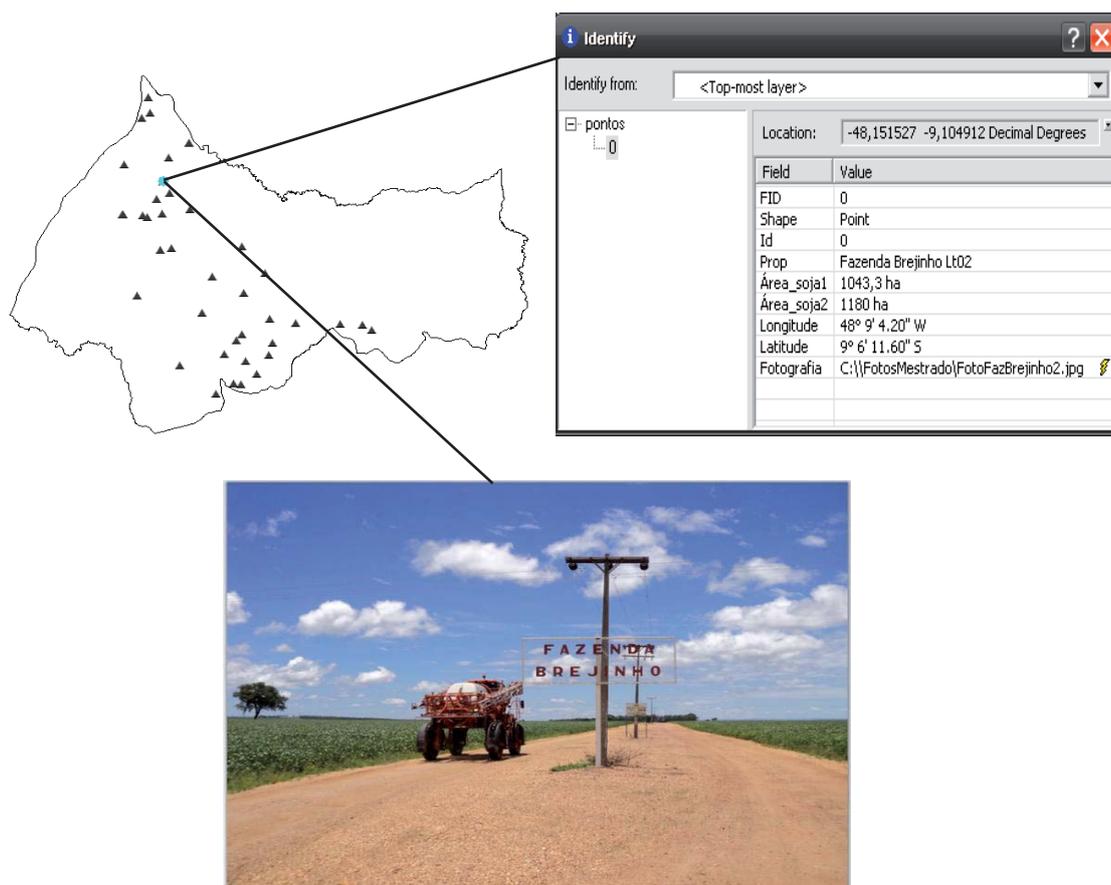


Figura 5 – Exemplo da consulta ao mapa cadastral
Fonte: Dados da Pesquisa

O mapa cadastral representa um banco de dados que contém informações referentes a todos os imóveis produtores de soja presentes no município de Pedro Afonso; essas informações podem ser atualizadas a cada ano/safra, constituindo-se assim em uma ferramenta de organização de dados, servindo como subsídio para a difusão dessas informações, tais como o conhecimento da localização e extensão das áreas ocupadas pela cultura da soja em cada imóvel, facilitando assim o repasse dos dados tanto para órgãos governamentais quanto para a iniciativa privada, que estão relacionados ao desenvolvimento da agricultura de energia em nível municipal, regional, estadual e até mesmo nacional.

Como os dados podem ser atualizados a cada safra, torna-se possível a realização de cálculos sobre o aumento e/ou diminuição de produção, e até mesmo de informações sobre a substituição da cultura atual por outra, servindo de fonte de consulta a diversos órgãos vinculados à agricultura de energia, servindo

como exemplo a outros municípios produtores tanto da oleaginosa e/ou outras culturas na elaboração de um banco de dados sobre o desenvolvimento de culturas no Estado do Tocantins.

Conclusão

A opção por utilizar as geotecnologias como ferramenta de auxílio em atividades de monitoramento e planejamento da área de produção da agricultura de energia, mostrou-se eficaz devido à possibilidade para a obtenção de diversos produtos, tais como mapas e carta-imagem, os quais proporcionaram o estudo e a identificação das características presentes na área de estudo.

Além disso, o mapeamento de uso e cobertura do solo proporciona o acompanhamento das modificações ocorridas em determinados períodos, o que contribui de forma relevante para o aproveitamento planejado físico do espaço disponível para determinado

tipo de produção, permitindo assim a conservação das áreas protegidas ambientalmente. Possibilita ainda a localização das áreas de produção e a visualização de sua distribuição ao longo da região, gerando dados relacionados à estimativa de área plantada por determinada cultura.

Sugere-se que esse tipo de trabalho seja realizado com mais frequência e deva ser estendido a todas as áreas onde é praticada a agricultura de energia, pois esses resultados permitem reconstruir o processo evolutivo do uso e ocupação do solo.

As informações do mapa cadastral, após a sua finalização, transformaram-se em um banco de dados que poderá ser utilizado por órgãos públicos, empresas privadas e cooperativas oferecendo informações quanto à localização dos imóveis produtores de soja no município, assim como à sua produção em cada safra. A partir dos dados do mapa cadastral é possível a realização de cálculos sobre aumento ou diminuição de produção, e até mesmo informações sobre a substituição da cultura atual por outra.

Referências

- ADAPEC-TO – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins. *Lista de imóveis produtores de soja do município de Pedro Afonso-TO*, 2010.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano nacional de agroenergia*. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa, 2006. 110 p.
- CAMPOS, J. M.; NEVES, J. M. A. S.; NEVES, R. J.; CASARIN, R.; COCHEV, K. S. Geração de informações através das geotecnologias para subsidiar a atividade turística na área da Ponta do Morro – Cáceres-MT. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS DO PANTANAL, Corumbá. 2. *Anais...* Corumbá: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 7-11 novembro 2009. p. 738-746.
- CASTANHO, R. B. TEODORO, M. A. O uso de geotecnologias no estudo da produção agropecuária. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, v. 1, p. 136-153, 2010.
- COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, 2010. Disponível em: <www.coapa.com.br>. Acesso em: 4 jan. 2011.
- EMPRESA de Pesquisa Energética (EPE). *Cadernos de energia EPE - perspectivas para o Etanol no Brasil*. 2008. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2010.
- FAVRIN, V. G. *As geotecnologias como instrumento de gestão territorial integrada e participativa*. 231f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.
- LIMA, S. F. S.; FLORENZANO, T. G. Uso de geotecnologias no estudo do Pantanal na educação básica. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS DO PANTANAL, 2., 2009, Corumbá. *Anais...* Corumbá: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p. 861-868.
- JANUZZI, G. M. Uso da água na produção de etanol de cana-de-açúcar. In: CORTEZ, L. A. B. *Bioetanol de cana-de-açúcar: P&D para produtividade e sustentabilidade*. Luis Augusto Barbosa Cortez (Coord). São Paulo: Blucher, 2010. p. 271-278.
- MELO, L. C. P.; POPPE, M. K. Desafios da pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis no Brasil. In: CORTEZ, L. A. B. *Bioetanol de cana-de-açúcar: P&D para produtividade e sustentabilidade*. Luis Augusto Barbosa Cortez (Coord). São Paulo: Blucher, 2010. p. 27-34.
- NOVO, E. M. L. M. *Sensoriamento remoto: princípios e aplicações*. São José dos Campos: Edgard Blucher, 1992.
- ROSCOE, R. Agroenergia: uma nova era na agricultura brasileira. *Rev. A Lavoura*, Rio de Janeiro, p. 31-33, junho/2006.
- VIERA, E. G.; ROVANI, F. F. M. *O Uso da terra em Silveira Martins: uma nova perspectiva ou possibilidade por meio das geotecnologias*. UFSM: Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <www.egal2009.easyplanners.info/area04/413>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes
Sugarcane supply agreement: the power asymmetry between agents
Contratos de suministro de azúcar de caña: la asimetría de poder entre los agentes
Les contrats des fournisseurs de canne à sucre: les inégalités du pouvoir entre les agents

Artêmio Ferreira Picanço Filho*
Joel Orlando Bevilaqua Marin**

Recebido em 28/5/2011; revisado e aprovado em 13/11/2011; aceito em 30/3/2012

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os contratos firmados entre as agroindústrias canavieiras e agricultores fornecedores de cana para a obtenção de matéria-prima, a partir de um estudo de caso realizado em Goiás. Conclui-se que as agroindústrias detêm o poder de informações, gerando assimetrias nas relações sociais, o que obriga os fornecedores a aceitarem as imposições das agroindústrias canavieiras e permanecerem integrados a elas, por falta de melhores alternativas de inserção econômica.

Palavras-chave: Agroindústria canavieira. Cana-de-açúcar. Assimetrias de poder

Abstract: The aim of this work is to analyze the agreements dealt between the sugar-cane agribusiness and the sugar-cane suppliers for raw material supply based upon a case study in Goiás State, Brazil. The conclusion is that the sugar-cane agribusiness keeps the control on the information producing asymmetry in the social relationship forcing the raw material suppliers to accept its impositions keeping them linked to its interest due to absence of better economical options.

Key words: Sugar-cane agribusiness. Sugar-cane. Power asymmetry.

Résumé: L'objectif de cet article est d'analyser les contrats accordés entre les industries agroalimentaires de canne à sucre et les agriculteurs fournisseurs de canne pour l'obtention de la matière-première, à partir d'une étude de cas réalisée dans l'état de Goiás. La conclusion est que les industries agroalimentaires détiennent le pouvoir d'information, gérant les inégalités des relations sociales, ce qui oblige les fournisseurs à accepter les conditions des industries agroalimentaires de canne à sucre et à leur demeurer fidèles, à défaut de meilleures alternatives d'insertion économique.

Mots-clés: Agroalimentaires de canne à sucre. Canne à sucre. Inégalités du pouvoir.

Resumen: El objetivo de este trabajo es revisar los contratos entre los agricultores y la agroindustria de caña de azúcar proveedores de caña para obtener materia prima de un estudio de caso en Goiás concluir que las agroindustrias tienen el poder de la información, la generación de las asimetrías en las relaciones sociales, que exige a los proveedores a aceptar las imposiciones de la industria de la caña de azúcar integrarse y permanecer en ellos, a falta de mejores alternativas para la inclusión económica.

Palabras clave: Agroindustria de caña de azúcar. Caña de azúcar. Las asimetrías de poder.

Introdução

O grande desafio das agroindústrias canavieiras está relacionado com o fornecimento da matéria-prima, dada a elevada especificidade dos processos de produção e transformação da cana-de-açúcar. A estrutura de governança no setor sucroalcooleiro oscila entre os contratos de fornecimento de cana-de-açúcar, estabelecidos com os fornecedores para obtenção de matéria-prima, e os contratos de arrendamento de terra, firmados com os proprietários de imóveis, que permitem que as agroindústrias canavieiras operem com canaviais próprios. Os contratos agrários fir-

mados entre agroindústrias sucroalcooleiras e fornecedores de cana-de-açúcar são permeados por diversos interesses, que expressam consensos e conflitos.

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações contratuais de integração no setor canavieiro, sob a perspectiva dos fornecedores de cana, avaliando em que medida esses agentes aceitam ou se contrapõem às regras contratuais impostas pelas agroindústrias. Com base em depoimentos orais dos agricultores integrados e de seus representantes sindicais rurais, procurou-se compreender os consensos e conflitos que emergem das formas contratuais firmadas entre as

* Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Contador. Professor substituto da Universidade Federal de Goiás e professor da Associação de Educação e Cultura de Goiás (AECG). E-mail: arte1000picanco@yahoo.com.br

** Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: bevilaquamamarin@gmail.com

agroindústrias canavieiras e fornecedores de cana para obtenção de matéria-prima. O estudo de caso foi realizado no município de Quirinópolis, situado no Sudoeste Goiano. A escolha foi dirigida, pelo fato de as usinas localizadas nesse município adquirirem de fornecedores mais de 50% da cana-de-açúcar, o que propicia melhores condições para analisar as modalidades de contratos agrários referentes à compra de matéria-prima.

Realizou-se análise dos contratos agrários firmados entre agroindústrias canavieiras e fornecedores de cana-de-açúcar. Além da pesquisa desses documentos, desenvolveu-se um estudo de caso no município de Quirinópolis, envolvendo dezesseis fornecedores de cana-de-açúcar que mantêm relações contratuais no sistema de integração para suprir a agroindústria de matéria-prima. Também foram realizadas entrevistas junto a diversos órgãos ou entidades relacionadas com o setor sucroalcooleiro, tais como a Associação dos Fornecedores de Cana de Goiás (APROCAN), a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), Sindicatos Rurais de Quirinópolis e Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás (SIFAEG).

O artigo está dividido em três seções. A primeira analisa o caso das agroindústrias canavieiras, com ênfase no processo histórico desde a implantação, desenvolvimento e importância no âmbito do município e região onde se instalaram. A segunda seção trata da relevância dos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar, como instrumento de integração entre as agroindústrias e os produtores rurais para fornecimento de matéria-prima, demonstrando que o poder monopolístico, associado às informações assimétricas, proporciona vantagens às agroindústrias, em detrimento dos produtores rurais, e acarreta conflitos que emergem dessas relações contratuais. A terceira seção relata os diversos tipos de assimetrias de poder existentes entre os produtores rurais, o que proporciona diferenças de vantagens entre eles nas negociações estabelecidas com as agroindústrias.

1 Lavoura canvieira em Quirinópolis

A atividade canvieira tem grande importância no desenvolvimento socioeconômico do município goiano de Quirinópolis, com destaque na produção de açúcar, álcool e cogeração de energia. Atualmente, segundo o Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás (SIFAEG), o município representa um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do Estado de Goiás. As informações orais, obtidas dos representantes dos Sindicatos Rurais, fornecedores de cana e associações comerciais, evidenciam as vantagens e benefícios proporcionados pelo setor sucroalcooleiro no município, com destaque para a geração de empregos, aumento das vendas no comércio, crescimento no setor de prestação de serviços, entre outros.

O município de Quirinópolis não tinha tradição na cultura de cana-de-açúcar até o ano de 2004 nem possuía agroindústria canvieira em seu território. Os estímulos das políticas públicas federais e dos incentivos fiscais do governo estadual, instituídos pelo Programa Nacional de Agroenergia, foram determinantes para que grupos empresariais do Estado de São Paulo instalassem usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar no município.

Após a instalação das agroindústrias canavieiras no município de Quirinópolis, a produção de cana-de-açúcar teve um expressivo crescimento. No ano de 2006, a produção de cana-de-açúcar foi de 600 mil toneladas, experimentando um significativo crescimento nos anos seguintes: 765 mil em 2007 e 2.400 mil em 2008. No ano de 2009, atingiu o patamar de 3.072 mil toneladas de cana-de-açúcar colhida, correspondente a um crescimento de 412% no período 2006 a 2009 (Figura 1). Com isso, conforme informações do SIFAEG, o município de Quirinópolis se tornou o maior produtor de cana-de-açúcar do Estado de Goiás.

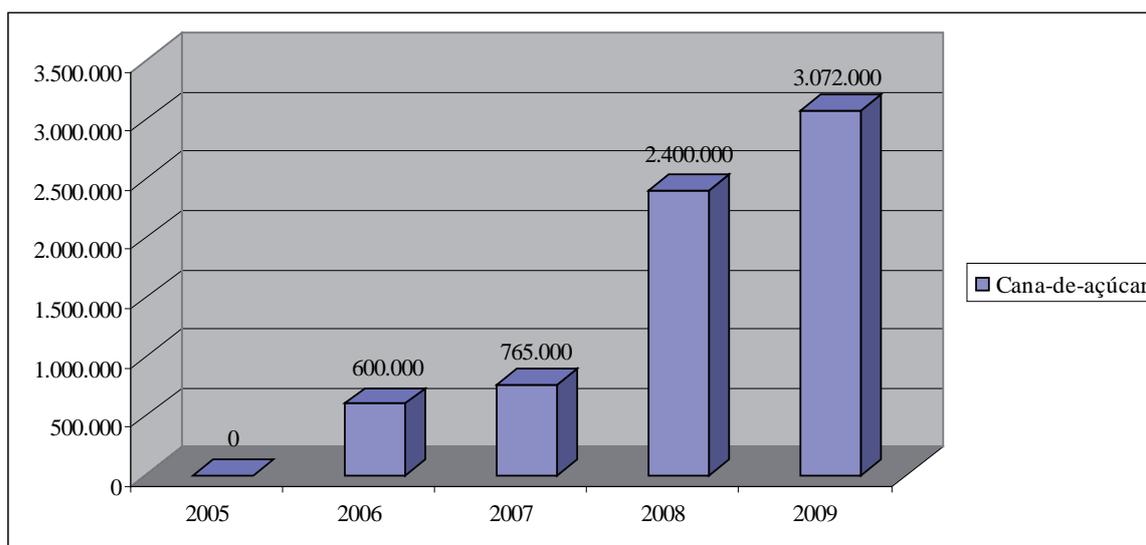


Figura 1 – Evolução da produção de cana-de-açúcar em toneladas, no município de Quirinópolis no período de 2005 a 2009.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos na SEPLAN/SEPIN (2010).

Segundo representantes da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), o município de Quirinópolis também se destaca em Goiás pelo expressivo número de agricultores fornecedores de cana-de-açúcar. Acredita-se que esse fato contribui sensivelmente para o aumento do produto interno bruto (PIB) municipal, em face da maior circulação da receita oriunda da cadeia produtiva da cana, evitando a concentração de rendas por parte das usinas.

Quando ocorreu a instalação das agroindústrias no município, a atividade agropecuária de bovinocultura de corte, as culturas de soja, milho, entre outras, atravessavam séria crise econômica e financeira. Os produtores encontravam-se endividados e com dificuldades para continuar na atividade. Assim, procuravam outras fontes de renda, a fim de solucionar os problemas vivenciados nos últimos anos. Por conseguinte, as agroindústrias não tiveram dificuldades em atrair produtores dispostos a mudar de atividade em benefício da produção canavieira e se tornarem fornecedores.

Por ocasião da pesquisa em 2009, a agroindústria canavieira encontrava-se no período de corte da terceira safra de cana. Constatou-se que as relações contratuais entre os agentes aparentavam uma relativa normalidade, embora houvesse alguns conflitos quanto aos valores pagos pela cana.

Todavia os dissensos não foram suficientes para comprometer o relacionamento das partes envolvidas, pois os produtores demonstravam confiança no desenvolvimento da atividade no município. Entendendo-se como “parceiros” das empresas, os produtores viram as pequenas tensões quanto aos preços como resultado da crise mundial que afetou toda a atividade econômica.

Nas agroindústrias situadas no município de Quirinópolis, mais da metade da matéria-prima é originada de aquisição de fornecedores de cana-de-açúcar. Em virtude das peculiaridades da atividade canavieira, é necessária a adoção de medidas administrativas coordenadas e adequadas para evitar prejuízos para as agroindústrias canavieiras. Na expectativa de solucionar esses entraves, a tendência desse suprimento tem sido a integração, representada pelos contratos de fornecimento de matéria-prima firmados entre as agroindústrias e produtores rurais. A elaboração desses contratos é complexa, se consideradas as incertezas e as imprevisibilidades de contingências futuras, que aumentam a possibilidade de celebrar contratos incompletos suscetíveis de ocasionar eventuais conflitos entre as partes.

As especificidades da cultura canavieira podem ser compreendidas como uma teoria econômica de contratos. Por isso, devem ser analisadas como transações, que são relações

contratuais entre as partes cujos direitos e obrigações a serem cumpridas no futuro, com possibilidades de ajuste ao longo do tempo. Nas relações sociais contratuais, pode-se verificar o comportamento oportunista, em que as agroindústrias canavieiras tendem a fugir das responsabilidades e buscam obter o máximo de benefícios em face das informações assimétricas que detêm, proporcionando a inclusão de cláusulas contratuais favoráveis a seus interesses (VIAN, 2003).

Os contratos de fornecimento de cana-de-açúcar podem ser tanto em forma escrita como verbal e celebrados por prazo determinado e indeterminado. Os contratos celebrados pelas agroindústrias canavieiras de Quirinópolis com os fornecedores de cana-de-açúcar são todos formalizados e com prazo mínimo, cumprindo em seus quesitos as disposições estabelecidas no Estatuto da Terra.

2 Contratos para aquisição de matéria-prima

O fornecedor de cana é um agente social que se constituiu dos aparatos jurídicos, promulgados com vistas a regulamentar as relações sociais no espaço agrário brasileiro. O fornecedor de cana, em termos legais, surgiu no início da década de 1940, com a institucionalização do Estatuto da Lavoura Canavieira, por meio do Decreto-Lei n. 3.855 de 21 de novembro de 1941. Esse documento jurídico não apenas lançou as bases conceituais para definir o que deve ser entendido por fornecedor de cana, mas também tratou de estabelecer, com certa precisão, as relações sociais e jurídicas que tal agente pode ou não estabelecer socialmente. No exercício do seu domínio burocrático, coube ao Estado uniformizar as concepções para o entendimento desses agentes sociais e delimitar suas formas aceitáveis de vinculação contratual perante o próprio Estado e demais agentes sociais. O poder burocrático estatal passou a regulamentar as relações sociais que devem estar pautadas em relações contratuais e dotadas de impessoalidade.

Historicamente, as relações sociais no setor canavieiro, envolvendo usina e fornecedores de cana, eram marcadas pela existência de inúmeros conflitos e descontentamentos. Cumprindo seu papel de instituidor de normas e leis racionais, no que diz respeito à necessidade de manter a normalidade e

solucionar os diversos problemas de ordem econômica e social, o Estado, em 1933, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com a função de legislar e executar as políticas públicas voltadas para o setor canavieiro. Posteriormente, em 1941, foi elaborado o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), sendo seu objetivo principal reconhecer e estabelecer os direitos e deveres dos fornecedores de cana-de-açúcar. Conforme o artigo 39, se a usina se recusar a receber a cana do fornecedor, ficará obrigada a ressarcir pelo dano causado a este. No entanto, pelo artigo 43, o fornecedor que deixar de entregar, durante uma safra, parte ou a totalidade de sua quota de fornecimento à usina a que esteja vinculado, terá o seu limite reduzido à quantidade de que haja efetivamente entregue. Dessa forma, os fornecedores vendem sua produção de cana para as usinas que têm o compromisso de adquirir essa produção.

Atualmente, as normas gerais dos contratos de sociedade passaram a ser regulamentadas pelo Código Civil de 2002, em que as relações contratuais do tipo fornecimento de matéria-prima se enquadram como “contrato de compra e venda”, previsto do Código Civil. O artigo 481 reza:

[...] pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

O artigo 483 complementa:

[...] a compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.

Com o início da atividade canavieira em Quirinópolis e a grande participação dos fornecedores de cana-de-açúcar na produção de matéria-prima às agroindústrias canavieiras, em outubro de 2006 foi fundada a Associação dos Fornecedores de Cana Goiás – Marcelo Rezende Calil (APROCANA). Esta mantém convênio com a Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA). A APROCANA presta assistência a seus associados, sobretudo nas áreas técnicas e agronômicas com pertinência às etapas de formação e manutenção dos canaviais.

Os fornecedores reconhecem o importante serviço prestado pela associação por ocasião da colheita. Nesse período, a APROCANA mantém técnicos durante 24 horas junto à usina, para aferir a balança, acompanhar as entregas de cana, bem como retirar a amostra de cana para medição do teor de Açúcar Total Recuperável (ATR). Quanto à assessoria jurídica, porém, esta deixa a desejar, pois não dispõe de um quadro técnico qualificado para discutir em condições de igualdade com as agroindústrias todas as cláusulas contratuais que possam coibir a formalização de contratos incompletos. Essas diferenças de informações para discutir as cláusulas contratuais muitas vezes podem trazer prejuízos financeiros para os fornecedores.

A integração consiste em uma forma de articulação vertical entre agroindústrias e produtores agropecuários, em que o processo de produção é organizado industrialmente, com aplicação de tecnologia e capital. Os produtores integrados são aqueles que recebem insumos ou orientações técnicas de uma agroindústria, com o objetivo de produção de matéria-prima e, em contrapartida, ficam obrigados a vender a produção para a referida empresa (PAULILO, 1990).

Para atender parte da matéria-prima necessária ao funcionamento das unidades produtoras, as agroindústrias canavieiras celebram contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com os produtores rurais interessados em produzir a cultura. Considerada uma necessidade de ambas as partes, essa transação é permeada por conflitos e embates. Como destacam Waack e Neves (1998, p. 14),

[...] a transação de venda de cana entre produtores e usinas é um dos pontos mais importantes e conflituosos do Sistema Agroindustrial (SAG) da cana-de-açúcar.

Nesse contexto, cabe referir o que Fiani (2002, p. 270) denomina assimetrias de informação. Trata-se das diferenças nas informações que as partes envolvidas em uma transação possuem, particularmente quando essa diferença afeta o resultado final da transação". No caso da agroindústria canavieira, as assimetrias de informações tornam-se importantes estratégias de gestão nos contratos de compra de matéria-prima. Assim, observou-se que a maioria dos conflitos é decorrente do pouco conhecimento

dos fornecedores de cana. Mesmo representados por suas entidades de classe, eles não dispõem de todas as informações necessárias e fundamentais para discutir em condições de igualdade com as agroindústrias canavieiras. Estas, por sua vez, dispõem de um aparato de informações sobre as leis, normas, financeiras, econômicas, tecnológicas, mercadológicas, sociais, dentre outras, que facilitam a definição das condições e cláusulas contratuais envolvidas nas transações.

Os agentes sociais do setor canavieiro apresentam diferenças de poder econômico, grau de instrução, participação política, o que implica diferentes tipos de comportamentos, em razão das condicionantes estabelecidas nas relações sociais contratuais. Com isso, nas negociações, os agricultores acabam aceitando as condições impostas pelas agroindústrias, com prováveis consequências desfavoráveis no futuro. O domínio de informações torna-se o principal fator de poder que as empresas utilizam para manter a coordenação e decisão da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, de maneira favorável aos seus interesses.

Para efetivar as integrações e as relações sociais com esses produtores, foram realizadas negociações entre as partes envolvidas, através de contratos de fornecimento de matéria-prima, nos quais constam os direitos e deveres de cada parte nessa transação. Os produtores de matéria-prima para agroindústria são comumente denominados parceiros integrados.

Mesmo transferindo para o agricultor o compromisso de produção da matéria-prima, a indústria não transfere a autonomia com relação à maneira de produzir, ficando o integrado obrigado a uma padronização das condições técnicas, para serem atingidos o padrão da racionalidade e o nível de acumulação que a empresa se propõe, visando obter o controle de todo o processo produtivo (PAULILO, 1990).

Contudo os fornecedores de cana-de-açúcar, embora assumindo todos os riscos inerentes à atividade, estão sujeitos a observarem determinadas normas oriundas das agroindústrias, como orientação a respeito do plantio da cana, tratos culturais e cronograma para a colheita. Ademais, as agroindústrias são detentoras dos recursos tecnológicos, principalmente máquinas e equipamentos

necessários para colheita, carregamento e transporte, que são bastante dispendiosos. Assim, elas mantêm controle e ingerência junto aos produtores, com vistas a obter matéria-prima com qualidade e quantidade necessária para seu processo produtivo, no momento oportuno.

Para a máxima eficiência no alcance dos objetivos, as agroindústrias canavieiras normatizam os procedimentos adequados ao funcionamento das unidades de produção. Um desses procedimentos se restringe à transação para obtenção de matéria-prima. Para isso, torna-se necessária a formalização de contratos com os fornecedores de cana, com base nas regras, normas regulamentadoras emitidas pelo Estado e demais órgãos relacionados à atividade canavieira, além de outros procedimentos operacionais.

Para viabilizar a instalação das Usinas em Quirinópolis, GO, os dirigentes procuraram produtores rurais interessados em se integrar à indústria para produção e fornecimento de cana-de-açúcar. Como incentivo, as usinas se propuseram a fornecer gratuitamente as mudas, bem como prestar orientação técnica e agrônômica sobre a nova cultura, como pode ser observado nas declarações de um fornecedor que cultiva 72 hectares de cana-de-açúcar: “A usina forneceu as mudas para a formação, o que representa um valor alto na formação do canavial, em torno de 20%”.

Também ofereceram subsídios aos custos de transporte da matéria-prima, para distâncias superiores a 25 quilômetros da unidade industrial, de conformidade com as informações de um fornecedor de cana que trabalha numa área de 80 hectares: “Aqui a usina dá subsídio do frete, devido à distância. Minha fazenda está a 43 km, eu pago o frete com base em 25 km”.

Ademais, se comprometeram a disponibilizar recursos tecnológicos e logísticos para implantação de canaviais para acerto nas safras futuras ou quando os produtores disponibilizassem recursos. O depoimento a seguir, de um fornecedor de 650 hectares de cana-de-açúcar, é elucidativo:

A formação do canavial foi toda mecanizada com máquinas da usina. Ela mesma contratou os trabalhadores para plantar, deu assistência técnica e tudo.

Tendo em vista o somatório de vantagens e benefícios, a usina não teve dificuldades de encontrar produtores dispostos a fornecer cana-de-açúcar, com os quais celebrou contratos para fornecimento de matéria-prima. Os incentivos e os propósitos da usina foram determinantes para o desenvolvimento da atividade canavieira em Quirinópolis, principalmente no que se refere aos incentivos para os fornecedores de cana, que foram beneficiados com recursos financeiros oferecidos pela usina para pagamento por ocasião das respectivas colheitas.

Conforme cláusulas contratuais, o preço do fornecimento da matéria-prima é o valor líquido apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia estabelecida pelo CONSECANA/SP. Para implementação desse método, as agroindústrias concedem um adiantamento de 80% na primeira quinzena do mês subsequente ao recebimento da cana do fornecedor, calculado com base na média de quilograma de ATR, divulgado pelo CONSECANA/SP. Os 20% remanescentes serão pagos até o final do ano-safra de cana-de-açúcar, que ocorre no mês de abril, com base na quantidade de ATR entregue pelo parceiro fornecedor, durante a safra.

Constatou-se que, na safra 2008-2009, o pagamento do valor residual não ocorreu na época aprazada, o que provocou descontentamentos e prejuízos financeiros aos produtores, pois estes assumiram compromissos com empresas fornecedoras de insumos e terceiros para realizar os serviços de tratamentos culturais e adubação dos canaviais. A usina já normalizou o pagamento do valor remanescente aos fornecedores de cana, entretanto o não recebimento desses direitos acarretou atrasos nos pagamentos dos compromissos assumidos pelos fornecedores, com altas taxas de juros cobrados pelos credores. Embora tenham tentado junto à agroindústria os ressarcimentos dos juros pagos, não obtiveram êxito.

Nota-se que há, portanto, uma aceitação racional da atuação das agroindústrias sucroalcooleiras com relação aos negócios concretizados. Esse descontentamento não significa necessariamente a intenção de mudar de atividade, haja vista a ausência de alternativa mais atraente, além do fato de que não estão dispostos a assumir elevados investimentos financeiros e arcar com os riscos e

desconfortos que qualquer tipo de mudança poderia demandar.

É notório que as agroindústrias canavieiras instaladas no Brasil dispõem da força de poder econômico, político e social. Mais especificamente, elas detêm poderes de barganha, em decorrência das assimetrias de informações, o que lhes possibilita articular um conjunto diversificado de recursos de poder e domínio. De acordo com Paulillo e Almeida (2009, p. 4), os poderes das agroindústrias canavieiras se expressam nos aspectos “constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos”.

Nesse sentido, as agroindústrias instaladas em território goiano exercem o poder do monopólio sobre os produtores rurais que fornecem cana, mediante a utilização de métodos racionais que dificultam ações sociais de enfrentamento. Isso ocorre em virtude do receio de terem de assumir maiores prejuízos ou mesmo de perder os negócios estabelecidos com essas empresas. Dessa forma, os produtores preferem aceitar as condições impostas na relação de integração com a agroindústria, na esperança de obterem melhores resultados financeiros e econômicos no futuro.

Com o atraso no pagamento de parte do fornecimento de cana-de-açúcar – o que não aconteceu com o arrendamento –, além dos riscos de perda da lavoura canavieira, da falta de recursos para financiamento de novos de canaviais, agentes de representação vinculados à FAEG, Sindicato Rural, APROCANA e também alguns fornecedores de cana estão receosos de que, no vencimento dos contratos, parte dos atuais fornecedores deixe de produzir e passe a arrendar suas terras. Aqueles agentes de representação dos agricultores avaliam que a transferência de toda a produção da cana para a agroindústria não seria boa para o desenvolvimento econômico do município, posto que implicaria a concentração da renda e maior poder agroindustrial no município de Quirinópolis.

Em que pese ao fato de os contratos estipularem que o pagamento pelo fornecimento de cana-de-açúcar será calculado com pela média do ATR individual do fornecedor, na safra 2008-2009 a usina utilizou o valor para pagamento da produção com base na média do ATR da usina. Assim, os fornecedores que realizaram os devidos tratos culturais, com

gastos elevados em adubação e cobertura dos canaviais, e atingiram uma média de ATR superior à da usina, tiveram suas receitas reduzidas, o que gerou conflitos.

Esse problema parece ser comum tanto aos grandes quanto aos pequenos fornecedores. Os depoimentos dos fornecedores a seguir, que cultivam áreas de 72 e 2.000 hectares, respectivamente, concordam que não há cumprimento de cláusula contratual pela agroindústria canavieira:

Nós precisamos trabalhar as ATRs individuais. A usina está trabalhando com uma ATR média que prejudica quem zela bem da cana.

Eu tive um prejuízo grande, mostrei isso para a usina. Ela não concordou, mesmo estando no contrato. A minha produção individual deu 167 kg de ATR; a usina me pagou pela média dela, que foi 142. Veja a diferença. Enquanto uns perdem outros ganham.

Outra transação contratual que tem causado dissensos envolvendo fornecedores e usinas diz respeito à colheita da cana-de-açúcar – corte, carregamento e transporte (CCT) –, por envolver vários fatores. Um deles é o custo do CCT, que oscila de 35% a 60% da receita bruta da produção, uma vez que está diretamente relacionado com a distância e média de ATR do produtor. Outro fator tem a ver com a época de colheita, que é determinada pela agroindústria e influi decisivamente na produtividade e na média de quilograma de ATR da cana-de-açúcar. Além disso, os recursos tecnológicos para realizar esses serviços têm custos elevadíssimos, inviabilizando a qualquer fornecedor fazer suas aquisições, se forem comparados os custos com os benefícios.

A agroindústria canavieira monopoliza essa etapa da produção, uma vez que detém os recursos logísticos, financeiros, científicos e tecnológicos, materializados nos equipamentos necessários para os serviços de colheita. Detendo ainda os conhecimentos econômicos, mercadológicos, jurídicos e contábeis, a usina elabora, à revelia dos produtores, as respectivas planilhas de preço que servirão de base para cobrança pela execução desses serviços. Aos fornecedores de cana resta mesmo acatar a decisão.

Na atividade canavieira goiana, evidencia-se certa aceitação por parte dos produtores

rurais. Isso porque a maioria dos entrevistados é convicta de que as agroindústrias obtêm vantagens com essa forma de negociação e que nem sempre é compensada satisfatoriamente. Os fornecedores até expressam discordâncias com os procedimentos remuneratórios da cana, mas sentem-se um tanto impotentes para enfrentar o domínio exercido sobre o controle e critérios da ATR. Entretanto, no balanço das desvantagens que os produtores encontram com as demais atividades rurais, eles não percebem alternativas capazes de lhes satisfazer plenamente.

Diante do domínio do monopólio econômico da agroindústria, podem-se compreender as ações sociais de impotência dos produtores, que resulta na aceitação das condições impostas nos contratos, mesmo com prejuízos financeiros decorrentes dos atrasos nos pagamentos do fornecimento da produção de cana-de-açúcar. É evidente que a pouca informação inibe ações sociais de negociação dos fornecedores, para exigir seus direitos em face da assimetria de poder que a agroindústria canavieira detém. Assim, acatam os procedimentos adotados pelas empresas, embora insatisfeitos.

Segundo Fiani (2002), as assimetrias de informações proporcionam poder para a empresa, em detrimento dos fornecedores de cana-de-açúcar. Trata-se de desigualdade de informações que poderia ser contornada se os fornecedores de cana-de-açúcar conhecessem, além das normas gerais dos contratos, outras informações detidas pelas agroindústrias. Dessa maneira, vários fatores são determinantes para que os fornecedores deixem de exigir o cumprimento das cláusulas contratuais pela via judicial e prefiram uma “negociação amigável”. Mesmo cientes de que estão sendo prejudicados, justificam-se por se considerarem o lado mais fraco na relação. Eles precisam manter as relações contratuais com as agroindústrias e, temerosos das consequências que podem advir em caso de uma briga judicial, preferem “um pequeno acordo a uma grande demanda”.

Primeiro, os fornecedores de cana dispõem de poucas informações e de limitada assistência jurídica das entidades representativas capazes de torná-los em condições de discutir em igualdade, perante o recurso de poder das agroindústrias canavieiras. Além

disso, a contratação de um especialista na área jurídica, somada aos elevados custos de uma ação judicial, afeta sensivelmente o baixo orçamento dos produtores. Isso sem contar a morosidade da justiça brasileira que, no caso de uma ação judicial, prejudicaria a atividade rural.

Segundo, uma vez ajuizada uma ação contra a agroindústria, o fornecedor dificilmente terá condições de continuar com a atividade, pois a usina não receberá produção de cana-de-açúcar. Tendo em vista o mercado monopolístico específico da produção de cana-de-açúcar, o produtor não conseguirá vender a matéria-prima, por falta de mercado alternativo, pois a uma distância maior que 50 km da usina, as despesas com o transporte e os custos de produção seriam onerosos, podendo ser superiores às receitas. Ademais, dada a cláusula de fidelidade existente no contrato, outra agroindústria canavieira, mesmo próxima do imóvel, dificilmente adquiriria a cana-de-açúcar do fornecedor. Isso em função da observância da preservação da ética e das estratégias negociais.

Por fim, a cana-de-açúcar é uma cultura permanente. Uma vez formada, proporciona renda por vários anos, de forma que os elevados custos de formação dos canaviais serão diferidos durante o período de produção, proporcionando lucro aos fornecedores. Caso entrem em litígio com a usina, além de assumir grandes prejuízos decorrentes da produção não colhida no período de vida útil da lavoura canavieira, os produtores não terão condições de iniciar uma nova atividade, em função da escassez de recursos econômicos e financeiros.

Uma estratégia diferencial adotada pela Usina que os fornecedores reconhecem ser favorável aos seus interesses relaciona-se com a cana não colhida. Pela cláusula contratual, a agroindústria tem o compromisso de comprar toda a produção do fornecedor, entretanto nem todas as usinas cumprem essa cláusula. Em caso de não ser possível colher ou negociar a cana com outra indústria, a usina tem indenizado ao fornecedor o valor da produção da “cana bisada”, com base em determinada produtividade média negociada entre as partes.

Os fornecedores de cana-de-açúcar de Quirinópolis ainda estão executando o primeiro ciclo de produção da lavoura

canavieira, alguns com duas e outros com três safras colhidas. O valor alcançado pela tonelada de cana ficou abaixo dos projetos iniciais, visto que, na época da instalação das agroindústrias e celebração dos contratos de fornecimento de matéria-prima, os preços do açúcar nos mercados internos e externos encontravam-se elevados, fator que é decisivo no cálculo do pagamento da cana-de-açúcar. Mesmo cientes das dificuldades e riscos pertinentes à lavoura canavieira, os fornecedores ressaltam que são menores do que os das demais culturas e também da atividade pecuária, proporcionando uma rentabilidade bem maior. Consequentemente, no vencimento dos contratos, a grande maioria pretende continuar na atividade canavieira.

3 Assimetrias de poder existentes entre os produtores rurais

Vale notar que, além das assimetrias de poder estabelecidas nas relações contratuais entre agroindústrias e produtores rurais, existem as assimetrias entre os próprios produtores rurais. Esses agentes não configuram um grupo social homogêneo, uma vez que existem diferenças consideráveis em termos de apropriação dos meios de produção, do capital social e do nível de participação nas instituições de representação de interesses. Isso significa que os agentes sociais adotam ações sociais diferenciadas acerca dos contratos agrários firmados com as agroindústrias. Algumas condições são decisivas para proporcionar algumas vantagens ou desvantagens para os fornecedores de cana.

A área total do imóvel implica assimetrias. Quanto maior a extensão das propriedades maiores serão as chances de as agroindústrias alcançarem seus objetivos expansionistas da cultura canavieira. Na maioria das vezes, as empresas mostram-se mais favoráveis na oferta de vantagens para concretização dos contratos de fornecimento de cana. Os proprietários que dispõem de maior quantidade de terras têm maior poder de barganha e outros benefícios que julgam interessantes para seus negócios, como menores prazos do contrato – apenas um ciclo.

A localização geográfica dos imóveis também é um fator que pode contribuir ou dificultar o poder de negociação com as

agroindústrias. Os imóveis situados próximos às unidades industriais são de grande interesse para a concretização das estratégias das usinas, pois quanto maior a quantidade de área contratada nas suas redondezas maior é a possibilidade de garantia da produção de matéria-prima.

No caso dos fornecedores de cana, a proximidade territorial da agroindústria canavieira implica a percepção de valor financeiro bem maior recebido pelo pagamento da cana, em face dos menores custos despendidos com o transporte da cana. O depoimento de um fornecedor de cana, localizado a quatro quilômetros da usina, é esclarecedor: “Estou muito satisfeito, o valor pago pelo frete é baixo. Meus gastos com irrigação também são baixos, pois uso o vinhoto que eu ganho da usina. Como estou perto, a usina utiliza motor elétrico para bombear a vinhaça para minha lavoura”.

A estratégia das agroindústrias para firmar contratos com fornecedores de cana que têm imóveis próximos de suas unidades de beneficiamento fundamenta-se no fato de que, dos poucos proprietários que não concordam em realizar contratos, no início, grande parte deles negociará suas áreas nas safras seguintes. A grande movimentação de máquinas e caminhões, para colheita de cana, causa transtornos para o normal funcionamento da propriedade. Dessa forma, sentindo-se praticamente isolados e cercados pela força do capital representado pela plantação de cana, o que dificulta a manutenção das suas atividades, os agricultores passam a negociar com as usinas, para integrarem-se como fornecedores de cana.

O nível cultural dos produtores rurais também é um fator determinante para diferença de receitas nas negociações. O agricultor com maior nível de conhecimento procura manter-se atualizado, mediante noticiários televisivos e jornalísticos, participação em eventos, seminários e *workshop* promovidos pelas entidades representativas – Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – da classe produtora. Logo, por ocasião das negociações com as agroindústrias, eles dispõem de maior quantidade de informações para discutir e reivindicar melhores condições e benefícios

para aumentar sua renda. Isso não significa, necessariamente, o atendimento dos pleitos por melhores preços de remuneração da cana, mas maior disponibilidade para atuar em defesa de seus interesses econômicos e sociais.

O envolvimento direto dos produtores com as entidades de classe ou sindicatos facilita o diálogo com os diretores das agroindústrias. Deve-se considerar que as agroindústrias canavieiras têm interesse em manter bom relacionamento com os representantes das entidades, que muitas vezes ajudam a convencer produtores indecisos de aderir à produção canavieira. Por conseguinte, os agricultores afiliados e atuantes nas entidades de representação política encontram maior facilidade para atendimento de seus interesses e, desse modo, conseguem aumentar seus rendimentos. Em contrapartida, os produtores que não participam diretamente das entidades classistas enfrentam mais dificuldades para dialogar com os administradores das agroindústrias, o que resulta na menor probabilidade de obter benefícios nas negociações contratuais.

Outros produtores rurais que desfrutam de certas regalias por parte das agroindústrias canavieira, na celebração dos contratos, são aqueles vinculados por laços familiares com agentes sociais que ocupam cargos nas entidades representativas dos agricultores ou que exercem mandatos eletivos, sejam nos níveis federal, estadual ou municipal. As agroindústrias procuram manter boas relações com esses agentes sociais, pois são percebidos como fundamentais nas mediações das negociações com os demais produtores ou com os diversos órgãos municipais, estaduais e federais, para solução de alguma reivindicação das empresas.

Os agentes sociais, afiliados às entidades de representação política ou formadores de opinião, são considerados estratégicos para as relações contratuais das agroindústrias. Estas utilizam-se das negociações efetuadas com os agentes sociais – que são considerados líderes e conhecedores de bons negócios –, para tentar convencer os produtores ainda indecisos a aderir à atividade canavieira. Além de conseguirem novos negócios, os valores pagos, às vezes, ficam aquém do valor de mercado.

A situação econômica e financeira é decisiva para a participação na atividade

canavieira. Os elevados custos de formação e manutenção da lavoura canavieira são os principais óbices para os produtores interessados em se tornar fornecedor de cana. Nessa situação poderiam ser incluídos os agricultores com menor quantidade de terra e tecnologia – denominados, pelas atuais políticas de desenvolvimento rural, “agricultores familiares”. Por não deterem recursos produtivos, financeiros e conhecimentos tecnológicos de maneira satisfatória, os “agricultores familiares” ficam alijados dos contratos de integração, principalmente como fornecedores de cana.

Já os proprietários de terra com maior poder aquisitivo e que estejam interessados em se tornar fornecedor de cana-de-açúcar encontram maior facilidade para firmar uma relação contratual. Com base nos dados cadastrais, as agroindústrias proporcionam apoio financeiro e tecnológico, além de assistência técnica, isto é, concessão de crédito rural, insumos agrícolas e mudas de cana para formação e manutenção dos canaviais.

Outro tipo de assimetria que faz a diferença entre os agricultores envolvidos na atividade canavieira está relacionado com a autonomia produtiva, derivada do domínio tecnológico, expresso nas máquinas, nos implementos, nos insumos e no conhecimento para fazer os cultivos da cana. Alguns proprietários de terras recebem incentivos das agroindústrias para se tornarem fornecedores de cana-de-açúcar. Porém grande parte dos agricultores que possuem pouca terra e baixo poder de investimento para formação dos canaviais é preterida como fornecedores de cana para fornecimento para usinas, apesar de seu interesse em continuar com as lides rurais.

É patente a existência de assimetrias de poder quando se trata de produtores rurais com conhecimentos agrônômicos, como técnicos agrícolas, agrônomos, sócios de empresas de assistência técnica, ou mesmo agricultores com recursos financeiros e tecnológicos, e tradição no cultivo da cana. Esses agentes sociais são considerados fundamentais para auxiliar as agroindústrias na divulgação e formação de opinião a respeito da cultura canavieira, o que contribui para a adesão aos processos de integração de maior número de produtores de cana-de-açúcar. Dessa forma, eles encontram facilidade para obter

incentivos para produção de cana, posto que as agroindústrias costumam dispensar-lhes os apoios financeiro, tecnológico e mercadológico. Há casos em que as agroindústrias cedem área de terra para plantio de cana, por meio de contratos de subarrendamentos de terras, aos interessados em cultivar cana para fornecimento das unidades industriais, desde que os agentes sociais tenham tecnologias e conhecimento comprovado no cultivo da lavoura canavieira.

Considerações Finais

Como a maioria das agroindústrias em território goiano não possui terras próprias para cultivo de cana-de-açúcar, o atendimento à sua grande demanda por matéria-prima viria por meio da integração com os produtores rurais, na forma de contratos de fornecimento de matéria-prima. Esses contratos são elaborados pelas agroindústrias canavieiras, que detêm um aparato de informações sobre as leis e instruções normativas que nem sempre são do conhecimento dos produtores rurais. As relações contratuais estabelecidas entre os agentes sociais vinculados ao complexo agroindustrial canavieiro evidenciam um poder assimétrico, uma vez que as agroindústrias canavieiras dispõem de mais informações que os produtores rurais integrados. As diferenças de informação nas transações contratuais alimentam o oportunismo das agroindústrias, denotando que a relação informacional é assimétrica, o que é utilizado para a obtenção de vantagens sobre os produtores. Em que pese ao fato de os contratos serem elaborados com a observância das leis e normas regulamentares pertinentes aos contratos agrários, nota-se que elas são insuficientes para garantir os plenos direitos dos agricultores rurais, em virtude do descumprimento de cláusulas contratuais pelas agroindústrias.

As relações sociais entre os agentes sociais envolvidos – as agroindústrias e os produtores rurais – são, portanto, marcadas por dissensos e conflitos, decorrentes, principalmente, do não cumprimento de algumas cláusulas contratuais por parte das agroindústrias. Apesar desses agravantes, os fornecedores de cana, por vários motivos, mesmo não satisfeitos, aceitam a decisão das

agroindústrias, já que precisam manter e continuar seus negócios, por falta de alternativa mais favorável.

Dessa forma, nas negociações para formalizar a integração com os produtores rurais, as agroindústrias, utilizando-se do poder de domínio e de informações, adotam o discurso de que os agentes sociais dessa relação são “parceiros”, no sentido de que estão imbuídos do objetivo comum de desenvolver a atividade canavieira. Com isso, os produtores, interessados em concretizar a negociação, assumem o discurso da usina e se consideram como “parceiros”.

Apesar da existência de impasses e conflitos, os fornecedores de cana goianos submetem-se às condições impostas pela agroindústria e dificilmente rescindem seus contratos ou abandonam a atividade canavieira. Afinal, com outras culturas como soja, milho, feijão e arroz, ainda que os custos de sua produção sejam inferiores, os riscos são invariavelmente maiores e os lucros menores.

Outrossim, as assimetrias de poder existentes entre as partes contratantes, quando são elaborados os contratos, são fatores determinantes para a confecção de contratos incompletos. Com isso, as agroindústrias canavieiras detêm grande força de poder e barganha diante dos proprietários de imóveis e fornecedores de cana-de-açúcar. Côncios de que estão em desvantagens nos negócios, os agricultores sentem-se o lado mais fraco, com carência de informações para discutir ou exigir o cumprimento de cláusulas contratuais descumpridas pelas agroindústrias. Mesmo discordando e ressentidos, eles sentem-se obrigados a se sujeitar às imposições estabelecidas, em prol da continuidade do negócio.

Os fornecedores de cana-de-açúcar não configuram um grupo social homogêneo, pois existem diferenças consideráveis em termos de apropriação dos meios de produção, do capital social e do nível de participação nas instituições de representação de interesses, que favorecem a adoção de ações sociais diferenciadas acerca dos contratos agrários firmados com as agroindústrias. Essas diferenças socioeconômicas são decisivas para proporcionar algumas vantagens ou desvantagens para cada classe de fornecedores de cana.

O poder das agroindústrias que emerge das assimetrias de poder reduz o alcance das ações sociais dos produtores rurais e suas poucas entidades de representação. As informações existentes entre as partes contratantes facilitam o oportunismo das agroindústrias canavieiras na elaboração dos contratos, com a prestação de informações imprecisas, incompletas ou incorretas, o que é determinante para gerar prejuízos financeiros e econômicos aos agentes sociais, quais sejam os fornecedores de cana.

Referências

- BRASIL. *Lei n. 4.504, de 30 de novembro 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>> Acesso em: 10 jan. 2009.
- FIANI, R. Teoria dos custos de transação. In: KUPFER, D. K.; HASENCLEVER, L. (Org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 267-286.
- PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.
- PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. A coordenação agroindustrial citrícola brasileira e os novos recursos de poder: dos políticos aos jurídicos. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras: UFLA, v. 11, p. 11-27, 2009.
- SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações. *Estatísticas municipais: séries históricas*. Goiânia: Seplan, 2010. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- VIAN, C. E. F. *Agroindústria canavieira estratégias competitivas e modernização*: Campinas, SP: Átomo, 2003.
- WAACK, R. S.; NEVES, M. F.; MORAES, S.; MARINO, M. K.; MAMONE, A.; SZASZ, A. H. Sistema agroindustrial da cana-de-açúcar/Sistema agroindustrial da soja. In: FARINA, E. M. E. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. (Coord.). *Competitividade no agribusiness brasileiro*. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP, 1998; Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA)/Fundação Instituto de Administração (FIA)/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). 194p. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/fia/pensa/pdf/acucar.pdf>>.

Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul

Profile of agricultural production in rural for self-consumption of Mato Grosso do Sul

Perfil de la producción agrícola para consumo propio en las zonas rurales del estado de Mato Grosso do Sul

Profil de la production agricole pour leur propre consommation dans les zones rurales du Mato Grosso do Sul

Daniel Jeffery Contini*
Dario de Oliveira Lima-Filho**
Leonardo de Oliveira Dresch***

Recebido em 28/05/2011; revisado e aprovado em 20/12/2011; aceito em 13/03/2012

Resumo: O objetivo deste artigo é caracterizar o perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios selecionados de Mato Grosso do Sul, relacionando o impacto desta produção com a Segurança Alimentar e Nutricional nas comunidades locais. Para tanto, foram utilizados dados de 206 questionários aplicados em famílias de 20 municípios, entre fevereiro e março de 2010. Os resultados revelaram a existência predominante nas regiões pesquisadas da produção de mandioca, leite, banana, galinha e gado de corte.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Produção Autoconsumo. Segurança Alimentar Nutricional.

Abstract: The purpose of this article is to characterize the profile of agricultural production for self-consumption in territories selected in Mato Grosso do Sul, relating the impact of this production with food and nutritional safety in local communities. To do so, data from 206 questionnaires applied to families of 20 municipalities, from February to March 2010, were used. The results showed the predominance of cassava, milk, banana, chicken and cattle production in the regions surveyed.

Key words: Family agriculture. Self-consumption production. Food and nutritional safety.

Résumé: Le but de cet article est de caractériser le profil de la production agricole pour l'autoconsommation dans des territoires choisis du Mato Grosso do Sul, et de mettre en relation l'impact de cette production avec la sécurité alimentaire et nutritionnelle dans des communautés locales. Pour cela, on a analysé les données de 206 questionnaires appliqués aux familles de 20 municipalités, entre février et mars 2010. Les résultats ont montré l'existence prédominante de la production de manioc, de lait, de banane, de poulet et de bétail dans les régions examinées.

Mots-clés: Agriculture familiale. Production d'autoconsommation. Sécurité alimentaire et nutritionnelle.

Resumen: El objetivo de este artículo es caracterizar el perfil de la producción agrícola para el autoconsumo en territorios seleccionados en Mato Grosso do Sul, relacionando el impacto de esta producción con la seguridad alimentaria y nutricional en las comunidades locales. Para eso, fueron utilizados datos de 206 cuestionarios aplicados a familias de 20 municipios, entre febrero y marzo de 2010. Los resultados demuestran la existencia predominante de producción de mandioca, leche, banana, gallina y ganado.

Palabras-clave: Agricultura familiar. Producción autoconsumo. Seguridad alimentaria nutricional.

Introdução

A fome e desnutrição afetam países sub-desenvolvidos com níveis de desigualdade sociais ainda piores que o Brasil. Porém não se deve analisar essa situação de forma simples e desvinculada de outras constatações, pois é certo que o Brasil apresenta um potencial de desenvolvimento muito mais elevado que o

dos países classificados como de mesmo nível de desenvolvimento (HOFFMANN, 1995).

É possível afirmar então que a posição de supremacia brasileira em relação a diversos países não é motivo de louvor, já que o não aproveitamento desse potencial torna o cenário brasileiro caótico. É nesse sentido que Mercadante (2003) afirma que o nosso país é o mais desigual do planeta e, em con-

* Acadêmico do 8º semestre do curso de Administração da UFMS. E-mail: danieljc86@hotmail.com

** Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV). Mestre em Administração pela FGV. Administrador pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (UniCEUB). Professor e Pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) da UFMS. E-mail: dariolimafilho@gmail.com

*** Mestre em Administração pela UFMS. Professor temporário e pesquisador do CCHS/UFMS. E-mail: adm.leonardo.dresch@gmail.com

seqüência, isso se tornou uma característica permanente na estrutura econômica e social do país. O que chama a atenção do autor para a população brasileira não é somente essa situação alarmante, mas a permanência dessa desigualdade persistente no tempo.

O Brasil nunca tratou a desigualdade com uma estratégia de mudança estrutural, mas sim através de ações emergenciais e sociais, tendo em vista sua direta ligação com a má distribuição de renda. O problema da fome e desnutrição não está relacionado somente a aspectos quantitativos, mas sim à capacidade de tornar os alimentos produzidos acessíveis a quem deles necessitam.

A temática Segurança Alimentar e Nutricional [SAN] passou a ser discutida com mais ênfase após a 2ª Guerra Mundial, com grande parte da Europa devastada e sem condições de produzir seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos básicos: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (BELIK, 2003).

A SAN passa pela autonomia das famílias em gerar a renda necessária para obter os alimentos que consomem. Para tanto, são necessárias políticas públicas de desenvolvimento dos territórios. O tema desenvolvimento territorial tem causado o interesse de várias áreas do conhecimento. Os diferentes casos no Brasil demonstram uma necessidade de organização e empenho da sociedade em torno de objetivos comuns e de que isso realmente possa ser concebido (ORTEGA, 2007).

No Brasil, desde os tempos coloniais, havia uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da sociedade. Essa apreensão acabou se transformando em políticas públicas a partir do século XX, com a manifestação dos movimentos sociais contra o encarecimento geral do custo de vida (BELIK, 2003).

Em 2003, pela primeira vez na história, um operário de um partido esquerdista chegou à Presidência da República. Cercado de muita esperança, em seu discurso de posse, o presidente deixou claro que a luta contra a fome e a pobreza seria a grande prioridade de seu mandato (ORTEGA, 2007).

O Programa Fome Zero, adotado pelo Governo Federal a partir de 2003, teve como base a transferência de renda para essas famílias. Tais políticas se dão por meio de

programas que visam concretizar a obrigação de assistência social pelo governo e garantir à população o direito decorrente desse dever. Esse cenário tem como expoente principal o Bolsa Família, com objetivos de somar com a renda já existente e incentivar a presença de crianças e adolescentes nos bancos das escolas.

Segundo projeções do IBGE divulgadas para o ano de 2011, o campo brasileiro vai colher 161,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, volume 8% superior à safra recorde obtida em 2010 (149,6 milhões de toneladas). Batista Filho (2003) afirma que o país é autossuficiente em exportação de carne de gado; portanto infere-se que a limitação do país não se encontra na produção, mas no poder aquisitivo da população e na distribuição da produção.

Nesse sentido, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) caracterizam-se como uma estratégia de colaboração entre o poder público e a sociedade civil, o apoio logístico e o encaminhamento dos recursos para as ações territoriais, com a intenção de gerar emprego e renda com a certeza de segurança alimentar e desenvolvimento local (ORTEGA, 2007).

Bertasso (2006) explica que a preocupação com os hábitos alimentares da população brasileira está se tornando cada vez maior, pois antes era pautada somente na fome e na subnutrição e, atualmente, passou a ser focada na escolha alimentar como um tema de muita relevância. Nesse sentido, é possível afirmar que a discussão do tema Segurança Alimentar leva ao enfoque da produção e distribuição do alimento para as famílias, ao passo que a análise do estado nutricional leva à saúde das pessoas.

Dada a importância de bons hábitos alimentares, este estudo visa caracterizar o perfil de produção agrícola em territórios rurais selecionados de Mato Grosso do Sul, observando qual a utilização dada a esses produtos e como a disponibilidade deles afeta na Segurança Alimentar e Nutricional das populações. Traz, assim, contribuições para o setor público, no sentido de respaldar a criação de políticas públicas de incentivo de produção para autoconsumo. Para as empresas, o estudo contribuirá dando subsídios para o planejamento estratégico e *marketing*

das empresas em função do *mix* de produtos oferecidos para os produtores rurais. E, para a academia, ele fornecerá dados e elementos sobre o tema.

1 Conceito de segurança alimentar e nutricional

A SAN tem uma história de mais de 50 anos e evoluiu através de uma sequência de definições e paradigmas. Após, a histórica *Hot Spring Conference of Food and Agriculture*, em 1943, em que o conceito de uma “oferta segura, adequada e apropriada de alimentos para todos” foi aceita em âmbito internacional, agências bilaterais de países doadores, como os EUA ou Canadá, foram criadas em 1950 e começaram a dispor de seus produtos excedentes agrícolas no exterior (GROSS *et al.*, 2000).

Na década de 1960, quando foi reconhecido que a ajuda alimentar pode dificultar o processo para desenvolver a autossuficiência, o conceito de alimento para o desenvolvimento foi introduzido e institucionalizado. A criação do *World Food Program* (WFP), em 1963, é um exemplo proeminente. A crise alimentar de 1972/74 marcou uma passagem dramática de uma era de abundância de alimentos para uma de alta instabilidade de preços e reservas de alimentos no mercado mundial. E, como resultados, foram desenvolvidos mecanismos de acesso internacional ao fornecimento de alimentos (GROSS *et al.*, 2000).

Em 1980, acompanhando o sucesso da revolução verde, foi reconhecido que as emergências alimentares e a fome não foram causadas por falhas na produção de alimentos. Sua principal causa eram as quedas no poder de compra de grupos sociais específicos. Nessa década, a SAN foi ampliada para incluir tanto o acesso físico aos alimentos, quanto o econômico. Na década de 1990, foram definidos planos concretos para erradicar, ou minimamente reduzir, a fome e a desnutrição, e instituir o direito humano à alimentação e nutrição adequada. Em nível internacional se reafirmou comprometimento dos governos nacionais para um papel mais pró-ativo (GROSS *et al.*, 2000).

A partir da década de 2000, a diminuição da fome e desnutrição é cada vez mais vista em um contexto do desenvolvimento

global, como redução da pobreza. Essas metas são explicitadas no *Millennium Development Goals* (SCN 2004 *apud* WEINGÄRTNER, 2004). A ONU e os signatários dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio acreditam que o desenvolvimento mundial só pode ser alcançado se alimentação e nutrição adequadas estiverem asseguradas a todos os membros de uma sociedade.

Feito o histórico do tema, é importante discutir o conceito de SAN. Para Hoffmann (1995), considera-se que há segurança alimentar para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Além disso, Belik (2003) reforça esse conceito dizendo que o conceito de segurança alimentar leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos.

Entretanto a segurança alimentar e nutricional é um conceito que evoluiu ao longo dos anos. As definições mais comuns estão em torno da que foi proposta pelo Banco Mundial, em 1986, e foram resumidas por Maxwell e Frankenberger (1992, p. 8) como “um acesso seguro a todo o momento a alimentos suficientes para uma vida saudável”.

De acordo com uma definição atual, a segurança alimentar é atingida quando se tem garantido que “todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (WEINGÄRTNER, 2004).

Belik (2003) ressalta que a ideia de acesso aos alimentos é muito diferente da disponibilidade de alimentos. Os alimentos podem estar disponíveis, o que é demonstrado, de fato, pelas estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO) levantadas para o mundo nos últimos anos. Porém as populações pobres não têm acesso aos alimentos, devido a problema de renda ou a outros fatores, como conflitos internos, ação de monopólios ou desvios.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito à qualidade dos alimentos consumidos. Os alimentos disponíveis para o consumo não devem estar submetidos a qualquer tipo

de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazo de validade vencidos, logo, a qualidade do alimento também diz respeito à possibilidade de as populações os consumirem de forma digna. Portanto dignidade significa permitir que as pessoas comam em um ambiente limpo, e que sigam as normas tradicionais de higiene (BELIK, 2003). O autor ainda ressalta que certas práticas como ministrar rações, preparos energéticos e outras misturas visando ao combate dos efeitos da desnutrição são práticas condenadas na relação com a dignidade humana.

O último item referente à definição de segurança alimentar trata da regularidade de acesso à alimentação. Considera apenas as pessoas que têm acesso constante aos alimentos, ou seja, alimentam-se pelos menos três vezes ao dia. Para Pessanha (2001) e Belik (2003), não se considera isenta de risco uma população que tenha acesso restrito aos alimentos como, por exemplo, aqueles que recebem esporadicamente cestas básicas.

2 Agricultura familiar

Mesmo a amostra pesquisada neste trabalho não tendo se limitado a agricultores familiares, tornam-se significativas e relevantes as contribuições destes, tanto econômicas quanto sociais, nos territórios selecionados nesta pesquisa.

A agricultura familiar apresenta-se de uma forma bastante diversificada nas várias estruturas agrárias. Estudos que continuam a ser produzidos sobre esse tema especulam sobre o seu destino, principalmente, por causa das intensificações das relações de produção capitalista. Uma consideração que merece destaque é que o segmento da agricultura familiar se desenvolve e persiste até hoje, sendo evidenciado pela significativa mão de obra relativa à família empregada, e pela variedade de produtos oferecidos por este segmento, tornando a agricultura familiar essencial para a produção de alimentos (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Karl Marx diz que os camponeses são como uma classe peculiar no sistema social, pois agregam as características de duas classes sociais. Ao mesmo tempo em que são donos dos meios de produção, também são os tra-

ballhadores. Por isso, estão em uma fase de transição, seja para o burguês, como um empresário capitalista, como para o proletariado, tornando-se um assalariado livre (SILVA, 1986 *apud* FINATTO; SALAMONI, 2008).

Outro autor que estudou a agricultura familiar foi Chayanov (1974), que centrou sua análise na estrutura interna da organização familiar. Considerou que a agricultura familiar não tem nenhuma lógica capitalista, mas fundamenta-se em lógicas não-capitalistas, ou minimamente capitalistas, sendo essa característica fundamental para se estudar esse segmento, que trabalha a terra e a considera patrimônio familiar. Chayanov afirma que a produção familiar não possui capacidade de evolução, e sim, de adaptação ao sistema capitalista, sendo muitas vezes autoexplorada e sujeita às demandas do mercado. Além disso, criou a teoria da “diferenciação demográfica” que diz que a família orienta suas estratégias pelo número de pessoas que contribuem para atividade necessária à manutenção da unidade familiar, ou seja, a quantidade de força de trabalho regula a quantidade de terra cultivada (FINATTO; SALAMONI, 2008).

No Brasil, a questão de concentração de terra sempre foi presente, desde a colonização. A ocupação e uso do solo causaram disputas envolvendo diferentes classes sociais e a intervenção do Estado sempre foi presente, acompanhando o desenvolvimento do país desde a época do Império. Somente em 1946, foi regulamentada a discriminação de terras, buscando reordenar a complexa situação fundiária existente, por meio do Decreto lei n. 9.760 de 1946.

Entre 1961 e 1964, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, foi aprovada por Castelo Branco. Seu objetivo era definir políticas agrícolas e de reforma agrária, criando, a partir disso, a função social da terra (CASTRO; GOMES, 2007).

Em 1978, com relativa abertura política no Brasil, retomou-se o debate a respeito da reforma agrária, estando de um lado os trabalhadores rurais e movimentos sociais, e do outro, a Tradição, Família e Propriedade (TFP). Em 1979, o presidente João Batista Figueiredo priorizou a agricultura, como resposta à década de setenta, e, em maio deste mesmo ano, aconteceu o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, quando

a CONTAG levantou a bandeira da reforma agrária (CASTRO; GOMES, 2007).

Uma importante alteração no modelo da reforma agrária ocorreu em 1982, quando surgiram os Planos Estaduais de Terras Públicas e de Regularização Possessória, decorrente das eleições direta para os governos estaduais. Em 1986, no mandato de José Sarney, foi criado o I Programa Nacional de Reforma Agrária, como forma de resolver os problemas agrários, com um conjunto de políticas visando beneficiar famílias rurais (CASTRO; GOMES, 2007).

Na década de 1990, foi criado o Programa Emergencial de Reforma Agrária no Governo Collor, viabilizado posteriormente pelo governo Itamar Franco, que se limitou, porém, às grandes desapropriações. Durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, foram criados vários programas voltados para a questão da reforma agrária, e alguns desses programas são mantidos pelo governo Lula (CASTRO; GOMES, 2007).

Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem no Brasil mais de 4.800.000 estabelecimentos rurais que ocupam uma área superior a trezentos milhões de hectares. Em 1996, o Valor Bruto da Produção Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões.

Pouco mais de quatro milhões são estabelecimentos familiares (GUANZIROLI *et al.*, 2001), que ocupam uma área de 107,8 milhões de hectares. A agricultura familiar representa 85% do total de estabelecimentos e ocupam uma área de 30% da total. Representa cerca de 50% do valor da renda total agropecuária de todo o Brasil (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

3 Produção para autoconsumo

Chayanov (1974) explica que o camponês executa as tarefas produtivas buscando um equilíbrio entre o consumo e a força de trabalho familiar, levando em conta o tamanho da família e as suas necessidades. A unidade de trabalho familiar é formada pelos membros das famílias que se encontram em condições de trabalho, ideia que coincide com a de Wolf (1976, p. 28 *apud* GAZOLLA, 2004):

Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar. A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização

produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela também é uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar.

Segundo Chayanov (1974), é buscado pela unidade econômica camponesa um equilíbrio na relação de consumo e trabalho, que por um lado é afetado pela necessidade da família, e por outro, está sujeito à produtividade dos camponeses. Quanto maior for o desequilíbrio nessa relação, maior será o grau de autoexploração. O volume de produção depende do número de consumidores, e não de trabalhadores. Portanto a dimensão do autoconsumo nessas formas familiares de produção orienta os cálculos das unidades no sentido de seus membros se organizarem para obter a produção necessária para consumo.

A produção voltada para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico, é definida como uma parcela da cultura produzida pela família e designada ao consumo próprio. Essa produção não deve ser associada a uma produção residual, ou incompatível com os padrões de qualidade do mercado. Ela é simplesmente uma produção voltada para o uso dos membros da família (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Embora a produção para o consumo familiar atenda as necessidades alimentares, existem alguns alimentos que não podem ser produzidos pela família, criando assim uma relação com os mercados por meio do comércio de seus produtos. Contudo a relação entre o autoconsumo e o mercado vai sendo alterada à medida que ocorre a inserção das relações capitalistas no campo, e por isso o camponês deixa de atender somente a sua subsistência, e também passa a desejar a ter acesso a bens materiais e culturais (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

A produção para o autoconsumo pode ser um fator de relevante para a segurança alimentar, pois permite o acesso facilitado, sem intermediários, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de prover os mais diversos nutrientes de que o organismo precisa. É uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, mantendo as práticas de preparo e

consumo, auxilia na preservação da cultura dado que essas práticas são passadas de pai para filho, e também fornece alimentos com qualidade sanitária e livres de agrotóxicos. É também um fator motivacional, pois os camponeses se orgulham de estar consumindo o trabalho de sua família sobre a terra (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

4 Metodologia

Este artigo é parte integrante dos resultados do projeto “Diagnóstico dos territórios CONSAD de MS”, no qual a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco, foram contratadas pelo CNPq através do edital MCT/MDS/CNPq 38/2008 – Josué de Castro.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos três territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) existentes em Mato Grosso do Sul: Serra da Bodoquena, Vale do Ivinhema e Iguatemi. Totalizam 24 (vinte e quatro) municípios, que abrangem um universo de 450.496 habitantes (IBGE, 2010), em 74.198 km², correspondente a 20,78% do território de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa tem caráter descritivo e quantitativo. O primeiro é utilizado para identificar e obter informações sobre características de um determinado fenômeno. E o segundo é focado na mensuração de fenômenos e envolve coletar e analisar os dados numéricos e aplicar testes estatísticos (COLLINS; HUSSEY, 2005),

O primeiro passo foi o levantamento bibliográfico em livros, revistas, artigos e páginas da web. Em seguida foi feita a análise quantitativa, envolvendo distribuição de frequência, média aritmética, entre outros recursos (MORETTIN; OLIVEIRA, 2006).

A dimensão de análise foi o perfil de produção agrícola produzido privilegiadamente nos perímetros rurais dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de MS.

A população-alvo da pesquisa foi definida através de varredura, em que os pesquisadores buscavam durante as pesquisas de campo contatar informantes-chaves e, por meio destes, angariar referências de famílias que produzem para autoconsumo.

A verificação *in loco* também foi utilizada. A amostragem foi intencional, focando nos produtores rurais assentados, extensionistas e líderes de associações produtivas.

Foi utilizado como instrumentos de coleta “Inquérito de Potencialidades Sociais, Econômicas e Ambientais”. O questionário é dividido em: i) Identificação; ii) Perfil Domiciliar; iii) Flora; iv) Fauna; v) Logística; vi) Cultura alimentar. Teve como objetivo averiguar a identidade produtiva da região, aspectos ambientais, produtivos e mercadológicos.

Para avaliar a compreensão do questionário pelos participantes, foi realizado um pré-teste do instrumento junto a cinco famílias pertencentes à mesma população-alvo.

Foram aplicados ao todo 206 questionários. Os pesquisadores foram estudantes de graduação da UFMS e UCDB, bem como pessoal e nível superior das áreas de: Economia, Administração, Biologia, Nutrição, Ciências Sociais, Engenharia Agrônoma e outras, entre voluntários e bolsistas CNPq.

Todos foram treinados pelos professores-pesquisadores nos seguintes conteúdos: ética em pesquisa com seres humanos, técnica de entrevista e segurança alimentar e nutricional. A entrevista foi feita na residência ou local de trabalho dos participantes.

Os dados coletados foram utilizados exclusivamente para fins da presente pesquisa, sendo divulgados na forma agregada através de documentos e relatórios de natureza acadêmico-científica.

5 Resultados e discussão

Visando analisar o perfil de produção agrícola, foi feita uma descrição dos resultados por território CONSAD (Iguatemi, Serra da Bodoquena e Vale do Ivinhema), tanto para a flora como para a fauna. O questionário inquiria a família entrevistada quanto às culturas e criações específicas e questionava se existia produção e qual era o destino desta.

Começando pelo CONSAD de Bodoquena, destaca-se a produção de acerola, goiaba, manga e limão, com 69% das famílias entrevistadas afirmando que produzem essas frutas, com a maior parte dessa produção destinada para o autoconsumo e venda. Apenas uma pequena parcela é destinada à alimentação de animais e a doações. Outras culturas

que também merecem destaque nessa região são: laranja, abobrinha, mamão, banana, mandioca e ervas medicinais, todos estes produtos foram indicados por mais de 50% da amostragem como uma produção constante, com a maior parte destinada ao consumo próprio e vendas, e uma pequena parcela, para alimentação de animais e doações.

Além dos produtos já citados, 49% das famílias responderam que produzem cheiro-verde e leite. Porém, nesse caso, foi vista uma grande diferença. Enquanto grande parte do cheiro-verde era destinada para o próprio consumo, o leite era destinado à venda, tanto direta como indireta. Nenhum dos dois produtos é destinado à alimentação dos animais.

Outro alimento que obteve destaque foi a jabuticaba, cujo principal destino é o consumo, conforme 44% dos agricultores que plantam essa fruta. Tanto no caso da pimenta como no de queijos, 36% dos agricultores responderam que os produzem e, assim como a jabuticaba, seu principal uso é a alimentação da família, e uma pequena quantidade de queijo é destinada à venda.

Quando perguntados a respeito de sua produção de couve, assim como de temperos e doces, 33% dos agricultores responderam que produzem esses produtos e que sua principal utilização é para a alimentação da família, com exceção para os doces que também são utilizados para venda direta. Próximo a esses produtos está a alface, que para 31% dos agricultores é produzida com o objetivo de alimentar a família e atender aos mercados.

Quando questionados a respeito da produção de carambola, cebola, cenoura, pimentão e rabanete, a resposta afirmativa quanto à produção restringiu-se a aproximadamente 20% dos entrevistados. Porém o uso desses produtos é bem diversificado, a carambola, cebola e cenoura são utilizadas para o próprio consumo das famílias, além de vendas diretas e alguns casos de doação da carambola; já o pimentão e o rabanete, para vendas diretas e, em alguns casos, para doação.

Aproximadamente 10% da amostra produzem mel e beterraba, cujo destino privilegia a alimentação familiar. Nenhuma família respondeu sim quando questionada a respeito da produção de alho, e quando foram questionados sobre a produção de outros produtos além dos itens relacionados, 33%

responderam que produziam outros produtos, como soja, milho feijão, cana-de-açúcar e frutas diversas.

No CONSAD de Iguatemi, foi possível observar uma posição de destaque para mandioca, produto que teve resposta sim em 84% das vezes que foram questionados sobre a sua produção, cujos principais destinos são o consumo próprio e a venda indireta.

Aproximadamente 63% dos entrevistados produzem leite, e a sua principal utilização é a venda, tanto direta como indireta, com uma pequena parcela utilizada na alimentação da família. A banana e a abobrinha vieram logo em seguida com, respectivamente, 60% e 59% das respostas sim para a sua produção, destinada fundamentalmente à alimentação da família.

Cerca de 58% dos entrevistados afirmaram produzir cheiro-verde. A goiaba com 56%, o mamão com 55%, o limão com 54%, a manga com 53% e a laranja com 52%, sendo todos esses produtos principalmente utilizados para a alimentação da família. Exceção apenas o cheiro-verde que tem sido utilizado para vendas diretas. As ervas medicinais também estão com 50% das respostas sim, porém seu uso é mais diversificado, atendendo desde a venda direta até a própria família e doações.

Da amostra, 49% das famílias afirmaram que produzem acerola; 48%, pimenta; 43%, alface; e 41%, jabuticaba. O principal destino desses produtos é o consumo da própria família, com exceção da pimenta, que também é utilizada para atender ao mercado.

Abaixo dos 40% de respostas afirmativas quanto à produção está a cenoura (39%), couve (36%), doces (34%) e temperos (30%). Nesse caso, a utilização dos produtos é diversa. A cenoura e os temperos são utilizados principalmente para atender a família, mas uma pequena parcela é vendida. Já a couve destina-se tanto à família como ao mercado, através de vendas diretas. Os doces têm como principal destino o mercado, tanto pelas vendas diretas como indiretas e, em segundo lugar, o consumo da família.

A cebola, os queijos e a beterraba abrangem em torno de 25% de respostas sim para a sua produção. Todos esses produtos estão sendo utilizado principalmente para o consumo da família. Apenas o queijo também é

utilizado para abastecer o mercado em vendas diretas e indiretas.

Quando consultados a respeito da produção de pimentão, rabanetes e mel, cerca de 20% dos agricultores afirmaram produzir estes produtos e, nesse caso, toda a produção é destinada para vendas e consumo da família. Finalizando a análise da flora do CONSAD de Iguatemi, temos o alho e a carambola, em que, respectivamente, 9% e 7% dos produtores afirmaram produzir para o consumo da família, e 36% dos agricultores afirmaram produzir outro tipo de cultura, como milho, soja, cana-de-açúcar e outras variedades de frutas.

O resultado do território Vale do Ivinhema deram destaque à mandioca, que obteve 71% de respostas sim a respeito de sua produção, seguida pela banana com 60%, o leite com 54% e a abobrinha com 52%. Todos esses produtos têm como sua principal utilização a alimentação da família, porém com algumas variações. A mandioca e o leite também têm uma grande parte da sua produção também destinada para atender ao mercado, em vendas diretas e indiretas. A banana é praticamente utilizada totalmente para atender à família, e a abobrinha também atende às vendas diretas ao consumidor final.

Temos, em seguida, o cheiro-verde, com 49%, a manga e goiaba com 47%, a acerola, o limão e a laranja com 44% e a jabuticaba, mamão e as ervas medicinais com 41% de respostas sim em relação à produção. Com relação à utilização dada a esses produtos, apenas o cheiro-verde, o limão e o mamão são destinados à venda direta, além de atender à família; o restante é utilizado apenas para alimentação da família.

A alface e a couve vêm em seguida, com 37%. Ambos são utilizados para a venda direta e para a alimentação da família. A pimenta, com 35%, e a cenoura, com 32%, são utilizadas basicamente para atender a família. Os doces, também com 32%, são destinados a vendas diretas.

Quando os entrevistados foram consultados a respeito da produção de cebola e pimentão, 25% das famílias afirmaram produzir, 22% produzem beterraba e temperos também, sendo que esses produtos atendem basicamente às unidades familiares.

Finalizando a análise da região de Ivinhema, temos queijos com 19% de respostas

afirmativas, rabanetes (14%), carambola e mel (10%) e alho (5%), todos utilizados privilegiadamente para alimentar a família e, no caso do queijo e do mel, também são utilizados para atender ao mercado por meio de vendas diretas e indiretas. Cerca de 25% dos agricultores afirmaram produzir outras frutas, verduras e legumes, além de culturas da cana-de-açúcar.

Para analisar mais detidamente a criação animal dos territórios, o questionário elaborou uma lista com diversos animais e abordou a respeito da quantidade de animais criados, e qual era a sua utilização.

No território CONSAD Serra da Bodoquena, destacou-se a produção de gado de corte e galinhas, ambos com média de vinte sete unidades por família, sendo que o gado de corte tem uma maior utilização para vendas diretas e indiretas, já a galinha é utilizada para a alimentação da família. Caprinos e ovinos têm média de seis unidades por entrevistado, sendo o seu principal destino a venda indireta e o próprio consumo.

São criadas cinco vacas leiteiras, em média. Também três galinhas-d'angola e dois porcos. As vacas leiteiras e os porcos são utilizados principalmente para vendas, enquanto a galinha-d'angola é utilizada para alimentar a família. Peru, codorna, peixe (lâmina da água/m²) e outros animais não obtiveram uma quantidade representativa de produção.

No CONSAD de Iguatemi, a produção de galinha obteve maior evidência, com média de quarenta e sete unidades por agricultor. O principal destino da produção de galináceos é a venda indireta, seguida pelo consumo da família. As vacas leiteiras e gado de corte com médias de 11% e 6% respectivamente, sendo que ambos têm praticamente o mesmo uso, voltado ao mercado, tanto para venda direta como indireta. No caso do gado de corte, uma pequena quantidade destina-se ao consumo próprio.

Em relação à produção de peixe, a resposta dos entrevistados ficou em média quatro laminas d'água por metro quadrado, sendo que o peixe é utilizado à mesma proporção para o consumo doméstico e para venda. Tanto o porco como a galinha-d'angola obtiveram média três unidades por família. Caprino/ovinos ficaram com média de dois, sendo que neste caso, tanto o porco como a galinha-d'angola têm como prioridade

atender à família e, em seguida, a venda, já os caprino/ovinos são mais destinados à venda. O peru, a codorna e outros animais ficaram com média abaixo de uma unidade por entrevistado.

No território CONSAD Vale do Ivinhema, a criação de vaca leiteira atingiu média de 119 unidades, com a grande maioria da produção destinada a vendas diretas e indiretas. A criação de galinhas obteve média de 29 unidades por entrevistado e é destinada primeiramente para a alimentação da família. O gado de corte alcançou a média de quatro unidades por entrevistado, e a sua criação é quase toda dedicada a atender ao mercado.

A criação de suíno, caprino/ovino atingiu a média de três unidades por entrevistado e, grande parte de sua criação é destinada ao consumo, com uma pequena parcela buscando atender ao mercado. Tanto a galinha-d'angola, o peru, a codorna, o peixe (lamina d'água/m²) entre outros animais não atingiram média um.

Considerações finais

Este estudo buscou analisar se o perfil de produção agrícola nos territórios rurais selecionados, e se a disponibilidade do que era produzido impactava na SAN dessas famílias. Procurando essas respostas, contou-se com amplo banco de dados primários proporcionado pela pesquisa realizada em atendimento ao edital MCT/MDS/CNPq n. 38/2008.

Os resultados apresentados demonstram que existe certa semelhança nos produtos cultivados pelas famílias nos territórios CONSADs, provavelmente por aspectos culturais. A mandioca, banana, leite, abobrinha, cheiro-verde, manga, goiaba, acerola, limão e a laranja são os principais produtos dessas regiões, além das criações de gado leiteiro, galinha e gado de corte, que também predominam nessas regiões. Os dados revelaram que, na grande maioria dos casos, o que é produzido é consumido pela família e, ocorreram poucas exceções. O exemplo mais claro são os doces, cuja produção é destinada privilegiadamente para o comércio e uma pequena parcela atende à família.

A partir desses dados, é possível concluir que a disponibilidade dos alimentos faz com que as famílias comam de forma mais

saudável e nutritiva, além de comprovar que a agricultura para o autoconsumo facilita ao acesso regular desses alimentos, atendendo aos critérios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Esse trabalho traz contribuições para as ciências sociais aplicadas, além de auxiliar no mapeamento do perfil da produção agrícola nos CONSADs de MS e identificar o impacto que dessa produção nas famílias estudadas. Futuras pesquisas poderão identificar que outros fatores podem influenciar a SAN das famílias e o que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Referências

- BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 4, p. 35, 2003.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.
- BERTASSO, B.F. Consumo alimentar dos brasileiros metropolitanos. In: SILVEIRA, F.G.; SERVO, L.M.; MENEZES, T.; PIOLA, S.F. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2006. v. 1.
- BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1º dez. 2010.
- CASTRO, L.de F.C.de; GOMES, J.M.A. Atividades agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o meio ambiente. *Interações*, Campo Grande, v. 8, n. 1, mar. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122007000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2010.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2005.
- FINATTO, R.A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. *Sociedade & Natureza* [Online], Uberlândia, v. 20, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2010.
- GAZOLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. 287p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 2, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2010.
- GROSS, R. et al. *The four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts*. 2000. Disponível em: <http://www.foodsec.org/DL/course/shortcourse-FA/en/pdf/P-01_RG_Concept.pdf>. Acesso em: 22 out. 2010.
- GUANZIROLI, C.E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HOFFMAN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Revistas Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010CGP.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- IBGE e Conab: safra de grãos 2011 baterá recorde nacional. *Brasil247*. 6 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil247.com.br/pt/247/agro/7104/IBGE-e-Conab-safra-de-grãos-2011-baterá-recorde-nacional.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2011.
- MAXWELL, S.; FRANKENBERGER, T. *Household food security: Concepts, indicators, measurements: A technical review*. Rome: IFAD/UNICEF, 1992.
- MERCADANTE, A. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M.J. *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003. p. 37-51.
- MORETTIN, P.A.; OLIVEIRA, W. *Estatística básica*. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ORTEGA, A.C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007.
- PESSANHA, L.D.R. *Pobreza, segurança alimentar e políticas públicas: contribuição ao debate brasileiro*. Texto apresentado no Seminário "Sistemas Locais de Segurança Alimentar" realizado no Instituto de Economia da Unicamp em novembro de 2002. 1: Estimativa de Beneficiários de Programas de Combate à Fome, 2001.
- SILVA, O.H.da. Alguns comentários sobre o destino do campesinato em Marx. *Revista Economia Rural*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 101-116, 1986.
- United Nations System Standing Committee on Nutrition (SCN). *5th report on the world nutrition situation*. Nutrition for improved development outcomes. Geneva: SCN, 2004.
- WEINGÄRTNER, L. *Food and nutrition security: assessment instruments and intervention strategies*, 2004. Disponível em: <http://www.foodsec.org/tr/fns/BP_I_Concept_Definitions.pdf>. Acesso em: 22 out. 2010.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Curso de Antropologia Moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 147p.

Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ)

Conflicts in the management of the National Park Serra da Bocaina: obstacles to local development in the village of Trindade (Paraty, Rio de Janeiro)

Les conflits dans la gestion du Parc National de Serra da Bocaina: les obstacles au développement local dans le village de Trindade (Paraty, Rio de Janeiro)

Conflictos en la gestión del Parque Nacional Serra da Bocaina: obstáculos para el desarrollo local en el pueblo de Trindade (Paraty, Río de Janeiro)

Bruna Ranção Conti*

Diogo de Carvalho Antunes**

Recebido em 5/5/2011; revisado e aprovado em 13/11/2011; aceito em 28/3/2012

Resumo: Este trabalho tem por objetivo evidenciar os conflitos socioambientais presentes na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina, na área da vila de Trindade, e destacar as contradições entre as lógicas de desenvolvimento implícitas nesse processo. O estudo se insere no debate sobre as velhas e novas concepções de desenvolvimento, com foco na gestão de unidades de conservação. A partir da experiência apresentada, constata-se que ainda é preciso avançar na integração entre sociedade e natureza e na descentralização da gestão dessas áreas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Conflitos socioambientais. Participação social.

Abstract: This paper aims to highlight socio-environmental conflicts triggered in the management of the National Park Serra da Bocaina at Trindade's Village. It focuses upon the contradictions present between the different views of development implicitly drawn upon during the management process. The research contributes to ongoing debates on old and new approaches to development, focusing upon the management of protected areas. Based on an analysis of this experience, the paper concludes on the need to better the integration between society and nature, as well as, promote a decentralization of management at these areas.

Key words: Development. Socio-environmental conflicts. Social participation.

Résumé: Ce document vise à souligner les conflits sociaux et environnementaux présents dans la gestion du Parc National de Serra da Bocaina dans le domaine de la village de Trindade, et de souligner les contradictions entre les vues de développement dans ce processus. L'étude s'inscrit dans le cadre du débat sur les conceptions anciennes et nouvelles de développement, en se concentrant sur la gestion des aires protégées. De l'expérience présentée, il apparaît qu'il est encore nécessaire pour faire avancer l'intégration de la nature et la société et de la décentralisation de la gestion de ces zones.

Mots-clés: Développement. Conflits socio-environnementales. Participation sociale.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo destacar los conflictos socioambientales presentes en la gestión del Parque Nacional da Serra da Bocaina, en el área de pueblo de Trindade, y destacar las contradicciones existentes entre las visiones sobre el desarrollo utilizadas durante ese proceso. El estudio contribuye al debate sobre las viejas e nuevas concepciones de desarrollo, centrándose en la gestión de las áreas protegidas. Con base en la experiencia presentada, parece que todavía es necesario avanzar en la integración de la naturaleza y la sociedad y en la descentralización de la gestión de estas áreas.

Palabras clave: Desarrollo. Conflictos socioambientales. Participación social.

Introdução

A disseminação da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico e aumento quantitativo do consumo marcou o capitalismo moderno e propiciou a superexploração dos recursos naturais em diversos países. Entretanto as consequências negativas desse modelo de desenvolvimento começaram a ser sentidas a partir dos anos 1970, o que foi

bastante evidenciado pelos movimentos ambientalistas em crescente expansão. A ideia de uma crise ambiental passou a ser cada vez mais difundida, até o ponto em que ficou claro que a principal causa da crise estava relacionada ao modelo de desenvolvimento vigente. Tal perspectiva é apresentada no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, intitulado "Nosso Futuro Comum", de 1987. Nesse relatório,

* Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Turismóloga. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. E-mail: bruna-conti@hotmail.com

** Mestrando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Cientista Social. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. E-mail: diogocantunes@gmail.com

foi apresentada a ideia de desenvolvimento sustentável, que a princípio se concentrou na questão ambiental, com o objetivo de garantir a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. A partir da década de 80, inicia-se também o debate sobre o conceito de desenvolvimento humano, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse conceito, o desenvolvimento é entendido como um processo capaz de ampliar tanto as oportunidades dos indivíduos nas áreas da economia, da política e da cultura, quanto os níveis de bem-estar (PNUD, 1998).

A discussão sobre desenvolvimento também tem avançado em outros aspectos. Entre os novos desafios que se apresentam, incluem-se, além da instauração de uma relação mais harmônica entre sociedade e natureza, com um padrão de produção e consumo diferente do observado no capitalismo moderno, a expansão das liberdades substantivas dos cidadãos (SEN, 2000), com o consequente aprofundamento da democracia; o fortalecimento do papel do Estado como defensor dos bens de interesse comum; e a repartição mais equitativa dos recursos econômicos (DINIZ, 2010). Em virtude dessas mudanças, as novas políticas públicas devem cada vez mais priorizar ações em conjunto com a sociedade civil, pois precisam se basear em projetos abrangentes, sustentáveis, com objetivos comuns definidos, visão e acompanhamento de longo prazo (EVANS, 2010). Nessa nova lógica, um conceito que vem sendo bastante utilizado na literatura é o de desenvolvimento local, no qual se destaca o pressuposto da organização da sociedade civil em nível local para a viabilização de empreendimentos comunitários e a gestão sustentável dos recursos comuns.

No Brasil, a política ambiental foi pioneira ao incorporar, em suas bases conceituais, alguns dos aspectos dessa nova visão de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à importância do papel do Estado na coordenação dos interesses sociais diversos e à necessidade da criação de instâncias participativas para a tomada de decisão. Tais características estão claramente expressas na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81). Esse documento previa que o processo decisório referente à gestão ambiental

deixasse de se basear em decisões unilaterais da autoridade pública para estabelecer canais de negociação e decisão junto à sociedade civil (CARVALHO, 2005). Vale ressaltar que a necessidade de mecanismos de participação previstos nessa nova política foi também influenciada por uma conjuntura de efervescência da cidadania a nível nacional, marcada pelo enfraquecimento da ditadura militar e pelo fortalecimento dos movimentos sociais e de redemocratização do país.

Nos últimos anos, a legislação ambiental brasileira vem avançando na constituição de mecanismos que possibilitem a participação social na lógica de governança¹ democrática, o que fica evidente na gestão de áreas protegidas (AP) – áreas demarcadas para a proteção *in situ* que se tornaram, recentemente, um dos principais meios para a proteção da natureza em todo o mundo. Diante da crescente necessidade de proteção das florestas, foi negociada, no âmbito da Rio-92², a Convenção da Diversidade Biológica, tendo como um dos seus objetivos o de possibilitar uma gestão integrada das AP existentes em diversos países. A Convenção estabeleceu que os países signatários deveriam desenvolver processos planejados de uso sustentável da diversidade biológica, através da instituição de sistemas de proteção da natureza que possibilitassem uma melhor administração dessas áreas e incentivassem a participação de comunidades locais em sua gestão.

Assim, no Brasil, após um longo processo de discussão e embates, foi criado, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como um esforço de integração entre sociedade e natureza em políticas públicas, consolidando o compromisso de participação social para o alcance do desenvolvimento sustentável. O SNUC avança

¹ Para Graham *et al.* (2003 *apud* IRVING, 2010, p. 143) governança se refere “à interação entre estruturas, processos e tradições, que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos (*stakeholders*) são ouvidos”.

² A Rio-92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas. Nesta conferência ficou consagrado o termo “Desenvolvimento Sustentável”.

no sentido de assegurar os mecanismos e procedimentos necessários à participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação³ (UC). O SNUC expressa também a necessidade de articulação entre as políticas públicas de proteção da natureza e as políticas vinculadas à promoção do desenvolvimento econômico e social local, e a necessidade de se promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (IRVING, 2010).

No entanto, apesar dos avanços nesse arcabouço legal com relação aos mecanismos de participação social e governança democrática, na prática, a implementação de tais propostas tem enfrentado uma série de conflitos. Tais conflitos são derivados, a princípio, de uma lógica de cisão entre sociedade e natureza, correspondente ao padrão insustentável de desenvolvimento já citado, que desencadeou a necessidade de isolamento de determinados espaços naturais, tanto para a proteção, quanto para proporcionar áreas de lazer. Tal lógica, representada no Brasil pelas categorias de UCs de proteção integral, levou à exclusão de populações humanas residentes nesses espaços e à imposição de várias restrições de uso dos recursos naturais, desencadeando uma série de entraves ao desenvolvimento local e ocasionando diversos “conflitos socioambientais”. Esse conceito é discutido por Acserald (2004), para quem os conflitos envolvem:

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSERALD, 2004, p. 26).

Chega-se então a um paradoxo: como seria possível a incorporação das populações locais na criação e implementação de áreas protegidas – denotando uma nova concepção de desenvolvimento – se lhes é retirado o direito de manutenção de seu modo de vida e atividades tradicionais, através da impossibilidade de acesso aos recursos naturais?

³ Esta nova terminologia passou a ser utilizada para designar o conjunto de AP contempladas pelo sistema.

Tal problemática pode ser observada, na prática, no processo de reestruturação da gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) a partir de 2008, o qual constitui o estudo de caso aqui apresentado. Tendo em vista a abrangência e importância do Parque, o recorte desta pesquisa se concentra na vila de Trindade, uma vila de pescadores que se encontra parcialmente no interior do PNSB e que atualmente vive uma série de conflitos com a administração da unidade para a viabilização do seu desenvolvimento.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar os conflitos socioambientais presentes na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina na área da Trindade e destacar as contradições entre as lógicas de desenvolvimento implícitas nesse processo.

A hipótese do trabalho é que o estabelecimento efetivo de uma nova lógica de desenvolvimento na área do PNSB é impossibilitado por conflitos inerentes a uma lógica de cisão sociedade-natureza e a um estilo centralizador na gestão dos recursos comuns presentes nesse território.

No plano metodológico, a pesquisa se baseou em revisão bibliográfica, além de uma pesquisa de campo⁴, envolvendo entrevistas semiestruturadas dirigidas a representantes da população local de Trindade e da gestão pública da UC. As mesmas foram realizadas em julho de 2010, compreendendo sete interlocutores locais identificados por meio da técnica de “bola de neve” e três interlocutores institucionais⁵. A partir de análise qualitativa, com foco nos conflitos socioambientais, são discutidos alguns resultados obtidos, importantes subsídios para a compatibilização entre a gestão dessa área protegida e o desenvolvimento local da vila de Trindade.

Na próxima sessão, é apresentado o referencial teórico do trabalho, centrado na discussão sobre o processo de implementação de

⁴ Essa pesquisa de campo foi realizada no âmbito da dissertação de mestrado da autora Bruna Ranção Conti (2011), denominada “Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ): para entender o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina”.

⁵ Todos os entrevistados assinaram termos de consentimento livre e esclarecido, permitindo a utilização, para fins acadêmicos, das informações obtidas na pesquisa.

unidades de conservação no Brasil. Na sessão dois, é descrito o estudo de caso, sobre o qual se baseia o artigo. Na sessão posterior, serão expostas e analisadas as visões dos moradores da Trindade e dos administradores do PNSB com relação ao processo de implementação e gestão do Parque. Por fim, a sessão quatro é dedicada à discussão e às considerações finais do trabalho.

1 Os conflitos resultantes do processo de implementação de UCs no Brasil

Para se entender os motivos pelos quais os conflitos socioambientais são inerentes à criação e gestão das unidades de conservação brasileiras, é importante destacar que essa política é derivada de um modelo formulado na América do Norte, que prevê que a proteção dos recursos naturais só poderia ser garantida se estes fossem deixados livres da ação humana (DIEGUES, 2004). Sendo assim, no caso brasileiro, a implantação desse modelo tem sido fonte de inúmeros conflitos socioambientais, principalmente no interior ou entorno de Parques, categoria de UC de proteção integral que representa um exemplo emblemático de cisão sociedade-natureza. Com relação a essa questão, Diegues argumenta ainda que esses conflitos se agravam quando a criação e a implementação dessas “ilhas” de proteção da natureza se efetuam de forma autoritária e pouco negociada pelo Estado com os diferentes segmentos locais, entendidos como “transgressores” da lei. Diante dessa situação, o autor afirma que o modelo de criação de Parques tem sido alvo de muita discussão e polêmica, principalmente no que diz respeito à manutenção das populações tradicionais em seu interior e às possibilidades de desenvolvimento em seu território.

Os mecanismos de participação social poderiam representar um contraponto a esse legado centralizador na criação das UCs. Nesse âmbito, um dos primeiros documentos nacionais de política pública que avançam na consolidação de uma nova atitude do Estado na sua relação com a sociedade é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dentre esses mecanismos, evidenciam-se: a garantia de meios de subsistência alternativos às populações locais que dependem da utilização dos recursos naturais existentes no

interior dessas UCs, a valorização do conhecimento tradicional, a promoção da educação ambiental e, principalmente, a criação e fortalecimento dos conselhos de gestão paritários (BRASIL, 2000).

Para Diegues (2004), Bensusan (2006) e Irving e Matos (2006), é inegável o avanço que se processou no Brasil em relação à temática da proteção da natureza com a instituição do SNUC, mas esses autores também destacam que existem ainda muitos problemas para a consolidação efetiva das áreas protegidas brasileiras, como a falta de planejamento a longo prazo, a ausência de grandes contingentes de pessoas para fiscalizar as áreas, o aporte ainda limitado de recursos financeiros para o processo, os conflitos com as populações humanas que vivem no interior e no entorno dessas áreas e a necessidade de fazer com que essas áreas se tornem arenas de transformação social, contribuindo para a expansão das liberdades e das capacidades humanas, conforme a visão de desenvolvimento humano (SEN, 2000).

Tendo em vista essa dinâmica, pode-se afirmar que a política brasileira de implantação de UCs tem sido incoerente. Isso acontece porque, dentro da mesma política, estão contempladas uma nova e uma velha lógica de desenvolvimento. A nova lógica está presente nos princípios da política, que preveem a participação social como ponto fundamental para a ação estatal. Porém esses princípios acabam sendo sobrepujados, na prática, pelo estilo de gestão tecnocrático e centralizador, herdado das concepções de desenvolvimento do século passado⁶.

Quando se observa a gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina na vila de Trindade, percebe-se a presença dessas duas lógicas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que a gestão busca avançar em mecanismos de participação, a maioria das suas ações ainda acontece de uma maneira impositiva e descolada da realidade local, o que desencadeia uma série de conflitos.

⁶ Para uma discussão aprofundada sobre essas diferentes concepções de desenvolvimento, ver Evans (2010).

2 O Parque Nacional da Serra da Bocaina e a vila de Trindade

O Parque Nacional da Serra da Bocaina foi criado em 1971, localiza-se na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e está inserido em importantes municípios turísticos como: Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal (BRASIL, 2002). Em função da beleza cênica dos vários pontos turísticos do Parque, como as cachoeiras nas serras, as praias do litoral e as fazendas históricas nas cidades do Vale do Paraíba do Sul, várias trilhas e caminhos em seu interior têm sido explorados pelo turismo regional. Os atrativos naturais e históricos do entorno da área também são, de certa forma, indutores do uso turístico do Parque.

O recorte desta pesquisa se concentra na vila de Trindade, um núcleo de pescadores parcialmente localizado no interior do PNSB. Essa vila pertence ao Distrito de Paraty-Mirim (no município de Paraty), que compreende 40% do Parque, uma das áreas com maior atratividade turística na região da denominada Costa Verde. Essa localidade encontra-se a 22 km do centro de Paraty, é cercada pela Mata Atlântica, em parte no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu e do PNSB. Essa localidade possui cinco grandes atrativos naturais no entorno ou interior da área do Parque: as Praias Brava, dos Ranchos, do Meio, do Caixadaço e a Piscina Natural do Caixadaço, além das várias trilhas e cachoeiras, fatores que impulsionam um grande número de visitas. Porém sua vila de moradores encontra-se no entorno direto do Parque e no interior da APA.

A história da vila de Trindade se associa à luta dos moradores para permanecerem no local. Essa luta começou em 1970, quando a multinacional Brascan tentou construir na vila um condomínio de luxo, passando a comprar terras dos nativos. Como muitos se recusaram a deixar suas casas, a empresa enviou para a área jagunços armados, reclamando o direito de posse da terra, destruindo as poucas construções existentes e desabrigando moradores (PEREIRA, 2001).

Em Laranjeiras, próximo à Trindade, a mesma multinacional construiu o luxuoso Condomínio de Laranjeiras, um dos mais exclusivos do país. Nessa região, ao contrário

do que ocorreu na vila, não houve luta pela terra (OLIVEIRA, 2005).

A população de Trindade conseguiu garantir o direito à terra na justiça⁷, através da ajuda de alguns turistas que frequentavam a vila. Estes instruíram e apoiaram os moradores nesse movimento, fortalecendo a divulgação da invasão da área nas mídias nacional e internacional, contando também com o apoio de um grande jurista⁸. Foi devido a essa articulação entre visitantes e população local que a vila não foi substituída pelo empreendimento. Em 1981, foi estabelecido um acordo entre a multinacional e os habitantes locais, segundo o qual, grande parte das terras ainda permaneceria sob o poder da primeira. Porém, além do direito a terra, os nativos conquistaram a garantia da liberdade de acesso às praias (OLIVEIRA, 2005).

Somente após a construção do condomínio Laranjeiras foi implantada a rodovia PRT-101 (popularmente conhecida como Morro do Deus-me-livre), único acesso regular à vila de Trindade. Em 1999, a pavimentação dessa estrada e a chegada da telefonia à vila contribuíram para o aumento considerável do fluxo de visitantes no local, o que ocasionou a atração de empreendedores de diversas localidades. Assim, como enfatiza Pereira (2001), as casas de veraneio, pousadas, restaurantes e bares, construídas de modo desorganizado, “concorreram com as práticas comerciais dos nativos, aumentando o impacto de desordem social já bastante grave entre os nativos e novos residentes lá estabelecidos”. Nesse percurso, Oliveira (2005) afirma que grande parte da população da vila de Trindade, assim como diversas áreas do município de Paraty, vem sofrendo um processo de marginalização resultante do “desenvolvimento” proporcionado pelo turismo. A chegada da urbanização, a partir dos anos 70, significou o começo da era do

⁷ A partir desse momento, a população local se organizou em uma Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade (AMOT). Atualmente, a Associação tem como principais focos o turismo, devido a sua importância para a economia local, e a busca por investimentos em infraestrutura urbana na vila. Além disso, a Associação é o canal de comunicação com os representantes do poder público.

⁸ O Dr. Sobral Pinto, que atualmente dá nome à rua principal de Trindade.

“des-envolvimento”, entendido como antítese de envolvimento. Até então, as populações caiçaras tinham uma vida adaptada às características das florestas, rios e mares das suas regiões, constituindo uma integração intensa com a natureza.

Luchiari (2000) aponta que esse modelo economicista do desenvolvimento constitui um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva de todos os atores sociais nos projetos de turismo. Porém a autora afirma que, segundo uma nova ordem mundial de desenvolvimento, em busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural, o turismo passa a exigir a atribuição de novos papéis à população local e uma política de inclusão, principalmente em áreas mais sensíveis. A análise sobre essas questões incentiva a adoção de uma nova forma para se pensar o desenvolvimento do turismo, pautado em uma visão mais humana que mercadológica, principalmente quando desenvolvido em áreas naturais protegidas.

Nesse contexto, apesar do desenvolvimento do turismo ter se convertido, no âmbito da política pública, como alternativa para o desenvolvimento local – o que é observado na vila de Trindade –, Benevides (2002) discute que o único meio de se promover esse desenvolvimento através do turismo seria equalizando cinco objetivos: a) preservação/conservação ambiental, b) manutenção da identidade cultural, c) geração de ocupações produtivas de renda, d) desenvolvimento participativo, e) qualidade de vida.

3 O processo de implementação e gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina

3.1 Como se expressa a relação de Trindade com o PNSB: a visão dos trindadeiros

É possível afirmar que a relação entre a Trindade e o PNSB é entendida como conflituosa. Tal interpretação, por parte dos atores locais, se deve a inúmeros problemas decorrentes do processo de criação de uma UC de proteção integral em um território já ocupado por diversos habitantes que se denominam “caiçaras”⁹ e dependem dos recursos naturais

ali existentes.

A “ausência do Parque” durante muitos anos na Trindade é um importante motivo de “desconfiança” com relação às intenções dos administradores dessa unidade. O fato de a equipe técnica do Parque, depois de mais de 30 anos de ausência na localidade¹⁰, ter a missão atual de implementar efetivamente a UC, vem causando incertezas, principalmente na parcela da população que viveu o conflito pela posse das terras com a empresa Brascan. Esses atores se mostram receosos com o fato de os administradores do PNSB definirem normas para a vida da localidade, até mesmo impedindo e/ou controlando práticas e atividades ali consolidadas. A ausência histórica dos administradores do Parque e os conflitos gerados pela falta de informação sobre os objetivos da UC e os limites de uso do território, assim como os conflitos gerados pelas atitudes de alguns administradores – consideradas autoritárias pelos trindadeiros –, estão descritos nas seguintes falas:

Olha, o Parque, o decreto é de 71, 72, e Trindade mesmo só ficou sabendo de Parque por conversas. A gente já ouvia falar de Parque Nacional da Serra da Bocaina, mas a gente nunca sabia onde era o Parque. Então o Parque é recente... O Parque ficou ausente 30 anos. Aí eles chegam e falam que o Parque é aqui e acabou (Entrevistado F – pousadeiro).

seguintes características: Conhecimento da natureza e seus ciclos, o que resulta em formas de manejo e uso dos recursos, reduzindo o impacto sobre o meio ambiente; O conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da oralidade; Existe uma ideia de território ou espaço no qual o grupo se reproduz entre si e economicamente; Os grupos estabelecem formas de habitação e ocupação do território por gerações, mesmo sendo a mobilidade um elemento presente na sua cultura; A atividade de subsistência é um elemento presente, mesmo existindo uma relação de compra e venda de produtos; A unidade familiar é um elemento fundante da cultura; As relações de parentesco e compadrio estabelecem os parâmetros das atividades socioeconômicas e culturais. O trabalho artesanal é presente. O artesão, juntamente ou não com sua família, domina o processo produtivo até a etapa final. E por fim, as populações se caracterizam pela autoidentificação como tais.

¹⁰ Esta ausência ocorreu por causa da grande extensão territorial do PNSB, da dificuldade de limitação da área da UC, da ausência de pessoal e, principalmente, em função dos graves problemas fundiários que deveriam ser enfrentados.

⁹ Para Diegues (2004), os caiçaras podem ser definidos como população tradicional, por se enquadrarem nas

Outros fatos que desencadearam importantes conflitos entre a população local e a administração do Parque (dificultando sua entrada na localidade) foram: a proibição do uso de uma área de *camping* no interior do PNSB por parte da AMOT; o embargo das obras na rede de tratamento de esgoto na vila (em andamento há 12 anos), por inexistência de licença ambiental; a possibilidade de proibição da pesca local; e a iminência da retirada dos quiosques localizados na Praia do Meio. Com relação ao primeiro fato, os atores locais advogam que o *camping* gerido pela Associação de Moradores representava a principal fonte de renda dessa instituição, que, por sua vez, aplicava tais recursos na própria localidade. No que diz respeito ao segundo problema, todos os entrevistados da pesquisa se mostraram contrários à posição da equipe do Parque em paralisar as obras na rede de esgoto. Se o maior objetivo de um Parque Nacional é a proteção da natureza, os trindadeiros não conseguem entender como os administradores da UC podem embargar uma obra que também tem como objetivo principal a proteção da natureza. Além disso, os atores locais alegam que, se há algum processo inadequado em curso na localidade, deveria ser função da equipe técnica do Parque trabalhar em parceria com os moradores para a resolução do problema e não definir, unilateralmente, o encaminhamento para a questão identificada.

Já com relação à pesca, todos criticam a provável proibição dessa atividade no interior da UC, apesar de os administradores alegarem bases legais para isso. Para os moradores da Trindade, a pesca representa a base da cultura caiçara ainda existente na vila e, para alguns, a base da renda familiar. Por fim, sobre a retirada dos quiosques instalados na praia do Meio, a população como um todo também percebe essa ação como desnecessária e preocupante, no que diz respeito à eliminação das possibilidades de trabalho das pessoas. Eles alegam que, se o Parque retirar esses trabalhadores da praia do Meio, será preciso oferecer condições para que estes não percam sua fonte de renda:

Na praia do meio você tem uma série de quiosques e restaurantes, e aquilo causa um impacto ambiental violento, isso todo mundo sabe, mas se você tira todos aqueles

restaurantes dali, você causa um impacto social fortíssimo, porque todos ali têm como fonte de renda aqueles restaurantes (Entrevistado F – pousadeiro).

Dessa forma, as restrições ao uso dos recursos naturais renováveis vêm potencializando um processo de resistência dos atores locais à existência da UC e, a partir daí, surgem os conflitos de interesses, uma vez que as demandas de preservação da natureza se contrapõem a algumas necessidades de sobrevivência dos grupos que habitam o local. Diante desse cenário de conflitos, parecem existir duas visões distintas sobre as consequências da existência do Parque para a Trindade. Para a primeira, representada pela interpretação dos atores locais que viveram o conflito de terras com a Brascan, o Parque não irá trazer qualquer benefício para a localidade. E neste caso, os interesses da administração do PNSB estariam sintonizados com os dos proprietários particulares do vizinho Condomínio Laranjeiras, e visariam, além da proibição da pesca, o controle do número de turistas na Trindade e a retirada dos quiosques instalados na praia do Meio, com a finalidade de enfraquecer a cultura caiçara e dificultar o trabalho e a geração de renda para a população da Trindade. A segunda perspectiva resulta do grupo de moradores da Trindade que tem uma visão positiva acerca das consequências da existência do Parque. Este grupo é representado pelos mais jovens da vila. Nessa segunda abordagem, há a crença de que o Parque poderá trazer muitos benefícios para os turistas e para a população local, mesmo quando se expressa o receio com relação ao futuro.

No que diz respeito às parcerias estabelecidas entre o Parque e o condomínio Laranjeiras – quando a nova equipe do PNSB chegou a Trindade – ambos os grupos confirmam que esta relação acabou por romper com o início de uma parceria entre a administração da UC e os trindadeiros. Para esses atores, os administradores não estariam preocupados com os moradores da vila, e sim em favorecer os grandes investidores da região. Porém, atualmente, este continua sendo um problema somente para o grupo que entende o Parque como um entrave para a vida no local. Os demais atores não acreditam que a administração está interessada em trabalhar a favor

de interesses particulares, e, sim, conseguir parcerias para o financiamento de atividades de conservação da biodiversidade.

Apesar de todas as preocupações mencionadas, o grupo que se mostra a favor da existência do Parque considera que poderá ser gerada uma série de benefícios para a população local, como a garantia do direito à posse da terra para os trindadeiros, o ordenamento do turismo na vila e a proteção da natureza. Além disso, é interessante destacar que esse grupo também associa o Parque com o resgate e fortalecimento da Associação de Moradores, o que é interpretado como um ponto positivo, gerado a partir desse processo recente de implementação da UC. Com a necessidade de maior articulação entre os moradores e o PNSB para que pudessem ser debatidos os caminhos para o desenvolvimento na vila, a Associação voltou a ter força e representatividade.

Essa aproximação e o sentido de parceria parecem reafirmar a discussão de Irving (2010, p. 134), de que

[...] a necessidade de mobilização social para a solução de problemas comuns potencializa o nível de organização comunitária e o empoderamento local, com a consequente internalização da noção de valor deste patrimônio coletivo.

Diante do contexto discutido, o caminho proposto pelos moradores da Trindade para que a implementação do Parque não ocorra de modo a prejudicar a vida dos trindadeiros é o diálogo constante entre a administração do PNSB e a população local, assim como a sua participação em todos os processos decisórios com relação à gestão da UC. Nesse sentido, parte da população local avalia que, a partir do início da última gestão, vem ocorrendo um esforço para o fortalecimento do diálogo entre a administração do Parque e os moradores. Sendo assim, para os trindadeiros não basta que os administradores apresentem regras e queiram impor um novo jeito de viver aos moradores da vila, o mais importante é que a equipe técnica da UC proporcione meios para que a população possa respeitar a legislação e continuar com suas atividades tradicionais, que são a base do seu sustento e renda. Nesse sentido, o mais importante seria entender as peculiaridades da cultura local e buscar o estabelecimento de parcerias entre os trindadeiros e o PNSB para uma efetiva implementação do Parque.

Portanto, na visão local, para que ocorra a implementação do Parque, é necessário um diálogo claro entre as instâncias envolvidas. Porém, uma das principais dificuldades para o processo de implementação e gestão das unidades de conservação, com destaque para os Parques, é justamente o fato de os órgãos governamentais dificilmente atuarem em conjunto no local de inserção de uma UC, o que gera uma atuação institucional distante da realidade local.

3.2 Como se expressa a relação do PNSB com a Trindade: a visão dos gestores públicos

Após mais de 30 anos de ausência na Trindade, a administração do PNSB reconhece que a implementação da UC vem ocorrendo de forma lenta, e há ainda muitos desafios a serem transpostos. Algumas ações iniciais, como a proibição da área de *camping* da Associação de Moradores no interior do Parque, a autuação de todos os quiosques instalados na praia do Meio, as discussões sobre a necessidade de retirada desses quiosques e a colocação de placas informativas sobre a existência do PNSB geraram tensões entre a população local e a equipe técnica da UC. É possível perceber, em algumas falas, que as regras iniciais impostas à população local sobre o que seria ou não permitido na Trindade realmente não foram construídas em parceria com os atores locais, o que gerou ainda mais conflitos:

Nós estabelecemos algumas normas, que não foram construídas junto com a comunidade. Nós chegamos estabelecendo o que não podia mais acontecer e foi um processo que primeiro teve uma reação muito forte, teve trindadeiro que atravessou a sala, colocou o dedo na minha cara e disse que eu ia ter que matar ele para fechar o *camping* (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Apesar dos problemas iniciais, a equipe da UC considera Trindade como uma das áreas focais que mais tem exigido a atenção da administração do Parque. Isto porque, apesar desta ser uma área não muito extensa, se comparada com toda a área do Parque, ela possui uma visibilidade elevada. Para os administradores, ações como a demarcação da unidade, com a instalação de cercas e placas informativas, operações de fiscalização, elabo-

ração de termos de compromisso, a proibição da pesca e o ordenamento do turismo na vila são primordiais para a implementação do PNSB na área da Trindade.

Um item central para a equipe técnica é a demarcação da área do Parque, para que se evite alegações de desconhecimento dos limites da UC pela população local. Para a administração do PNSB, mesmo ainda não sendo clara essa delimitação, todos os proprietários de posses ilegais não podem alegar desconhecer que estão no interior de uma unidade de conservação de proteção integral, já que, mesmo antes do início da implementação efetiva do Parque, todos já haviam sido autuados.

No que diz respeito especificamente às famílias que vivem no interior da área do Parque desde antes de sua criação, a equipe do PNSB optou pela elaboração de um Termo de Compromisso para normatizar as atividades que vêm sendo realizadas para atender aos turistas como, por exemplo, a regularização dos *campings*. Sendo assim, a intenção é firmar acordos individuais com esses moradores, garantindo a manutenção de suas famílias no local até que elas sejam indenizadas.

Vale lembrar que o Decreto 4.340, de agosto de 2002 (em seu artigo 39), que visa regulamentar alguns artigos da Lei do SNUC, menciona que, no caso de populações tradicionais em UCs de proteção integral, “enquanto estas não forem reassentadas, as condições de permanência serão reguladas por um Termo de Compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o Conselho da unidade de conservação” (BRASIL, 2000). Pela legislação vigente, na elaboração do Termo de Compromisso, deverão ser indicadas as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor em relação ao processo indenizatório, devendo ser assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida. A partir do exposto nesse decreto, Melo (2007) discute que a grande ironia em torno da gestão, no caso dos Parques Nacionais, é que às populações locais é permitido participar do planejamento da própria exclusão, já que para o Termo de Compromisso ser firmado entre atores locais e institucionais, o processo de indenização e retirada dessa população local precisa estar explicitado.

Importante considerar, então, que as questões de indenização não são as únicas que precisam ser avaliadas no momento de retirada da população local para implementação do Parque. Questões relativas aos impactos sociais e culturais também devem ser melhor entendidas, pela administração da UC, como essenciais nessa negociação.

Com relação à pesca, a atividade vem também ocorrendo em desacordo com as normas da UC, mas esse tema ainda não é prioridade para a administração do PNSB, uma vez que ainda não há uma relação de confiança entre os atores locais e administradores do Parque, como afirma um dos entrevistados:

[...] a pesca é uma atividade que ocorre lá em desacordo com as normas do Parque, mas que a gente ainda não começou a trabalhar porque precisamos primeiro ter essa relação de confiança e construção coletiva com a comunidade (Interlocutor 1 - chefe do PNSB).

Diante desse cenário, para a equipe do Parque, a população de Trindade tem duas diferentes posições frente à UC; um desses grupos agiria a favor da existência e implementação do PNSB e teria maior consciência da necessidade de conservação e “qualificação” do turismo; enquanto o outro grupo agiria em repúdio às atividades realizadas pela equipe do Parque. A equipe do Parque atribui tal desconfiança ao fato de os trindadeiros terem vivido um processo histórico violento de luta pela posse das terras na Trindade.

Mesmo diante de um grupo que rejeita a existência da UC, o chefe do PNSB acredita que, à medida que os resultados do trabalho forem aparecendo, a população local tenderá a apoiar, cada vez mais, a administração do PNSB. A equipe técnica do Parque acredita ser possível uma medida para a minimização dos conflitos com os moradores por meio de uma maior participação da população na gestão do PNSB e a realização de atividades efetivas de educação ambiental. Assim, a administração acredita que o fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque¹¹ é fundamental para possibilitar essa maior participação dos atores locais na gestão e sensibilização destes para as

¹¹ A criação do Conselho Consultivo do PNSB foi oficializada após a realização das entrevistas com os administradores do Parque, pela Portaria n. 103 de 30 de setembro de 2010.

necessidades de proteção da natureza. Nesse sentido, o Conselho do PNSB representa, em tese, uma instância potencial para a representação e participação da sociedade no processo, e uma via importante na discussão dos diferentes interesses envolvidos, intermediação de conflitos, mudanças sociais e democratização das relações de poder entre as populações locais e a administração do Parque.

4 Discussão e considerações finais

Parece haver, por parte dos dois grupos pesquisados, o reconhecimento de que a relação entre eles é marcada por uma série de conflitos. Após muitos anos de ausência da administração do Parque na Trindade, esses conflitos surgiram das ações de ordenamento do turismo e implementação do Parque. As restrições de uso e sua imposição aos grupos locais costumam ocorrer sem explicações e/ou compensações, o que gera inúmeras frustrações e incertezas. Além disso, frequentemente, os administradores dessas áreas não percebem com clareza, no cotidiano da gestão, os conflitos sociais e culturais que tal processo costuma causar, o que se ilustra claramente na dinâmica discutida no caso do PNSB.

A partir dessa análise sobre o modelo de UCs e especialmente de Parques Nacionais adotados pelo Brasil, o caso abordado ilustra uma situação histórica de afastamento entre a gestão pública e a população local, decorrente ainda de uma velha lógica de desenvolvimento, pautada no raciocínio de que o governo sempre sabe o que é melhor para a população. Assim, o PNSB é internalizado pelos atores locais não como patrimônio coletivo, mas como bem de domínio do poder público.

Em contrapartida a essa velha lógica de desenvolvimento, parece ser reconhecida a necessidade do diálogo constante e uma maior participação dos moradores da Trindade na gestão da área. Como meio de promoção da participação, a equipe do Parque acredita na consolidação do Conselho Consultivo, criado recentemente. Não obstante, são ainda inúmeros os desafios a serem enfrentados para que o Conselho do PNSB possa realmente se transformar em espaço de governança democrática, a começar pela mobilização dos moradores locais e internalização, por ambas as partes, das dificuldades do processo. Além

disso, é importante ter em mente o real alcance dos conselhos, visto que eles se inserem em campos de forças, sendo diretamente influenciados pela dinâmica sociocultural e política da região de inserção de cada UC (IRVING; MATOS, 2006). Brandão (2007) também destaca que a valorização das arenas locais não pode perder de vista os conflitos políticos e a estruturação das classes sociais presentes em uma sociedade. Dessa forma, é possível que os conselhos tenham pouca efetividade em equilibrar os interesses entre os grupos representados ou de fazer valer as decisões adotadas em favor daqueles de menor poder político, econômico e ideológico. Fica então evidente o papel do Estado em promover oportunidades equânimes de participação dentro das arenas deliberativas e atuar de maneira efetivamente coordenada, levando sempre em consideração as decisões tomadas em conjunto.

Diante desse cenário, é possível afirmar que, para o estabelecimento efetivo de uma nova lógica de desenvolvimento na gestão de unidades de conservação é preciso avançar tanto na estrutura institucional da política – que ainda pressupõe, em certos casos, a impossibilidade de integração entre sociedade e natureza –, quanto na sua implementação, através da mobilização e capacitação dos gestores públicos para a governança democrática em prol de um desenvolvimento local sustentável.

Referências

- ACSELRAD, H. As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Acselrad H. (Org). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara; Fundação Heinrich Boll, 2004.
- BENEVIDES, I. P. Planejamento governamental, produtos e territorialidades turísticos no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 6., 2002, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: [s.l.], 2002. p. 21.
- BENSUSAN, N. *A conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- BRASIL. *Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 14 out. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA/DIREC. *Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina*: encarte n. 5. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002.

CARVALHO, J. C. A vocação democrática da gestão ambiental brasileira e o papel do Poder Executivo. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

CONTI, B. R. *Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ)*: para entender o ecoturismo no Parque Nacional na Serra da Bocaina. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DINIZ, E. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-27, jan.-abril, 2010.

EVANS, Peter. *Constructing the 21st century developmental state: potentialities and pitfalls*, 2010.

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.

IRVING, M. A.; MATOS, K. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. *Floresta e Ambiente*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. O. Lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. Dissertação (Doutorado) – Insitudo de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), Campinas, 2000.

MELO, G. M. *A leitura da gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais: os parques Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IP/EICOS), Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, A. C. Turismo em áreas “menos desenvolvidas”: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da vila de Trindade, município de Paraty/Rio de Janeiro – Brasil. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Tenerife, v. 3, n. 1, p. 149-169, 2005.

PEREIRA, Francine Maria. *Vila da Trindade, Paraty, RJ: Turismo Sustentável?* Santo André: Uni ABC, 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do IPEA, FJP e IBGE. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, 1998.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Use of plants and animals by the riverine population from Rio Vermelho Community, central western Brazil

O uso das plantas e animais pela população ribeirinha da comunidade Rio Vermelho, centro-oeste brasileiro

L'utilisation de plantes et d'animaux par la population riveraine du Rio Vermelho communautaire, dans le centre ouest du Brésil

El uso de plantas y animales por la población local de la comunidad de Rio Vermelho, en el centro-oeste de Brasil

Lohan Claudio Abreu Valadares*
Maria Corette Pasa**

Recebido em 12/7/2011; revisado e aprovado em 15/10/2011; aceito em 29/4/2012

Abstract: This study approached Rio Vermelho community, in the state of Mato Grosso. This type of community is important for supplying the cities with fruits, vegetables and products made from animal's extract. Data obtained shows natural resources are more related to a source of income than self-consumption and the perception of nature in a sense of awe and beauty, not considering important organisms that indirectly benefits or harms their crops and breeding.

Key words: Ethnobiology. Riverine Population. Conservation.

Resumo: Este estudo abordou a comunidade Rio Vermelho, no estado de Mato Grosso. Este tipo de comunidade é importante por abastecer cidades com frutas, vegetais e produtos feitos com extratos animais. Resultados obtidos mostram que os recursos naturais utilizados estão mais relacionados à fonte de renda do que ao consumo próprio e que a percepção da natureza está em um sentido de admiração e beleza, não considerando importantes organismos que indiretamente afetam suas plantações ou criações.

Palavras-chave: Etnobiologia. População Ribeirinha. Conservação.

Résumé: Cette étude a abordé Rio Vermelho communauté, dans l'état du Mato Grosso. Cette communauté est importante pour alimenter la ville avec des fruits, légumes et autres produits. Les données obtenues montrent les ressources naturelles sont liées à une source de revenus que l'auto-consommation et la perception de la nature dans un sentiment de crainte et de la beauté, ne tenant pas compte des organismes importants qui profite indirectement ou nuit à leurs cultures et l'élevage.

Mots-clés: Ethnobiologie. Bord de l'eau de la population. Conservation.

Resumen: Este estudio se dirigió a la comunidad de Río Vermelho en Mato Grosso. Este tipo de comunidad es importante para el suministro de frutas, verduras y especias a base de productos de origen animal. Los datos obtenidos muestran que los recursos naturales están relacionados con la fuente de ingresos de su propio consumo y que la percepción de la naturaleza es en un sentido de maravilla y la belleza, sin considerar los daños o beneficios indirectos importantes en su análisis.

Palabras clave: Etnobiología. Población de la orilla del río. Conservación.

Introduction

Inhabitants of communities with traditional farming systems usually keep a vast knowledge about cultivated plants and animals, and it is also notable the role played by these populations in the exploration of natural resources, both in a sustainable manner or as impactful on the environment (VALADARES; PASA, 2010). Studies that focus on this type of interaction provide greater insight into anthropological knowing

and bring environmentally sustainable solutions (SANTOS; ANTONINI, 2008).

Concerning the interaction between plants and humans, Clement (1990) comment there are about 3000 species of plants used by humans as sustenance, but they are also used in medicinal and magical purposes. This interaction, through the evolution of human societies, has provided empirical basis for sciences as Botany, Chemistry and Medicine.

In a review paper of Ethnozoology, Alves and Souto (2011) present that ethnozoology

* Departamento de Biologia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis. E-mail: valadareslohan@gmail.com

** PhD. Professora do Departamento de Biologia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis. E-mail: pasamc@brturbo.com.br

experienced significant advances in recent years in Brazil. The rich fauna and diversity found, with many species of animals used for a wide diversity of purposes presents an excellent backdrop for examining the relationship between humans and other animals.

The study of Ethnoecology has enabled us to understand the process and the cycle cultural information and apply them to develop scientific methods for sustainable human development, so, this paper shows the relationship of inhabitants from Rio Vermelho Community with their plants and animals, and also other organisms that keep a relationship with their crops, as ants.

1 Materials and methods

The area is inserted in Cerrado biome, nearby Rio Vermelho river and Jurigue stream (16° 30'35.66"S, 54° 36'24.80). The climate is the tropical continental hot humid and dry (SETTE; TARIFFA, 2001). Jurigue stream flows on Rio Vermelho river, and this one flows on São Lourenço river, then reaching the south side of Poconé's Pantanal. These watercourses nearby the community are important to the region sustenance due to fishery and agroecology systems along its banks.

As described by Valadares and Pasa (2010), Rio Vermelho community is characterized by implantation of agroecosystems with 20 occupied farmsteads from a total of 48, extending from the bank of Jurigue stream to a highway toward Rondonópolis city. It is observed impacts of human activities, mainly agricultural practices, and regeneration of vegetation together with remnants of native forest in unoccupied lots. From 20 farmsteads, we only visited seven. Most of property owners do not live in the community and only use the land for leisure at weekends, and we restricted our research only to people in constant contact with the region.

Data shown in this study were collected between may/2010 to july/2011. First, we applied a pre-test aiming to promote a socioeconomic data and cultural survey of the local population, then, we used semistructured questionnaires coping with interviews, registered in audio files or annotated, according to the informant consensus. We

interviewed 14 people, including 8 men and 6 women. The age of responders varies between 23 to 66 years old. The interviews were conducted followed by emic approach, considering how members perceive, structure, classify and articulate their world in their own terms (POSEY, 1986).

In ethnobotany data collect, we asked the informants to walk along the length of their properties for a correct survey of plants used by them, we annotated the popular names of the plants and separated them in four ethnocategory (food, shade, medicinal and ornamental), according to the informant's utility. In ethnozoology data collect, we investigated the mammals found in the region and the domestication and breeding of animals needed in sustenance. We also collect information about insects, mainly ants, this part of the work were exclusively directed to the ants and their relation with plants and humans, seen by riverine conception. Were also collected ants during interviews, with tweezers and placed in vials with alcohol 70% for further identification in laboratory.

2 Results and discussion

2.1 The use of plants by local people

We listed 151 plant specimens considered important for residents, some of them were identified at the local by the researchers and others were collected, identified and deposited at herbarium of Universidade Federal de Mato Grosso, however, most of them are still in process of collect and identification, thus covering a bigger project. The plants were separated according to the informants on four ethnocategories of use: food (90 species), shade (26 species), medicinal (25 species) and ornamental (24 species). Food ethnocategory presents a larger number of plant species, 59.6 % of total cited. This occur because riverine use plants to feed themselves and mainly as source of income by local commercialization of fruits, greens and vegetables coming from gardens and plantations in their properties, valuing and cultivating plants used in feeding.

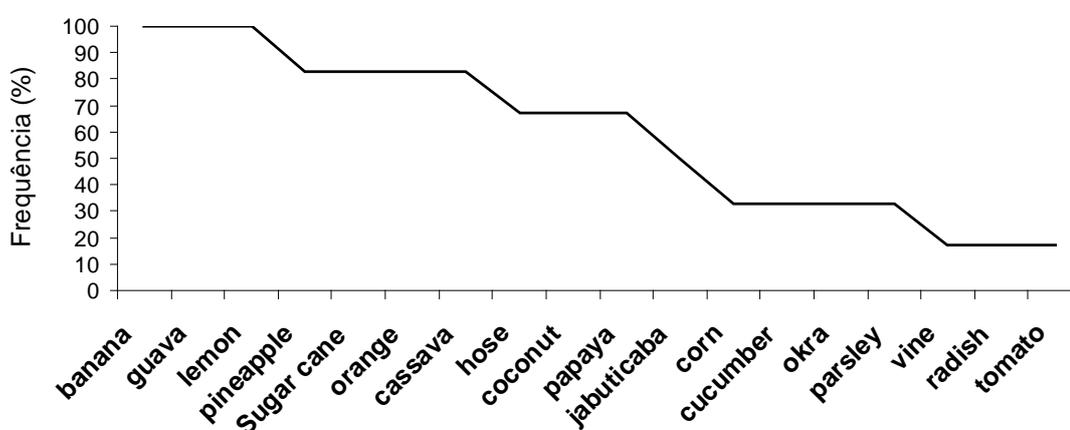
Species used as food are also include in other ethnocategories, for example, mango trees *Mangifera indica* L, tamarind *Tamarindus*

indica L and mulberry *Morus nigra* L were indicated in shade ethnocategory. Other plants were inserted both in medicinal and food ethnocategories as pomegranate *Punica granatum* and saffron *Curcuma longa* L, thus showing a multitude of use and maximizing resource. The multiplicity of ethnocategories was also observed by Moreira and Guarim-Neto (2009) in a study conducted in the same state and biome of Rio Vermelho community, however, it shows a larger number (86% of

quoted amount) of plants used for medicinal purposes.

Most cited species are fruitful, which are easily grown and sold at fairs and stalls, such as banana *Musa paradisiaca* L (100% of frequency) lemon *Citrus* spp (100%) and pineapple *Ananas comosus* L (83%). After fruit species, are the vegetable crops as cucumbers *Cucumis sativus* L (33%), okra *Hibiscus esculentus* L (33%) and tomatoes *Lycopersicon esculentum* (Mill.) with 17% of citation

Figure 1: Frequency of plants included in the food ethnocategory in the studied properties



Results shown by Amaral and Guarim-Neto (2008) present the fruit as the most used part of plants (72%). In general, the parts of the plants used are the leaves, stems, fruit, seeds and roots. Vegetables are important sources of food, mainly through the consumption of leaves in salads, as the cases of lettuce *Lactuca sativa*, cabbage *Brassica oleracea* and chirory *Cichoriu mendivia*.

In contradiction of several ethnobotanic studies developed in Brazil as Moreira et al (2002), Pasa et al (2005), Torres et al (2009), Leitão et al (2009), Miranda and Hanazaki (2008), medicinal ethnocaterogy of use did not stand out among others, but kept a number of plants similar to shade and ornamental ethnocategories. What differed of this study to other ethnobiological studies in the same area can be easily explained, the Rio Vermelho Community is closer to the city than others communities, so, is not necessary to riverine cultivate medicinal plants, they are very accessible to pharmacies.

The area has been inhabited for only eleven years, so, most of the plants are remnants from native forest and others are brought from different places and ecosystems, particularly for those residents that came from south of Brazil. Guarim and Carniello (2008) said that these people usually come to buy cheap, unexplored and productive land. In a farmstead, inhabited by brazilian southerners, there are a wide variety of plants not endemic to cerrado biome, but they are still cultivated. As said by Amorozo (2008) these landscape units may play a key role in *in situ* conservation of germplams of the species and variety of useful plants which are not cultivated in conventional farming.

As said by Valadares and Pasa (2010) riverine from Rondonópolis city are responsible for supplying the region's horticulture and also commercialize their products in markets and stalls. Their vegetables are generally healthier and freer from chemicals, so, the valorization of this kind of community must be supported.

2.2 Ethnozoology approach and mammalian local composition

Ancient connections between animals and human are seen in cultures throughout the world in multiple forms of interaction with the local fauna that form the core of Ethnozoology (ALVES; SOLTO, 2011). Montenegro and Marques (2001) said that cultural and biological diversity are partly responsible for the richness of names in folk taxonomy. It is important to develop ethnobiological studies of denominations to the flora and fauna used by local human populations, concerning to understand the human/nature relations and cultural evolution.

The connection between the studied riverine population and animals are not extensive, but they showed to devote to animals part of their admiration (animals as part of the nature) and there are also families that use creations of animals or animal's products, just as they use in plants, as source of income and self consumption but to a less extent than plants.

Among the creations were found cattle, swine and poultry (chicken and duck), all in small numbers of specimens, due to the space of properties. Animal products are extracted, manufactured and marketed, such as cheese. The processing of cheese is done

by women and the extraction of milk is role of men. Culturally we find the division of work by gender, a common practice in rural work of Mato Grosso state.

Among domesticated animals, were found dog (each property always keeping more than two dogs), cat and parrot. These animals are seen as part of playful in riverine's everyday and the dog gives protection to their properties against intruders and thieves, according to the riverine, they are very common in the region. Other animals, as parrot and macaw, can be caught and kept in captivity as pets although 100% of respondents said they do not practice hunting.

The practice of fishing was confirmed in 80% of male respondents and zero for female.

The main interest in fishing is having fun and because the meat is part of the family diet, being a rich source of protein. During all the process of fishing, men enjoy the nature and collect plants and fruits found in the riparian, using both to eat and planting.

Riverine were asked about wildlife seen on the region, especially vertebrates. In Table 01 is the relation of the mammalian local composition by the riverine's citation, scientific names were consulted according the mammal composition of a location in Mato Grosso state done by Rocha and Dalponte (2006).

Table 1: Mammal composition according riverine's citation. Scientific name according work done by Rocha and Dalponte (2006)

Taxa	Popular names
Didelphimorphia	
Didelphidae	
<i>Didelphis albiventris</i> (Lund, 1840)	Possum
Xenarthra	
Dasypodidae	
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Six-banded armadillo
Myrmecophagidae	
<i>Myrmecophaga tridactyla</i> (Linnaeus, 1758)	Ant bear
<i>Tamandua tridactyla</i> (Linnaeus, 1758)	Anteater
Primates	
Atelidae	
<i>Alouatta guariba</i> (Humboldt, 1812)	Howler monkey
Cebidae	
<i>Cebus nigritus</i> (Goldfuss, 1809)	Capuchin monkey
Carnivora	
Felidae	
<i>Leopardus pardalis</i> (Linnaeus, 1758)	Ocelot

Taxa	Popular names
<i>Leopardus</i> spp.	Wildcat
<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)	Puma
<i>Panthera onça</i> (Linnaeus, 1758)	Jaguar
Mustelidae	
<i>Pteronura brasiliensis</i> (Gmelin, 1778)	Nutria
<i>Eira barbara</i> (Linnaeus, 1758)	Tayra
Artiodactyla	
Cervidae	
<i>Mazama</i> spp.	Deer
Rodentia	
Erethizontidae	
<i>Sphiggurus spinosus</i> (F. Cuvier, 1823)	Hedgehog
Cavidae	
<i>Cavia aperea</i> (Erxleben, 1777)	Prea
Dasyproctidae	
<i>Dasyprocta azarae</i> (Lichtenstein, 1823)	Agouti
Agoutidae	
<i>Agouti paca</i> (Linnaeus, 1766)	Paca

2.3 Relationship between man, ant and plant

Ants are dominant in most animal's terrestrial ecosystems representing 10% to 25% of total animal biomass. Thus, it was expected to record a greater number of ethnospecies cited by the residents, however, only four morphotypes were registered, differing from the work done by Costa-Neto and Rodrigues (2005), where was listed 42 ethnospecies of ants, including other arthropods in the ant ethnocategory.

We supposed the low number of ants cited is due to the low number of interviewed and because riverine shown to distinguish only species of ants malefic or benefic in right way to their vision and knowledge. The four morphotypes are: leafcutting ants (*Atta* spp and *Acromyrmex* spp), fire ant (*Solenopsis* spp) and army ants (*Eciton burchelli*). The first three they considered pests, by the damage aggravated by them in their crops. All popular names cited belong to correct taxonomy of Formicidae, except *Odontomachus* genus refereed once as *Eciton burchellii*, despite these ants show completely different in behaviors and morphology.

Atta and *Acromyrmex* – popularly known as leaf-cutting ants, these ants are major pests of reforestation in Brazil, both genders are responsible for significant losses of up to 30%

impairment in the implementation phase of forests, accounting for 75% of the cost and time to control pests in reforestation (VILELA, 1986). All respondents were able to distinguish the two taxa of leafcutting ants, differing by the morphology and using correctly the popular names for the respective species. When asked about the type of plant that these ants usually attack, respondents said that leafcutting ants often attack plants with "thorns", especially *Citrus* spp, like orange *Citrus aurantium* L. and lemon *Citrus limonum* L., and also cassava *Manihot esculenta* L.; only two interviewee said *Acromyrmex* spp prefer roses *Rosa* spp. This information is correct, since the same plants were observed as preference for leafcutting ants by Hölldobler and Wilson (1980). Comparing to the work done by Costa-Neto and Rodrigues (2005), the terms used to ethnospecie *Atta* are the same, as "saúva", "formiga-de-asa", "formiga-de-mandioca", "tanajura", "formiga-cortadeira" and for *Acromyrmex* we registered "formiga-mineira".

Solenopsis – known popularly as fire ants and in portuguese we registered "lava-pé", species of this genus are fairly common in degraded areas by agricultural practices. Although studies have shown that *Solenopsis* are pests to Paricá tree *Schizolobium amazonicum* (LUNZ *et al*, 2009), this species is not recognized as a pest, but was the kind of ant that 100% of respondents said they had serious problems.

According to local residents, *Solenopsis* attack cultivated plants, especially herbs and vegetables such as scarlet eggplant, lemongrass and rue. It is interesting to note the description of one informant about the behavior of *Solenopsis* ants, he said the ants attack mainly the leaves and after they contaminated the plants with a fungus, leading the plant to death, but it's necessary to sample studies to confirm this ethnocation. Ants were collected in pointed plants and identified specimens were agreeing with interviewees' data, as *Solenopsis* sp.

Eciton burchellii – although 100% of respondents said they did not considered important any ant species, two interviewees described with good ecological aspects the habit of the ant *Eciton burchellii*, popularly known as army ants. This ant, according to the speech of the interviewees, brings clean soil due to their carnivorous and hunter habits, which kill and drag various types of invertebrates and even small vertebrates, however, what makes part of their diet are just larvae and pupae of other ants, wasps and other arthropods (RETTENMEYER *et al*, 2010). To interviewees, when ants carry with them animals such as cockroaches, spiders, scorpions, frogs, etc., can be beneficial to their property and their safety, since they consider them dangerous and unpleasant.

Conclusion

The use of plants and animals by this population is more related to a source of income than by self consumption. We can analyze it comparing the plants ethnocategories of use and the type of animals reared on fields. Looking to the self consumption, what favors the independence of the community by natural resources is the proximity to the city.

At the emic approach of the insects, especially ants, they described correctly its behavior and ecology, pointing out only those that directly affect them, not giving importance to other organisms important to the harmony of their community.

Acknowledgements

The authors thank all the residents from Rio Vermelho community for the permission

given to conduct this research. The first author thanks CNPq to grant Pibic scholarship (2010-2011).

References

- ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. Ethnzoology in Brazil: current status and perspectives. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, Londres, v. 7, n. 4, p. 7-22, 2011.
- AMOROZO, M. C. M. Os Quintais – Funções, importância e futuro. In: GUARIM-NETO, G.; CARNIELLO, M. A. *Quintais mato-grossenses: espaço de conservação e reprodução de saberes*. Cáceres: Unemat, 2008. p. 15-27.
- CLEMENT, C. R. Introduction to botanical resources. In: POSEY, D. A.; OVERAL, W. L.; CLEMENT, C. R.; PLOTKIN, M. J.; ELISABETSKY, E.; MOTA, C. N.; BARROS, J. F. P. *Ethnobiology: implications and applications*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990. p. 245-247.
- COSTA-NETO, E. M.; RODRIGUES, R. M. F. R. As formigas (Insecta: Hymenoptera) na concepção dos moradores de Pedra Branca, Santa Terezinha, Estado da Bahia, Brasil. *Boletín Sociedad Entomológica Aragonesa*, Zaragoza, n. 37, p. 353-364, 2005.
- GUARIM-NETO, G.; CARNIELLO, M. A. *Quintais mato-grossenses: espaço de conservação e reprodução de saberes*. Cáceres: Unemat, 2008. p. 129-155.
- HÖLLDOBLER, B.; WILSON, E. O. The leafcutting ants. In: HÖLLDOBLER, B.; WILSON, E. O. *The Ants*. Massachusetts: Belknap; Harvard, 1990. 732 p.
- LUNZ, A. M *et al*. Danos de *Solenopsis saevissima* F Smith (Hymenoptera: Formicidae) em Paricá, *Schizolobium amazonicum*. *Neotropical Entomology*, Londrina, v. 32, n. 2, p. 285-288, 2009.
- MIRANDA, T. M; HAZANAKI, N. Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC). *Acta Botânica Brasilica*, Feira de Santana, v. 22, n. 1, p. 203-215, 2008.
- MONTENEGRO, S. C. S.; MARQUES, J. G. Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de pitu (*Macrobrachium carcinus*) em um trecho do Baixo São Francisco, Alagoas-Brasil. *Interciência*, Venezuela, v. 26, n. 11, p. 535-540, 2001.
- MOREIRA, D. L., GUARIM NETO, G. Uso dos múltiplos de plantas do cerrado: um estudo etnobotânico na comunidade Sítio Pindura, Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil. *Polibotânica*, Mexico, v. 24, n. 27, p 159-190. 2009.
- MOREIRA, R. C. T.; COSTA, L. C. D. B.; COSTA, R. C. S.; ROCHA, E. A. Abordagem etnobotânica acerca do uso de plantas medicinais na Vila Cachoeira, Ilhéus, Bahia, Brasil. *Acta Farmacéutica Bonaerense*, v. 21, p. 205-211, 2002.
- PASA, M. C.; SOARES, J. S.; GUARIM-NETO, G. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá-Açu, MT, Brasil). *Acta Botânica Brasília*, Feira de Santana, v. 19, n. 2, p. 195-207, 2005.
- RETTENMEYER, W.; RETTENMEYER, M. E.; BERGHOFF, S. M. The largest animal association centered on one species: the army ant *Eciton burchellii* and its more than 300 associates. *Insectes Sociaux*, v. 38, n. 3, p. 281-292, 2010.

SETTE, D. M.; TARIFA, J. R. Clima e ambiente urbano tropical: o caso de Rondonópolis-MT. *Intergeo*, Rondonópolis, v. 1, p. 7-34, 2001.

TORRES, D. F.; OLIVEIRA, E. S.; ALVES, R. R. N.; VASCONCELLOS, A. Etnobotânica e Etnozoologia em unidades de conservação: uso da biodiversidade na APA de Genipabu, Rio Grande do Norte, Brasil. *Inter-ciência*, v. 34, n. 9, p. 623-629, 2009.

VALADARES, L. C. A.; PASA, M. C. Pest control methods used by riverine from Rio Vermelho community, south of Mato Grosso state, Brazil. *Biodiversidade*, Rondonópolis, v. 9, n. 1, p. 4-14, 2010.

VILELA, E. V. Status of leaf-cutting ant control in Forest plantations in Brazil. In: LOFGREN, C. S.; VANDER MEER, R. K. *Fire ants and leaf-cuttings ants: biology and management*. Boulder: Westview, 1986. p. 399-408.

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza

Integrated and Sustainable Local Development: a methodology for policies and programs designed to overcome poverty

Développement local intégré et durable: une méthodologie pour des politiques et des programmes de dépassement de la pauvreté

Desarrollo Local, Integrado y Sostenible: una metodología para las políticas y programas de superación de la pobreza

Adriane Vieira Ferrarini*

Recebido em 02/03/2012; revisado e aprovado em 03/05/2012; aceito em 30/03/2012

Resumo: Ações dispersas e tuteladas ainda predominam nos programas de superação da pobreza. O desenvolvimento local integrado e sustentável, utilizado na política pública como fundamento e metodologia, oportunizou o fortalecimento da participação da população como co-gestora, a articulação intersetorial de programas e a ativação de recursos endógenos do território, atribuindo caráter emancipatório e sustentabilidade aos resultados.

Palavras-chave: Pobreza. Política pública. Território.

Abstract: Dispersed and subordinate actions still predominate in programs designed to overcome poverty. The integrated and sustainable local development, used in public policy as its basis and methodology, promoted the strengthening of the people's participation as co-manager, the intersectoral articulation of programs and the activation of endogenous resources in the territory, giving an emancipatory and sustainable dimension to the results.

Key words: Poverty. Public policy. Territory.

Résumé: Des actions dispersées et soumises à des tutelles prédominent dans les programmes de dépassement de la pauvreté. Le développement local intégré et durable, en tant que fondement et méthodologie en politique publique, a favorisé le renforcement de la participation de la population comme co-gestionnaire, l'articulation inter-sectorielle des programmes et l'activation des ressources endogènes du territoire, ce qui donne aux résultats un caractère émancipateur et de la durabilité.

Mots-clés: Pauvreté. Politique publique. Territoire.

Resumen: Acciones dispersas y subordinadas aún predominan en los programas para superar la pobreza. El desarrollo local integrado y sostenible, utilizado como la base y la metodología en las políticas públicas, hizo posible la participación de la población como co-gestora, la articulación intersectorial de los programas y la activación de los recursos endógenos del territorio, dando carácter de emancipación y sostenibilidad a los resultados.

Palabras clave: Pobreza. Políticas públicas. Territorio.

Introdução

O modo de desenvolvimento econômico globalizado, pautado no expansionismo produtivista ilimitado e propalado como caminho único para o progresso, priorizou a acumulação de capital e secundarizou as necessidades de reprodução das múltiplas formas de vida - humana e da natureza (SACHS, 2008; VEIGA, 2006; LEROY *et al.*, 2002; ARRIGHI, 1997), gerando uma crise moral, social e cultural sem precedentes. O aumento da desigualdade e da pobreza e a

utilização desordenada dos recursos naturais são expressões de uma mesma questão social e requerem intervenções conjuntas que considerem a interdependência entre a ação humana e a natureza (LATOUCHE, 2006; LIMA, 2002; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O Brasil, nos últimos anos, tem conseguido melhorar significativamente seus indicadores sociais. Porém dados recentes do Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA) (2001) afirmam que não são os programas governamentais voltados à proteção social e ao combate à pobreza que interferem

* Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com doutorado sanduíche no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em Portugal. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS. Membro dos Grupos de Pesquisa em Economia Solidária e em Empreendedorismo e Inovação Social (UNISINOS). O artigo foi produzido a partir de pesquisa empírica de doutorado em Sociologia, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação do Prof. Dr. Antonio David Cattani, e de estudos teóricos posteriores. E-mail: adrianevf@unisinors.br

substancialmente nos indicadores, mas o aumento do salário mínimo e das pensões. O crescimento econômico e o acesso ao consumo são importantes, contudo, insuficientes quando direitos de imensa parcela da população têm sido violados e a cidadania tem sido tutelada (JACCOUD, 2005; SILVA, 2001; LAVINAS *et al.*, 2000).

Nesse sentido, a Constituição de 1988 inaugurou uma nova era também nas políticas públicas e sociais, atribuindo alicerces legais e fundamentos éticopolíticos no sentido da democratização das políticas e da expansão e universalização de direitos sociais (DRAIBE, 2002; SOUZA, 2006; YAZBEK, 2011). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é expressão disso, assim como os programas Fome Zero e, recentemente, o Brasil sem Miséria. Inúmeras ações do poder público têm sido empreendidas (políticas cada vez mais descentralizadas, territorializadas e participativas), assim como da sociedade civil organizada. Contudo predominam ações dispersas e, em geral, limitadas em seu grau de abrangência e de impacto.

Neste texto, o objetivo é apresentar o desenvolvimento local integrado e sustentável como fundamento e metodologia para a implementação de programas e projetos que contribuam para a superação da fragmentação nas ações desenvolvidas em contextos de pobreza e ampliação da sustentabilidade nos resultados e impactos. Para tanto, serão trazidos de forma sucinta conceitos básicos para a compreensão da noção de superação sustentável da pobreza, desafios socioinstitucionais e tecnicopolíticos para a política pública e uma experiência prática em política para análise de seus limites, possibilidades e contribuição ao tema.

1 Política emancipatória: concepções e desafios

As duas últimas décadas têm sido marcadas pelo aumento das preocupações e esforços de combate à pobreza em âmbito global, em primeiro lugar, devido ao avanço da constituição formal de direitos humanos que tornaram inaceitável a manutenção da histórica falácia da culpabilização do pobre por sua condição de pobreza, geralmente apoiados em explicações individualizantes

e psicologizantes (CATTANI; FERRARINI, 2010). É cada vez mais evidente, tanto a existência de direitos econômicos, quanto o não cumprimento destes, fato que, numa sociedade capitalista, gera a impossibilidade de exercício de outros direitos. As condições concretas de subsistência com relativa autonomia na sociedade capitalista contemporânea ficam fortemente adstritas à esfera do mercado.

O homem que emprega, governa na proporção do número de homens empregados. Ele possui poder, não de masmorra e forcas [...], mas de horas extraordinárias e de horário reduzido, de barrigas cheias e de barrigas vazias, de saúde e de doença. (HEILBRONER, 1988, p. 73).

Em segundo lugar, a questão ambiental adquire importância crescente, denunciando os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico também na esfera social dada a indissociabilidade entre ambas as dimensões. As agressões ao ser humano e à natureza inscrevem-se na mesma lógica de priorização das necessidades do capital sobre a vida, sendo as populações pobres aquelas mais duramente afetadas pelos problemas ambientais. O meio ambiente passou a demandar atitudes e ações imediatas que, sem o acompanhamento do trabalho social, não se mostraram efetivas.

Apesar dos esforços e recursos empreendidos por governos, organismos internacionais e a sociedade civil organizada, a superação da pobreza, tanto em âmbito global quanto nacional, tem apresentado resultados insuficientes. O debate sobre as causas desse fenômeno é amplo e exigiria a análise de um conjunto de elementos políticos e econômicos que transcendem o escopo deste artigo. O foco aqui está posto na dimensão metodológica e técnica em programas nos quais os gestores supostamente apresentam vontade política no sentido da emancipação social e sustentabilidade dos resultados. Estudos e pesquisas demonstram que superar a pobreza de forma emancipatória e sustentável supõe a transcendência da dinâmica de compensação e de reação rumo à proatividade através do estímulo a processos de produção material e imaterial que permitam à população envolvida “andar com as próprias pernas” após o término do programa ou dos recursos alocados.

É corrente a definição de política emancipatória como política que se volta à perspectiva da oportunidade, e não da caridade.

Oportunidades são representadas pela posse de ativos, tais como: educação, microcrédito e reforma agrária e pela forma como são apropriados. A posse de ativos desempenha três funções fundamentais no combate à pobreza: (i) promove utilidades e aumenta a capacidade de geração de renda; (ii) permite lidar melhor com choques adversos, pois funciona como reserva e potencial e (iii) reforça os recursos, tanto econômicos quanto humanos, sociais, culturais e políticos, do público envolvido (DEMO, 2003).

A ideia de política emancipatória também está ligada aos discursos de coconstrução (PESTOFF, 2011), de fazer “com” e não “para”, de ser sujeito e não objeto, os quais não são novos, porém não é fácil fazê-los “sair do papel”. A implementação de políticas emancipatórias depende, em primeiro lugar, da capacidade empreendedora e autogestionária de indivíduos, grupos e comunidades, competência que não emerge de forma voluntarista em segmentos populacionais marcados pela subsunção a relações políticas instituídas de cunho autoritário e paternalista. Em segundo lugar, ela requer a superação de características tradicionais arraigadas na política pública brasileira, tais como a fragmentação (tanto setorial quanto organizacional), programas *top down*, muitas vezes inadequados para a comunidade ou público-alvo, e a falta de articulação local com entidades da sociedade civil.

Perspectivas metodológicas de políticas emancipatórias supõem uma nova matriz de ordenamento e governança, mais flexível, que procura apreender as novas formas de organização e interseção do tecido social nas suas relações diversificadas com a gestão da democracia, fortalecimento da cidadania e enfrentamento da pobreza. A eficácia de tais princípios normativos e estratégias institucionais está condicionada pelas relações políticas locais e sua capacidade de organização, bem como pela forma como as forças econômicas do território têm encaminhado o processo de desenvolvimento local (IVO, 2001).

Em síntese, pode-se afirmar que o combate sustentável à pobreza passa a ser visto como a geração de processos de desenvolvimento, sendo os fundamentos e metodologia do desenvolvimento local, integrado e sustentável férteis para tal intento. A análise

de conceitos básicos implicados na metodologia contribui para a compreensão dessa afirmação.

Conceitualmente, desenvolvimento significa ação proativa, identificação e ativação de recursos endógenos capazes de criar um processo virtuoso e instaurar ações autônomas; é, portanto, desencadeado de dentro para fora; é qualitativo e multidimensional. As dificuldades para o desenvolvimento de segmentos populacionais excluídos, ou ainda, incluídos de forma periférica evidenciam o engodo da sociedade de consumo como modelo de desenvolvimento global (SACHS, 2008; LEROY *et al.*, 2002), o que cria um momento fértil para a emergência de alternativas epistemológicas e socialmente inovadoras. O desenvolvimento a ser fomentado pela política pública emancipatória poderia ser definido como contra-hegemônico, porque é produzido na chamada periferia, sob princípios de solidariedade e sustentabilidade, em bases territoriais e de forma democrática.

Contudo não basta propugnar a redefinição conceitual de formas de superação da pobreza sem referir-se a mudanças práticas. Na realidade, é radical tanto a perspectiva de desenvolvimento alternativo (mais próximo do que experiências inovadoras hoje conseguem atingir) quanto da alternativa ao desenvolvimento (que remete a outras epistemologias). Em qualquer perspectiva, o predomínio do capitalismo não reduz a amplitude das possibilidades; ao contrário, demanda revisões e aponta para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. Frente ao seu caráter não sistêmico, essas experiências são frágeis e incipientes, o que não implica que se renuncie à análise rigorosa e à crítica numa perspectiva de “hermenêutica das emergências” que interpreta de maneira abrangente a resistência (SANTOS, 2002). A instauração de processos de desenvolvimento em escala local é viável e desejável - apesar de complexa - num horizonte de médio prazo, com adequado acompanhamento tecnicopolítico.

Outro conceito que merece reflexão neste texto é o “local”, que diz respeito ao território, definido a partir das referências, potencialidades e necessidades que a comunidade enuncia. Apesar de constituir um paradigma que se relaciona com as ideias

de desenvolvimento sustentável, inovação, governança local e soluções inovadoras partilhadas, a tendência de desconcentração e descentralização das ações públicas na direção dos contextos locais proporciona

[...] a formação de um consenso vago e instável porque partilhado por diferentes atores de registros político-ideológicos distintos, que vão desde as demandas de participação social nas decisões políticas, no controle social e democratização da política e da sociedade até os diagnósticos e recomendações apresentadas pelas diversas cúpulas internacionais. (IVO, 2001, p. 18).

As ações localizadas inserem-se num campo nublado e polissêmico porque podem afirmar valores que não resistem quando confrontados aos determinantes estruturais mais amplos, podendo inclusive reafirmar processos de hegemonia política, especialmente se considerados os contextos autoritários e o clientelismo paternalista que caracteriza a construção de identidades e sociabilidades locais no contexto brasileiro, revertendo os objetivos iniciais da ação e assumindo a forma de mitos regulatórios de uma sociedade fragmentada. Tais mitos podem reforçar o isolamento, a exclusão e a segregação ou ainda alimentar projetos identitários perversos (IVO, 2001).

Tais riscos requerem, por um lado, profundo debate das práticas de modo a contribuir para a instauração de uma vigilância epistemológica e eticopolítica na análise das experiências locais e evitar afirmações idealizadoras e salvacionistas (FERRARINI, 2008). Por outro lado, se percebe a necessidade de olhar para as ações locais a partir delas mesmas, revertendo-se a tendência de se conceber a dimensão local através de parâmetros de uma monocultura da escala dominante, segundo a qual os países desenvolvidos, empresas e universidades se impõem sobre as comunidades de modo inexorável, pois possuem recursos financeiros, conhecimento e poder. Nessa lógica, a comunidade evoluirá tanto quanto for sua capacidade de se adaptar aos critérios de consumo, estéticos e culturais dominantes (SANTOS, 2003).

A desconstrução epistemológica da perspectiva positivista de conceber as escalas permite perceber – sem negar as determinações globais – que o local não se encontra absoluta e totalmente subjugado; não é mero

produto ou resultado do global, como folha em branco sobre a qual se imprimem modos de produzir e de viver. O local sofre determinações, mas é também o espaço da possibilidade de criações inusitadas e soluções não contidas na totalidade. Santos (2003) propõe pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem para revelar outras relações alternativas que têm sido ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (SANTOS, 2003, p. 743). Na questão das escalas, pensar o local como se não houvesse o global para que o olhar afirmativo e de dentro para fora permita a emergência de experiências singulares.

Localização é o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face a face, orientados para autossustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas. Não implica necessariamente fechamento isolacionista, mas medidas de proteção contra investidas predadoras da globalização e a favor do fortalecimento de sociabilidades locais (SANTOS, 2001). Desglobalizar o local permite o globalismo localizado, ou seja, a integração ou globalização de conhecimentos, tecnologias ou metodologias criadas em âmbito local.

O processo de implementação de políticas emancipatórias gera desafios socio-institucionais e tecnicopolíticos. O primeiro desafio refere-se à intersetorialidade, necessária desde o momento do planejamento, visto as demandas serem multidimensionais, mas os programas e recursos encontram-se dispersos nas diferentes políticas públicas. A intersetorialidade supõe a articulação, tanto vertical (na esfera pública entre entes federativos) quanto horizontal (entre programas setoriais desenvolvidos no território e destes com as organizações sociais). Ela é necessária para a superação do paralelismo de ações que se tornam descontinuadas e ineficientes nos territórios, otimizando recursos e articulando as variadas iniciativas na busca de resultados multidimensionais.

Em termos socioinstitucionais, torna-se necessária a união entre os ministérios envolvidos para planejamento integrado, trans-

centendo a estrutura lógica dos orçamentos setoriais, rubricas, públicos-alvos específicos e metas. Em termos tecnicopolíticos, é importante que gestores e técnicos, atuando de forma conjunta, não recorram à mera sobreposição de diagnósticos e proposições, mas voltem-se à construção de um objeto comum a serviço das comunidades. Para ser efetiva, a intersetorialidade não depende apenas de um novo arranjo institucional (o que já significa um grande passo); ela exige uma mudança de paradigma. Por melhor que seja o planejamento, é no cotidiano da atuação dos técnicos e da população que a política ganha vida, demandando uma formação de agentes com habilidades comunicacionais e relacionais para promover relações e contextos acolhedores e democráticos, mediar conflitos e disputas (inerentes aos processos participativos), rever procedimentos técnicos e validar saberes práticos e populares.

O segundo desafio é a participação radicalizada e direta da comunidade como cogestora dos programas desenvolvidos no território, indo além dos avanços materiais e ativando o exercício da cidadania. A experiência apresentada a seguir pode inspirar respostas para os desafios elencados através do uso do método do desenvolvimento local integrado e sustentável na política pública.

2 Uma experiência de política pública participativa e territorializada

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PIRAD) foi desenvolvido no período de 1999 a 2002, sob a coordenação da METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul), e executado por meio de parceria com a GTZ (Sociedade de Cooperação Alemã) e com a REFAP (Refinaria Alberto Pasqualini - Petrobrás). O PIRAD, programa vinculado à política de planejamento urbano estadual, tinha o objetivo inicial de recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas, mas permitiu a promoção de processos considerados sustentáveis na superação da pobreza através de sua concepção integrada, participativa e territorializada. O Programa teve a duração de um governo (entre os anos 1999 e 2002), mas mantém-se emblemático e atual em função das inovações propostas,

além de ter sido retomado no ano de 2011 pela gestão pública estadual do RS, o que permitirá a continuidade dos estudos a seu respeito.

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de quatro anos, de 2003 a 2006. Inicialmente, a coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental na METROPLAN, organização regional responsável pela execução do PIRAD. Os técnicos disponibilizaram relatórios a partir dos quais foi possível fazer um levantamento acerca da história, concepções norteadoras, implementação e avaliação do Programa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito gestores das três organizações envolvidas. Três gestores eram funcionários públicos ligados à METROPLAN, e cinco foram contratados como agentes locais da GTZ devido à sua qualificação técnica e experiências anteriores em processos participativos. Por último, foi realizado um estudo de caso no bairro Guajuviras, situado no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre.

A experiência pesquisada não será apresentada na íntegra; serão retratados os princípios e metodologias que podem ser replicados, bem como os avanços e dificuldades encontrados no percurso da implementação. O PIRAD foi herdeiro do acúmulo de 18 anos de implementação do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (PRORENDA) e pautado na concepção e no emprego de metodologias participativas, que já vinham sendo aprimoradas desde então. A principal aprendizagem do PRORENDA foi a constatação acerca do enfraquecimento da participação popular à época, o que levou os técnicos do PIRAD a investir na formação técnica e política de grupos e no estímulo à construção de propostas coletivas, ao invés de focar nas ações e nos indivíduos.

Outras aprendizagens herdadas do PRORENDA foram, em primeiro lugar, a redefinição da noção de pobreza como fenômeno multidimensional, que não conhece limites administrativos. Com isso, o enfoque da política foi sendo modificado, passando da visão setorial predominante no início dos anos de 1990 para a concepção atual de desenvolvimento local. É na comunidade e no município que as relações sociais políticas e econômicas ampliam ou limitam o campo de escolhas da

família. Na perspectiva do desenvolvimento local, o combate à pobreza passa a ser objetivo integrado, firmemente interconectado com os diversos outros elementos da qualidade de vida em cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão e uso racional de recursos naturais e mobilização social.

A segunda redefinição consistiu na compreensão do projeto como instrumento temporário de teste e de consolidação de novos procedimentos, para o qual são alocados recursos humanos, materiais e financeiros não rotineiros (BARTH; BROSE, 2002). Não basta repassar recursos sem mobilizar, é necessário que a população queira e se organize para usá-los de forma efetiva. Bens e serviços são vistos como pretextos pedagógicos para a ativação da participação

Com base nisso, o PIRAD foi concebido a partir de dois eixos norteadores. O primeiro eixo priorizava a participação popular, pela qual os grupos envolvidos deveriam passar de objeto da política pública para sujeito. As ações desenvolvidas nas comunidades seriam pautadas pelo fortalecimento da sua capacidade de autogestão, valorizando os conselhos ou fóruns comunitários e municipais como instâncias de participação ativa da população, bem como reconhecendo a necessidade de viabilizar a formação de parcerias entre setor público e terceiro setor. O segundo eixo buscava a complementaridade das ações sociais com o enfoque produtivo através de atividades autogestionárias de trabalho e renda, as quais possibilitassem uma melhoria sustentável das condições de vida das famílias envolvidas.

A principal característica do PIRAD foi a utilização de metodologias participativas para fomentar a participação efetiva da população desde o planejamento das ações a serem desenvolvidas em determinada comunidade e não apenas na execução. Porém, o PIRAD sofreu resistências e descrença no início de sua implantação, tanto da METROPLAN, quanto dos parceiros: Petrobrás, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e Serviço Social do Comércio (SESC). A resistência era atribuída à introdução de novas metodologias e ampliação de ações e de sujeitos envolvidos.

O Programa também sofreu resistência interna por parte de agentes que já tinham um perfil de trabalho técnico consolidado nesse campo. A contratação de profissional para elaborar um diagnóstico é muito mais fácil, rápida e geralmente menos onerosa, porém ninguém tira o saber que a população adquire a partir do momento em que ela se reúne para identificar, analisar e compreender suas próprias demandas.

A execução ocorreu através de planejamento técnico inicial, aberto a alterações que adviriam das comunidades. A ideia era apresentar o projeto às comunidades dos municípios envolvidos (dez, em torno das três sub-bacias), contatar com lideranças, oferecer formação, formar núcleos comunitários que seriam cogestores no diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento das ações locais.

Em paralelo, foram constituídos fóruns regionais, no total de três, um para cada sub-bacia em conjunto com as prefeituras, organizações não governamentais e outras organizações que desejassem participar ou cuja participação fosse relevante. A articulação com as organizações públicas, privadas e sociedade civil ocorreu de acordo com a realidade de cada região e município. O Fórum Regional, de caráter deliberativo, era o espaço de debate, integração, articulação e cooperação da sociedade civil organizada com as diferentes instâncias da administração pública, tendo como objetivo o desenvolvimento da bacia hidrográfica (METROPLAN, 2002). Já os fóruns metropolitanos eram paralelamente o espaço de articulação e deliberação das demandas em âmbito regional com as organizações públicas, do terceiro setor e privadas; eles permitiam o planejamento das ações para além das comunidades, na perspectiva do desenvolvimento regional, bem como facilitavam a busca de recursos para os projetos elencados coletivamente.

A ação na comunidade e a articulação com múltiplas organizações envolvidas são dois elementos fundamentais para a análise do Programa. Na prática aconteceram de forma simultânea. Apesar de haver recursos e intenção dos agentes em desenvolver o trabalho, as comunidades aderiam de forma voluntária. As lideranças formavam o Núcleo Comunitário de Desenvolvimento que,

inicialmente, se reunia de maneira informal para posteriormente assumir identidade jurídica própria e desempenhar crescente autonomia de ação no Programa; era uma forma de oportunizar e fortalecer o processo de cogestão da política.

O começo do trabalho pelas lideranças permitiu aproveitar a riqueza social existente na comunidade; tratou-se de considerar a história e fortalecer o que já existia. Os moradores participavam do desenvolvimento do Programa constituído de três etapas. A primeira visava à formação de lideranças. Começar o trabalho através das lideranças permitia o aproveitamento da riqueza social existente na comunidade; tratava-se de considerar a história e fortalecer o que já existia.

As pessoas que tinham atividades dentro do Núcleo convidavam outros moradores com potencial para o trabalho comunitário, com vistas a aflorar a liderança que cada um tem dentro de si (gestor 6).

O curso de capacitação de lideranças promovia a reflexão de seu papel na comunidade para o aprofundamento de trabalho em grupo e desenvolvimento de alguma atividade econômica. O conteúdo do curso foi alterado no sentido de: (1) focar no coletivo para evitar a formação de um indivíduo que se sobressairia dos demais e para contribuir com a redução de guetos; (2) questionar a forma simplista e não sustentável de geração de renda presente em muitos programas.

Acho que os agentes daquela época nos ajudaram a pensar, nos ajudaram a criar uma metodologia que pudesse ser de alcance de todos, que fosse trabalhar para a comunidade, aquela visão de comunidade, não aquela visão individualista. Ainda tem um pouco, mas a gente conseguiu tentar aquela consciência solidária (moradora 1).

A didática também foi aperfeiçoada através da adoção de dinâmicas intercaladas com reflexões e técnicas de visualização capazes de manter a atenção de moradores, cansados após a jornada de trabalho. O acompanhamento às lideranças no processo de capacitação e formação dos Núcleos era realizado através de reuniões semanais.

A segunda etapa foi a formalização do Núcleo e o diagnóstico das comunidades através do Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo (DRUEP), composto

por várias técnicas. Uma delas era o “mapa falante”, um conjunto de fotografias de áreas degradadas do bairro e de situações consideradas problemáticas, as quais necessitavam de intervenção. Outra técnica consistia em entrevistas com uma amostra de moradores do bairro através de visitas domiciliares a partir de pré-roteiro com perguntas abertas e fechadas. Após o trabalho de campo, as pessoas voltavam para o “QG” (em alusão a “quartel general”), elaboravam o diagnóstico preliminar em parceria com os técnicos e davam o primeiro retorno para os moradores entrevistados, que já haviam sido comunicados e convidados a participar. Essa estratégia tinha por objetivo evitar que instituições utilizassem a comunidade como objeto de conhecimento, sem que ela se percebesse como sujeito desse saber.

Aprendizado importante relatado pelos moradores que aplicaram o DRUEP refere-se ao fato de terem conhecido os verdadeiros problemas que havia na “periferia da periferia”. Eles referiram que costumavam julgar certas famílias por sua apatia política, mas ao verem suas condições precárias de vida, passaram a solidarizar-se. Como resultado, deixaram de lado a atitude individualista de definir prioridades de acordo com interesses pessoais, buscando contemplar as necessidades prementes da comunidade como um todo.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar a preocupação com o estímulo permanente à corresponsabilidade nas ações. Não se tratava tão somente de se chegar aos resultados esperados, mas também de gerar processos de protagonismo, consciência de direitos e exercício de cidadania através das ações. “Nós não fazemos nada por ninguém. Fazer e dar pronto não é valorizado. Se a prefeitura vem com um caminhão para limpar a área, chamamos todos para fazer um mutirão e ajudar e depois todos vão ajudar a manter limpo” (gestor 1).

Após o diagnóstico, as prioridades eram definidas e sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o qual apontava as demandas, tanto por melhorias físicas quanto sociais. Posteriormente, as demandas eram encaminhadas às respectivas secretarias e órgãos de execução. Os representantes das entidades executoras, que já estavam articulados com o PIRAD, viam a

possibilidade de priorizar as necessidades do PDLI dentro dos recursos disponíveis, definiam o que podia ser feito e davam resposta rápida à comunidade.

A terceira etapa era a organização comunitária para a busca de recursos no orçamento participativo com vistas à ampliação das melhorias feitas e à execução de demandas reprimidas ou de propostas inovadoras, sendo a disputa por projeto a maior dificuldade. A geração de renda foi prioritária na maioria das comunidades, tendo sido atendida através do desenvolvimento de ações no campo da economia solidária, tais como: capacitação e de constituição de empreendimentos associativos, implantação do primeiro clube de trocas com moeda social do RS, criação do galpão de reciclagem e fortalecimento de redes locais de produção e consumo. A segunda demanda girou em torno da questão ambiental, a que mais agradava as instituições parceiras.

Os princípios e estratégias metodológicas foram igualmente aplicados em cada uma das sub-bacias em que o PIRAD foi desenvolvido.

A aceitação desse processo pela população local foi positiva e resultou na alocação de mais de três milhões de reais através do orçamento participativo de 2002 para a implementação de melhorias urbanas e de apoio para atividades de geração de trabalho e renda. (BARTH; BROSE, 2002, p. 70).

Ao todo foram capacitadas 570 lideranças através de centenas de cursos, oficinas e atividades ligadas aos processos da gestão participativa do Programa. Indiretamente, cerca de 400 mil habitantes foram beneficiados através de obras de infraestrutura e de programas educativos, de geração de renda realizados em parceria com programas da área do trabalho, cooperativismo e economia solidária. Além disso, foram formados 15 núcleos comunitários e um Fórum Regional de Desenvolvimento composto por ampla diversidade de atores, representantes de organizações comunitárias, dos poderes públicos municipal, estadual e federal, setor privado, instituições de ensino e organizações não governamentais.

Considerações finais

A recente melhoria dos indicadores econômicos e sociais do Brasil é meritória e necessária, mas insuficiente. Não se construirá a nação desenvolvida desejada sem que os avanços atuais venham acompanhados da participação cidadã, autossustentação econômica dos segmentos populacionais em situação de pobreza e uso racional dos recursos naturais. Nessa perspectiva, a superação da pobreza passa a ser uma questão de instauração de processos endógenos, inclusivos e autônomos de desenvolvimento.

A utilização de procedimentos e estratégias do desenvolvimento local integrado e sustentável mostrou-se válida para desencadear ações emancipatórias através da política pública brasileira. O destaque à dimensão metodológica na análise da experiência não foi casual; mesmo havendo intencionalidade política e social, os arranjos institucionais e operacionais são herdeiros de modelos fragmentados, verticalizados e assistencialistas, dificultando, na prática, a necessária assunção da intersetorialidade, participação popular, concertação entre atores sociais e territorialização.

Através da experiência pesquisada, o artigo apresentou uma metodologia que – longe de ser tratada como modelo único ou receita – pode vir a ser replicada por diferentes políticas e programas sociais, particularizando-se em cada contexto a partir das características do território e da ação da população envolvida. A participação foi elemento central para o empoderamento sociopolítico da população envolvida; não se trata de consultar a população, mas dar-lhe ferramentas para enunciar de forma coletiva suas necessidades, prioridades e soluções – o que não significa prescindir do saber técnico, mas tê-lo a seu serviço, desconstruindo a tradicional hierarquia pautada no exclusivismo epistemológico do conhecimento científico e especializado, bem como a hierarquia estanque entre global e local. Outros elementos que se mostraram importantes para o êxito da ação foram: a qualificação de recursos humanos ou formação de agentes de desenvolvimento com habilidades comunicacionais e relacionais; a possibilidade de trabalhar a dimensão ambiental em estreita articulação com a social e o foco no território,

que possibilitou a produção de ativos locais e atribuiu sustentabilidade aos resultados.

Contudo, ainda que políticas emancipatórias sejam ampliadas e que uma nova etapa de desenvolvimento nacional com maior justiça distributiva possa ser pensada, não se espera que a superação da pobreza seja processo de curto prazo devido ao enorme contingente de pobres, à gênese estrutural da pobreza, bem como suas características de intergeracionalidade e de multidimensionalidade. Além disso, processos participativos - imprescindíveis à emancipação social - não são simples nem imediatos; ao contrário, costumam ser complexos e demorados, motivo para eventuais momentos de descrença e desânimo de técnicos e da população envolvida. Porém, são mais efetivos e podem gerar experiências significativas e organizações fortes e contra-hegemônicas na direção de uma sociedade mais justa e solidária.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARTH, Jutta; BROSE, Markus. *Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- CATTANI, Antonio D.; FERRARINI, Adriane V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Revista Katálisis*, Florianópolis, 13(2): 164-172, jul./dez. 2010.
- DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DRAIBE, Sônia. BRASIL 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. Material preparado PNUD - Taller Inter-regional, Chile, 2002.
- GOVERNO FEDERAL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Comunicados do IPEA n. 111*. Mudanças recentes na pobreza brasileira, IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf. Acesso em: 15/9/2011.
- HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ática, 1988.
- IVO, Anete B. L. *Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.
- LATOUCHE, Serge. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU Ideias*, ano 4 (56), 2006.
- LAVINAS, Lena et al. *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LEROY, Jean-Pierre et al. *Tudo agora ao mesmo tempo: desenvolvimento, democracia, sustentabilidade: o que isso tem a ver com você?* Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LIMA, Gustavo F. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- METROPLAN, Relatório de Gestão do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do RS, 2002.
- PESTOFF, Victor. Co-Production, New Public Governance and Third Sector Social Services in Europe. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), p. 15-24, 2011.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003.
- _____. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. Lisboa: Afrontamento, 2001.
- _____. *A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Brasil: territorialidade e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Maria Ozanira (Coord.). *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 8 (16), p. 20-45, jul/dez, 2006.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- YAZBEK, Maria C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2011.

Social movement, public policy changes and partnerships building for local development

Movimento social, mudanças na política pública e construção de parcerias para o desenvolvimento local

Movimiento social, cambios en las políticas públicas y construcción de asociaciones para el desarrollo local

Mouvement social, changements dans les politiques publiques et création de partenariats pour le développement local

Mário Vasconcellos*
Ana Maria Vasconcellos**

Recebido em 20/02/2011 revisado e aprovado em 28/05/2011; aceito em 16/06/2011

Abstract: The paper debates the rural social movement's influence on policy changes for small-scale rural producers and the creation of partnerships between Government and Local Organizations for local development in Amazonia, particularly in Pará state. The paper's goal is to examine partnership as a result of an interactive process of both changes of public policies and the demands of social movements. The paper shows that although social movements are part of a relation of conflict between state and society, in Pará they were a precondition for changes in public policy, financing and in the priorities of regional agencies that resulted in propositions for cooperation between local Government and Local Organizations at *município* level.

Key words: Social Movement. Partnership. Local Development.

Resumo: O artigo discute a influência do movimento social rural sobre as mudanças na política de apoio ao pequeno produtor rural e para a criação de parcerias entre o Governo e as Organizações Locais para o desenvolvimento local na Amazônia, em particular no estado do Pará. O objetivo do artigo é examinar a parceria como um resultado de um processo interativo entre as mudanças nas políticas públicas e as demandas dos movimentos sociais. O artigo mostra que embora os movimentos sociais façam parte de uma relação conflituosa entre o Estado e a sociedade civil, tais movimentos no estado do Pará foram uma pré-condição para mudanças na política pública, estrutura de financiamento e prioridades das agências regionais que resultaram em proposições para cooperação entre o Governo e as Organizações Locais em nível municipal.

Palavras-chave: Movimento Social. Parceria. Desenvolvimento Local

Resumen: El artículo analiza la influencia de los movimientos sociales rurales en los cambios de política de apoyo al pequeño productor rural y en la creación de asociaciones entre el Gobierno y las Organizaciones Locales para el desarrollo local en la Amazonía, particularmente en el Estado de Pará. El objetivo del artículo es examinar la asociación como resultado de un proceso interactivo entre los cambios en las políticas públicas y las demandas de los movimientos sociales. El artículo muestra que aunque los movimientos sociales son parte de una relación de confrontación entre el Estado y la sociedad civil, los movimientos de este tipo en el Estado de Pará, fueron una condición previa para cambios en las políticas públicas, la estructura de financiación y prioridades de los organismos regionales que resultaran en propuestas para la cooperación entre el Gobierno y las Organizaciones Locales a nivel municipal.

Palabras clave: Movimiento Social. Asociación. Desarrollo Local.

Résumé: L'article traite de l'influence du mouvement social rural sur les changements dans la politique d'appui au petit producteur rural et la création de partenariats entre le Gouvernement et les Organisations Locales afin de promouvoir le développement local en Amazonie, particulièrement dans l'Etat du Pará. L'objectif de l'article est d'examiner le partenariat comme le résultat d'un processus interactif entre les changements des politiques publiques et les demandes des mouvements sociaux. L'article indique que, bien que les mouvements sociaux fassent partis d'une relation conflictuelle entre l'Etat et la société civile, ces mouvements dans l'Etat du Pará constituent une précondition pour les changements de la politique publique, de la structure de financement et des priorités régionales qui résultent en propositions de coopération entre le gouvernement et les organisations locales sur le plan municipal.

Mots-clés: Mouvement Social, Partenariat, Développement Local.

* He is an economist and holds a M.Phil from the Centre of Advanced Studies, Federal University of Pará (Brazil) and PhD in Development Studies from the Swansea University (United Kingdom). He is a lecturer at Federal University of Pará - UFPA (Natural Resources Management and Local Development Postgraduate Programme, from the Centre of Environment - NUMA) and a senior lecturer at University of Amazonia - UNAMA (Administration Postgraduate Programme). Emails: mariovasc@ufpa.br; mariovasc@unama.br

** She is a sociologist and holds a M.Phil. from the Centre of Advanced Studies, Federal University of Pará (Brazil) and PhD in Development Studies from the Swansea University (United Kingdom). She is a senior lecturer at University of Amazonia and coordinator of the UNAMA's Administration Postgraduate Programme. Email: annavasc@unama.br

Introduction

This paper deals with the rural social movement's influence on public policy changes for small-scale rural producers and the creation of partnerships between Government and Local Organizations (associations, cooperatives, workers unions) for rural development in Amazonia, particularly in Pará state. The paper's aim is to examine partnership as a result of an interactive process of both changes of public policy (top-down state action) and the demand of social movements (bottom-up demand).

The paper is part of a broader research that attempts to further understanding of the relationship that have emerged between local government and local organizations in the implementation of local development programmes at municipal level in Brazil. The research focuses specifically on four *municípios* (Igarapé-Miri, Ourém, Mojú and Santo Antonio do Tauá) of Pará state in the Brazilian Amazonia. The research explores to what extent partnership is an effective strategy for local development in areas of historical conflict between local government and family-based, small-scale producers. In doing so, the work uses a multiple case study as a main research method.

Through a historical analysis, the paper reconstitutes the socio-political scenario that influenced the formation of partnerships in Igarapé-Miri, Ourém and Mojú. The paper shows that partnership between local government and local organisation in Pará emerged as a new model of public policy for the rural sector. In its turn, this new model was a result of the struggles that rural social movement carried out against regional and federal government for the inclusion of family-base, small-scale rural producers in regional development policy. Although social movements are part of the relationship of conflict between Government and rural society, in Pará they were a precondition for changes in public policy and in further propositions for cooperation between local organization and local government at *município* level.

This paper is organized into five sections including this initial one. The second section deals with two of the factors that act on partnership building that are social capital

and social networks. The aim of the second section is to show how partnership emerges from the influence of both societal structure and the roles of the state. The third section discusses the Rural Workers' Union Movement (MSTR) and the rural workers' unions in Pará as the basis for the construction of rural workers social capital. Then, the third section explains the link that has existed between the social movement and the modification of public policy. The fourth section focuses on the case studies and deals with political competitiveness and the context of state-local organisation partnerships in the *municípios* of Igarapé-Miri, Ourém and Moju. Finally, the fifth section raises some conclusions about the influence of social movements on policy changes and partnership building for rural development.

1 Partnership, Social Capital and Social Networks

The reassessment of the relationship between state and civil society through the theory of social capital throughout the 1990s (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1993; EVANS, 1997; FOX, 1997) raised the suggestion that organisational and institutional constraints from individual social networks, contribute to inefficient political structures, economic fragility and social fragmentation. Social capital in Coleman's (1990) and Putnam's (1993; 2002) terms relate to features of social life such as trust, norms and social networks that facilitate co-ordinated action and enable participants to act more effectively to follow shared objectives.

In spite of the arguments that any society is characterized by networks of interpersonal communication and exchange, both formal and informal as stated by Coleman (1990) and Putnam (1993), an understanding of how social capital has impacted societies shaped by recent history has not been recurrent. Studies of civic organizations with public engagement and its socio-political and economic effects (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1993; 2002) have been mostly concentrated on advanced industrial countries. These studies have pointed out that the capacity of a society to produce social capital among its citizens is supported by its long-term experience of

social organisation. However, for societies formed from a recent history, as argued by Fox (1997) and Vasconcellos Sobrinho (2009), trust, norms of reciprocity and social networks are rare and social capital is substituted by hierarchical politics.

The few studies of societies with an absence of trust such as Isham *et al.* (2002) emphasise the role of social capital in overcoming market failures and democracy. So far, studies on social capital in developing countries have been more oriented towards the economic and political effects of social capital (TENDLER, 1997; BEBBINGTON, 1999; ISHAM *et al.*, 2002) and analyses about the mechanisms through which these effects happen are still rare.

In Latin America, where the absence of trust and social engagement are great as argued by Fox (1997), analyses on social capital focus on interaction between Government and civil society as part of a strategy to stimulate improved service provision by the Government (TENDLER, 1997). Additionally, it has focused on the conflicting relationship between Government and citizenry in less than democratic conditions (FOX, 1995; 1997). At present, social capital analysis in Latin America has been towards the importance of social networks for public outcomes (TENDLER, 1997; BEBBINGTON, 1999) rather than on the mechanisms through which these networks are created.

In spite of some literature (FOWLER, 1997; GILCHRIST, 2004) that indicates that there is a direct correlation between social capital and partnership, so far it is not clear if a social network of one group of organizations is any more effective than the social network of another group of organizations to work in partnership and promote development (BOWYER, 2003).

In areas of strong vertical social structures based on relationships of authority and power, it is stated that the potential of ordinary people and their organizations to have collective action is more restricted (PUTNAM, 1993; FOX, 1997; BOWYER, 2006). The level of social trust and the operational capacity of social networks to bring about fundamental changes to the structures of politics and social relations is weakened. It suggests that the impact of hierarchy and social fragmentation

upon the operational capacity of social networks and the level of social trust are critical (FOX, 1997). In this respect, it is relevant to enquire whether social networks are a valid method for improvements if citizens' capacity for collective action is restricted and access to and influence over state and market is not feasible. Social networks should be analysed in order to show how much they themselves have the capacity to influence the formation and the support of partnership with the Government sector for the improvement of the rural sector.

There are a number of influences on the capacity of social networks to give ordinary people the means to defend mutual interests and challenge authority. First among these is a lack of clarity about the relationship between member organizations inside a social network (FARRINGTON; BEBBINGTON, 1993). It is argued that interaction is predicated upon regular exchange of information shared by all the various member organizations. Secondly, physical and social constraints weaken information access (PUTNAM, 1993). It is stated that the context in which the interaction occurs is as important as the consequences that it has and the changes that it suggests. Thirdly, practical difficulties such as geography, location, and transport influence the dissemination of information (BOWYER, 2005, p. 484). Finally, the type and quality of information available to member organizations inside a social network is also vital (SEN, 1999, p. 56). For these two last factors, it is stated that the type of information presented to member organizations in a social network is subject to the negative influence of difficulties of geographical access, transport and communication. Bowyer (2005, p. 484) for example, states that geographical discrimination, remoteness, location, transport and communication make rural communities more vulnerable to poverty. This indicates that the capacity of social networks to act effectively does not depend only on the information to which each member has access, but also on the practical difficulties that influence the dissemination and the quality of that information.

It is also pointed out that the single greatest obstruction of effective social networks derives from the political effects that emerge when they seek to generate extensive trust,

particularly across a fragmented social and economic environment (OAKLEY, 1995; FOX, 1997). It is argued that a number of political transformations are required to allow excluded groups of rural people to take part in decision making, political action and policy development (OAKLEY, 1995; ENGBERG-PEDERSEN; WEBSTER, 2002).

To this end, the commitment to organisational restructuring and the support of the creation of organisational mechanisms to promote decentralised and multiple-stakeholder decision making are relevant factors for further examination. This is the aim of the following section. It shows an example of a process of social capital building from social movement. Particularly, the next section shows the influence of the Rural Workers' Union Movement influence on public policy changes in Amazonia.

2 Social Capital Building and Public Policy Changes

2.1 Social Capital Basis: The Rural Workers' Union Movement

The Rural Workers' Union Movement (MSTR) in Amazonia emerged during the 1980s (GRZYBOWSKI, 1987). It was created by the Amazonian rural workers' unions to contest the policy of development implemented in Amazonia during the dictatorship period. Key issues for the movement included rural infrastructure, distribution of land and access to credit (GRZYBOWSKI, 1987). Since then, the movement has been part of a broader struggle both within and outside the official union apparatus to develop more representative worker union organizations. Both local and national level parties have been central in shaping the trajectory of the Amazonia movement as an example of the 'new unionism' in rural areas of Brazil (TURA, 1996).

The Amazonian movement is also striking in its unusual capacity to unify a geographically-scattered peasantry of diverse origins (TURA, 1996). The rural social movement in the Pará state and in Amazonia as a whole included different types of peasants who live in diverse rural zones and have distinct cultural traditions, histories and modes of work and life (GRZYBOWSKI, 1987). For

instance, the floodplain (*várzea*) rural workers in Pará for the most part are descendents of indigenous people (*caboclos*) of ancient origin from Pará itself (Igarapé-Miri and Moju are two typical cases). In the north east of Pará, the peasant population is formed by miscegenation of people from Pará itself and people from the north east of Brazil particularly from the states of Maranhão, Ceará and Rio Grande do Norte (as the case of Ourém).

The rural conflicts in Pará that began to emerge in the early 1970s were as geographically dispersed and socially fragmented as the rural workers themselves (GRZYBOWSKI, 1987). New social contradictions emerged with the rising poverty and new social forces grew, induced by federal Government intervention in Pará and in Amazonia as a whole, particularly from the Government's programme of financial incentives for large projects (VASCONCELLOS, 1996).

The Rural Workers' Unions in Pará were created in the beginning of the 1970s as elsewhere in rural Brazil, not from the workers' initiatives but from the influence of federal Government involved in the Rondon Project and the labour regional offices that aimed to organize and control rural labour (TURA, 2000). Under the military Government's dictatorship structure, the Rural Workers' Unions were politically controlled by forces linked to the traditional oligarchs. At that time, legislation required that all union organizations in Brazilian rural areas be channelled through state-sponsored union organizations (GRZYBOWSKI, 1987). According to the then legislation, the Rural Workers' Unions were to be formed at municipal level, the membership comprising wage labourers, different categories of peasants and family farms (DALLA-NORA, 2002). The official structure of organized rural labour included these local rural unions, state-level federations of rural workers and the national confederation of agricultural workers. The military's *clientelist* social welfare system called FUNRURAL also served as a powerful incentive to form official unions since it was these unions that distributed benefits at local level, turning the rural workers' organizations into extensions of state power (TURA, 2000b, p. 274).

The corporatist allegiance of the official unions to the state, both before and after the

transition, frustrated rural workers' demands for genuine representation (TURA, 2000b). Conflicts between official and worker-controlled unions have their origins when a 'new unionism' (TURA, 1996) began to emerge in the cities about the end of the 1980s, particularly in the industrial heartland. At the same time in Pará, a new movement linking diverse struggles was gaining momentum as rural workers began to create alliances and to seek broader support. Both the non-governmental Federation of Social and Education Assistance Agencies (FASE) and individuals within the Catholic Church were very important to the movement in encouraging meetings and study groups. Local groups included union delegations with the direct participation of rural workers. Fieldwork research identified that FASE was very active in both Ourém and Igarapé-Miri. In Igarapé-Miri and Moju, members inside the Catholic Church were extremely important in building up the rural social movement.

In the State of Pará there were exemplary cases of peasants taking over their own unions, often through a struggle in which they put themselves as the collective subject 'rural workers' and renewed the union movement. As elsewhere in Brazil where the local rural workers' union was either passive or hostile, the very dynamics of the Pará movement led to a struggle with the entrenched interests for control of the unions. In many respects, Pará is the rural version of the new unionism in Brazil (TURA, 1996). The movement faced many challenges simultaneously: defining its own identity, operating as a union, facing attacks from powerful and often violent adversaries in land struggles (*ibid*) and offering protection to powerless people.

2.2 Public Policy Changes for Rural Area in Amazonia

The 1988 Brazilian Constitution defined new mechanisms of federal and regional resource transference to Brazilian *municípios*. One of the purposes of the new mechanisms was to allocate resources in areas where external support for their development was necessary. Although such a pattern overturned the previous model adopted by the Federal Constitution created in the dicta-

torship period (1964 - 1985), in practice the new mechanisms alone have not been able to solve the power imbalance between regional and local governments and to decentralise resources effectively to underdeveloped areas (OLIVEIRA; DOMINGUES, 2005). Transference of resources without transference of political autonomy to local Government to act according to local circumstances can lead to resources not being available to meet local priorities and interests.

However, despite these issues, the Municipalities Participation Fund (FPM) and the Constitutional Funds for Financing (FC) were two of the innovative forms of the transference of resources to *municípios* adopted by the 1988 Constitution. The first provide direct credit to local Government administrations. In the latter the credit is transferred to private enterprises. Both are significant to the municipal economy. At present, the FPM is the most important source of credit for the 81% of Brazilian *municípios* with less than 30,000 inhabitants (BNDS, 2001; IBAM, 2008) and the FNO (Constitutional Fund for Financing the Northern Region) is one of the principal mechanisms of credit support for projects in underdeveloped regions (BASA, 2002). In fact, the FNO is the version of the constitutional fund for the northern region in Brazil. Although the FNO only totals 0.6% of fiscal income, it represents the most important financial mechanism for small producers in the whole of the Brazilian Amazonia in terms of amount of resources and number of businesses involved (BASA, 2002).

Although the FNO can be characterized simply as a differentiated credit policy that prioritises regional needs (BASA, 2002), there are also other factors that characterise it. One factor is that the FNO is an outcome of the intensive mobilization of different regional parties that have contested the imbalanced results of the regional development plans and projects of federal Government, notably those from the military Government dictatorship of 1964 onwards (1964 - 1985) (TURA, 1996; 2000a). Social movements and specifically rural social movements have played an important role in policy changes (GRZYBOWSKI, 1987; TURA, 1996, 2000a; TURA; COSTA, 2000). They have been identified as an important force for the protection of the

most vulnerable rural people (GRZYBOWSKI, 1987). How the movement has acted to protect the interests of the most vulnerable rural people and how it has confronted the state to defend those interests gives an understanding of the present pattern of relations between the (regional and local) Government and the local organizations at municipal level. One of the examples was the creation of the FNO Rural-Especial in 1993 during the second phase of the FNO (first phase: 1989 - 1992; second phase: 1993 - 1996). This phase was characterized by a growth in support to micro beneficiaries (TURA, 2000, p. 43). 80% of the beneficiaries between 1993 and 1996 were micro beneficiaries (BASA, 2002). Although BASA documents states that the banks took the initiative to create a credit line designated to support small producers "revolutionizing rural credit in Brazil" (BASA, 2002), its creation was certainly influenced by political and social pressure from the MSTR (Rural Workers' Union Movement).

[...] If BASA had created the FNO-Special by itself we would not have joined the rural workers, to spend our nights in the *República* square, to confront the police and to see our friends injured inside the bank office [...] I am sure that with no rural workers union we would still be excluded from the beneficiaries of the fund [...]. (Leader of a Local Organisation in Igarape-Miri).

Focusing particularly on the FNO, the MSRT demanded a reformulation of the criteria established by BASA in offering finance from the FNO. Initially, the FNO's conditions created by BASA were not different from the usual rural credit. The conditions, which included land warranty and expensive taxes, were barriers preventing small-scale low-income peasants from getting credit access. The rules elaborated by BASA were not compatible with the constitutional fund's original goals. They did not offer a different policy of credit and did not match the needs of small-scale, low-income rural producers. Firstly, BASA defended the primacy of economic efficiency over the use of labour. Secondly, the bank created a plethora of bureaucratic procedures and legal requirements to approve loans, turning the FNO into a fund practically inaccessible to those who could not afford to pay an accountant or a solicitor (TURA, 2000a, p. 35). Although the FNO's scope had been

enlarged to accommodate both large farmers and low-income, small-scale rural producers, its first phase privileged the traditional economic elites rather than the traditionally excluded rural groups (*ibid*).

The demand was carried out by MSTR through political and social protests called *Gritos* (Screams). This mobilization, also called *Gritos da Terra* (Screams of the Land) demanded changes in the FNO's use of red tape and conditions. The *Gritos*' demands occurred in 1991 (twice), 1993 and 1994 and gradually influenced FNO changes in conditions and amount of paperwork and thus enabled more credit access for small-scale low-income producers. In spite of their mixed political roles, the *Gritos* were social movements that offered possibilities for peasants to be constructive agents in an agrarian policy predominated by larger farmers (MONTEIRO, 1996; TURA, 1996).

[...] Everything that we got was by 'shouting' [...] we spent three days and three nights in front of the bank when they [bank staff] promised to establish the FNO-special [...]. (Former head of the Rural Workers' Union, Igarape-Miri).

The first *Grito* in 1991 was organized with diffuse aims and did not accomplish tangible gains in terms of the FNO. It was organized to protest against rural violence and the murder of dominant rural leaders. Although the discussion about rural credit was placed on the agenda, the lack of clear proposals did not allow the debate to progress. At that time, bank rules were supported by 'representative' organizations in the process of regional development (*ibid*), although the meaning of 'representative' was never clear. These organizations were SUDAM, SUFRAMA, CEPLAC, EMATER and the Secretaries of State for Agriculture, Planning, Commerce and Industry. However, BASA's resistance to change FNO's rules encouraged the movement to turn against the bank.

The second *Grito* also took place in 1991. It was focused on FNO and BASA and although meetings with representatives of the state executive, legislative and judiciary powers took place, the executives of BASA felt the pressure directly and opened negotiations. As a result of the discussions, BASA's executives opened a credit line called FNO-Urgent

(1991 – 1992) for small producers. This credit line was designed to meet the needs of those who could not offer guarantees to the traditional banks. Both rural movements and bank officials agreed (for different reasons) that the loans should be made through associations for rural communities. The union leaders supported this proposal as they believed that this would strengthen their movement and engage more rural workers in some form of collective action. Bank officials, on the other hand, believed that through this procedure, associations could offer some kind of collective warranty, which if not tangible was at least moral. This rule, when established, became one of the most influential mechanisms later on in partnership formations between local organizations and agents of the state, since most associations in Pará were created to accommodate FNO requirements.

The main issues of the third *Grito* in 1993 were the extension of the FNO to other Amazonian states and a simplification of the FNO-Urgent rules (*desburocratização*). From 1994 onward, the *Gritos* became a nationwide protest and were renamed *Gritos da Terra Brasil* (Screams of the Brazilian Land). In Amazonia, its title was changed to *Grito da Amazonia* (Screams of Amazonia). At present, once a year the *Grito da Amazonia* is carried out with both broad and specific agendas.

One of the most important gains for the movement at national level was the creation of a new credit programme for small-scale, low-income agricultural producers called National Support Programme for Family-based Agriculture (PRONAF) established in 1996. The Rural Workers' Movement negotiated the creation of PRONAF with the Ministry of Agriculture and the *Banco do Brasil* (Bank of Brazil plc.) which manages the programme.

In the following years, the rural movement at regional level continued to fight BASA for more advantageous conditions for loans and an extension of the programme. At regional level, the PRONAF was incorporated as priority of FNO-Special (1993 replacement for the FNO-Urgent). What is interesting in this struggle between the banks and the rural movement is that the latter increased their effort year after year making their claims more focused and pro-active. The *Gritos* represented a consolidation of the

alliances made by the rural workers during the previous mobilization and was also a partnership between agents of the state and local organizations.

If on the one hand, social movements were efficient political mechanisms to revise traditional public policy for rural development (firstly at regional level and later at national level), on the other hand the results achieved required existing models of local organizations (and the movement itself) to be reconfigured. Up to that time, the model for local organizations in the region was based on workers' unions (the rural unions) that from the 1980s on had been in political confrontation with the different spheres of Government.

However, both the reformulation of the FNO's conditions to suit small producers and the implementation of FNO-Special and PRONAF demanded the formation of community-based associations as the mechanism for small producers to access credit. As a result, in Pará the number of community-based associations increased substantially from 45 at the end of 1980s to 1,363 at the end of 1995 (TURA, 2000). Up-to-date official statistics about community-based associations in Pará from 1995 onward were not available when this work was written. However, the evolution of community-based associations in Igarapé-Miri, Ourém and Moju indicates that most associations were created from 1996 onward. This study identified that the majority of associations were created with the sole aim of getting credit. This study identified that four associations in Ourém, five associations in Igarapé-Miri and five associations in Moju ceased activity when they achieved this goal. It means that creation of new associations *per se* has no necessary impact on social structure.

The reconfiguration of local organizations is therefore an outcome of tangible needs that came about from the conditions established for credit acquisition. The growth of local organizations in the rural sector may be interpreted as a development of social capital.

In spite of the great distance between the needs of rural producers and the volume of resources applied (MATTEI, 2001), since 1997 PRONAF has been the most important credit programme for small-scale low-income agricultural producers in Brazil (ABRAMO-

VAY, 2002; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009) and particularly in Pará.

At present, the programme is managed by the Family-based Agriculture Department (SAF) which is linked to the Ministry of Agrarian Development (MDA). The Department was specifically created to support family-based agriculture as a way of promoting sustainable, local (municipal) development under principles of decentralisation, democracy, transparency, partnership and social responsibility.

PRONAF's aims are especially focused on supporting family-based agriculture infrastructure and productive performance. The programme is divided into three subprograms: (1) rural credit for small producers, (2) rural worker capacity building and (3) infrastructure and municipal service support. The first subprogram focuses exclusively on credit for planting and harvesting. The second subprogram deals with labour development in terms of organisational and work capacities. The third subprogram is for municipal infrastructure improvement in terms of goods and services.

The third subprogram started in 1997 and its execution is distinct from the other subprograms. To take part in the third subprogram each municipality must create its own Municipal Committee for Rural Development (CDMR), a Rural Development Programme (PDR) and its own agenda of implementation. In federal design there is a belief that these planning tools have a positive influence on rural communities and local state cooperation and consequently on rural outcomes, irrespective of the various factors that influence its final outcome.

PRONAF's strategies are based on partnership between federal, regional and municipal entities, private sector and familial agricultural workers and their local organizations. (Art. 2º, Federal Decree n. 3991 of 30/10/2001).

In PRONAF there is also a belief that participation by local organizations in rural planning and implementation leads to a greater level of efficiency and effective investments and helps to promote greater democracy in the rural sector (ABRAMOVAY, 2002). In fact, local organisation participation in rural planning and implementation has

been described in official documents and in political discourse as 'partnership' between the state and civil society.

Partnership between PRONAF's executor agents and programme beneficiaries in the actions of planning, implementation e monitoring. (Art. 4º, item 4, Federal Decree No. 3991 of 30/10/2001).

In practice, PRONAF has been criticised for an absence of articulation between its subprograms (ABRAMOVAY, 2002) and its management structure. However, the programme has been commended for bringing the different rural actors together (from public sphere and civil society) to elaborate, implement and evaluate a plan of common interests and to lead the way in efficiency and effectiveness for the use of public resources (MATTEI, 2001).

3 Partnership Building and the Internal Context in Igarapé-Miri, Mojú and Ourém

Partnership between Local organizations and Government in Igarapé-Miri, Mojú and Ourém took off in the middle of the 1990s. The partnership began in the middle of a serious economic and social crisis in the *municípios* that were based on agrarian sector.

[...] Igarapé-Miri was very, very, very poor [...]. A great crisis [...] The sugar cane cycle left us in a miserable condition, mainly the *ribeirinha* population (people who live by the river) [...]. (Local organisation leader in Igarapé-Miri).

[...] At the middle of 1990s we were in a very poor condition [...] the *município* population survived only exploiting the natural resources [...]. (Local organisation leader in Mojú).

In that time [middle of 1990s], we were in a very difficult situation [...] Ourém always was poor, but after its reduction we became little and poorer [...] we had to find an alternative [...]. (Local organisation leader in Ourém).

From the 1950s to the end of 1980s, the economy of Igarapé-Miri and Moju were dominated by the exploitation of natural resources, specifically wood in the areas of *terra firme* and palm-heart (*palmito*) in the areas of *várzea* (LOBATO, 1985; MIRANDA, 2001). Minor itinerant agricultural cultivation of manioc in areas of *terra firme* was also produced in that

period, however. For those reasons, there was a large-scale migration from the rural zones to urban areas particularly caused by the land expropriation from the rural workforces. Migration resulted in the enlargement of the urban population in both *municípios*. The population growth in urban areas resulted in a grave social crisis in the *municípios* that could not offer jobs, steady incomes and social services. Consequently, Igarapé-Miri and Mojú faced a significant increase in poverty.

In Ourém, there was a decrease in financial resources and grants for local Government administration because its municipal area had been reduced in order to create other *municípios*. The reduction of area resulted in a decrease of Ourém's population. Consequently, Ourém's income reduced as the transference of resources from federal government to *município* depends on the *município's* population.

[...] we had nothing to do in the city [...] there were no jobs [...] we lived asking for jobs and money from the *prefeitura* [...]. (Local organisation leader in Mojú).

[...] people were used to depending on the *patron* [...] during the years people worked in sugar cane just to have the minimum [...]. (Local organisation leader in Igarapé-Miri).

The relations between landowner and rural worker in the three *municípios* were characterized by exploitation of the workforces, patronage and *coronelismo*. Coincidentally, the economic models in Igarapé-Miri, Mojú and Ourém were sustained for the economic elites that in many ways have played significant roles in the local political systems.

Supported by outsiders (the Catholic Church, an international NGO called MANI TESE and the Workers' Party), the landless in Igarapé-Miri started a countryside internal movement for land occupation and structural transformation. The group of people linked to the movement built up relationships with other groups in the region (associations and workers' unions of other *municípios*, including Mojú) and also with national union federations and confederations. A group of leaders was provided with training in political skills from local Catholic Church leaders.

Initially, the movement in Igarapé-Miri resulted in the Rural Workers' Union (STR) controlling and later occupying unproductive

areas. The Rural Workers' Union supported the creation of a grassroots organisation called Mutirão. This organisation aimed to build a cooperative form of production for the *várzea* communities.

Everything started from the Rural Worker Movement and the rural union conquest [...] The Church supported our cause [...]. They [Church members] helped us to create a project for collective production [...] we created Mutirão [...]. (Local organisation leader in Igarapé-Miri).

Mutirão received a grant from the Italian NGO MANI TESE. This credit supported Mutirão's infrastructure and programmes for political and administrative capacity building. The local Catholic Church in conjunction with its regional administration was responsible for project articulation. The initial capacity building process focused on forms of collective work and political articulation. Both the occupation by the Rural Workers' Union and the establishment of Mutirão formed a new political and economic scenario. In terms of economic production, rural workers gained control of their activities and both landless and small-scale, low-income producers were able to return to the rural zones.

Despite the number of landless involved in the social movements, these movements did not change the structure of the local state and the elites' control over local government. However, from the end of the 80s, both the Rural Workers' Union and Mutirão emerged as important local organizations to defend rural worker groups' interests and priorities in Igarapé-Miri and around. The linkages established with national and international NGOs supported the Rural Workers' Union and Mutirão's implementation of community development projects. These projects involved political and administrative training that heightened rural leaders' awareness of their own interests. Consequently, the Rural Workers' Union and Mutirão gained some political power and changed the political scenario.

Like other rural areas of north east Pará, in Ourém the conflict between rural workers and merchants to control rural production, credit access and land properties reached a peak in the 1980s. In that decade, peasants and rural worker movements spread all over

north-east Pará and became dominant in various *municípios*. In Ourém the 1988 victory of the Rural Workers' Union in direct elections was one of the pioneering moments in north-east Pará. The *município* reduction was of benefit here to rural workers movement since a great part of the area (and part of the rural workers' jurisdiction) was transferred to the *município* of Garrafão do Norte. Coincidentally or not, most of traditional local elites were transferred to Garrafão do Norte.

As soon as the new Rural Workers' Union administration took place, it implemented a key aim of partnership between the union and isolated rural communities. This initiative, which had support of the NGO FASE, had as its goal the implementation of a new system of production beyond that of the traditional cultivation of manioc. FASE received financial support from the international NGO MANI TESE and promoted capacity building in technological, associational and market terms. The first community-based association that was created was 25 de Julho. FASE supported such processes in all forms and emphasised collective work.

The second of Ourém's Rural Workers Union victories in direct elections was the administration of the COMAG (High Guama River Mixed Agro-Cattle Cooperative). This victory aimed to control COMAG, an organisation that since its creation was managed by large farmers and merchants rather than rural workers or peasants. The goal of controlling COMAG was to link small-scale agricultural production with a micro-manufacturing process and access to markets without a middle man (*atravessador*). The main role of COMAG in supporting the small-scale producers was to buy their produce at market price (increasing their income) and to break their dependence on the *atravessador*.

The productive and political environment created in Ourém by the Rural Workers' Union, MSTR and COMAG politically empowered small-scale producers at community level. However, such empowerment was restricted to 16 rural communities and was linked to external actors and a credit programme. MSTR and the rural unions' leaders took the decision to participate in the political sphere and linked to a left-wing workers' party. As part of their aim for scaling up small-

scale rural producers' requirements it was deemed necessary to take part in the formal political process. They agreed to a political alliance with leaders of other parties to confront the *prefeito's* party in the 1996 elections. Such strategy was successful and was an important factor in the partnership between civil society and local government later on.

From 1993, the FNO developed its second phase (1993 – 1996) which prioritised supporting family-based, small-scale producers. In order to be implemented, the rules of FNO required the creation of grassroots organizations to support potential small- and low-income borrowers. For the banks' financing system, the establishment of grassroots organizations would create a shared obligation between low-income borrowers. As a result of this financing, between 1993 and 1996, new local organizations were created (grassroots organizations, cooperatives and associations) in Igarapé-Miri, Ourém and Mojú.

If on the one hand, the growth of local organizations raised rural areas' social capital with the formation of networks between local organizations and regional and local Governments, on the other hand it had two important consequences. Firstly, it strengthened relationships between local organizations and local Government, and secondly, it weakened the relations between rural communities and the Rural Workers' Union.

The creation of new grassroots organizations was a new form of local Government empowerment. Financial dependency and political subordination exercised by local Government officials over these new grassroots organizations were the price of relying on the resources provided by the local Government. The new local organizations did not have the independent means to act on their own initiative and they became ineffective in articulating the interests of their members. As stated by Esman and Uphoff (1984), the consequence of government dependency is usually a passive and even alienated community. Co-optation of the local organizations by the local Government to follow the local state ideas, conceptions and above all the interests of a particular local Government leader was very frequent. The level of cooperation established between the local Government and the new associations

was a way to reinforce the power of the local Government leaders.

The idea of cooperation for local development in Igarapé-Miri emerged in the end of 1990s when there was growth of agricultural production from both Mutirão and the associations that had got FNO credit. Such growth, allied with the improvement in local organizations' structure, motivated the labour union and Mutirão to try to form a cooperative for micro-manufacturing processes and market access. However, the idea of the creation of a cooperative was taken up by local government. Local government asked the Federal University of Pará (UFPA) to provide technical support, particularly from staff of the Poverty and Environment Programme (POEMA). The local Government - POEMA partnership aimed to use POEMA's technical support for cooperative building using *prefeitura* financing.

POEMA performed the *município's* participatory diagnosis and enlarged the partnership to include local communities, involving the communities of the *terra de várzea* and their associations. The result was a project for cooperative foundation. Despite disagreement between local Government, the Rural Workers' Union and Mutirão, the latter two participated actively in the diagnosis process and in cooperative projection. POEMA's directive facilitated local Government and local organizations to come together to achieve a common aim of cooperative creation. POEMA also facilitated negotiations with different institutions to get credit. Local Government links with high levels of Pará Government also helped in getting finance. However, the cooperative became very dependent on POEMA. The cooperative members had insufficient political capacity to articulate the views of rural communities and its members and to manage the cooperative itself, both financially and technologically.

Local state - local organizations' partnership for rural development in Ourém started in 1996 when the federal Government launched the PRONAF programme, particularly the subprogram PRONAF-Infrastructure and Municipal Service Support. To take part in this subprogram each *município* had to create its own rural development committee and its own municipal plan for rural development.

Along with the possibility of PRONAF-Infrastructure grants, a combination of two other factors was significant in creating a partnership between local Government and local organizations. The urban area population increased from 21% to 47.29% and the young population (from 0 to 14 years old) reached 43.6% of the total population, demanding more public service delivery. The reduction in size of Ourém affected only the rural area and the urban geographical configuration did not change. As a *município* where the economy is based on the rural sector, the shift in the urban-rural ratio illustrates the economic and social impact that geographical reductions had in Ourém. The socio-economic scenario drove Ourém's rural movement to join with the regional rural movement and to request alternative forms of credit and other incentives for family-based small-scale, rural producers.

Secondly, BASA supported 155 cultivation projects and also supported the regeneration of the municipal cooperative for agricultural production during the first phase of implementation of FNO. The number of community-based associations increased at the end of 1997 as a direct result of FNO. The creation of associations was a *sine qua non* for credit acquisition. In Ourém, the new associations were created with the support of the local Rural Workers' Union. As the Rural Workers' Union had strong links with external NGOs, MSTR and the Workers' Party, such factors were relevant to the inclusion of different interest groups.

We already had started mobilization for creation of new associations when the FNO requested it [...] we had experience with communities [...] We were well organized when we knew about the credit [...] So, it was easy to ask the *Prefeitura* [council] to come [...] They were very afraid to come along, but they came [...]. (Leader of a local organisation in Ourém).

Partnership with local organizations was a fruitful and important strategy for local Government to enlarge its budget. In spite of some disagreements between local Government bodies and the civil society representatives in the Rural Development Committee during the planning phase, this strategy was able to attract resources to the *município*. The strategy was also able to promote local Government partnerships with rural communities

and local organizations politically guided by the Rural Workers' Union including the associations of 25 de Julho and Limão.

[...] because there was an aim for that partnership. [...] There were political differences [political parties' differences], but it [partnership] was interesting to everybody [...], the committee attracted money to the *município*. (Former head of the Municipal Department of Agriculture in Ourém).

[...] we worked with the Government with no problems [...] our aim was to improve the livelihood of our community [...]. (Former head of the Limão association in Ourém).

In spite of party political links with regional and federal Government, local Government in Ourém carried out independent methods of political administration. This method involved both political ties with high levels of Government and a workable network with local leaders linked to rural social movements and community-based organizations. On the one hand this strategy caused the local Government to be politically vulnerable; on the other hand it promoted more links with family-based, small-scale producers. The link with family-based, small-scale producers facilitated access to financial resources in the *município* and made these resources matters of public supervision. While public supervision of resources brought public participation in governance, this participation would be also the object of power sharing. However, as possibilities for power sharing are a cause of conflicts between local Government and local organizations.

Initially, the state-civil society partnership was established with minor struggles. The committee was able to write up the First Plan for Municipal Development (PMD) (1997-2000) by consolidating different projects already supported by the FNO. In spite of great progress in terms of state-civil society relationships and the creation of a joint plan, this plan did not encompass the diverse issues that traditionally belong to municipal planning. It concentrated solely on rural production, particularly on agricultural production. Other important issues such as education and health were not focused on. Additionally, vague aims were outlined and no targets were established. However, the main target of getting federal resources to the *município*

was achieved. Ourém received credit corresponding to US \$314,730.00 for infrastructure improvement. This amount was delivered in lump sums according to the project's approval. The *Prefeitura* (council) added 10% of the amount to deal with the total project expenses. The plan was considered innovative in the State of Pará and at that time was regarded by the official and non-governmental agencies as an example of state-civil society partnership to be followed by other *municípios*.

However, the execution of the plan brought many power disputes. From the end of the first plan for rural development (2000) the partnership gradually eroded. In spite of different interests inside the Rural Development Committee, this committee was able to join forces to create a more focused planning document for family-based agriculture production (Sustainable Development Plan for Family-based Agriculture in Ourém) (2000-2003), so far the local state and local organizations have not yet found the means to reconcile their different interests.

Power disputes in partnership cases have emerged at various levels; disputes over political power, finances, knowledge and so on. In this study on concepts of local power, it is the convergence of diverse levels of power that emerges as the cause of most friction between all organizations involved in the process of partnership. The two following examples illustrate some of the power disputes. For instance, power disputes about types of production emerged during the phase of PDR planning in Ourém (2000). While rural communities wanted to maintain traditional types of production such as manioc and chilli, the policy of credit fixed the financing exclusively to fruit production. Despite an absence of knowledge about fruit production, the rural communities accepted this condition. The result, however, was disappointing. Many rural producers did not know much about the production of fruit and were not able to cultivate and produce what was planned.

[...] we do not know how many, but we had many producers that failed [...] they did not grow fruit well and the EMATER [governmental body for technical agriculture support] did not do well either [...] We cultivated bananas, but it was a failure [...]. (Former head of the Rural Development Committee in Ourém).

During the implementation of the plan other differences emerged. For example, the CDR established that although the *Prefeitura* was managing the project, the use of resources had to be accepted by the committee. However, such a condition was not attractive to local Government. According to local Government bodies, it caused the *prefeito* to depend on the Rural Development Committee and this caused political and administrative constraints.

Others issues of conflict also existed. However, what is sufficient to conclude in this section is that despite emergence of power conflicts, cooperation between local Government and civil society did not come as a natural process, but as part of a political process which includes a convergence between social movements and policy changes.

Conclusion

The historical background to social movements and policy changes is a helpful means of clarifying the emergence of partnership between the state and civil society in Pará. Although social movements are part of a relation of conflict between state and society, in Pará they were a precondition for changes in public policy, financing and in the priorities of regional agencies that resulted in propositions for cooperation between local Government and local organizations at *município* level.

The historical analysis of the cases demonstrated that cooperation between local Government and local organizations only took place when rural requirements were scaled up from social movements to the political sphere. Such evidence points out that in areas with robust vertical social structures based on relations of power, such as in Igarapé-Miri, Mojú and Ourém, cooperation firstly depends on political constructions of social capital (political networks) and secondly on changes in the public policy structure. In the cases analysed, cooperation between local state and civil society only took place when the financing structure required them to work together. However, this cooperation decreased as soon as the resources available for this cooperation ended. Such disappointment implies that cooperation based on the regula-

tions of a financing system is time limited and may be ineffective for long term objectives.

Political constructions of social capital depended on the creation of building blocks of local organizations that represented the interests of excluded groups of rural people. The presence of external actors was fundamental to strengthening the political power of local organizations such as the Mutirão in Igarapé-Miri and 25 de Julho in Ourém. Both cases, Igarapé-Miri and Ourém show that external support was crucial for strengthening local organizations. This demonstrates that without capacity building for political activity and economic independence, local organizations may still be forced into vertical structures of power and/or be reliant on local government.

In spite of the importance of establishing networks between local organizations and external actors for building political activity and economic independence for rural communities, links with the political sphere were fundamental in order to achieve broad aims. Without participation in the formal political arena a rural development concept that prioritises small-scale, low-income producers is more difficult to put into practice.

However, rural development is embedded in social structures and is monitored by state rules, policy and actions that in practice may facilitate or make difficult rural development cooperation. In the cases of Igarapé-Miri, Mojú and Ourém, it was observed that at the same time that state policy created favourable conditions for cooperation between civil society and state, local Government, acting on its own power interests, created dependent and weak local organizations. On the other hand, politically capable local organizations act as permanent opposition to the local Government. They often look for opponent actors of governance in order to gain support to confront the dominant powers. As noted in the cases, links with political opponents of the Government has influenced the decision making of local organizations.

When local organizations act inside social movements the possibilities for cooperation with Government is weak. In contrast, when local organizations scale up from a social movement to the political sphere the possibilities for sharing a common aim with

local Government is much more plausible. It shows that cooperation is less plausible in an environment of political conflict of power even if both sides have common aims. The matter that emerges in building partnership in an environment of political conflict is how to define common ground without making political disadvantages for either local Government or local organizations.

Cooperation in Pará is the product of institutionalised cooperation. For a region with little tradition of joint community-state cooperation, the actual pattern and implementation of partnership is likely to be critically important for initiatives that encourage rural communities to organize their own requirements for local development. Partnership between local organizations and local Government emerged in an environment of fragile trust where power disputes weakened the opportunity to create a prospect of a secure and long-term future for excluded groups of rural people.

Bibliography

- ABRAMOVAY, R. *Conselho além dos limites*. Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento. Porto Alegre: Seminário Desenvolvimento Local, 2002.
- BASA. *Relatório de Gestão do FNO 2002*. Belém: Banco da Amazônia S.A., 2002. Available at: <www.basa.com.br/decon/relgestaoFNO2002.doc>. Accessed on: 20 may 2005.
- BNDS. Receita municipal: a importância das transferências do FPM e do SUS. Informe-se, 2001. Available at: <www.bnbs.gov.br/conhecimento/informeSF/Inf_28.pdf>. Accessed on: 25 may 2005.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development* 12: 2021-2044, 1999.
- BOWYER, T.J. *Popular participation and the State: democratising the health sector in rural Peru*. PhD. University of London, 2003.
- BOWYER, T. Public space, inequality and health: interaction and social welfare in rural Peru. *International Relations* 19(4): 475-492, 2005.
- _____. Social Capital and Health: a rural perspective. In: HUQUE, A.S.; ZAFARULLAH, H. (Eds.). *International Development Governance*. Boca Raton: Taylor & Francis, 2006.
- COLEMAN, J.S. *Foundations of Social Theory*. London: Harvard University, 1990.
- DALLA-NORA, H.A. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. In: EVANS, P. (Ed.) *State-society Synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California, 1997.
- ENGBERG-PEDERSEN, L. The limitations of political space in Burkina Faso: local organizations, decentralisation and poverty reduction. In: WEBSTER, N.; ENGBERG-PEDERSEN, L. (Eds.). *In the name of the Poor: Contesting Political Space for Poverty Reduction*. London: Zed Books, 2002.
- ENGBERG-PEDERSEN, L.; WEBSTER, N. (Eds.). *In the name of the Poor: Contesting Political Space for Poverty Reduction*. London: Zed Books, 2002.
- ESMAN, M.; UPHOFF, N. *Local organizations: intermediaries in rural development*. Cornell: Cornell University, 1984.
- FARRINGTON, J.; BEBBINGTON, A. *Reluctant partners?: non-governmental organizations, the state and sustainable agricultural development*. London: Routledge, 1993.
- FINE, B. *Social Capital versus Social Theory: political economy and social science at the turn of the millennium*. London: Routledge, 2001.
- FOX, J. Governance and rural democratisation in Mexico: state intervention and public accountability. *Development Studies* 32(1), 1995.
- _____. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. In: EVANS, P. (Ed.) *State-society Synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California, 1997.
- FOWLER, A. *Striking a balance: a guide to enhancing the effectiveness of non-governmental organizations in international development*. London: Earthscan, 1997.
- GILCHRIST, A. *The well-connected community*. Bristol: Community Development Foundation, 2004.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- IBAM. *Projeções de do repasse do FPM*. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.
- ISHAM, J. et al. *Social capital and economic development: well-being in developing countries*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- LOBATO, E. *Caminho de canoa quebrada*. Belém: Imprensa Oficial do Pará, 1985.
- MATTEI, L. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites*. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4. Belém: SBSP, 2001.
- MIRANDA, H.R.de. *Diagnóstico participativo: a experiência de Igarapé-Miri*. Belém: UEPA/POEMAR, 2001.
- MONTEIRO, R. *Informação e redes de integração no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônia*. Mphil. NAEA. Belém: UFPA, 1996.
- OAKLEY, P. People's participation in development projects. *INTRAC* 7, 1995.

- OLIVEIRA, H.C.; DOMINGUES, E.P. Considerações sobre o impacto dos fundos constitucionais de financiamento do norte e do centro-oeste na redução da desigualdade regional no Brasil. ANPEC 2005. *Anais...* Available at: <www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A122pdf>. Accessed on: 22 may 2005.
- PUTNAM, R. *Making democracy work: civic tradition in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- _____. *Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- TENDLER, J. *Good Governance in the tropics*. Baltimore: John Hopkins, 1997.
- TURA, L. R. Atores sociais e suporte institucional dos projetos do FNO-Especial, 2000. In: TURA, L. R.; COSTA, F. de A. (Eds.). *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000.
- _____. Notas introdutórias sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento e sua configuração na Região Norte. In: TURA, L. R.; COSTA, F. de A. *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000a. p. 29-46.
- _____. Atores sociais e suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: TURA, L. R.; COSTA, F. de A. *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b. p 271-322.
- _____. *Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará*. Mphil. PPGS/IFCS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- VASCONCELLOS, A. M. de A. *Transformações sociais e lutas cotidianas no laranjal em Barcarena*. Belém: UNAMA, 1996.
- VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. *Partnership for Local Development: the relationship between local organizations and government in two areas of North-East Pará, Amazonia, Brazil*. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller, 2009.

List of Acronyms and Abbreviations

BASA	Banco da Amazônia S.A. Bank of Amazonia plc.
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Municipal Committee for Rural Development
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira Executive Commission of Cocoa Farming
COMAG	Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Rio Guamá High Guama River Mixed Agro-Cattle Cooperative
COOPFRUT	Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais de Igarapé-Miri Igarapé-Miri Co-operative of Small Rural Producers
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Institute of Technical Assistance and Rural Services Support
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Federation of Social and Education Assistance Agencies
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Constitutional Fund for Financing the Northern Region
FNO Rural-Especial	Fundo Constitucional do Norte Especial para a Área Rural Special FNO for Rural Area
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural Fund for the Assistance and Insurance of Rural Workers
MANI TESE	Associazione Mani Tese Mani Tese Association
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministry of Agrarian Development
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Rural Workers' Union Movement
NGO	Organização Não Governamental Non-Governmental Organisation
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural Rural Development Programme

PMD	Plano Municipal de Desenvolvimento Municipal Development Plan
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente Poverty and Environment Programme
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar National Support Programme for Family-Based Agriculture
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar Department of Family-based Agriculture
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Rural Workers' Union
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Superintendence for Amazonia Development
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus Manaus Superintendence of Free Trade
UFPA	Universidade Federal do Pará Federal University of Pará

Teoria e prática



**Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural:
estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC¹**
Projects for young professionals university students residing in rural areas: a case
study of the youth of the city of Meleiro, SC
*Projets pour les professionnels du collège jeunes résidant dans les zones rurales:
étude de cas du/de la jeunesse de la ville de Meleiro, SC*
*Proyectos para el colegio de profesionales de la joven que residen en las zonas rurales: un
estudio de caso de/la juventud de la ciudad de Meleiro, SC*

Daiana Panciera Casagrande*
Giovana Ilka Jacinto Salvaro**
Dimas de Oliveira Estevam***

Recebido em 27/4/2011; revisado e aprovado em 30/11/2011; aceito em 20/2/2012

Resumo: A pesquisa originária do presente artigo buscou descrever os projetos profissionais de jovens universitários que residem no meio rural do município de Meleiro, SC, e foi realizada no segundo semestre de 2011. Os sujeitos do estudo foram 23 universitários (16 moças e sete moços) que se deslocam de ônibus diariamente do município de Meleiro para estudar em faculdades/universidades da região de Criciúma, SC. O questionário, autoaplicável e anônimo, foi utilizado como procedimento de coleta de dados, e a análise foi desenvolvida por meio das abordagens quantitativa e qualitativa. No processo de análise dos dados, entre outras questões, foi possível constatar a busca por projetos profissionais que não incluem a permanência no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Juventude rural. Projetos profissionais.

Abstract: The original of this research paper aims to describe the professional projects of university students who live in rural areas of the city of Meleiro, SC and was held in the second half of 2011. The study subjects were 23 students (16 women and seven men) moving bus daily Meleiro City to study at colleges/universities in the region of Criciúma, SC. The questionnaire, self-administered and anonymous, was used as a procedure of data collection and analysis was conducted by means of quantitative and qualitative approaches. In the process of data analysis, among other issues, we could see the search for professional projects that do not include staying in rural area.

Key words: Family farm. Rural youth. Professional projects.

Résumé: L'original de ce document de recherche vise à décrire les projets professionnels des étudiants universitaires qui vivent dans les zones rurales de la ville de Meleiro, SC et a eu lieu dans la seconde moitié de 2011. Les sujets de l'étude étaient de 23 universités (16 femmes et sept hommes) se déplaçant de bus quotidien Meleiro City pour étudier dans les collèges et universités de la région Criciúma, SC. Le questionnaire, auto-administré et anonyme, a été utilisé comme une procédure de collecte des données et l'analyse a été réalisée au moyen d'approches quantitatives et qualitatives. Dans le processus d'analyse des données, entre autres questions, nous avons pu voir la recherche de projets professionnels qui ne comprennent pas rester dans les zones rurales.

Mots-clés: La ferme familiale. Les jeunes ruraux. Projets professionnels.

Resumen: El original del presente trabajo de investigación tiene como objetivo describir los proyectos profesionales de los estudiantes universitarios que viven en las zonas rurales de la ciudad de Meleiro, SC y se llevó a cabo en el segundo semestre de 2011. Los sujetos del estudio eran 23 universitarios (16 mujeres y siete hombres) que se mueve la ciudad de Meleiro diario de autobús a estudiar en colegios y universidades de la región de Criciúma, SC. El cuestionario, autoadministrado y anónimo, fue utilizado como un procedimiento de recopilación de datos y el análisis se llevó a cabo a través de enfoques cuantitativos y cualitativos. En el proceso de análisis de datos, entre otras cuestiones, pudimos ver la búsqueda de proyectos profesionales que no incluyen permanecer en las zonas rurales.

Palabras clave: Granja de la familia. La juventud rural. Proyectos profesionales.

* Graduada em Economia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

E-mail: daianacasagrande@yahoo.com.br

** Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Psicologia. Professora da Unidade de Ciências Sociais Aplicadas da UNESC e do Curso de Psicologia do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE). E-mail: giovanailka@gmail.com

*** Doutor em Sociologia Política pela UFSC. Graduado em Economia. Professor do Departamento de Economia da UNESC. E-mail: doe@unesc.net

¹ Esse artigo apresenta a síntese dos resultados de um Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Economia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), realizado pela acadêmica Daiana Panciera Casagrande, no ano de 2011.

Introdução

A pesquisa originária do presente artigo buscou descrever os projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural do Município de Meleiro, SC, e teve como objetivos específicos: apresentar características socioeconômicas do município de Meleiro, SC; identificar quantos integrantes da família dos/as jovens residem na propriedade rural; verificar quais são as atividades agrícolas desenvolvidas pela família do/a jovem; caracterizar a renda econômica mensal dos/as jovens e de sua família; verificar se os/as jovens desenvolvem atividades agrícolas na propriedade rural e/ou atividades não agrícolas; identificar quais são os cursos universitários escolhidos pelos/as jovens; identificar se os projetos profissionais dos/as jovens incluem a permanência ou não no meio rural, no sentido de residência e de desenvolvimento de atividades profissionais; examinar se há diferenças entre os projetos profissionais de homens e mulheres.

As categorias centrais de análise foram agricultura familiar, juventude rural e projetos profissionais. Para Wanderley (2001, p. 23), “o ponto de partida é o conceito de *agricultura familiar*, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Esse caráter familiar é ressaltado pela autora acima, dado que o conceito não é apenas um detalhe descritivo ou superficial, mas demonstra uma estrutura produtiva que une família, produção e trabalho. Da associação entre família, produção e trabalho, é criada a expectativa de investimentos em recursos materiais e de trabalho, que serão transmitidos às gerações seguintes, no sentido de manter a sua sobrevivência (WANDERLEY, 2001). Desse modo, a autora evidencia que as estratégias de reprodução, do ponto de vista do agricultor, baseiam-se na valorização dos recursos e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Quanto à definição de juventude rural, Esteves e Abramovay (2007, p. 23) ressaltam que se trata de uma construção social, ou seja, é produzida pela sociedade “a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros

fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc”.

A juventude rural é uma categoria invisível, segundo Carneiro (1999), isto ocorre nas pesquisas acadêmicas/projetos de desenvolvimento no âmbito rural. A autora ressalta a dificuldade em delimitar com rigor tal categoria demográfica. Em discussão sobre o tema, Carneiro (1999, p. 98) interessa-se pelo modo como a juventude é afetada por mudanças ocorridas no mundo rural e observa que, grosso modo, “o jovem é um indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização”.

Em estudo sobre juventude rural e agricultura familiar, Ferreira e Alves (2009, p. 246) definem juventude rural como “a população residente na zonal rural e inserida na faixa etária de 15 a 29 anos”. Por conta de papéis que são atribuídos aos jovens rurais, Ferreira e Alves (2009, p. 246) observam também que a juventude rural é vista como “uma categoria-chave para a reprodução do campo e da agricultura familiar”. Os projetos profissionais de jovens rurais, então, apresentam-se como uma questão importante em estudos sobre a temática agricultura familiar, tendo em vista o papel que ocupam na reprodução ou extinção da agricultura familiar.

De acordo com alguns estudos (SILVESTRO *et al.*, 2001; SOMARIVA, 2010; STROPASOLAS, 2006), é possível observar que as mudanças no campo, que vêm ocorrendo nos últimos anos, têm influenciado na saída do jovem do meio rural para a cidade. Os motivos que influenciaram o/a jovem a abandonar sua terra, casa, lavouras, a vida no campo, para ir embora para a cidade, são numerosos. Entre esses motivos, podem-se citar os altos custos de produção, o preço de venda dos produtos estarem muito abaixo do esperado pela agricultura, a escassez de oportunidades aos/as jovens e de políticas públicas para incentivar a permanência no meio rural.

Vale ressaltar, ainda, que o fato de o/a jovem trabalhar com seus familiares em atividades agropecuárias pode também influenciar no êxodo rural. Contemporaneamente, as famílias são menores, o que possibilita apenas o cultivo de pequenas propriedades,

pois não existe o número de pessoas para esse trabalho. Além disso, a geração de renda nessas pequenas propriedades pode não ser suficiente para manter, financeiramente, o/a jovem, na agricultura dignamente.

1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi descritiva, pois se buscou descrever “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis [...]” (GIL, 2010, p. 28).

A população da pesquisa foi composta por jovens universitários/as que residem no meio rural do município de Meleiro, SC. Especificamente, a amostra foi constituída por 23 jovens universitários/as (16 moças e sete moços) com idades entre 18 e 29 anos, que se deslocam diariamente, por meio de transporte rodoviário coletivo (são duas lotações, com aproximadamente 60 jovens), para estudar em faculdades e universidades da região de Criciúma, a uma distância de 30 quilômetros. A amostragem foi por acessibilidade ou por conveniência:

[...] o pesquisador seleciona os elementos que tem acesso, admitindo que possam, de alguma forma, representar o universo [...] aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (GIL, 2010, p. 94).

A coleta de dados foi realizada por meio do questionário, autoaplicável e anônimo, constituído por questões fechadas e abertas. Conforme orienta Gil (2010), nas questões fechadas, foi apresentado ao respondente um conjunto de alternativas de resposta e, nas abertas, após cada pergunta, deixou-se um espaço em branco para a resposta. No processo de análise, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los (TAFNER; SILVA; WEIDUSCHAT, 2007, p. 124). A abordagem qualitativa, conforme Richardson (1999, p. 91), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos” sujeitos da pesquisa. Além de tais procedimentos metodológicos,

por meio de pesquisa em bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscou-se apresentar uma breve caracterização socioeconômica do município do município estudado.

2 Breve caracterização socioeconômica do município de Meleiro, SC

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Meleiro¹, o município está localizado no extremo sul catarinense entre a Serra e o Mar, com extensão territorial de 186.619 km². A tabela que segue apresenta a população residente urbana e rural do município no período de 1991-2010.

Tabela 1 – População Residente rural e urbana de Meleiro no período de 1991 a 2010.

Ano	Urbana	Rural	Total
1991	3.047	6.708	9.755
1996	2.676	4.302	6.978
2000	3.207	3.873	7.080
2010	3.649	3.351	7.000

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 1996, 2000 e 2010).

Pode-se notar na tabela 1 que, nos anos de 1991 a 2010, ocorreu uma diminuição de habitantes no município de Meleiro, além de ser grande a diferença entre perímetro urbano e rural. Os dados mostram também que, de 1991 a 2000, a população rural se encontra em maior proporção, porém, no ano de 2010, ocorre o inverso, tornando a população urbana maior. Mas é importante considerar que a diminuição da população em 1991 se deve à emancipação de Morro Grande.

No que diz respeito à população residente por sexo, no ano de 2010, observa-se:

Tabela 2 – população residente por sexo no ano de 2010.

	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Área rural	1.698	1.653	3.351
Área urbana	1.760	1.889	3.649

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

¹ Prefeitura Municipal de Meleiro. Disponível em: <<http://www.meleiro.sc.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2011.

Conforme o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2010, são sete mil pessoas residentes no município de Meleiro; 3.649 residem no meio urbano, e 3.351, no meio rural. Na tabela da população residente, observa-se que, na área rural, são 1.698 homens e 1.653 mulheres; já na área urbana, 1.760 homens e 1.889 mulheres. Verifica-se que a população feminina é maior na área urbana, enquanto que, na área rural, a população masculina é maior. Os jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos, somam um total de 909; já do sexo feminino, com a mesma idade, somam 932 jovens, totalizando, assim, 1.841 jovens, sendo da área urbana e rural.

Na área de educação, o município de Meleiro possui um dos mais baixos índices de evasão escolar do país, de apenas 5%, conforme observa Glück (2007). De acordo com o Censo 2010 (IBGE), os dados mostram que o município conta com uma escola pública estadual, três escolas públicas municipais e seis escolas de ensino pré-escolar, que são escolas públicas municipais. No ensino fundamental, são 915 matrículas; no ensino médio, 289; e no pré-escolar, são 149 matriculados.

A base econômica do município de Meleiro é a agricultura, especialmente, no que diz respeito ao cultivo de arroz, fumo, milho, feijão e extrativismo vegetal. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), os produtos da lavoura do município de Meleiro são distribuídos em lavoura permanente e temporária. Na lavoura permanente, observa-se a produção de banana, com uma área de estabelecimentos agropecuários de plantação de 75 hectares, sendo uma quantidade pequena se for comparada com a produção de lavoura temporária. Na lavoura temporária, são colhidos cana de açúcar, feijão, fumo, arroz e mandioca. A área total dos estabelecimentos agropecuários de lavoura temporária é de 11.346 hectares.

Nas produções agrícolas de cereais, leguminosas e oleaginosas, como mostra o IBGE (2007), a maior produção é de arroz com uma quantidade plantada de 70.500 toneladas, cultivado em uma área de 9.400 hectares. Logo em seguida, vem o milho, com uma produção de 6.380 toneladas, com 1.300 hectares cultivados, e o feijão, com uma produção de 305 toneladas, produzidos em 305 hectares. Os dados mostram que o arroz é o produto

mais cultivado em Meleiro, movimentando uma porcentagem grande da economia do município. Mas também se pode ver, pelos dados mencionados, que o feijão é produzido em menor quantidade que o milho, porém, em valor real, proporciona maior remuneração.

O Censo agropecuário (IBGE, 2006) mostra que o município de Meleiro possui 848 unidades de estabelecimentos agropecuários, em um total de 14.418 hectares em áreas de estabelecimentos agropecuários. Esse número de estabelecimentos agropecuários, com arrendatários, é de 132 unidades. As áreas com matas e/ou florestas naturais, que são destinadas à preservação permanente ou reserva legal, são de 63 unidades, com um total de área dos estabelecimentos agropecuários de 254 hectares. O município possui 520 unidades de tratores, nos estabelecimentos agropecuários, dos quais apenas 367 possuem esses maquinários. Os dados revelam que não são todos os estabelecimentos que possuem maquinários. Porém, de acordo com os dados (520 unidades para 367 estabelecimentos), verifica-se que existe mais de um maquinário por estabelecimento.

Conforme dados do SEBRAE (2010), o PIB (per capita) do Município de Meleiro em relação ao Estado de SC e do Brasil era, em 2002, de R\$ 9.342,79; já em 2006, esse índice acumulava R\$ 13.519,09, o que resultou em um acúmulo de 44,7%.

3 Juventude rural e o (des)interesse pela agricultura familiar: projetos profissionais em análise

A análise que segue foi organizada a partir da distribuição dos jovens por sexo, idade, cursos e fases dos cursos de graduação, estado civil, local de domicílio, área de terra da família, número de pessoas que residem no domicílio dos/as universitários/as, atividades agropecuárias realizadas pela família destes, participação dos jovens nas atividades agrícolas realizadas pela família, acesso deles à renda das atividades agropecuárias realizadas pela sua família, atividades não agrícolas desenvolvidas por eles, pretensão relativa a projeto profissional, dificuldades identificadas para se estabelecerem profissionalmente como agricultor/a e acesso à terra.

No que diz respeito à distribuição dos envolvidos quanto ao sexo, o feminino retrata

70% da população pesquisada e o masculino 30%. Os dados sugerem que o meio rural pode não fornecer ao grupo feminino tanta relevância quanto oferece ao masculino. Na agricultura, como mostra Stropassolas (2006), que realizou pesquisa sobre a temática da juventude rural em um município do meio oeste catarinense, a mulher sempre foi excluída das heranças familiares e a elas não caberiam herdar terras, pois acabariam construindo outra

família. Apesar dessa realidade, transformada por meio de direitos sociais adquiridos, o contexto ainda se revela bastante desfavorável à permanência da mulher no campo.

Na distribuição dos/das jovens por idade, 70% desses universitários têm entre 18 e 20 anos; de 21 a 23 anos são 17%; de 24 a 26 anos são 13%. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos jovens pesquisados por cursos de graduação.

Tabela 3 – Distribuição dos/as universitários/as por cursos de graduação

Distribuição dos/as universitários/as por cursos de graduação	n. de universitários/as	%
Ciências Contábeis	11	48
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	2	9
Jornalismo	1	5
Educação Física	1	5
Comunicação Social	1	5
Direito	1	4
Matemática	1	4
Secretariado Executivo	1	4
Ciência da Computação	1	4
Engenharia Civil	1	4
Gestão Comercial	1	4
Total	23	100

Fonte: Do autor (2011).

A tabela 3 mostra que, entre os cursos mais procurados, está o curso de Ciências Contábeis com 48%; o de tecnologia de recursos humanos com 9%; na sequência, observam-se os cursos de jornalismo, educação física e comunicação social com 5% e, com 4%, os cursos de direito, matemática, secretariado executivo, ciência da computação, engenharia civil e gestão comercial. Quanto às fases dos cursos de graduação, da 1ª à 3ª fase são 39% dos universitários; a mesma porcentagem é percebida entre a 4ª e 6ª fase; e da 7ª à 9ª fase ocorre uma diminuição de 22%.

Sobre o estado civil, 96% dos jovens universitários/as são solteiros, e apenas 4% são casados. Os/as jovens declararam também não ter filhos/as. Conforme os dados coletados, 87% dos jovens residem com sua família e 13% não. No grupo pesquisado, 96% responderam que a família reside em área própria, e 4%, que não residem em área

própria. De acordo com Stropassolas (2006, p. 133), “diferentemente de outras categorias sociais, o *agricultor* (a) é ou procura ser, de maneira geral, proprietário (a) da *terra*, dono (a) dos meios de produção, *trabalhador* (a); e chefe de *família* [...]”. Nesse sentido, ter sua própria terra é um dos objetivos do agricultor(a), bem como ser dono(a) de seu próprio chão e trabalhar para esse objetivo.

No que se refere à quantidade de área de terra da família dos/as universitários/as, 26% dos jovens declararam possuir uma área de 300 m² a 10 hectares; 9% dizem possuir de 11 hectares a 20 hectares; de 21 hectares a 50 hectares também representa 9% dos entrevistados; e acima de 50 hectares, apenas um. Porém é importante considerar que 52% não responderam à questão. Ressalta-se ainda que a quantidade de área de terra apresentada foi organizada a partir das respostas dos sujeitos pesquisados.

Quanto ao número de pessoas que residem no domicílio dos/as universitários/as, evidencia-se que de 1 a 3 pessoas são 31%; de 2 a 6 pessoas 65%; e de 7 a 9 pessoas apenas 4%. Nesse sentido, cabe fazer referência ao estudo de Stropassolas (2006, p. 140) para evidenciar que o “padrão cultural pautado na existência de famílias com grande número de filhos (as) muda radicalmente nos dias atuais [...]”. Sobre essa mudança, Stropassolas (2006, p. 140) destaca um aspecto que parece central: “a resistência (muitas vezes silenciosa) das mulheres às normas estabelecidas pela Igreja² desempenha um papel muito importante nesse processo, ilustrando a ocorrência de mudanças culturais no espaço rural, de maneira geral, e na instituição família, em particular”.

A tabela 4 apresenta as atividades agropecuárias realizadas pela família dos/as jovens pesquisados/as.

Tabela 4 – Atividades agropecuárias realizadas pela família dos/as jovens pesquisados

Tipo de atividade	N. de universitários/as	%
Cultivo de Arroz	20	54
Cultivo de milho	6	16
Cultivo de fumo	5	14
Cultivo de feijão	2	5
Pecuária	2	5
Não responderam	2	6

Fonte: Do autor (2011).

Conforme a tabela 4 mostra, 54% das famílias cultivam arroz, seguindo com 16% no cultivo de milho. O fumo é cultivado por 14%, a pecuária e o cultivo de feijão são 5%. Não responderam à questão 6% dos participantes. É importante destacar que os respondentes optaram por mais de uma atividade. Há situações, como a revelada na pesquisa, em que a agricultura diversificada é substituída pela monocultura – no caso da pesquisa, o cultivo do arroz, que aparece em 54% dos pesquisados. Entre outros aspectos, o arroz

² Especificamente, Stropassolas (2006, p. 140) se refere ao papel da Igreja na manutenção de certa taxa de natalidade: “os padres apelavam às famílias que acolhessem com alegria todos os filhos, porque eles são ‘uma benção de Deus’”.

acabou por se tornar monocultivo na região devido ao fato de o produto ser o mais bem adaptado à região. O monocultivo, muitas vezes, causa a falta de oportunidades, como revela Olinger (1991, p. 78), quando diz que “o pequeno agricultor, sempre que possível e conveniente, deverá diversificar suas atividades [...]”; afinal a diversificação pode trazer grandes benefícios e a oportunidade de novas formas de cultivo, conseqüentemente, trabalho para todos os integrantes da família, inclusive, para os jovens.

Sobre a participação nas atividades agropecuárias realizadas pela família, 17% dos jovens responderam que participam das atividades realizadas pela família na agricultura e 83% que não participam. Stropassolas (2006) evidencia que as atividades agrícolas podem ser desenvolvidas pelos jovens desde criança, de acordo com a organização de cada família. Porém nem todos assumem tal responsabilidade quando adolescentes ou mesmo em outras faixas etárias da vida. Nesse sentido, muitas são as razões que levam o jovem a não participar da atividade rural da família, como por exemplo, querer outro destino fora do meio rural ou não gostar da atividade desenvolvida pelos pais.

Apenas 9% dos jovens responderam que têm acesso à renda das atividades agropecuárias realizadas pela família, e 91% que não. Pode-se perceber que a maioria dos jovens universitários não tem acesso à renda familiar, e foram poucos os que responderam conclusivamente, sendo que a resposta foi “depende”. No estudo realizado por Coradini (2008) acerca dos projetos profissionais das jovens na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, observa-se que estas possuem acesso à renda familiar quando solicitam aos pais e, em pouquíssimos casos, recebem alguma quantia periodicamente. O autor menciona que são poucos os acessos a linhas de créditos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para jovens, e a grande maioria nem conhece esses programas de crédito para jovens agricultores.

Verifica-se que 57% dos questionados responderam que não desenvolvem outra atividade, e 43%, que realizam atividades não agropecuárias. Stropassolas (2006) ressalta que os reflexos dos descontentamentos dos/as filhos/as se manifestam no movimento

dos/as jovens em busca de oportunidades de trabalho ou mesmo acesso a níveis superiores de educação.

Quanto à renda mensal de todas as pessoas que moram no domicílio dos/as jovens pesquisados/as, um total de 22% está na faixa de R\$ 850,00 a R\$1.500,00; de R\$1.501,00 a

R\$2.500,00 é uma porcentagem maior, com 35% dos entrevistados; já de R\$2.501,00 a R\$5.000,00 são 17%; e os jovens universitários que não responderam à questão foram 26%.

A tabela 5 apresenta os projetos profissionais pretendidos pelos jovens universitários.

Tabela 5 – Projeto profissional pretendido pelos universitários (sexo masculino)

Respostas	N. de universitários	%
A) Estabelecer-se profissionalmente como agricultor(a).	1	14
B) Permanecer no meio rural, realizando atividades agrícolas em tempo parcial.	0	0
C) Permanecer no meio rural, realizando atividades profissionais não agrícolas.	0	0
D) Trabalhar na área de formação universitária e permanecer no meio rural.	1	14
E) Trabalhar na área de formação universitária e morar no meio urbano.	5	72
Total	7	100

Fonte: Do autor (2011).

Quanto ao futuro profissional, os jovens do sexo masculino revelaram que apenas 14% pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultores; outros 14% irão trabalhar na área de formação universitária, mas permanecer no meio rural; e a grande maioria, 72% dos jovens universitários, optou pela resposta trabalhar na área de formação universitária e morar no meio urbano.

Stropassolas (2006, p. 296) traz uma questão bastante relevante, quando diz que “[...] os jovens que saem para estudar dificilmente voltam [...]”. São jovens que buscam alternativas de trabalho fora do meio rural, ou mesmo que não gostam do trabalho, pois almejam outras atividades para sua vida. O autor observa que

[...] o estudo passa a ser a preparação para o trabalho urbano [...] é visto por alguns pais como possibilidade e esperança de uma melhor remuneração da força de trabalho de seus filhos, inclusive como confiança de que poderão ser amparados por eles em sua velhice. (STROPASSOLAS, 2006, p. 302).

Contudo Stropassolas (2006, p. 306) também verificou que os depoimentos de alguns filhos de agricultores sugerem o acesso à educação como uma forma que

[...] permite a sua maior qualificação profissional para o exercício eficiente do gerenciamento das atividades produtivas, bem como o acesso à independência financeira que o maior nível educacional propicia e, assim, investir na agricultura ou na satisfação de suas necessidades de consumo.

No que diz respeito ao futuro profissional dos rapazes como agricultores, Silvestro *et al* (2001, p. 45), na pesquisa que realizaram no oeste catarinense sobre o tema sucessão hereditária na agricultura familiar, verificaram que “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”.

A tabela 6 apresenta os projetos profissionais pretendidos pelas jovens universitárias.

Tabela 6 – Projeto profissional pretendido pelas universitárias (sexo feminino)

Respostas	N. de universitárias	%
A) Estabelecer-se profissionalmente como agricultor(a).	0	0
B) Permanecer no meio rural, realizando atividades agrícolas em tempo parcial.	0	0
C) Permanecer no meio rural, realizando atividades profissionais não agrícolas.	1	6
D) Trabalhar na área de formação universitária e permanecer no meio rural.	3	19
E) Trabalhar na área de formação universitária e morar no meio urbano.	11	69
F) Outros	1	6
Total	16	100

Fonte: Do autor (2011).

De acordo com a tabela 6, em que se apresentam dados acerca do projeto profissional pretendido pelas universitárias, não se observa diferença em relação aos jovens universitários, pois 6% delas optam por permanecer no meio rural, realizando atividades profissionais não agrícolas; 19% querem trabalhar na área de formação universitária, mas permanecer no meio rural; e 69%, como constatado também nas respostas dos universitários, desejam trabalhar na área de formação universitária, porém morar no meio urbano; e para outras opções foram 6% das universitárias.

Como se observa, as universitárias não pretendem se estabelecer como agricultoras. Comparando com a distribuição dos/as universitários pelo sexo, pode-se notar que o sexo feminino retrata 70% da população pesquisada. Sobre tal aspecto cabe fazer menção à pesquisa de Silvestro *et al* (2001, p. 46), na medida em que verificou, entre as moças, “à rejeição majoritária da profissão agropecuária corresponde maior esperança na inserção urbana”.

Por outro lado, Goulart e Gehlen (2008) mostram que um tema do Microba-

cias 2 é a “busca pela valorização das mulheres agricultoras no contexto social em que estão inseridas”. Esse tema mostra que a participação das mulheres em atividades agrícolas, a partir do projeto citado, poderia trazer mais renda, satisfação no ambiente em que vivem e protagonismo financeiro; logo, o interesse das jovens por atividades agrícolas e, como consequência, a diminuição da evasão rural.

Os mesmos autores mostram alguns objetivos em relação a tal situação: a) despertar a importância do papel da mulher agricultora, nas propriedades rurais e no seu meio social; b) incentivar as agricultoras a exercer sua liderança, assumindo cargos em diretorias, associações e pleitos eletivos; c) obter maior participação das agricultoras em encontros, oficinas, cursos e excursões; d) formar lideranças femininas para atuarem em vários segmentos sociais; e) capacitá-las, por meio de cursos e oficinas, para o exercício de novas atividades rurais.

A tabela 7 mostra as dificuldades identificadas pelos/as universitários/as para se estabelecerem profissionalmente como agricultor/a.

Tabela 7 - Dificuldades identificadas pelos/as universitários/as para se estabelecerem profissionalmente como agricultor/a

Tipos de dificuldades	N. de universitários/as	%
Não veem dificuldade	4	18
Não responderam	2	9
Preço do arroz	4	18
Remuneração baixa	2	9
Falta de mão de obra	1	4
Desvalorização da profissão	2	9
Falta de incentivo do governo	2	9
Reconhecimento	1	4
Horário de trabalho	1	5
Falta de salário mensal	1	5
Pelo fato de ser mulher	1	5
Instabilidade financeira	1	5
Competitividade da agricultura familiar e a empresarial	1	5
Total	23	100

Fonte: Do autor (2011).

Na tabela acima, 18% dos/as jovens não veem dificuldades para se estabelecerem profissionalmente como agricultores/as; já 9% não responderam. Para 18%, a dificuldade está no preço do arroz; no entanto 9% dizem ser pela remuneração baixa, ou pela desvalorização da profissão, ou ainda, pela falta de incentivo do governo; 5% dos universitários/as dizem ser pelo horário de trabalho, ou pela falta de salário mensal, ou pelo fato de ser mulher, ou pela instabilidade financeira, ou pela competitividade da agricultura e da empresarial; outros 4% responderam que seria pela falta de mão de obra ou de reconhecimento.

O estudo realizado por Stropassolas (2006, p. 287) revela que

[...] as mulheres sonham mais alto [...] e ficar com a família pode significar a não concretização de seus ideais, pois [...] ficar sempre debaixo da asa do pai e da mãe não vai ter outra solução senão você casar com alguém ali da comunidade mesmo.

De acordo com a pesquisa de Silvestro *et al* (2001, p. 43), para muitas moças “permanecer numa unidade produtiva rural [...] é muito mais uma fatalidade do que uma opção”. Especificamente, os autores se referem às moças que vivem em famílias descapitalizadas e de menor renda.

Nas respostas dos/as jovens universitários/as em análise, o que se pode notar, em maior proporção, é que o preço do arroz pode contribuir para a evasão dos/das jovens da agricultura, principalmente, porque o produto é o mais cultivado no município. De acordo com os dados acerca das atividades agropecuárias realizadas pela família na propriedade rural, 54% responderam que o cultivo do arroz é a principal atividade desenvolvida pela família. No que diz respeito à desvalorização do cultivo do arroz, evidenciada por jovens da presente pesquisa, Silva (1998) também mostra que, nos anos de 1980, ocorreu uma desvalorização dos produtos da agricultura, ao mesmo tempo em que sucedeu um aumento dos custos financeiros para obtenção de crédito rural junto aos bancos.

Para Olinger (1991), as causas da evasão rural podem ser consideradas complexas e mudam, dependendo do ponto de vista, ou também da ideologia de quem as estuda. Olinger (1991) mostra que a literatura confirma que os agricultores saem do campo porque o poder econômico precisa de mão de obra barata para os setores secundários e terciários da economia nas cidades, o que provoca a saída dos agricultores do meio rural para buscar na cidade melhores condições de

vida. Ou como se pode observar pelas respostas da população estudada, ocorre também a desvalorização da profissão.

A tabela 8 apresenta informações acerca do acesso à terra pelos/as jovens pesquisados/as.

Tabela 8 – Acesso à terra pelos/as universitários/as

Acesso a terra pelos/as universitários/as	N. de universitários/as	%
Acesso à terra por herança	7	31
Não tem/ terá terra	13	57
Não responderam	1	4
Já possui	1	4
Outro	1	4
Total	23	100

Fonte: Do autor (2011).

Conforme a tabela 8, quanto ao acesso à terra, pelos/as universitários/as, 31% será por meio de herança; 57% responderam que não têm ou terão terra; 4% não responderam; e 4% já possuem; já para outros 4% isso será em forma de sítio. Os dados revelam que a porcentagem que terá o acesso à terra através de herança se define como fator em 31%, pois é uma modalidade de acesso bastante comum, principalmente para o sexo masculino.

Segundo Paulilo (2004, p. 233), “um fato bem conhecido, entre nós, é que o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo [...] a América Latina e, dentro dela, o Brasil não são exceções”. A autora esclarece que o fato de ser um direito conquistado em vários países não significou que, concretamente, a herança vai ser partilhada igualmente entre filhas e filhos. Silvestro *et al.* (2001, p. 45) evidenciam que “o acesso à terra está entre as maiores dificuldades para a continuidade na agropecuária”. Os autores verificaram que, em alguns casos, os pais já escolheram seu sucessor, os quais demonstram mais interesse em ficar na propriedade, os que assumiram a profissão de agricultor por objetivo. Os autores também ressaltam outro ponto interessante, em que a questão do processo sucessório, em muitos casos, gera confusões, ou seja, conflitos, os quais nascem da disputa, divisão dos valores territoriais, pois acaba por gerar a contemplação, entre os filhos, diferenciada.

Considerações finais

A pesquisa mostrou que os jovens pesquisados são a maioria do sexo feminino (70%); com idade entre 18 e 20 anos (70%) e solteiros (96%). Na distribuição dos cursos de graduação, destacam-se ciências contábeis (48%) e tecnologia em gestão de recursos humanos (9%). É possível observar algumas questões envolvidas no processo de mudança, sejam estas diretas, como a permanência do jovem no campo, sejam indiretas, como as consequências para a agricultura do êxodo rural juvenil.

Dentre questões que puderam ser verificadas, destaca-se que grande parte dos jovens universitários do município de Meleiro (75%) reside no meio rural, mas, para o futuro, pretendem trabalhar na área de formação universitária e viver no meio urbano. Uma quantidade menor pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor e, conjuntamente, trabalhar na área de formação universitária. A permanência no meio rural foi uma opção pouco apresentada pelos/as jovens da pesquisa.

Quanto às jovens universitárias, observou-se que a maioria pretende trabalhar na área de formação universitária e morar no meio urbano. Sendo que outra parte menor das jovens apresentou a possibilidade de trabalhar na formação universitária e permanecer no meio rural, enquanto que uma pequena

parcela diz querer permanecer no meio rural, realizando atividades não agrícolas. Um dos fatores que pode ser destacado para corroborar tal quadro na agricultura é a forma de acesso à terra. São poucos os jovens que têm acesso à terra e os que terão será por herança, o que acaba por se tornar uma incerteza na vida futura, principalmente, para permanecer na agricultura.

Este estudo mostrou ainda dificuldades encontradas na agricultura, tanto econômicas (preço do produto final, recursos para se manter) quanto sociais (principalmente a questão relacionada à cultura do ser agricultor), pois a sua compreensão depende de muitos fatores. Além disso, é preciso compreender as relações estabelecidas entre os/as jovens, o meio rural e o urbano, bem como o que envolve o meio econômico na agricultura, como a renda familiar, o sustento da família na agricultura. A pesquisa revelou a possibilidade de êxodo rural de jovens no município, pois os projetos profissionais pretendidos não incluem a permanência na agricultura, seja por falta de incentivo, por falta de renda, educação, entre outras oportunidades que a agricultura, ainda, não consegue propiciar aos jovens.

Referências

- CARNEIRO, Maria José. O ideal *urbano*: a relação campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro. Campus: Promex, 1999, p. 97-115.
- CORADINI, Lucas. Autonomia e Projetos Profissionais das Jovens na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. In: BRASIL - Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – redações e artigos científicos vencedores*. Brasília, 2008. p. 176-188.
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, pelos outros e por elas mesmas. In: ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro. *Juventude: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p. 21-56.
- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDADRE, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 245-257.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLÜCK, Renê. *Perfil cultural e turístico dos municípios catarinenses: município de Meleiro*. Forquilha, SC: Glück Edições, 2007.
- GOULART, Evando Quirino; GEHLEN, Joel. *Tifa Esperança: uma abordagem socioeconômica e ambiental do Projeto Microbacias 2, no Norte Catarinense*. Joinville/SC: Letra D'água, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 10 set. 2011.
- _____. *Censo 2000*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2011.
- _____. *Censo 1996*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2011.
- _____. *Censo 1991*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2011.
- _____. *Censo agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: 10 set. 2011.
- _____. *Produção agrícola municipal - cereais, leguminosas e oleaginosas 2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 3 nov. 2011.
- OLINGER, Glauco. *Êxodo rural: campo ou cidade?* Florianópolis: ACARESC, 1991.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan/abr. 2004.
- RICHARSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SANTA CATARINA (SEBRAE/SC). *Santa Catarina em números: Meleiro*. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2010.
- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- SILVESTRO, Milton Luiz et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- SOMARIVA, Domício Filho. O campo está envelhecendo e a juventude perdendo o interesse pela atividade rural. *Revista Folha Rural*. Meleiro, ed. 22, julho/agosto, 2010.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- TAFNER, José; SILVA, Antônio César da; WEIDUSCHAT, Íris. *Caderno de Estudos: Metodologia do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Revista e atualizada. Indaial: ASSELI, 2007.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do Campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
- II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
- III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.
- IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
- título em português, inglês, francês e espanhol;
 - nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
 - cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
 - resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - referências.
- II - Os trabalhos devem ser encaminhados para maugusta@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:
- arquivo no padrão Microsoft Word;
 - autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
 - o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
- IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

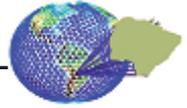
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3592

e-mail: maugusta@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Endereço de correio do(s) autor(es), para entrega do exemplar da revista, caso o artigo seja publicado.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em agosto de 2012.